BRASIL AÇUCAREIRO

M.I.C.
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL
ANO XL — VOL. LXXX — AGOSTO DE 1972 — Nº 2

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

CRIADO PELO DECRETO Nº 22-789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO, 42 — RIO DE JANEIRO - GB.
Caixa Postal 420 — End. Teleg. "Comdecar"

CONSELHO DELIBERATIVO

Rpresentante do Ministério da Indústria e do Comércio — General Álvaro Tavares Carmo — Presidente
Representante do Banco do Brasil — Aderbal Loureiro da Silva — Vice-Presidente.
Representante do Ministério do Interior — Hamlet José Taylor de Lima.
Representante do Ministério da Fazenda — Deniz Ferreira Ribeiro.
Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — José Gonçalves Carneiro.
Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Boaventura Ribeiro da Cunha.
Representante do Ministério da Agricultura — Ibi Arvatti Pedroso.
Representante do Ministério dos Transportes — Juarez Marques Pimentel.
Representante do Ministério das Relações Exteriores — Marcello Rafaelli.
Representante da Confederação Nacional da Agricultura — José Pessoa da Silva
Representante dos Industriais do Açúcar (Região Centro-Sul) — Arrigo Domingos Falcone.
Representante dos Industriais do Açúcar (Região Norte-Nordeste) — Mário Pinto de Campos.
Representante dos Fornecedores de Cana (Região Centro-Sul) — Francisco de Assis Almeida Pereira.
Representante dos Fornecedores de Cana (Região Norte-Nordeste) — João Soares Palmeira.
Suplentes: Fausto Valença de Freitas; Cláudio Cecil Poland; Paulo Mário de Medeiros; Mauricio; Bitencourt Nogueira da Gama; Adérito Guedes da Cruz; Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho; João Carlos Petribú Dé Carli; Jessé Cláudio Fontes de Alencar; Olival Tenório Costa; Fernando Campos de Arruda; José Augusto Queiroga Maciel.

TELEFONES:

Presidência

Presidente 231-2741
Chefe de Gabinete
Cel. Carlos Max de Andrade 231-2583
Assessoria de Imprensa . 231-2689
Assessor Econômico 231-3055
Portaria da Presidência . 231-2853

Conselho Deliberativo

Secretária
Marina de Abreu e Lima 231-2653

Divisão Administrativa

Vicente de Paula Martins Mendes

Gabinete do Diretor 231-1702
Assessoria de Segurança . 231-2679
Serviço de Comunicações . 231-2543
Serviço de Documentação 231-2469
Serviço de Mecanização . 231-2571
Serviço Multigráfico 231-2842
Serviço do Material 231-2657
Serviço do Pessoal 231-2542
(Chamada Médica) 231-3058
Seção de Assistência Social 231-2696
Portaria Geral 231-2733
Restaurante 231-3080
Zeladoria 231-3080
Armazém de Açúcar ..... / Garagem ..... / Arquivo Geral — Av. Brasil 234-0919

Divisão de Arrecadação e Fiscalização

Elson Braga

Gabinete do Diretor 231-2775
Serviço de Fiscalização .. 231-3084
Serviço de Arrecadação .. 231-3084
Insp. Regional GB 231-1481

Divisão de Assistência à Produção

Ronaldo de Souza Vale

Gabinete do Diretor 231-3091
Serviço Social e Financeiro 231-2758
Serviço Técnico Agronômico 231-2769
Serviço Técnico Industrial 231-3041
Setor de Engenharia .. 231-3098

Divisão de Contrôle e Finanças

José Augusto Maciel Câmara

Gabinete do Diretor 231-3046
Secretaria 231-2690
Subcontador 231-3054
Serviço de Aplicação Financeira 231-2737
Serviço de Contabilidade 231-2577
Tesouraria 231-2733
Serviço de Contrôle Geral 231-2527

Divisão de Estudo e Planejamento

Antônio Rodrigues da Costa e Silva

Gabinete do Diretor 231-2582
Serviço de Estudos Econômicos 231-3720
Serviço de Estatística e Cadastro 231-0503

Divisão Jurídica

Rodrigo de Queiroz Lima

Gabinete Procurador Geral .... 231-3097 / 231-2732
Subprocurador 231-3223
Seção Administrativa ... 231-3223
Serviço Forense 231-3223
Revista Jurídica 231-2538

Divisão de Exportação

Francisco de Assis Coqueiro Watson

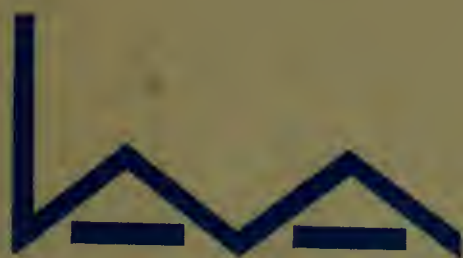
Gabinete do Diretor 231-3370
Serviço de Operações e Contrôle 231-2839
Serviço de Contrôle de Armazéns e Embarques 231-2839

Serviço do Álcool

Yêdda Simões Almeida

Gabinete da Diretora ... 231-3082
Seção Administrativa . 231-2656

Escritório do I.A.A. em Brasília:

Edifício JK
Conjunto 701-704 24-7066
24-8463

A INDEPENDÊNCIA E O AÇÚCAR

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool

(Registrado sob o n.º 7.626 em 17-10-34, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Rua 1º de Março, nº 6 - 1º Andar
Fone 231-2469 — Caixa Postal 420

ASSINATURA ANUAL:

Brasil	Cr$ 50,00
Exterior	US$ 10,00
Via aérea	US$ 12,00
Número avulso	Cr$ 6,00

Diretor
Claribalte Passos

Editor
Sylvio Pélico Filho

Agente de Publicidade
Durval de Azevedo Silva

Expediente
Darcyra de Azevedo Lima

Revisão
Neline Rodrigues Mochel
José Silveira Machado
J. Coracy Fontelles
Carmen Lobato

Fotos
Clóvis Brum

COLABORADORES: *Wilson Carneiro, Gilberto Freyre, Octávio Valsechi, Cunha Bayma, Pietro Guagliumi, Mário Souto Maior, Omer Mont'Alegre, Hugo Paulo de Oliveira, J. Motta Maia, Fernando da Cruz Gouvêa, J. P. Stupiello, Tobias Pinheiro, G.M. Azzi, Vicente Salles, M. Coutinho dos Santos, Elmo Barros, Bento Dantas, Nelson Coutinho, Paulo de Oliveira Lima, Herval Dias de Souza, Dalmiro Almeida, Frederico Veiga, Lycurgo Velloso e H. Estolano.*

Pede-se permuta.
On dêmande l'échange.
We ask for exchange.
Pídese permuta.
Si richiede lo scambio.
Man bittet um Austausch.
Intershangho dezirata.

índice

AGOSTO — 1972

●

Capa de HUGO PAULO

CULTURA E TÉCNICA NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Com a publicação desta nova edição cultural — a sexta de uma série, a partir de 1967, "Brasil Açucareiro" tem reservado os números correspondentes ao mês de agosto à divulgação de temas culturais vinculados à agroindústria do açúcar. Embora de há muito, praticamente desde a sua fundação, viesse o órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool dando acolhida em suas edições regulares a trabalhos versando sobre problemas culturais, não há como negar que a reunião de um maior número deles em uma edição específica, teve o mérito de favorecer a respectiva divulgação, tanto no País quanto no exterior, ao mesmo tempo que estimulava o esforço de pesquisa da parte de numerosos intelectuais, que encontraram nessas páginas de "Brasil Açucareiro" o veículo adequado à divulgação das suas criações.

A institucionalização no Brasil, em 1965, do "Dia do Folclore", festejado mundialmente a 22 de agosto de cada ano, levou a direção de "Brasil Açucareiro", no ano seguinte, a destacar o alcance da medida, daí partindo para a elaboração de uma edição especial, em 1967, na qual se reunissem não apenas trabalhos de natureza folclórica, mas também outros de caráter cultural relacionados com o ciclo do açúcar, que em determinadas áreas brasileiras serviu para fundamentar o que se convencionou denominar de "civilização do açúcar". Ao apresentar a edição cultural de 1967 o editor de "Brasil Açucareiro" deixa claro que essa edição especial, cultural, não iria, de modo algum, comprometer o esforço sempre presente, de garantir nas páginas da revista a melhor acolhida às matérias técnicas pertinentes ao setor açucareiro. O que a edição de agosto, então apresentada, se propunha era reunir nomes importantes do meio cultural brasileiro, para que abordassem em seus trabalhos aspectos os mais variados do processo cultural relacionado com a cana-de-açúcar, e isso tendo como objetivo contribuir cada vez mais para a cultura do povo brasileiro.

A leitura atenta dos sucessivos números de agosto de "Brasil Açucareiro", a partir de 1967, incluindo o presente, evidencia que tais objetivos foram certamente alcançados. As seis edições em causa reúnem colaboradores de alto nível, alguns deles figurando entre as expressões mais altas da intelectualidade brasileira. De 1967 a 1972 "Brasil Açucareiro" divulgou em suas edições culturais mais de cem artigos versando sobre temas folclóricos, históricos, sociológicos, literários, etc. tendo como quadro as muitas regiões canavieiras do Brasil. Dentre os autores desses trabalhos relacionamos, por ordem cronológica da publicação, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Sylvio Rabello, Dias da Costa, Nestor de Hollanda, Hermilo Borba F.º, Nertan Macedo, Pessoa de Moraes, Manuel Diégues Junior, Luís Jardim, Domingos Vieira F.º, Rui Duarte, Valdemar Cavalcanti, Fernando da Cruz Gouvêa, Carneiro de Lacerda, Mário Souto Maior, Mauro Mota, Édson Carneiro,

Vicente Salles, Raymundo Souza Dantas, Luiz Luna, Hugo Paulo de Oliveira, Waldemar Valente.

E se alguns, como os mestres Cascudo e Freyre, os sociólogos Manuel Diegues Júnior e Pessoa de Morais, os escritores Dias da Costa e Luís Jardim, já eram nomes consagrados, outros praticamente encontraram nas edições culturais de "Brasil Açucareiro" a plataforma de onde puderam se projetar para trabalhos de maior fôlego, que vieram projetá-los como estudiosos consagrados dos temas culturais ligados às atividades canavieiras. Como exemplo podemos apontar Mário Souto Maior, hoje um nome conhecido e respeitado no campo do folclore nordestino, cujos primeiros trabalhos aparecidos nesta revista evidenciaram um pesquisador atento e um escritor vigoroso, qualidade que a sua obra posterior tem confirmado plenamente.

É preciso, no entanto, ter presente que um esforço tão assinalado foi levado a cabo sem prejudicar o nível da colaboração técnica, tradicional em "Brasil Açucareiro". Pelo contrário, coincidindo com a nova ênfase dada à matéria cultural, a revista logrou manter e melhorar, ainda mais, a qualidade da matéria técnica — agrícola, industrial e econômica. À medida que a economia canavieira se desenvolve no Brasil e que, em decorrência, se aperfeiçoam os seus quadros técnicos, eleva-se o nível dos artigos técnicos publicados pelo órgão oficial do I.A.A. E isso com uma circunstância altamente valorisadora dessa divulgação: aumenta de ano para ano o número de autores brasileiros, muitos deles abordando temas complexos da atualidade e formulando conclusões cujo atendimento se traduz, na prática em numerosas e sucessivas vitórias concretas por parte dos produtores e dos beneficiadores da cana-de-açúcar.

No período que vai de janeiro de 1967 a julho de 1972 o "Brasil Açucareiro" divulgou cerca de 250 (duzentos e cinqüenta) trabalhos técnicos, de autores em sua esmagadora maioria brasileiros. É um fluxo ininterrupto de colaborações sobre problemas agrícolas, industriais ou econômicos da maior atualidade na agro-indústria canavieira. Há exemplos particularmente expressivos. Assim, o assunto relacionado às novas variedades de cana-de-açúcar foi abordado 22 vezes nesse período. O das doenças aparece divulgados em 24 oportunidades. O da adubação foi discutido de forma isolada 8 vezes, enquanto que dos herbicidas era debatido sete vezes. Essa relação de colaborações específicas não exclue outras abordagens sobre os mesmos temas, em oportunidades distintas, quando qualquer um deles pode ter sido considerado no quadro de uma apreciação generalizada da matéria técnica agrícola.

De janeiro de 1967 a junho de 1972 "Brasil Açucareiro" divulgou colaborações técnicas relacionados com a cana-de-açúcar e seu aproveitamento assinadas pelos seguintes nomes: Albert J. Mangelsdorf, Pietro Guagliumi, G. M. Azzi, J. Fernandes, J. A. G. C. Souza, Paulo de Oliveira Lima, O. Valsecchi, E. R. Oliveira, M. A. A. Cesar, H. de Campos, Nancy de Queiroz Araújo, Dirce Serafina Maria de Giacomo, Vera de Souza Gouvêa, Sandra Garcia Pereira da Cunha, Suely de Almeida, Teresinha Luna Marialva, Leda de Barros D'Ávila Pacca, Irene Emygdio de Castro, Márcio Santos Silva Araújo, Jandyra de Oliveira Barbosa, Patrizia Suzzi, Edson Costa de Souza, Egil Wagner Monteiro da Silva, Tibúrcio Manoel Ireno, J. Cruz F.º, Afonso Celso Montelli, José Luiz Góis, Teresa Cristina Farah, A. A. Peixoto, Aloysio de Rangel Monteiro, Dalmiro Almeida, Afrânio A. Delgado, Antônio Maria C. Rocha, Evaristo Leitão, João Pedro da Silva Lopes Neto, Herval D. Souza, Alfredo P. Fortuna, Silvio A. Leite Neto, Aldo A. Peixoto, Hamilton B. Soutinho, Evaldo L. Farias, Lacerda de Almeida, José

Paulo Stupiello, N. A. da Glória, Romolo Cavina, Chester A. Wismer, José Alípio Goulart, Décio Barbin, Manuel Carlos de A. Ortolani, Luciano J. Ferreira, M. Coutinho dos Santos, S. Joly, A. J. Oliveira, Armando Paulo Pelegrini, Lycurgo Velloso, Wilson Carneiro, J. Motta Maia, Silvio Rugai, José Orlando Filho, José Alexandre Ribenboim, Luiz Antônio Ribeiro Pinto, Gilberto da Mota e Silva, Gildo Galdino da Silva, Rui da Silva Pinto, Morton S. Rothberg, E. J. Marques, João Soares Palmeira, Roberto Simoniato de Moraes, G. E. Serra, A. J. de Oliveira, D. Godoy, Frederico Veiga, A. K. Dodson, Moacir Roberto Mazzari, Cunha Bayma.

Nesta relação de mais de oitenta colaboradores técnicos de "Brasil Açucareiro" aparecem nomes dos mais credenciados da agroindústria canavieira do Brasil. Muitos deles já conhecidos ao iniciarem sua colaboração nas páginas do órgão oficial do I.A.A. Outros, no entanto, ali fizeram inserir os seus primeiros trabalhos e, estimulados pelo interesse despertado, continuaram em suas tarefas de divulgação e hoje se situam igualmente entre os técnicos de renome no setor. Quando se observa atentamente as sucessivas edições da revista pode-se melhor avaliar o alcance da sua contribuição aos esforços empreendidos para racionalizar e modernizar a agroindústria canavieira no Brasil. Coube a "Brasil Açucareiro" a primazia de divulgar, por exemplo, as primeiras observações de dois eminentes técnicos estrangeiros trazidos ao nosso País pelo I.A.A., precisamente para cooperar no projetado esforço de aperfeiçoamento. No mês de março de 1967 era divulgado o programa de melhoramento da cana-de-açúcar para a agroindústria açucareira do Brasil, sob a forma do relatório apresentado pelo Dr. Albert J. Mangelsdorf, e cuja importância os técnicos brasileiros souberam avaliar de imediato. Meses depois, em julho do mesmo ano, a revista publicava as primeiras observações do Professor Pietro Guagliumi, entomologista da FAO de renome internacional, especialmente contratado para desenvolver, juntamente com os técnicos brasileiros, planos de combate à "cigarrinha". A colaboração assim iniciada prossegue ainda hoje e, depois de se ter expressado numa série de artigos de comprovado alcance, posteriormente publicados em separata de "Brasil Açucareiro", para sua maior difusão, conduzirá proximamente à edição, na "Coleção Canavieira", de um volume intitulado "Pragas da Cana-de-Açúcar no Nordeste do Brasil", e que é uma nova manifestação do apoio dispensado por "Brasil Açucareiro" à ação do Professor Pietro Guagliumi.

Na acolhida permanente à divulgação dos trabalhos dos técnicos ligados ao setor canavieiro, "Brasil Açucareiro" tem publicado, inclusive, numerosas colaborações da autoria de equipes, reunindo docentes e técnicos de Universidades, Escolas superiores, Institutos de tecnologia, Estações experimentais, etc., o que não deixa de representar forte estímulo a esse tipo de trabalho coletivo, tão fundamental ao aperfeiçoamento da pesquisa tecnológica. Há, além desses outros vários aspectos destacáveis na apreciação da colaboração técnica publicada em o "Brasil Açucareiro". No número de janeiro de 1970, outro exemplo: G.M. Azzi divulga o trabalho que apresentara no 1.º Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos e no VI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizados em Porto Alegre, em outubro de 1969. Esse trabalho não se limita a dar seguro balanço do que se vinha fazendo em matéria de aperfeiçoamento da tecnologia aplicada na agricultura canavieira. Procura fazer uma crítica dos resultados obtidos e, partindo de balanços anteriores, especialmente o do Dr. Albert J. Mangelsdorf, traça o esquema de uma programação futura, que é, por assim dizer, o

embrião do PLANALSUCAR, feito pelo próprio G. M. Azzi e outros técnicos da Divisão de Assistência à Produção e que já se encontra em plena fase de aplicação. Em outro setor da agroindústria canavieira — o econômico — podem ser encontrados em "Brasil Açucareiro" trabalhos técnicos que, através do debate de problemas existentes e da discussão das soluções possíveis, anteciparam inovações que vieram a ser introduzidas na política canavieira, à procura de uma economia de escala, ora em pleno desdobramento nas diversas regiões produtoras.

Se considerarmos as atividades canavieiras como um todo, quer no tempo, quer no espaço, e atentarmos para a conveniência de preservar os seus aspectos marcantes, ao mesmo tempo que se faz imperioso aperfeiçoar o seu rendimento econômico-social, veremos que a orientação seguida pelo órgão oficial do I.A.A. é não somente racional mas, também, necessária. Ao reunir nas edições culturais de agosto matérias que abordam aspectos especificamente culturais do tema canavieiro, "Brasil Açucareiro" contribui para a sua maior divulgação e, em certos casos, até mesmo para a sua publicação. É preciso não esquecer as dificuldades que os autores encontram seguidamente ao tentar obter acolhida para divulgar determinados tipos de estudos, não obstante o mérito que apresentam e a importância de que se revestem para o melhor conhecimento da realidade brasileira. Essa divulgação adquire, por outro lado, maior alcance quando se trata do depoimento pessoal, do testemunho sobre manifestações coletivas que já não ocorrem ou que, então, estão em franco processo de desvirtuamento. Muitas vezes a divulgação de um artigo a respeito ajuda a preservar ou a reconstituir a memória de episódios, cujo exato conhecimento permite melhor compreender e, portanto avaliar mais corretamente a evolução brasileira. O avanço inexorável da tecnologia tende a introduzir profundas modificações nos processos de produção da agroindústria canavieira, determinando, conseqüentemente, alterações de usos e costumes, cuja preservação dificilmente poderia ser alcançada. O que cabe, então, é documentar os hábitos condenados a desaparecer, registrá-los como um testemunho importante, o que só pode ser feito em publicações culturais especializadas, tal como almeja ser uma vez por ano, no mês de agosto, "Brasil Açucareiro".

Mas, nos onze meses restantes de cada ano, a revista permanece aberta aos técnicos, aos estudiosos dos problemas agrícolas, industriais e econômicos, que têm algo a dizer sobre o andamento da agroindústria e estão preocupados em cooperar para o aceleramento do seu processo de modernização. Acreditamos que esses mesmos técnicos hão de avaliar a importância das edições culturais que valorizam a sua dedicação ao progresso canavieiro. Saber da importância do açúcar na vida regional, num passado próximo ou remoto, avaliar o papel que a sua produção desempenhou ou desempenha ainda na comunidade social, só pode contribuir para animá-los no desejo de tornar mais rendosa a cultura da cana, mais humanas as relações de produção e, portanto, mais felizes os brasileiros que a ela se dedicam. Cultura e técnica não se opõem nem se hostilizam, no quadro de uma economia em desenvolvimento. Por assim pensarmos é que fazemos, nesta edição cultural, votos sinceros para que os engenheiros-agrônomos, os engenheiros-industriais, os químicos-industriais, os economistas, os contabilistas, os sanitaristas, todos os técnicos, enfim, que participam do esforço criador da agroindústria canavieira vejam em "Brasil Açucareiro" uma revista aberta aos seus anseios de renovação, pronta a acolher os seus trabalhos voltados para o aperfeiçoamento da economia canavieira no Brasil.

EXPORTAÇÃO RECORDE

Todos os recordes de exportação de açúcar demerara e cristal, para o exterior, foram batidos durante o mês de junho passado, período em que o Instituto do Açúcar e do Álcool embarcou 313.204 t. ms., o que dá uma média diária de 10.440 t.ms. do produto. É de se realçar a ação da Divisão de Exportação e das superintendências dos armazéns de embarque dos portos de Recife e Maceió, e do escritório de exportação de Santos, bem como o trabalho de equipe que vem sendo desenvolvido pelos titulares e demais funcionários das Delegacias Regionais, e pelos respectivos chefes das seções de exportação.

CAPITAL & CAPITALISMO NO BRASIL

Este é o título do livro que acaba de publicar a Editora Expressão e Cultura, de autoria do economista Omer Mont'Alegre.

Sempre como um enriquecimento à bibliografia especializada no assunto, entre nós, a obra é bastante oportuna nesse momento em que o Brasil, a passos largos, marcha para seu real desenvolvimento econômico.

Evidentemente, se prestando a uma análise bem feita, altamente documentada acerca dos pressupostos históricos e sociais que determinaram o ciclo de nossa evolução tecnológica, o leitor fartar-se-á de muito estudo que, ao cabo, hão de lhe permitir as origens de nosso capitalismo e, conseqüentemente, de tudo aquilo sobre o que se apoia nossa soberania.

A idoneidade do autor, como especialista na matéria, ex-perito da Organização dos Estados Americanos, e economista do I.A.A., a par de um estilo claro que trata o fenômeno econômico, histórico e social dentro do mais apurado método científico assegura, de modo amplo, o mais absoluto interesse com vista à aprendizagem de quem pretenda ficar a par de como a inteligência, o esforço e o trabalho brasileiros vêm realizando o milagre da nossa emancipação.

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

capital
& capitalismo
no brasil

omer mont'alegre

XILOGRAVURA

José Soares, natural da cidade de Caruaru, Pernambuco, conhecido popularmente como DILA, foi eleito o **melhor xilógrafo** do Nordeste, em recente pesquisa realizada pelo INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS do Recife. **Dila,** que concorreu

com outros 200 artistas, confessa que vê com tristeza o desaparecimento da **xilogravura**, lançada entre os índios do Nordeste por missionários portugueses, como atividade extracatequética.

DEPOIMENTO NO "MIS"

Depois da "estagnação" da criação musical erudita brasileira com o desaparecimento de **Vila-Lobos**, na Europa já se nota, desde 1960, uma renovação "que coloca o Brasil à frente do panorama contemporâneo mundial, através de compositores cada vez mais conhecidos internacionalmente".

A opinião é do musicólogo **Luís Heitor Correia de Azevedo**, durante vinte anos chefe do setor musical da UNESCO, em Paris, e atualmente membro da Junta Diretora de seu **Conselho Internacional de Música Folclórica**, o qual acaba de gravar importante depoimento no MUSEU DA IMAGEM E DO SOM, aproveitando a sua rápida estada no Brasil. O professor Luís Heitor é autor de três livros já editados, inclusive a "Bibliografia Musical Brasileira".

SOLAR DE DOM JOÃO VI

A Superintendência Executiva de Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento, na Guanabara, Rio de Janeiro, espera concluir até o final de 1972, a restauração do **Solar d'El Rei D. João VI**, na Ilha de Paquetá — construção do século XVIII, comprada pelo Estado há 10 anos. O projeto prevê a restauração total dos telhados, a recomposição de todo o revestimento externo e interno e a substituição de quase 50% do assoalho, em tábuas largas, além de uma série de outras correções.

ARQUITETURA

Com a finalidade de estimular as pesquisas no campo da **arquitetura**, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, através do **Instituto Roberto Simonsen**, criaram um prêmio para estudantes de Arquitetura, regularmente matriculados nos dois últimos anos, denominado "Arquiteto Henrique Mindlin", no valor de Cr$ 10 mil. As monografias deverão versar sobre o tema "A Contribuição do Arquiteto Henrique Mindlin à Arquitetura Brasileira". As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de maio de 1973, no Viaduto Dona Paulina, nº 80 - 4º andar, São Paulo.

75 ANOS

Há, precisamente, 75 anos — dia 20 de julho de 1897 — era oficialmente instalada no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, a ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Afirmam os pesquisadores e estudiosos nacionais que surgiu em princípio de uma revista cultural e literária sob a direção de **José Veríssimo**.

A sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, verificou-se no dia 20 de julho de 1897, ficando a sua primeira diretoria assim constituída: **Machado de Assis** (presidente); **Joaquim Nabuco** (secretário-geral); **Rodrigo Otávio** (primeiro secretário); **Silva Ramos** (segundo secretário); **Inglês de Sousa** (tesoureiro).

CAMÕES

Cr$ 20 mil, Cr$ 10 mil e Cr$ 5 mil, são os prêmios destinados aos seis melhores ensaios (três de cada nível) inscritos no Concurso "Camões e a Literatura Brasileira", promovido pela Comissão Especial do IV Centenário de OS LUSÍADAS.

O Concurso está dividido em dois níveis — um destinado a professores de escolas superiores, alunos de pós-graduação e representantes credenciados por entidades culturais de renome e outro a universitários — e os candidatos poderão enviar os trabalhos à Comissão no prédio do MEC, à Rua da Imprensa, nº 16, Rio de Janeiro, Guanabara, até o dia 20 de novembro vindouro. Os trabalhos devem ser inéditos e ter de 20 a 50 páginas datilografadas em espaço dois.

SECRETARIA DE CULTURA

Com a nomeação do professor **Fernando Barata**, para a recém-criada **Secretaria de Cultura**, Desportos e Turis-

mo do Estado da Guanabara, torna-se fato consumado em decreto do Governador **Chagas Freitas**, antiga aspiração dos cariocas. No mesmo ato, assumiu a Secretaria de Educação, o professor e jornalista, **Celso Kelly**. A estrutura global da nova Secretaria será levada à apreciação do Governador num prazo de 90 dias.

EUA LÊEM BRASILEIROS

Há um interesse crescente do estudante graduado nos Estados Unidos da América do Norte pela literatura brasileira. As obras preferidas são as de Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Gonçalves Dias, Manuel Bandeira e Carlos Drumond de Andrade.

A informação é do professor **Joaquim Francisco Coelho**, que durante o período de 10 anos ensinou Literatura Portuguesa na Universidade de Stanford, na Califórnia, e acaba de retornar ao Brasil, como bolsista da Fundação Gulbenkian, a fim de especializar-se em línguas românticas na Universidade de Brasília, no Distrito Federal.

JORNALISMO

O **Prêmio Esso de Jornalismo** de 1972 já abriu as inscrições e este ano dará ao vencedor, além de CR$ 10 mil, ajuda de custo de CR$ 750,00 oferecidos pela Esso, e ainda passagem aos Estados Unidos ou à Europa e o troféu **Tucano de Ouro**, a serem oferecidos pela Varig, igualmente patrocinadora do prêmio.

Concorrerão aos prêmios de **reportagem, fotografia, informação econômica, informação científica, esporte** e equipe dos trabalhos publicados entre 1º de setembro de 1971 a 31 de agosto de 1972. Os trabalhos deverão ser enviados até o dia 30 de setembro, em cinco recortes ou reproduções, para a Seção de Imprensa da Esso Brasileira de Petróleo, Rio de Janeiro, Guanabara.

NORDESTE E HISTÓRIA

Com lançamento marcado para dentro em breve, o livro de **João A. Lacerda**, intitulado "Caruaru na História do Brasil e do Nordeste", prefaciado pelo também historiador e folclorista caruaruense, **Nelson Barbalho**, colaborador de BRASIL AÇUCAREIRO.

O ato deverá ser realizado, solenemente, no Gabinete do Prefeito de Caruaru, jurista **Anastácio Rodrigues da Silva**, nos primeiros dias do próximo mês de setembro, como parte do programa comemorativo do Sesquicentenário da Independência.

Trata-se de trabalho expressivo, de pesquisa histórica, séculos de 1700/1800 — na parte relativa à Caruaru — num retrospecto do Brasil colonial com a nascente **civilização do açúcar** e do couro e estuda a fundação daquela cidade através da capelinha de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, reunindo ainda, capítulos com traços biográficos de figuras de destaque da época.

EXPOSIÇÃO

Na primeira quinzena do corrente mês, o MUSEU DE ARTE MODERNA, do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, apresentou numerosos conjuntos folclóricos de diferentes regiões brasileiras, além de uma expressiva exposição subordinada ao tema: "O Folclore Através dos Selos".

DIÁLOGO

Está circulando o Nº II, Volume IV, da revista DIÁLOGO, de 1972, publicação distribuída pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América, no Brasil, sob a eficiente direção de **Nathan Glick**.

O presente número, reúne entre outros importantes trabalhos: "O Teatro Novo", de **Harold Clurman**; "Duas Visões do Desenvolvimento Econômico", de **David H. Pollock**; "Ecologia: A Conferência de Estocolmo", de **David Pollock**; "O Meio Ambiente: Uma Visão Internacional" (I), de **Maurice F. Strong**; "Meio Ambiente e Desenvolvimento: Existe Um Conflito?" (II), de **Thomas W. Wilson**; "É Importante A Educação Superior?", de **Adolph Lowe**; "Nada Como o Futuro", de **Paul D. Hoffman**; "Os Intelectuais e as Classes Trabalhadoras", de **Penn Kemble**.

ANTONIO DA COSTA E SILVA

Nasceu na cidade de Amarante, no Piaui, em 1885. Poeta incluído entre os neo-parnasianos, foi considerado o "príncipe dos poetas piauienses"; funcionário da Fazenda Federal, serviu como Delegado Fiscal em vários Estados — Amazonas, Minas Gerais e outros, onde fez largo círculo de amizades nos meios intelectuais, pela fina sensibilidade de sua arte poética. Faleceu no Rio de Janeiro, em junho de 1950, após longos anos de enfermidade.

O ABOIO

O sol desfaz-se em ouro nas quebradas,
Surge a lua de prata, além da serra,
Nos saudosos sertões de minha terra,
Pelo tempo feliz das vaquejadas.

À hora azul do crepúsculo, as boiadas
Vêm chegando aos magotes para a ferra,
Em correrias, num tropel de guerra,
Nuvens de pó formando nas estradas...

Mas, uma rês desgarra de repente;
No cavalo fogoso e mais ligeiro
Perseguem-na a correr, inutilmente...

Ouve-se o aboio no sertão inteiro...
Volta a rês ao curral, pausadamente,
Vencida ao som do canto do vaqueiro...

A MOENDA

Na remansosa paz da rústica fazenda,
À luz quente do sol e à fria luz do luar,
Vive, como a expiar uma culpa tremenda,
O engenho de madeira a gemer e a [chorar.

Ringe e range, rouquenho a rígida [moenda;
E, ringindo e rangendo a cana a triturar,
Parece que tem alma, adivinha e [desvenda
A ruina, a dor, o mal que vai talvez, [causar...

Movida pelos bois tardos e sonolentos
Geme, como a exprimir, em doridos [lamentos,
Que as desgraças por vir sabe-as todas [de cor.

Ai! dos teus triste ais! Ai! moenda arre- [pendida!
— Álcool — para esquecer os tormentos [da vida
E cavar, sabe Deus, um tormento maior!

DUAS PRESENÇAS SIMULTÂNEAS NO MUNDO MODERNO: A DO AÇÚCAR E A DO BRASIL

GILBERTO FREYRE (*)

O Professor Arnold Toynbee tem razão ao atribuir a imensa importância, que atribui, à viagem transhistórica de Vasco da Gama. Viagem da qual as conseqüências de caráter sócio-econômico e de sentido cultural foram, com efeito, múltiplas. Múltiplas e profundas. Extensas em termos de tempo tanto quanto de espaço. Extensas e revolucionárias.

Só o êxito científico dessa viagem de 1499, completado pelas significativas vitórias lusitanas no Oriente — as marítimas, de Francisco d'Almeida, em Dui, as de Afonso de Albuquerque, em Goa e nas suas adjacências, sobre os egípcios e árabes — bastariam para projetar a figura do portugês sobre o mundo moderno como um dos principais criadores desse mundo ainda hoje vivo: o moderno só agora em completa transição para outro, posmoderno. O português foi um dos iniciadores de toda uma nova e grande época de experiência humana, da qual o Oriente (quase todo descoberto por esse europeu mais-que-europeu), o Brasil — também por ele descoberto — e o açúcar de cana — por ele introduzido, com decisivo vigor, nos hábitos e nos mercados europeus, seriam elementos tão característicos, pelo seu impacto sobre uma até então quase insular civilização européia. Três elementos, note-se de início, que, por meios transoceânicos, e através de "mares nunca dantes navegados" levariam a um sistema quase virginalmente europeu de convivência, impactos revolucionariamente não-europeus — principalmente tropicais — de presença humana e, sobretudo, de fermento cultural.

Se esse pioneiro português — pioneiros foi como denominou o historiador inglês Edgar Prestage em livro admirável, aos lusos desbravadores de mares e descobridores de terras — a princípio se deslumbrou, quase somente, com as riquezas do Oriente e se dedicou quase exclusivamente ao comércio europeu-oriental, não tardou, entretanto, que se voltasse também para e por ele o recém-descoberto Brasil. Um Brasil, aparentemente menos rico que as Índias faiscantes de pedras preciosas e de especiarias, porém capaz não só de fornecer à Europa madeira de tinta, a princípio tão explorada por franceses, como de produzir, melhor que as ilhas atlânticas sob domínio lusitano, certo alimento, até então vendido só em boticas como remédio, chamado açúcar. E com o açúcar, fabricado em engenhos, com a cana, plantada em bom massapê, com o canavial cultivado em largas extensões tropicalmente úmidas em Pernambuco e na Bahia mais que nas pioneiras terras de São Vicente, começou a haver no Brasil uma economia sistemática, uma sociedade estável, uma população miscigenada, uma cultura predominantemente européia enriquecida de valores ameríndios e negro-africanos, por um lado, e judeus e orientais, por outro. Valores assimilados pelo colonizador oficialmen-

---

(*) Presidente do Conselho Diretor do "Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais". Sociólogo. Detentor do Prêmio "ASPEN". Membro do Conselho Federal de Cultura (MEC).

te Católico, oficialmente monogâmico, oficialmente branco, sem que a essas categorias oficiais correspondessem de todo realidades bio-sociais.

Pois, mais que o seu parente espanhol nos trópicos que descobriu e colonizou, o colonizador português foi, nas terras também tropicais com que passou a identificar-se um pragmático, recorrendo, em sentido por vezes contrário ao dos seus compromissos oficialmente Católicos, éticos, étnicos, à poligamis e à miscigenação e tolerando, mais que outros europeus, infiltrações pagãs no seu Catolicismo. Assim pragmático, ele fez do açúcar a principal base de sua estabilização econômica e bio-social no Brasil; a principal base da projeção do seu comércio americano com a Europa; o principal elemento de comunicação de sua aventura colonizadora numa parte rústica da América tropical — região povoada por ameríndios selvagemente nus e, nas suas culturas, primitivos — com algumas das principais fontes de requintadas civilizações européias e orientais. Foram civilizações, essas, desde o século XVI presentes, através de seus requintes — modas de trajo, adornos de mulher, alimentos e vinhos finos — nas origens daquelas sociedades de hábitos aristocráticos, elegantes, sofisticados que se desenvolveram nos centros ou focos, no Brasil colonial, de povoamento e de cultura, criados e favorecidos por uma bem sucedida agricultura de cana e por um fabrico de bom açúcar. Açúcar de aceitação entusiástica nos grandes mercados da época.

Destaque-se dessa bem sucedida lavoura da cana, realizada através do sistema das "grandes plantações", e desse fabrico de bom açúcar, de rápida colocação nos grandes centros consumidores da Europa de então — uma Europa, recorde-se sempre, revolucionada nos seus gostos e nos seus hábitos pelas descobertas ibéricas — que foram triunfos dos colonizadores portugueses do Brasil. Porém triunfos desses europeus mais-que-europeus para os quais concorreram dois elementos extra-europeus inseparáveis dos começos da presença, na Europa, do açúcar de cana como elemento vivamente característico de uma nova época na experiência humana. Experiência que afetaria em algumas das suas bases a Europa civilizada e civilizadora dos séculos XVI, XIX.

Esses dois elementos extra-europeus que o açúcar de cana ligou de modo particularmente efetivo à colonização portuguesa do trópico e dos subtrópicos americanos foram o negro africano, como escravo; o judeu, como capitalista e traficante de amplitude internacional. Isto sem nos esquecermos das contribuições nada despresíveis para o desenvolvimento, no Brasil, de um sistema sócio-econômico apoiado no cultivo da cana e no fabrico do açúcar, que foram o portugues de origem moura e o oriental de quem os portugueses, no próprio Oriente, assimilaram valores e técnicas que, já introduzidas ou não em Portugal, adaptaram ao Brasil: a telha recurva da arquitetura dos chineses, por exemplo; o cuscus norte-africano; o muxarabi árabe.

Sem essas contribuições não-portuguesas e, até, não-européias, o sistema não só sócio-econômico como, complexamente, de cultura, que, no Brasil, se apoiaria sobre a produção do açúcar, não atingiria a estabilidade, a amplitude, a projeção que atingiu, transbordando no mundo verdadeiramente novo que foi, para a Europa e para outras regiões, a partir do século XVI, o inesperado e até insólito conjunto de relações entre continentes, entre etnias, entre culturas, entre classes, criado pelas descobertas ibéricas seguidas de aventuras colonizadoras nas Áfricas, nos Orientes, nas Américas. O açúcar e o Brasil se tornaram presentes nesse mundo novo como que simultaneamente: O Brasil significando açúcar, o açúcar significando Brasil.

É certo que o pau-brasil já dera aos europeus um novo vermelho para a pintura de tecidos; certo que, desde os começos do século XVI, penas verdes, amarelas, azuis de pássaros brasileiros e peles de animais do Brasil tropical já eram conhecidas por europeus daqueles dias, mais sôfregos de coisas exóticas. O açúcar, porém, marcou o início de uma presença brasileira na Europa que excederia, em muito, em importância comercial, quer o pau de tinta, quer aqueles outros artigos naturais, pitorescos e exóticos, adquiridos ou cobiçados apenas pelos amantes do exótico em artes de-

corativas de trajo. Mesmo ao competirem com ele a mandioca, o tabaco, o cacau, a batata, o tomate, o açúcar continuaria a se afirmar, durante longos anos, a principal presença brasileira na Europa, só vindo a perder essa primazia na segunda metade do século XVII.

Mesmo, porém, depois de perdida essa primazia, em termos econômicos absolutos, o açúcar continuaria a ser, na Europa e noutras partes do mundo, uma expressão e um testemunho, quer em termos apenas econômicos, quer noutros termos, mais sutilmente culturais, de uma civilização brasileira criada principalmente pelo cultivo da cana e pelo fabrico do mascavo. Expressão e testemunho que nem mesmo a avalanche que seria, no século XIX, o café, como produto-rei, brasileiro, triunfante dentro do Brasil e transbordante noutros países, como afirmação de um vigor já nacional, destruiria ou anularia, para substituir de todo os valores prenacionais e nacionais criados, na América portuguesa, pela civilização agrária açucareira, por outra, baseada sobre o café; e que prescindisse da antecessora como modelo de força estabilizadora de sociedade de tipo civilizado e estável nesta parte do mundo. Não prescindiria: sob vários aspectos, a civilização brasileira do café seria uma continuação da do açúcar, da qual assimilaria, além do próprio complexo casa-grande-senzala, ritos sociais de feitio patriarcal por vezes aristocrático.

Não nos antecipemos, porém, na consideração deste ponto que envolve problema sociológico interessantíssimo: o da constância ou continuação de formas com substâncias ou conteúdos sociais diversos. Fixemo-nos ainda na anotação daqueles característicos gerais de transformação do ambiente europeu sob o impacto das descobertas ibéricas e da grande Revolução, além de comercial, cultural, que se seguiu a essas ocorrências revolucionárias para os contactos interhumanos e intercontinentais: toda uma série de mudanças, quer nas relações econômicas, quer nos hábitos culturais, dentro das quais o açúcar e o Brasil se integraram, o açúcar, como um alimento que, de artigo raro, passaria a ser, para muitos europeus, de indispensável consumo, o Brasil, como sugestão, transmitida, em grande parte por esse açúcar, a esses mesmos europeus, da existência de uma parte do mundo tão diferente da européia que era como se fosse fantástica. Tanto que Montaigne, numa França já intelectualmente na vanguarda da Europa, não tardaria a elaborar, à base dos primeiros informes a lhe chegarem, do Brasil, sobre os indígenas, toda uma para-sociologia romântica: a de uma sociedade primitiva sob vários aspectos, para ele, ideal, nas suas formas de convivência.

A verdade é que com esses indígenas de longe admirados e, mais que admirados, consagrados como modelos de homens sociais, pelo insigne Montaigne, fora possível a franceses abater árvores de madeira de tinta e capturar aves e animais tropicalmente brasileiros, que, na França encontraram compradores entre os volutuosos de valores exóticos, não conseguiriam os portugueses fundar seu sistema agroindustrial de produção de açúcar. Daí a necessidade, para o esforço imenso, quer daqueles técnicos de origem moura, transferidos pelos portugueses das suas ilhas atlânticas para um Brasil prestes a se tornar produtor, em larga escala, de açúcar, quer de vigorosos negros africanos capazes, como escravos de um trabalho mais sistemático, sedentário, contínuo, que o dos ameríndios. Trabalho que os "nobres selvagens" da concepção de Montaigne, nem como cativos, nem como livres, suportaram de modo econômico. De onde poder dizer-se que, sem o negro não haveria produção de açúcar, em larga escala, no trópico; e sem o açúcar, o Brasil não se afirmaria como cedo se afirmou, a grande colônia de plantação que, dentro de um conjunto de circunstâncias quase de todo ausentes noutras colônias de plantação — holandesas, inglesas, francesas — também cedo se faria anunciar como futura nação, quer autocolonizando-se, quer desenvolvendo maneiras tão suas de ser colônia, que a colônia de início abrasileirou os colonizadores, tornando eles próprios, colonizadores, precursores de autonomia do Brasil sob a forma não só política como sócio-cultural de nação. O que só foi possível, em grande parte, graças à estabilidade social que a produção do açúcar deu a colonos portu-

gueses do Brasil, cedo abrasileirados em "senhores de engenho", lavradores, comerciantes, predispondo-os desde logo à futura condição nacional de brasileiros harmonizados com o seu meio e crescentemente apegados a hábitos e gostos diferentes dos europeus. Atitudes que se comunicariam, várias delas, aos próprios exploradores de ouro e de diamantes nas Minas Gerais.

A civilização do açúcar começou a desenvolver-se no Brasil favorecida pelo início de uma fase revolucionáriamente nova — acentue-se mais uma vez — de relações comerciais entre continentes, até o século XVI — o século desse começo ou desse início — quase isolados uns dos outros. O próprio comércio de escravos, — tão ligado à economia brasileira do açúcar — ao fazer-se de modo sistemático, das Áfricas para as Américas — precedido, aliás, por um tráfico nada insignificante no Norte da África e da Guiné para a Península Ibérica: tráfico, a certa altura, estimulado pelo próprio Infante Don Henrique, por motivos cristianisantes acrescentados aos de interesses sócio-econômicos — foi para o que, de algum modo, concorreu para beneficiar. Com efeito, de tal modo favoreceu esse tráfico um intercurso cultural, ao lado do étnico, entre regiões até então tão separadas como se não fossem parte do mesmo conjunto humano, que passou a significar novo período nas relações interhumanas, interraciais e interculturais. Daí não ser possível ao historiador-sociólogo ou ao antropólogo de hoje, mais esclarecido na sua visão de tempos sociais e de fenômenos culturais, deixar de ver, nessa época e nesse fenômeno, aspectos positivos, ao lado dos negativos, do ponto de vista do desenvolvimento humano através daquela variedade de contactos de diferenças e até de cruzamento de antagonismos que quase sempre resulta em vantagens para o mesmo desenvolvimento: mesmo quando se tem verificado em conseqüência de guerras de conquista ou de submissão de homens a outros homens por meio do trabalho escravo.

Mas não foi só essa variedade de contactos humanos que a Revolução Comercial — Comercial e já Industrial — favoreceu a partir do século XVI, alcançando, com esse favor, a civilização que desde então teve seu começo em terras brasileiras com o cultivo da cana e a indústria e o comércio do açúcar. Outros intercursos foram favorecidos ou estimulados ou ampliados.

É considerável o número de vegetais e de animais úteis, valiosos, que, juntamente com colonizadores europeus e escravos africanos — também eles colonizadores — foram desde então, ou em anos posteriores, introduzidos no Brasil: sobretudo no Brasil econômico e socialmente mais apto a recebe-los e a deles se utilizarem e que era o Brasil açucareiro. Entre os animais, o boi, a galinha e a cabra, o carneiro, o pato, o cavalo — desde logo tão ligados à economia dos engenhos patriarcais de açúcar estabelecidos no Brasil. Também desde logo, ou em anos posteriores, foram transplantados para o Brasil a uva, o trigo, a cebola, a alface, a alfafa, a canela, a laranja, o dendê.

Pode-se sugerir ter sido principalmente à sombra das casas-grandes patriarcais dos primeiros engenhos brasileiros de açúcar que se iniciou o aproveitamento, para o que se constituiria no Brasil, em Portugal e na Espanha, com transbordamentos noutras áreas, numa opulenta culinária e numa opulenta e variada doçaria eurotropicais, da mandioca, do milho, da banana, do tomate, do feijão de corda, do peru, além de peixes e crustáceos de novos e, para europeus, exóticos — deliciosamente exóticos — sabores.

Não só a culinária e a doçaria assim começaram a se enriquecer, beneficiadas por toda uma variedade de novos intercursos humanos e de novos contactos culturais, à sombra da civilização desde o século XVI em desenvolvimento no Brasil: também outros requintes passaram a caracterizar o sistema sócio-econômico das casas-grandes completadas pelas senzalas nas terras de cana-de-açúcar. Daí as vantagens desse sistema autocolonizador das áreas de cana-de-açúcar se comunicaria a outras áreas: à do cacau, à do gado, à do algodão e, notadamente, à do café. Foram essas áreas beneficiadas pelo mesmo sistema, tornado possível pela bem sucedida economia do açúcar. Seriam, todas, numa América Portuguesa continuada por um Brasil precocemente nacional nas suas

características de ethos, de vida e de cultura, formas de cultura de uma mesma origem. Entre elas, a própria arquitetura das casas-grandes que pode e deve ser considerada expressão básica e original da civilização brasileira do açúcar, representando um tipo arquitetônico ecológico, funcional, eurotropical a que ainda hoje recorrem arquitetos do feitio mais arrojadamente moderno como Oscar Niemeyer, para suas construções neste gênero — a arquitetura doméstica adaptada a constantes e preferências brasileiras de vida íntima e de convivência familiar e harmonizada com uma ecologia tropical. Mas também o móvel — a começar pela rede, logo adotada pelos senhores de engenho nos seus alpendres e hoje, como outrora, válida, higiênica, funcional; o móvel sólido — desde o mais decorativo, mas sempre funcional, de sala de visita e de sala de jantar, feito com as excelentes madeiras da terra — o jacarandá, o vinhático, o condurú — até o mais íntimo, como a gamela para o banho, tornado, na civilização brasileira do açúcar, diário, e realizada tanto nos rios, à maneira indígena, como dentro das camarinhas, com as mucamas lavando as sinházinhas e os meninos, perfumando-os, penteando-os, tirando-lhes os bichos dos pés, dando-lhes — nas sinházinhas como também nos próprios sinhôs e nas próprias sinhás — os cafunés que o sociólogo frances Roger Bastide ligaria, em páginas admirávelmente lúcidas, ao que a civilização patriarcal brasileira, iniciada com a lavoura da cana e o fabrico do açúcar, desenvolveria de voluptuoso, sensual, de requintadamente erótico, na sua sexologia familial.

Isto, sem termos destacado, até aqui, os aspectos menos materiais, ou menos ostensivamente físicos, das características de uma civilização de novo tipo como as que, quase sem se deter numa condição passivamente colonial, passou a tomar, no Brasil, a cultura aqui fundada pelos portugueses. Cultura desde o século XVI iniciada menos como reflexo de uma iniciativa estatal de reis ou teocrática, da Igreja ou de bispos ou de abades, que à sombra principalmente, das casas-grandes dos engenhos patriarcais de açúcar, com reis, bispos, abades, Jesuitas, Franciscanos, como seus valiosos contribuintes. Porque se considerarmos mesmo de passagem, esses significativos aspectos, tocaremos num mundo de valores que, através da repercussão da civilização brasileira do açúcar, das áreas por ela inicialmente dominadas — a de São Vicente, a de Pernambuco e adjacências, a do Recôncavo baiano e adjacência, a do Maranhão — noutras áreas, se tornaria parte da civilização brasileira gestaltianamente total: a já percebida, por observadores estrangeiros, dentre os mais argutos, desde o século XIX, como uma cultura diferenciada da européia. Civilização que já se apresenta neste fim de século XX, dotada de originalidades que antropólogos, sociólogos e historiadores brasileiros de agora vêm identificando e salientando em estudos reconhecidos como cientificamente válidos e humanisticamente valiosos por vários dos seus colegas estrangeiros, dentre os mais idoneos: um Roger Bastide, por exemplo. Um Helmut Schelsky. Um Roland Barthes. Um Silvio Zavala. Um Pierre Verger.

É uma civilização, a brasileira, saída dos grandes arrojos Bandeirantes, sem os quais não teria o Brasil adquirido sua vastidão em espaço físico, por um lado. Mas, por outro lado, resultado do ânimo, ao mesmo tempo pioneiro e consolidador, dos fundadores de economia e da sociedade açucareiras. Arrojos e ânimo, esses, que, desde o início, deram à formação brasileira o caráter de uma empresa colonizadora, de portugueses ou de hispanos, completada pela autocolonizadora, de prebrasileiros: os Bandeirantes e os fundadores — num litoral desde o século XVI em constante expansão para o interior mais úmido — de uma agricultura de cana e de um fabrico de açúcar que nunca tinham sido empreendidos e desenvolvidos em tão grande escala e com tão complexas conseqüências. Inclusive conseqüências — voltemos a este ponto — de ordem cultural não material.

Dentre essas conseqüências, saliente-se a de ter a civilização do açúcar criado, paradoxalmente, no Brasil, uma sociedade em que às tendências não só aristocráticas como hierárquicas, se juntaram — até certo ponto, anulando-os — processos democratizantes. Processos democratizantes representados

principalmente por várias formas, de contactos como que românticos entre os componentes hierárquicos — classicamente hierárquicos — da mesma sociedade. Processos de miscigenação, no plano biológico, e de interpenetração de culturas, no plano sociológico. Daí conseqüências de ordem esteticamente cultural terem-se acrescentado às de caráter apenas biológico, ou físico, ou sensual criando, no Brasil, aquela tendência para a exaltação de um tipo moreno de beleza feminina — espécie de ressurgimento do mito portugues da princesa moura — responsável, desde o século XVI, por ligações como as do fidalgo Jeronimo de Albuquerque — um dos primeiros senhores de engenho pernambucanos — como a princesa ameríndia Maria Arcoverde. Ligações de brancos com ameríndias, às quais se juntariam, à sombra dos engenhos de açúcar, as de brancos com mulheres de sangue africano: algumas, no decorrer do tempo, elevadas a sinhadonas de casas-grandes.

Compreende-se que em torno do complexo **sinhã,** (sinhá, sinhadona, sinházinha) — criado pela civilização brasileira de açúcar — tenha se desenvolvido, no Brasil, e na língua portuguesa, um como culto cavalheiresco, trovadoresco, lírico, estético e não apenas sensual, da mulher; e dentro desse culto uma exaltação, muito expressivamente brasileira, da mulher morena, embora, ao lado dessa exaltação não tenham faltado homenagens líricas e estéticas às "virgens louras" ou às "pálidas donzelas". O lirismo em língua portuguesa — genero literário tão dessa língua — enriqueceu-se com expressões desse culto. Um culto característico da idealização e da romantização da mulher que se desenvolveu, quer à sombra das casas-grandes patriarcais ou dos salões dos sobrados das aristocracias açucareiras e, nesses casos, através da poesia erudita dos Maciel Monteiro e dos Castro Alves e do romance, também erudito, dos Macedo e dos José de Alencar, quer, plebleiamente, na poesia popular, na literatura oral, no folclore. É um culto, o da mulher, originário, em grande parte, no Brasil, da civilização do açúcar. Tal exaltação da graça, da beleza, da própria feminilidade da mulher é, ainda hoje, característica do **ethos** e da cultura total do brasileiro. No momento, esse culto revive com a tendência geral, no Ocidente, para corrigir-se o excesso de sexualidade apenas biológica ou animal que vinha se generalizando, entre ocidentais, com um como regresso à romantização do amor. De onde estar em voga nova onda de idealização da figura brasileira da sinházinha de casa-grande de engenho de açúcar.

Em voga estão também revalorizações de outras sobrevivências, na civilização brasileira total de hoje, da civilização do açúcar — algumas assimiladas e desenvolvidas sob novos aspectos pela civilização do gado, pela da mineração, pela do algodão, pela do café. O móvel de casa de residência — assunto já considerado neste ensaio — que a civilização do açúcar desenvolveu, dando-lhe toques ou característicos ecologicamente brasileiros — a conversadeira ampla, por exemplo, o sofá também amplo, a ludica cadeira de balanço — estão sendo de tal modo revalorizados, por suas sugestões românticas, por certos artistas, nacionais e estrangeiros que, em certos meios, já há quem os contraponha — salientando, ao lado dessas sugestões imaterialmente românticas, suas vantagens fisiológicas, ecológicas, estéticas — ao móvel antiromântico, intitulado "moderno", com que se pretendeu, nos interiores de novas residências, em Brasília, desprender o brasileiro de suas ecologias e de suas tradições para torná-lo um vago e abstrato homem (ou mulher) de um vago tempo e de um abstrato universo não-brasileiro. Pretensão contra a qual se insurgiu Aldous Huxley, ao visitar o Brasil e ao conhecer Brasília, cujos requintes modernistas de arquitetura e de móvel o desapontaram. Entretanto, as constantes da civilização brasileira do açúcar com que tomou contato em Pernambuco, lhe deixaram a melhor das impressões, como testemunhos de alguma coisa de romanticamente brasileiro a juntar-se às suas, para ele, evidentes, vantagens de ordem ecológica. Ao sentar-se, certa manhã, em casa de residência recifense, numa vasta cadeira de braços outrora de casa-grande de engenho — da casa, de Massangana, da meninice de Joaquim Nabuco — Aldous Huxley exclamou: "Isto

é que é cadeira funcional. As de Brasília são inumanas".

As sugestões românticas que lhe cocunicaram, em Pernambuco, o Recife e Olinda, neutralizaram, de algum modo, no grande escritor inglês, as impressões desfavoráveis que lhe ficaram de Brasília. Desse modo mostrou-se sensível a valores ideais, poéticos, imateriais, refletidos em edifícios e móveis, que são, como valores e como coisas sobreviventes, constantes de uma civilização — a do açúcar — morta nas suas substâncias atuantes, validamente econômicas, porém, capaz, através de adaptações a novas circunstâncias sociais de tempo, a continuar a caracterizar, a identificar, a abrasileirar um estilo de convivência que se modernize sem desprender-se das formas que vêm envolvendo os valores por ela própria criada. Ou por ela própria desenvolvidas criadoramente através de tempos sociais não exatamente ós mesmos.

Acentue-se dessa civilização que suas formas, quando ainda no seu segundo século de cristalização, encantaram — algumas delas, pelo menos — europeus do Norte Protestante da Europa, como o Conde Maurício de Nassau. Era uma civilização com aspectos fidalgos e cavalheirescos, com o culto da bravura, exigida ou esperada dos homens, completando o da sua galanteria em torno das sinhás. Tais aspectos contrastavam com as virtudes predominantemente burguesas daqueles nórdicos Calvinistas. Com o cinzento do calvinismo religioso e secamente moralista contrastava também a riqueza de cor de cores festivas e não apenas litúrgicas do Catolicismo tropicalizado, assinalador de sugestões míticas ameríndias e místicas, de negros africanos, e já característico, naqueles dias, da civilização brasileira do açúcar. Não é sociològicamente desprezível o fato de pintores nórdicos da época de Nassau governador do Brasil holandes — precisamente a maior parte da área brasileira dominada pela civilização do açúcar — terem se esmerado em fixar, nas suas telas, paisagens em que, de árvores tropicais, emergem casas-grandes, engenhos, capelas; e também figuras de negras, de mucamas, de mulheres de cor com seus turbantes e seus xales; ameríndios nús enfeitados de penas; caboclas das que, como cunhãs, vinham concorrendo com seus indianismos, seus nativismos, seus indigenismos para abrasileirar os europeísmos introduzidos nas terras do açúcar pelos colonizadores lusitanos: trajos, adornos, alimentos, bebidas, remédios, modos de criar meninos, maneiras de viajar, música, danças.

Dos invasores nórdicos, a civilização brasileira desenvolvida por moradores de engenhos e de canaviais, assimilou valores e técnicas; mas, ao mesmo tempo seduziu não poucos, dentre eles e dentre os próprios judeus, eficientes comparsas desses invasores. Fascinados, uns e outros, pelos lucros da agricultura da cana e da indústria do açúcar, deixaram-se, vários deles, prender para sempre ao Brasil através dos encantos de Marias de Melo — aquela com que se casou o Capitão Gaspar van der Lei — e de Anas Paes: a senhora do Engenho Casa Forte, com quem se ligou o holandes Gilberto De Witt. Não foi pouco o sangue, quer nórdico, quer judeu, que ficou para sempre no Brasil das casas-grandes e dos engenhos.

Enriqueceu-se essa civilização brasileira do açúcar, durante a ocupação, por europeus nórdicos — nórdicos auxiliados pela finança israelita — de suas terras e de seus próprios engenhos, pelo contacto que lhe proporcionou essa ocupação com estilos e com formas de vida diferentes dos ibéricos e Católicos: algumas dessas formas e desses estilos porventura superiores aos luso-Católicos. Foi um período durante o qual o Recife tornou-se a cidade, no continente americano, de mais avançadas e complexas formas urbanas de vida: com igrejas Protestantes e sinagogas de sefardins do melhor tipo, de judeus dessa espécie — do tipo que deu ao mundo o grande Spinosa — ao lado daquelas igrejas Católicas de cujos púlpitos pregou o genial Antônio Vieira; e também de um já notável convento Franciscano, irmão dos mais antigos, de Igarassú e de Olinda. Um Recife com jardim botânico, jardim zoológico, observatório a dar-lhe toques, para a época, moderníssimos, de cultura científica; com o seu crescimento regulado por um plano urbanístico — o primeiro, cientificamente moderno,

no continente; com cientistas, médicos, homens de saber estudando a natureza da região brasileira do açúcar, sua gente, quer indígena, quer africana, quer européia, quer mestiça; seus costumes; suas doenças. Esses estudos, segundo os métodos então mais adiantados, na Europa, de ciência médica e de investigação antropológica e etnográfica de populações e geográfico, de terras, de plantas, de solos, de vegetações, de vida animal. Todo esse esforço sistemático de estudo por europeus do Norte — aliás já precedido, na região, pelo de Frei Cristóvão de Lisboa — de terras e de homens tropicais, tornado possível e estimulado pela já existência, nessas terras e com homens, de um tipo eurotropical ou de uma forma de civilização que não era outra senão a canavieira, a açucareira , a desenvolvida em torno de casas-grandes e senzalas, de engenhos e de capelas.

Foi à sombra desse sistema que, no Brasil, desenvolveu-se a magnífica instituição lusocristã de assistência social a pobres, doentes, viúvas, órfãos, constituída pelas Misericórdias ou Santas Casas; que começou a desenvolver-se, nesta parte lusotropical do mundo, e antes de pesquisadores nórdicos, uma medicina atenta a enfermidades desconhecidas por europeu e iniciadora do aproveitamento, com fins terapêuticos, de plantas nativas conhecidas por suas virtudes, pelos indígenas, tendo assim começo uma nova farmacopéia. Como as casas-grandes dos engenhos desempenharam, também, a seu modo, funções paramédicas e assistenciais, foi considerável a contribuição, nesse particular, das sinhás, donas dessas casas. Nesse particular, tanto quanto no desenvolvimento daquela culinária e daquela doçaria, também mistas, também lusotropicais, já referidas, e nas quais, como no preparo de xaropes e tizanas, foi sempre notável a presença do açúcar ou do mel de cana.

Compreende-se assim que palavras portuguesas tenham se tornado, através do prestígio alcançado no mundo de então, pela civilização brasileira do açúcar, palavras correntes nas línguas mais importantes da Europa: mascavo, chocolate, marmelada, entre elas. Palavras melífluas que, com suas doces, macias vogais, entraram a fazer parte de línguas endurecidas por consoantes.

Além do que, do Brasil, a civilização brasileira do açúcar, perdendo seu caráter de civilização, a princípio, prenacional, depois nacional, transbordou noutras áreas, levada por judeus sefardins que, depois da reconquista do Brasil holandes pelos portugueses ou pelos brasileiros, foram se estabelecer, alguns com engenhos de açúcar e como comissários no comércio de açúcar, noutras partes da América — inclusive em Nova Amsterdam, depois Nova Iorque — levando, por vezes, consigo, escravos negros já abrasileirados.

A civilização brasileira do açúcar tomou assim projeções extrabrasileiras, sem ter deixado de ser, em pontos essenciais, brasileira. Não é desprezível o fato de ter se chamado "brasileiro" o cemitério dos judeus sefardins de Nova Iorque; nem passado a denominar-se brasileiro, nas Antilhas, o sistema de concessão a escravos de plantações de cana, dias de repouso e de trabalho em seu próprio benefício.

O destaque que aqui se dá à presença de Pernambuco nas origens e no desenvolvimento de uma civilização brasileira do açúcar, não deve ser interpretado senão como pura tentativa de justiça histórica. Essa tentativa, porém, não nos leva de modo algum a considerar insignificante quanto vem concorrendo para essa civilização, esforços vindos de outras áreas como o Rio de Janeiro, como o Recôncavo, como o Maranhão. Apenas se acentua na contribuição pernambucana para o desenvolvimento, no nosso País, de valores e de estilos de vida favorecidos por uma economia — a do açúcar — um êxito que, desde os começos da mesma economia, ao fim do século XIX, se fez notar, principalmente na capitania de Duarte Coelho, na província do Conde da Boa Vista e no Estado da primeira República governado, de modo tão incisivo quanto a sua preocupação com o problema da indústria açucareira, pelo primeiro e ilustre Barbosa Lima. De onde ter o historiador Oliveira Lima identificado com Pernambuco prioridades e requintes brasileiros de cultura que a economia

do açúcar, excepcionalmente bem sucedida nessa parte do Brasil e no Recôncavo Baiano, depois de iniciada pioneiramente em terras paulistas de São Vicente — é que tornou possíveis.

Esses requintes — inclusive jóias de fabrico brasileiro nas mais antigas áreas brasileiras do açúcar: entre outras, os célebres balangandans — entretanto, tendo se comunicado de Pernambuco e da Bahia a outras áreas do País, igualmente dedicadas à lavoura da cana e ao fabrico do açúcar, tornaram-se característicos, com maior ou menor vivacidade, de todo um complexo sócio-econômico ou cultural, susceptível de ser destacado de qualquer continuidade, no espaço, de caráter apenas geográfico. Além do que — saliente-se mais uma vez, agora, em conclusão — esta transcendência de caráter sociológico, do que se pode denominar uma civilização brasileira do açúcar: dessa civilização vêm se comunicando, no tempo historicamente social do Brasil, formas sociais que, desprendendo-se da base formada pelo açúcar, têm encontrada noutras substâncias — no couro, no cacau, no ouro, no café — outras bases sobre as quais se têm desenvolvido ou se prolongado. E, desse modo, contribuindo para a singular unidade de formas de quantas substâncias diferentemente regionais de economias e de sociedades, vêm constituindo uma tão saudavelmente diversificada civilização nacional no Brasil. Diversificada e una. Contrários que na civilização brasileira de açúcar representada, principalmente, na parte mais ostensiva do seu passado, veem se completando.

Diante dos vários exemplos de conciliação de contrários, que se vêm verificando em Pernambuco, é que se pode dizer desta velha mas sempre jovem província — ou Estado — que é — ou tem sido — contraditoriamente, dentro do complexo brasileiro, um reduto de tradição e um foco de modernização. O seu entusiasmo pela inovação o tem levado, por vezes, a atitudes revolucionárias — tal o seu ímpeto renovador — mas quase sempre os dois extremos têm se equilibrado.

Há quem pense, como o crítico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), ser Pernambuco, através de sua capital — o Recife — metrópole, aliás, do Nordeste — um ponto de encontro de "o Mundo" com o que chama, um tanto vagamente "O Sertão". E lhe atribua, várias precedências: inclusive a de ter sido "o berço do camoneanismo tropical". O berço do "naturalismo no Brasil". A "ponta avançada da terra nova" que vem recebendo e transmitindo à nacionalidade brasileira "o espírito de universalidade".

O encontro que tem se verificado em Pernambuco e noutras regiões brasileiras marcadas pela civilização do açúcar tem sido de influências transoceânicas com as telúricas, representadas menos por um distante "sertão" que por um presente, envolvente e, ao mesmo tempo, receptivo — massapê: terra em que a cana-de-açúcar trazida pelo europeu, achou condições ideais para prosperar. Prosperou. Com a cana europeisaram-se essas terras. Mas, ao mesmo tempo, terras, homens e valores europeus tropicalisaram-se.

O AÇÚCAR NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR(*)

Do período que aqui vamos chamar da Independência, pode dizer-se, de início, que foi um momento de transição, não apenas política, pelo processo da emancipação, mas social e economicamente considerado, tendo em conta os aspectos com que se apresenta. Os sintomas dessa transição, que traduzia sobretudo transformações que iriam tornar-se, de certo modo, radicais com o processo de descolonização, vinham manifestando-se desde fins do século XVIII, de que é testemunho principal o fato de voltar-se Portugal com maior interesse pelo Brasil, dando-lhe como governantes autoridades com o título de Vice-Reis.

Com a chegada do Príncipe Regente D. João, nos começos do século XIX, tal situação — esta, do interesse maior de Portugal pelo Brasil — se acentua mais nitidamente; e muito embora as minas de ouro e de diamantes já se encontrassem numa fase de exaustão, a verdade é que o Brasil progredia: progredia socialmente, e não apenas politicamente. Progresso político, no melhor sentido da palavra, pode auferir-se pelo fato de caminhar-se rapidamente no processo descolonizador, de que resultaria a proclamação da Independência, em 1822, pelo próprio príncipe português.

Nesta primeira parte do século XIX mais se avoluma o choque entre a sociedade rural e a urbana, que então surgia, esta não raro, aliás, sob nítida influências rurais. Mas é sobretudo a partir dos fins do século XVIII que começa a avolumar-se o prestígio urbano, e a decair o patriciado rural. O crescimento da vida urbana, que se acentua com a presença da Corte portuguesa desde 1808, caracteriza esta fase de transição. O homem rural já não dispunha mais do prestígio todo autoritário, ou quase absoluto, de antes; o poder das Câmaras Municipais se atenua com a própria presença física do Rei, de quem se conhecia tão só, até aquele momento, o nome e o poder.

A SOCIEDADE AÇUCAREIRA E A MINERAÇÃO

Até então — sabe-se — o prestígio do senhor rural era absoluto; dono de terras e de homens, os escravos, sua influência alongava-se ao poder político, presente nas Câmaras Municipais através de seus parentes ou prepostos, falando arrogantemente até mesmo com o Rei, lá longe, um oceano imenso a separar o patriciado rural da autoridade régia. Esse poder, ou essa força, até justamente os fins do século XVIII, nenhum proprietário teve mais forte que o senhor de engenho. O que conseqüentemente traduzia o poder e a força da economia açucareira.

Daí a influência que esta exerceu, entrando pelas cidades e vilas, dando a estas, no seu rudimentar, insuficiente ou mesmo inexistente sentido urbano, um caráter nitidamente rural; tornou-se a economia açucareira, e simbolicamente o engenho, o centro de toda influência na vida brasileira, tudo dele irradiando-se ou a ela subordinando-se: irradiação do engenho, subordinação ao açúcar. Este

---

* Presidente da Câmara de Ciências Humanas (Conselho Federal de Cultura — MEC). Professor da PUC. Diretor do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais.

traçava, como de fato traçou, as linhas mestras dentro das quais se foi desenvolvendo a formação brasileira.

A grande influência da economia açucareira, tanto social como política, começa a declinar no Brasil — embora se mantivesse na região nordestina, em grande parte até quase nossos dias — com o surgimento do ciclo do ouro. A descoberta das minas de ouro acarreta uma grave crise para o açúcar. O que mais refletia na situação desse sistema econômico, era o deslocamento da massa escrava para a região das minas. Centenas e centenas de escravos abandonam os canaviais nordestinos, dirigindo-se para as minas.

A economia do açúcar entrou então em sua fase mais aguda de dificuldades. Abalam-se os alicerces da estrutura econômica apoiada no açúcar. A crise alonga-se, prolongando-se do período do ouro para alcançar o período do café, que se inicia nas primeiras décadas do século XIX, agravando ainda mais a situação açucareira. Ao findar o Império brasileiro, abolida a escravidão, a economia do açúcar entrou em declínio, já não mais exercendo no Brasil, em sua vida política ou social, o papel e a influência que antes tivera. No Nordeste, porém, continuava a ser o esteio econômico da região e, por isso mesmo, projetando-se nas atividades sociais e políticas.

Naquele começo de século, os primeiros anos do século XIX, as atividades urbanas, não apenas pela presença do Rei, mas igualmente pelo próprio crescimento do País, se desenvolvem, passando inclusive a caracterizar esta transformação que, a partir do Rio de Janeiro, vai irradiar-se por todo o Brasil, de modo particular por suas capitais mais importantes, até então sob o influxo do patriarcalismo rural. Este já agora começa a entrar em decadência. E esta decadência que refletia o novo surto de vida brasileira, irá influir na própria sociedade açucareira se bem que os primórdios do século XIX não lhe sejam, economicamente, de todo desfavoráveis.

OS PREÇOS E A MELHORIA DA PRODUÇÃO

Desde fins do século XVIII vinha melhorando o preço do açúcar. Em 1781, em sua célebre "Carta muito interessante"[1], José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú, informava a Domingos Vandelli que, desde cinco anos, o valor do açúcar tinha quase dobrado. E o que se sabe é que esse valor continuou a subir na época, valorizando-se cada vez mais. E foi com esta valorização que entrou o século XIX; e com o século XIX, antes de terminar a sua primeira década, a presença régia impunha um crescimento de negócios.

De fato, os grandes negócios comerciais que então se faziam, já antevistos, aliás, pelo futuro Cairú, estimulavam esta situação, beneficiando, com a elevação dos preços de açúcar, aos negociantes, talvez mais que aos próprios produtores, se bem que as rendas destes tivessem aumentado. A produção de açúcar sofreu sensível aumento; e houve engenhos que produziram para mais de 30.000 arrobas, o que era altamente significativo para a época. Valorização do preço, aumento de produção — eis dois aspectos que representaram, de maneira expressiva, a situação da economia do açúcar ao alvorecer do século XIX, quando tudo ia transformar-se naquela sociedade em transição.

No século anterior, a economia da mineração havia arrastado a prejuízos, e não apenas a uma fase de decadência, a produção açucareira. Na primeira metade daquela centúria fora grande a emigração de escravos, e não apenas de senhores — pois estes levavam consigo os que possuíam, ou então os vendiam a compradores mineiros — com o que o trabalho nos engenhos de açúcar sofreu declínio. O problema se tornara de tal gravidade que Cartas Régias foram baixadas proibindo as comunicações entre Bahia e Pernambuco e as minas, pelos sertões. A medida régia dava bem um índice do que era este movimento.

É certo que o governo régio havia estabelecido que somente poderiam ser introduzidos nas minas negros não entregues ao serviço dos engenhos, o que procurava evitar o declínio da produção açucareira. Tal, porém, não acontecia. A necessidade de mão-de-obra nas minas de ouro e de diamantes fazia com que o preço do escravo fosse alto, e, estando por baixo o preço dos açúcares, o

senhor de engenho procurava recompor-se financeiramente vendendo seus escravos. Daí o movimento migratório que se verificou, em quase todo o século XVIII, a ponto de ser tentada sua proibição.

Com o declínio da produção mineira, iniciada a crise da produção de ouro e de diamantes, a economia açucareira se recompõe. Já não se abandonavam engenhos e fazendas de cana, como denunciava no século XVIII o Conde de Sabugosa; ao contrário: agora tudo se volta para a produção do açúcar, valorizando-se os preços de comércio, o que tornava mais atraente a fixação da mão-de-obra nos engenhos.

OS ENGENHOS PRIMITIVOS

Aquelas transformações que se vão acentuar com a presença da família real, aquele crescimento que então se observa na vida brasileira, tanto do ponto de vista econômico como social, nos começos do século XIX, é o que se vai observar, de modo particular, na economia açucareira. O século XIX inicia-se satisfatoriamente para o açúcar. Do ponto de vista técnico, introduz-se em 1815 o melhoramento que havia de marcar época na produção açucareira: o engenho a vapor, que somente seria substituído, já nos fins da centúria, pela introdução da usina, a industrialização em grande escala. O engenho a vapor era etapa que iria constituir incremento na economia do açúcar. Até então a água e os animais eram as técnicas usadas no movimento dos engenhos.

O engenho d'água, hoje raríssimo, quase apenas reminiscência histórica, sem valor econômico, ou o engenho movido a animais — bois, bestas ou cavalos — também sem valor econômico em nossos tempos, eram os que predominavam ainda no alvorecer do século XIX. O engenho movido a água foi a forma primitiva, a primeira introduzida no fabrico de açúcar no Brasil. Ainda existia, em grande número, na primeira parte do século XIX. Tollenare os encontrou no Pernambuco de 1816 e de um deles registrou informações: "Este engenho é movido por água. A roda é de pás muito estreitas, no máximo 10 a 12 polegadas, e tem 25 pés de diâmetro"[2].

Do engenho movido a animais, justamente nos começos do século XIX, Vilhena[3] nos dá uma descrição, ainda hoje excelente, sobretudo porque permite completar a visão que se encontra na gravura do livro de Barleus, no período do domínio holandês. Como se verá, um século e meio depois a situação não mudara; o engenho movido a animais persistia como essencial no fabrico de açúcar. "Cada um engenho moe — registrou Vilhena — à proporção da valentia dos cavalos, quase sempre de doze a dezeseis carros de cana em 24 horas". E quanto ao engenho movido a cavalos, informava: "Se o engenho moe a cavalos costuma ter quatro almanjarras em que se empregam oito cavalos que são mudados de três em três horas".

O ENGENHO A VAPOR

A máquina a vapor — repita-se — representou, porém, o fator de maior significação no aperfeiçoamento do fabrico. Foi o mais notável melhoramento que, nos começos do século XIX, contribuiu para aperfeiçoar a industrialização do açúcar. Melhoramento maior, mais avançado, somente iria introduzir-se quase no final deste mesmo século XIX, com o engenho central e, depois, a usina.

O uso da máquina a vapor, como era natural, melhorou a produção de açúcar. De outro lado, tornou possível a adoção de diversas medidas que vieram melhorar, cada vez mais, a produção açucareira. Mas infelizmente, à proporção que crescia o emprego da máquina no fabrico de açúcar, embora em ritmo lento, o produto brasileiro entrava a perder terreno no mercado exterior, passando a ser produto apenas de consumo interno. Foi justamente o que se verificou ainda na primeira parte do século XIX, nas suas últimas décadas, com o surto da produção de açúcar de beterraba, com a cessação das guerras e ainda com a volta do produto das Antilhas ao mercado mundial.

O engenho a vapor[4] começou a utilizar-se no século XIX, ou mais exatamente em 1815, na Bahia; Pedro Antônio Cardoso foi o pioneiro no uso do vapor

em engenho de açúcar, ao instalar, em sua fábrica, a primeira maquinaria desse tipo. O engenho se chamava "Ingassú" e se localizava na ilha de Itaparica. Em 1817, dois anos depois, era Pernambuco que começava a utilizar a nova técnica. Todavia, ao que tudo indica, o uso do vapor como força motriz não teve rápido desenvolvimento. Pelo que se deduz de um mapa anexo ao relatório do Presidente da Província de Pernambuco, em 1854, contavam-se apenas cinco engenhos a vapor, num total de 532 fábricas de açúcar. No meado do século, 1846, o engenho a vapor aparecia nas Alagoas; e só em 1882 foi introduzido na Paraíba.

Vale recordar aqui um depoimento muito valioso: o de Tollenare, o comerciante francês estava presente em Pernambuco no momento em que ali se instala o engenho a vapor. O viajante francês encontrou senhores de engenho lamentando que o governo não encorajasse a importação das novas máquinas, com o que se melhoraria a produção dos engenhos. Contudo, ao próprio Tollenare, embora não se tratasse de um especialista ou técnico no assunto, não parece que estas seriam de todo úteis aos engenhos de Pernambuco. Para ele se afigurava preferível o uso da água ou de cavalos, enquanto o de motor acarretava uma série de novos encargos: mais consumo de lenha, a conservação do maquinismo, o juro do capital empregado. Eram exemplos que lhe pareciam suficientes para condenar o uso do vapor, preferindo continuar a rotina da água ou dos animais. A essa opinião de Tollenare responderam os senhores de engenho de Pernambuco não querendo ouvi-lo. Uns riam-lhe no rosto; outros davam-lhe as costas.

Outro francês a interessar-se pelo progresso técnico dos engenhos foi Vauthier. Louis Lèger Vauthier, engenheiro francês, trazido a Pernambuco pelo Conde da Boa Vista numa daquelas atividades pioneiras que lhe marcou o governo em Pernambuco, viveu durante muitos anos em Pernambuco; interessou-se não apenas por suas estradas ou edifícios que construiu, mas igualmente pela economia açucareira a respeito de que deixou várias sugestões em cartas ou relatórios[5].

Preocupou-se o Engenheiro em Chefe das Obras Públicas de Pernambuco em sugerir, e também aconselhar, a introdução de processos mais modernos de mecanização e industrialização dos engenhos, sobretudo associando essa melhoria ao desenvolvimento das técnicas de transporte, com a construção da estrada de ferro. Tinha ele a compreensão de que o progresso técnico, já naquele momento, condenara a rotina dos banguês. Daí interessar-se e preocupar-se por que se aperfeiçoassem os processos de técnica da produção de açúcar.

OUTROS MELHORAMENTOS TÉCNICOS

Os maquinismos do engenho a vapor, como igualmente peças avulsas para as máquinas, eram importados da Europa, e particularmente da Inglaterra; em anúncios de jornais pernambucanos do século XIX encontram-se numerosas referências a máquinas e peças introduzidas da Inglaterra para os engenhos nordestinos. Em 1829 instalou-se no Recife a Fundição d'Aurora, de Harrinton & Star, ingleses; este estabelecimento não somente fabricava peças necessárias ou fazia consertos, como também fez e montou, em 1836, um maquinismo completo, movido a vapor, no engenho "Carauna", em Jaboatão, de Domingos de Souza Leão. Posteriormente, outros engenhos adquiriram as máquinas a vapor.

De par com o uso do vapor, na fabricação do açúcar, outros melhoramentos assinalam-se, neste período, e que trazem sua contribuição igualmente para a prosperidade do açúcar brasileiro naquele momento. São melhoramentos que vão permitir dar nova vitalidade à lavoura da cana e ao preparo do açúcar. Tanto na lavoura como no fabrico foram introduzidas novas espécies de cana; usou-se o bagaço como combustível nas caldeiras, poupando-se o trabalho dos grandes depósitos de combustível; adotaram-se novas máquinas de moagem; adotou-se também novo sistema de caldeiras.

Outros melhoramentos podem ser assinalados. Por exemplo: o aparecimento das fornalhas com crivo, e mais tarde o uso de moendas horizontais. Este úl-

timo somente se introduziu nos meados do século XIX. Seu invento é atribuído ao Engenheiro Leandro Guimarães, segundo informação de Rodolfo Garcia[6]. Ao mesmo engenheiro — acrescenta este historiador — se deve o aperfeiçoamento das rodas hidráulicas.

As moendas verticais introduziram-se em Pernambuco, nos começos da década de 1810, pois Koster, em 1816, as descreve como novidade; segundo o viajante inglês[7] assim as podemos identificar: "As máquinas para triturar a cana são formadas por três cilindros verticais, feitos de sólida madeira, inteiramente orlados ou revestidos de ferro, sendo os arcos passados na madeira quando esta está recém-cortada." E acrescenta Koster: "o melhoramento da peça circular do vigamento, *circular piece of framework*, chamada na Jamaica *dumb-returner*, ainda não foi introduzido".

O rendimento da cana, por outro lado, era ínfimo: 4, 5 a 6% do açúcar em relação a seu peso. Documentos do século XIX, aliás, falam constantemente desse baixo rendimento na produção açucareira. Para esse fato o Dr. Inácio de Barros Barreto chamava a atenção da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. E acrescentava esse agricultor, um dos maiores conhecedores da economia açucareira de seu tempo: a produção de açúcar na então Província se elevaria a mais de 50% do produzido, se a média de extração de caldo em todos os engenhos atingisse a 70% do peso da cana, sem que fosse necessário outro melhoramento.

É evidente que tal situação decorria, em grande parte, dos poucos cuidados para com a lavoura da cana; tais cuidados eram poucos ou quase nenhum. Adubo quase não se usava; queimava-se a terra, pela *coivara*, para o plantio; destruição da natureza e das propriedades naturais do solo, era comum. Quase nada se despendia com a terra, embora muito se despendesse com o homem que a trabalhava: o escravo.

O TRABALHO ESCRAVO

O trabalho escravo era o sustentáculo da economia açucareira. Plantava e colhia as canas, movimentava os engenhos, carregava o produto para embarques. Vilhena observara, na Quinta de suas Cartas[8], que o senhor de engenho necessita não só de muitos escravos, como de muitos bois e cavalos, pelo menos "para mais de oitenta de cada um destes gêneros". Nesta mesma carta o professor de grego da Bahia nos dá uma idéia da distribuição dos escravos nas diversas atividades: escravos para os cortes nos canaviais, para o corte das lenhas, para carreiros nos carros que transportam cana e lenha, na moenda, nas almanjarras, como feitor da moenda, para meter lenha nas fornalhas, na casa da caldeira onde se coze o açúcar, na casa de purgar, no embarque dos sacos de açúcar, enfim numerosas atividades a exigir o trabalho do homem; e o homem era o escravo.

As exigências arroladas por Vilhena, nos fins do século XVIII, eram as mesmas do período em que se fez a Independência; e mesmo depois do 7 de setembro. Tecnicamente, a própria introdução do vapor não aliviava o uso dos escravos. Contudo, nos arredores de 1822 e depois da Independência, a situação se agravava com as tendências então surgidas para abolição da escravatura. Não foram poucos os pronunciamentos a respeito, a partir de José Bonifácio, que, em sua memória sobre a Escravidão, já abordava o assunto. E sugeria, nesta sua Representação à Assembléia Geral do Império, cuja lucidez bem evidencia o alto espírito do Andrada, um projeto de lei sobre a escravidão, abolindo o comércio de escravatura africana num prazo de 4 ou 5 anos.

Antes mesmo, em 1810, o tratado de comércio e navegação já previa essa medida; em seu artigo 10.º o Regente de Portugal consentia na abolição gradual do comércio de escravos, ao mesmo tempo que se determinavam os limites nas costas da África em que se poderia operar tal tráfico. A essa limitação, respondiam as necessidades da lavoura, exigindo mais escravos. E como a lavoura da cana não estava em condições suficientes para abastecer-se de escravos, a produção ressentia-se.

A verdade é que, na época, e talvez por influência do texto diplomático, começava a provocar-se a abolição da escra-

vatura. Não um só nem dois autores manifestam-se a favor[9]; vários pronunciamentos surgem, e com a atividade parlamentar, de um lado, e a pressão inglesa, de outro, caminha-se para uma solução intermediária, que foi a proibição do tráfico, o que, porém, só veio a suceder em 1850. Na verdade, no momento da Independência e logo depois dela, a economia açucareira se ressentia; e a crise que então a atingiu, afetou igualmente o próprio trabalho nos engenhos.

Os escravos importados vinham, nesse período, de Angola, Congo, Moçambique, Rebolo, Angico, em conseqüência do que predominavam os grupos culturalmente considerados bantos, na classificação de Arthur Ramos[10]; Tollenare[11] registrou que não vinham mais escravos da Costa do Ouro, o que era decorrência do compromisso constante do Tratado de 1810, impedindo o tráfico ao norte do Equador.

No comércio escravagista continuavam a prevalecer aquelas mesmas normas de antes, isto é, as embarcações sobrecarregadas e os negros amontoados, quase sem espaço para movimentar-se. Os que chegavam vivos, pois muitos morriam na viagem, eram vendidos, quase em leilão. Apesar de tudo, os cronistas de então — e entre eles Tollenare e Koster — observavam não haver mau trato com os escravos. Muitos eram castigados, mas apenas em oportunidades verdadeiramente indispensáveis. O que parece ter sido uma característica do tratamento do escravo no Brasil diante do que acontecia em outras áreas escravagistas. O que não exclui — esse melhor tratamento — a existência de numerosas e variadas formas de castigo, muitas vezes deixando o escravo fisicamente marcado para o resto da vida, como se pode verificar em anúncios de negros fugidos ou de negros roubados, em jornais do século XIX.

INFLUÊNCIAS FRANCESAS

Dois outros franceses, além de Vauthier, têm seus nomes associados a melhoramentos técnicos no açúcar do Nordeste: Rigaire e Sommier. O primeiro introduziu o processo de fabricar açúcar sem dispêndio de potassa, e o assentamento em tacho por novo método técnico. Contratado pelo governo da Província, em 1841, para fazer experiências acerca da melhoria do fabrico do açúcar, não foi feliz nas primeiras atividades: logo depois, porém, conseguiu que o bom êxito marcasse essas experiências, tornando-se aplaudido pelos jornais e pelos agricultores.

Sommier foi o introdutor do sistema de vácuo conhecido por "sistema de Derosne". Das máquinas de Derosne, aliás, falam anúncios dos jornais do século XIX, quer quanto à sua perfeição, quer ainda quanto à "vantagem de serem muito fornidas e distilam uma pipa em 16 horas". Assinale-se, aliás, que um desses anúncios informa que essas máquinas são feitas por conhecido mecânico nas províncias de Douro e Minho; de boa procedência portuguesa, portanto.

De outro francês, igualmente engenheiro e colaborador de Vauthier, sabe-se que terminou radicado no Brasil e senhor de engenho em Pernambuco: Boulitreau. Tanto se apegou à terra que nela se fixou, dedicando-se ao plantio de cana e ao fabrico de açúcar. Também senhor de engenho se tornou outro europeu, de formação francesa, e também engenheiro Henrique Augusto Milet que se dedicou à cultura da cana e indústria de açúcar, com tanto amor que adquiriu largos conhecimentos de tecnologia açucareira[12].

De franceses — acrescente-se embora apenas de passagem — foi grande a influência, e não apenas a presença, no Brasil justamente naquele período plasticamente sensível ao acolhimento de valores culturais ou sociais não portugueses. A abertura dos portos, em 1808, tornou possível a entrada do imigrante europeu no Brasil. Depois, em 1816, a Missão Artística Francesa foi outra oportunidade para a cultura francesa penetrar no Brasil e influir as novas correntes que se formavam. Se de artistas franceses, os da Missão de 1816, e posteriormente de outros, a influência foi grande, não menor foi aquela que se irradiou de técnicos, de modistas, de professores, de cabelereiros, de colégios religiosos de freiras francesas. E assinalou Rugendas a importância da influência

da literatura francesa, a única mais ou menos conhecida, na educação das classes elevadas[13].

Tollenare fez uma observação muito interessante a respeito de como os brasileiros viam os franceses; registra ele que, no primeiro encontro com um francês, os brasileiros estão sempre a ver nele um poço de ciência, encerrando todos os conhecimentos que têm ilustrado o seu belo país. A sedução dessa influência foi larga, não apenas no período chamado colonial, mas principalmente a partir do século XIX. Já no período da Independência tal influência era sensível; e não raro o francesismo, a utilização de valores franceses, o encanto pela França constituiam meios de contestar as influências portuguesas, quando o descolonizado procura esquecer o colonizador. O que se pode dizer representar maneira de criar uma espécie de novo nacionalismo, em face da emancipação que se obtivera de Portugal.

Naquele período — o da Independência — que se marcou justamente por ser de transição, com imensas transformações, e entre elas a do surgimento da vida urbana, como anteriormente assinalamos, saliente foi o papel exercido pela cultura francesa nesse processo. Basta abrirem-se páginas de jornal da década de 20 ou da de 30, no Rio ou no Recife, por exemplo, para o leitor deparar com anúncios de modistas, de cabeleireiros, de restaurantes, de professores de piano ou de canto, de artigos comerciais franceses, de sapatos borzeguins, de champagne; não raro anúncios redigidos mesmo em francês, como o de um restaurante no Recife ou o de uma loja em Maceió, que anunciava a chegada de saias balão, recebidas de Paris, como "haute nouveauté".

Dois traços de influência francesa em Pernambuco observou Maria Graham[14], cujos olhos, aliás, não se alongaram muito à área dos engenhos e de plantações de cana. Um, quanto ao vestuário: estranhou que a mulher de um grupo de sertanejos "usasse vestido à moda francesa"; outro, quanto à alimentação: num jantar oferecido pelo Governador Luís do Rego, "a cozinha era, em parte portuguesa, e em parte francesa", destacando "quitutes à moda francesa".

A essa influência, de elementos culturalmente franceses, não escapariam na época os próprios senhores de engenho, já agora em face do prestígio urbano; prestígio que fazia com que abandonassem suas propriedades rurais para fazer vida nas capitais — no Rio, em Salvador, no Recife. Isto começa a verificar-se já na primeira metade do século XIX, para acentuar-se abertamente na sua segunda parte. Então os teatros, as festas, os meninos internos em colégios abriam oportunidade para justificar a presença do senhor de engenho na capital, já não tão persistentemente preso em sua propriedade. Era também, e isto já a partir de 1808, a presença do Rei como foco de atração.

O COMÉRCIO EXTERIOR

Depois da queda que sofreu no período da mineração, quando todas as atenções e recursos se voltaram para as minas de ouro e de diamantes, ao começar o século XIX intensificava-se a exportação do açúcar brasileiro, já melhorada, aliás, nos fins do século anterior. Tal fato decorria de circunstâncias internas e externas, que vinham contribuir para a maior procura do nosso produto naquele momento. Os grandes negócios comerciais, de âmbito internacional, que então se tornaram possíveis, estimulavam essa situação de melhoria nas vendas e também nos preços.

Eram as exigências do mercado internacional, sem dúvida nenhuma, que vinham contribuir para acentuar a melhoria dos preços e o aumento da exportação. A maior procura do produto brasileiro decorria, essencialmente, da situação internacional. A queda da produção das Antilhas, a revolução francesa, a inglesa, são fatores de natureza externa, que determinam a procura do produto brasileiro, deslocando-se o comércio das ilhas antilhanas para o Brasil. Estas — as Antilhas — que, nos fins do século XVII e, novamente, no século XVIII haviam concorrido, e até mesmo vencido, o açúcar brasileiro no comércio internacional, estavam agora vivendo uma fase de depressão em face de problemas de ordem política, belicosa, sobretudo as guerras napoleônicas, e mesmo econômica — esta traduzida com o aparecimen-

to na Europa do açúcar de beterraba. Daí voltar-se o mercado europeu para o produto brasileiro, desprezando a produção antilhana, oriunda, aliás, em grande parte, de suas próprias colônias.

Assim, para atender à procura dos mercados europeus, o açúcar brasileiro intensificou sua produção. A exportação cresceu. De Pernambuco só em 1808 saíram mais de 4.000 caixas de açúcar, quantidade que, no ano seguinte, triplicava, alcançando 12.801 caixas. Da Bahia, em 1817, saíram 1.200.000 arrobas. Embora a quantidade exportada pela Bahia fosse maior, nesses anos, que a de Pernambuco, o produto desta origem, porém, apresentava preço superior. O açúcar pernambucano alcançava .... 2$700 ou 2$800 a arroba. Na Bahia o preço era de 2$000, importância esta que correspondia mais ou menos ao preço do produto fluminense, enquanto o açúcar paulista, ainda em fase incipiente de produção, chegava apenas a 1$000 a arroba.

Da exportação de açúcar de Pernambuco, no período de 1808 a 1816, Tollenare nos dá um quadro, permitindo assim conhecer-se o comportamento do comércio do produto naquele momento. Em 1808 exportaram-se 4.271 caixas; no ano seguinte o volume ascendeu vertiginosamente, a 12.801 caixas, mas logo começou a manter-se oscilante, nos anos subseqüentes: 9.840 em 1810, 8.577 em 1812, 9.022 em 1813, para alcançar novo record em 1816: 15.500 caixas.

Ao tempo em que se verificou a Independência do Brasil, a produção açucareira das então Províncias do Nordeste apresentava fraco contingente em relação à produção global do País; é o que assinala Samuel Hardmann, no estudo sobre a economia rural no centenário do *Diário de Pernambuco*[15]. Vários fatores contribuíam para tal situação, e entre eles não foi de menor significação o fato de, em 1824-25, ter sido o Nordeste assolado por tremenda seca, uma das maiores registradas na região. Segundo aquele especialista a safra de açúcar reduziu-se a menos da metade. Só a partir de 1826, cessados os imediatos efeitos da seca, começa a melhorar a produção de cana, reagindo no sentido de participar o açúcar em melhor situação no comércio, como, aliás, o testemunham os números relativos àqueles anos.

Os dados publicados por Simonsen, em sua *História Econômica,* e reproduzidos em artigo de Hugo Paulo de Oliveira[16], nos oferecem uma idéia global do comportamento do açúcar brasileiro no período que vimos estudando. Entre 1806 e 1812, a tendência da exportação foi para queda, descendo de 1.500.000 arrobas no primeiro dos anos citados, para 460 no segundo. Oito anos depois os números indicavam uma reação bastante forte, pois em 1820 a exportação elevava-se a 4.700.000 arrobas, ascendendo a .... 4.790.000 no ano da Independência, para alcançar 5.200.000 arrobas em 1831. É certo que esta ascensão nem sempre foi contínua, mas oferece indicação de que a procura do produto brasileiro voltava a intensificar-se. No ano de 1830, contudo, o açúcar brasileiro figurava com pequena percentagem na produção, isto é, 15% do total, seguindo-se Cuba com 13%. A produção antilhana voltava a obter colocação, mas ao mesmo tempo verificava-se a asensão do açúcar de beterraba, cuja produção tomou grande impulso justamente no período que nos prende a atenção.

ASCENSÃO DO CAFÉ, DECLÍNIO DO AÇÚCAR

A presença do Rei em 1808 se apresenta como oportunidade para se somarem fatores diversos em benefício do Brasil. Primeiro, a abertura dos portos e, com ela, a possibilidade de imigração estrangeira; depois, a permissão para abertura de fábricas revogando assim o ato anterior de D. Maria I, e daí decorrente, a isenção de impostos para as matérias primas necessárias a essas indústrias que se iam implantar; também isenção de impostos para novas culturas, a abertura de novas estradas, e mesmo o Alvará de 21 de janeiro de 1809 concedendo aos lavradores o "privilégio de não serem executados na propriedade de seus engenhos, fábricas e lavouras e somente em uma parte de seus rendimentos"[17] — aí estão alguns dos fatores que iriam influenciar o crescimento econômico do Brasil; mas que, para-

doxalmente, iriam contribuir para afetar a economia açucareira.

De fato, no momento da Independênca, em 1822, a situação do açúcar já não era das mais favoráveis. E como a sua exportação pesava na balança comercial, verifica-se que, por essa época, nossa exportação estava em declínio, diminuindo proporcionalmente em relação à importação. O surto industrial que a permissão de fundarem-se estabelecimentos poderia auspiciar, não se verificou; o próprio fato da Independência acarretou a queda de nosso comércio com Portugal. E em relação particularmente ao comércio do açúcar, outro produto justamente no período da Independência, começava a surgir, fazendo concorrência ao açúcar: o café.

O comércio internacional, restaurando-se da situação perturbada de fins do século XVIII, recompunha-se; e a Europa voltava a comerciar com suas colônias nas Antilhas; as Treze Colônias, formando agora nação independente, tornavam-se foco de comércio mais intenso; encerrado o ciclo da revolução francesa, havia perspectiva de paz. O Brasil, contudo, sofreu. Justamente na faixa de anos que antecedem e sucedem à Independência, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, ambos movimentos verificados justamente na região mais açucareira, iriam perturbar o ritmo de nosso comércio.

Na época em que Rugendas esteve no Brasil, justamente depois da Independência, o açúcar constituía o principal artigo de exportação da Bahia(18); e acrescentava que o comércio desta Província era maior que o do Rio de Janeiro, capital do País. Se bem que ocupando posição de tal destaque no comércio da Bahia — e o mesmo aconteceria com Pernambuco, onde o açúcar era o principal gênero de exportação — o produto já começava a sentir os efeitos da dupla concorrência: no exterior, a produção de beterraba entrando no comércio europeu; e no interior, a ascensão do café como produto de exportação.

De fato, a análise do quadro do comércio do Brasil com Portugal evidencia que, em 1810, houve uma exportação no valor de 1.023.110 libras contra uma importação de 814.550 libras; em 1816, a situação já se invertia: uma exportação de 2.684.330 libras e uma importação de 2.862.220. Os decênios seguintes não foram favoráveis ao comércio brasileiro. No período 1821-30 a exportação foi de 39.097.000 libras ouro, e a importação de 42.504.000; no decênio 1831-40 a exportação subiu da .... 45.805.000 libras ouro, mas a importação cresceu ainda mais, chegando a ... 54.291.000 libras ouro. Ano a ano, o comércio se manteve assim, ora melhorando, ora baixando; o ritmo, porém, desigual, desequilibrado. Na realidade, o açúcar sofria; e o café iniciava sua marcha ocupando o primeiro lugar no comércio de exportação.

Do que pôde observar quando de sua presença no Brasil, presença de quinze anos, Debret registrou, em seu livro de viagens, que de 1816 à data em que escrevia, o Brasil estava experimentando um aumento contínuo na quantidade de açúcar e de café exportada para a Europa(19). O café então já aparecia nas pautas de exportação, e é justamente no período da Independência que ele começa sua concorrência ao açúcar.

E tão forte se tornou o prestígio do café, na produção nacional, que suas folhas verdes vão aparecer na bandeira do Brasil independente, esquecida a cana de açúcar que, durante três séculos, servira de verdadeiro sustentáculo da economia, da sociedade, da vida do Brasil. Tivera razão o governador colonial, ao dizer que o açúcar era a verdadeira riqueza do Brasil; mas, no momento da Independência, essa riqueza era desprezada na simbolização do novo país. Importância se dava ao café; talvez numa antevisão do que ele haveria de ser a partir de então e até nossos dias.

NOTAS

1) Carta muito interessante, Doc. n. 10.907 in Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente no Arquivo da Marinha e Ultramar — *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, *32*, 1910.

2) TOLLENARE, L. F. de — As notas dominicais. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, *11* (61/62): jun. 1904.

3) VILHENA, Luís dos Santos — *Notícias soteropolitanas e brasílicas*. Anatodas pelo Prof. Braz do Amaral, Salvador, Ba., Imprensa Oficial do Estado, 1922. Tomo II.

4) O assunto — tipos de engenho — foi desenvolvido pelo Autor em *O Engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Documentário da Vida Rural, 1) e *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1954.

5) Sobre o assunto ver os relatórios de VAUTHIER, Louis Lèger. *Revista do Arquivo Público*, Recife, *3*, (5), 1948.

6) *DIALOGOS das Grandezas do Brasil*. Introd. Capistrano de Abreu e notas Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, Academia Brasileira, 1930. v. II - História. (nota 6 ao Diálogo Terceiro).

7) KOSTER, Henry — *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942. (Col. Brasiliana, 221).

8) VILHENA, Luís dos Santos — op. cit. O número de escravos, 80 por Engenho, era o mesmo que muitos anos depois Rugendas estabelecia para um engenho de açúcar, em Pernambuco, de atividade satisfatória.

9) Vale lembrar, pelo menos, dois livros da época, em que se advoga a abolição do tráfego e da escravatura e a implantação da pequena propriedade: COSTA, João Severino Maciel da, Marques de Queluz — *Memórias sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos no Brasil*. Coimbra, 1821; e RABELLO, Henrique José — *Memória e considerações sobre a população do Brasil*. Salvador, Ba., 1836.

10) RAMOS, Arthur — *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1943. v. 1.

11) TOLLENARE, L. F. — op. cit.

12) FREYRE, Gilberto — *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. José Olympio, 1960. (Obras Reunidas de...) T. 1.

13) RUGENDAS, João Maurício — *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1940. (Bibl. Histórica Brasileira, *1*).

14) Embora tenhamos a excelente tradução da obra de Maria Ghaham, que se deve a Américo Jacobina Lacombe, na Coleção Brasiliana, usamos aqui referências da tradução de Waldemar Valente, na parte relativa a Pernambuco. *Maria GRAHAM, Uma inglesa em Pernambuco nos começos do século XIX*. Recife, 1957. (Col. Concórdia).

15) Cem anos de agricultura e pecuária no Nordeste. *In*: *Livro do Nordeste* (comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco, 1825-1925), Recife, Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

16) OLIVEIRA, Hugo Paulo de — Exportação do açúcar brasileiro. *Brasil Açucareiro, 75* (5): maio 1970.

17) Cf. SIMONSEN, Roberto — *História Econômica do Brasil*, 1500-1820. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1937. v. 2 (Col. Brasiliana, 100-A).

18) RUGENDAS, João Maurício — op. cit.

19) DEBRET, Jean Baptista — *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1940. T. 1. (Bibl. Histórica Brasileira, 4).

A PROPÓSITO DA INFLUÊNCIA DOS SENHORES DE ENGENHO NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA

FERNANDO DA CRUZ GOUVÊA*

Pioneiro em destacar a importância dos fatores sociais e econômicos no processo histórico nacional — o que levaria Gilberto Freyre a considerá-lo um "historiador-sociólogo" —, em diversas passagens de sua obra aludiria Oliveira Lima ao papel preponderante desempenhado pelos grandes proprietários rurais na condução dos destinos políticos do Brasil, desde que se situaram na crista de uma sociedade definida desde tempos coloniais. Capítulo como "A Sociedade brasileira — Nobreza e Povo", incluído em *O Movimento da Independência*[1], "constituiu novidade em nossa historiografia, máxime no tempo em que Oliveira Lima — escreveu o seu livro", afirmou Octávio Tarquínio de Souza[2] apreciando com sua autoridade de especialista no período de formação do Império, aquela sugestiva análise, bem aproveitada pelos historiadores mais novos, dos contigentes que influíram no País desde a sua emancipação até o advento da República.

Nesse estudo, admite Oliveira Lima que entre nós existiu "gente de nascimento", isto é, uma nobreza que ele, acompanhando o sociólogo sul-americano Arcaya, preferiria chamar de "burguesia", nela incluindo homens de inteligência, conhecidos mesmo na Europa, como foi o caso de José Bonifácio, sem esquecer, evidentemente os padres e frades liberais, "grandes independentes", pois recrutados via de regra no seio da população colonial, nos momentos de crise "eles seguiam a causa do seu país", fato passado tanto no Brasil como noutros países do continente.

Alcançando mais longe do que os historiadores brasileiros, despreparados teoricamente e voltados apenas para os aspectos factuais, chamava Oliveira Lima atenção para a ausência de "povo", quer no Brasil quer nos países de língua castelhana deste hemisfério. Preocupava-se, entretanto, em deixar claro que sua afirmativa tinha um sentido distinto da opinião de um observador bem informado acerca dos sucessos políticos dos tempos da Independência e do Primeiro Reinado — o Barão Wenzel de Mareschal, agente diplomático da Áustria no Rio de Janeiro, entre 1821 e 1831 —, de que no caso de uma revolução, o povo brasileiro se cansaria da anarquia mais cedo do que comumente acontecia na Europa, pois sua composição se resumia, essencialmente, de fazendeiros, e não havia a ralé, instrumento indispensável a qualquer tipo de agitação.

No seu reparo à afirmativa do diplomata vienense, explicaria Oliveira Lima que "a ralé existia, mas era um elemento inteiramente fora da vida política: o grau de ignorância, a condição de falta de cultura, vedava ao povo propriamente qualquer participação na vida consciente da comunidade". À sua visão do que era o povo brasileiro quando o País lo-

---

* Historiador, ex-Diretor do Museu do Açúcar.

grou a emancipação política, acrescentaria o historiador que razões de nascimento ou de sangue não constituiam fatores capazes, por si só, de subordinarem alguém a um imobilismo social permanente.

Portadora de uma experiência bastante condicionada pela metrópole, mas ainda assim válida nos assuntos políticos e administrativos, acumulada ao longo do período colonial, a sociedade agrária brasileira na qualidade de categoria dominante — a "burguesia" que, na opinião de Oliveira Lima, foi impedida pelo Império de alcançar suas aspirações de oligarquia —, assumiria o poder após a Independência como única elite disponível e consolidaria sua hegemonia até que as mudanças impostas pelo processo histórico começaram a se impor. O Visconde do Rio Branco nas suas magníficas *Cartas ao Amigo Ausente* descreveria as manifestações surgidas por volta da década de 50 do século passado, quando o Brasil passou a dar mostras de que começava a se afastar do que historiadores modernos chamariam de "modelo tradicional", e a se desenvolver material e socialmente. Intensificou-se àquela altura a urbanização, fenômeno destinado a exercer enorme sedução no espírito dos proprietários rurais; então, uma nova elite cultural que incluía jornalistas, professores e bacharéis, oriundos quase sempre das velhas estruturas, começou, por sua vez, a participar com crescente intensidade dos problemas nacionais, influindo nas soluções propostas pelo Governo através de animados debates parlamentares em que apenas um ou outro senhor rural, bacharel de Olinda ou São Paulo, tinha condição de enfrentar. A propósito dessa elite, cumpre lembrar que "formavam os sacerdotes a classe mais instruída do país', conforme observaria Oliveira Lima amparado em testemunhos como o do inglês Koster que, tornando-se senhor-de-engenho em Pernambuco, conviveu de perto com três padres que se tornariam lendários: o Vigário Tenório, Almeida Fortuna e o Padre João Ribeiro, este "a figura mais notável dos nossos fastos republicanos", que não tardaria muito a se tornar um dos mártires da Independência brasileira.

Não havia, entretanto, entre os novos expoentes da vida nacional e as categorias dominantes, divórcio de opinião capaz de colocá-los em campos políticos antagônicos. A ênfase jurídica também observada entre a geração letrada em ascensão, era uma demonstração evidente do seu compromisso de manter a ordem econômica e social, ou quando muito, de procurar adaptá-la a uma certa modernização, de resto, indispensável à preservação do que havia de essencial no poder que afinal todos representavam.

Os clãs que pretenderam organizar o Brasil "segundo suas preferências teóricas", na expressão de Oliveira Lima, encontravam seus pontos de sustentação nos raros morgadios que, para o autor de *D. João VI no Brasil,* neste além-mar "não entraram nos hábitos", e principalmente nos latifúndios formados em circunstâncias normais nos tempos coloniais, isto é, quando não havia outra solução para a colonização que não fosse a doação de amplas porções territoriais que se revelariam de rendimentos incertos, e continuariam na maioria dos casos, largamente baldias no decorrer do 2.º Reinado. Lembraria então Oliveira Lima que as grandes fortunas, via de regra, são fundadas na indústria e no comércio, e só raramente na agricultura, daí porque os latifúndios brasileiros representaram poder político para os clãs, mas nunca apresentaram "um rendimento sequer suficiente e estável. O número dos ricos andava limitado, graças à divisão da propriedade, a não ser pelo resultado do próprio trabalho e felicidade: ora, com a obrigação do esforço individual, maior ou menor, cessava a primeira condição de uma aristocracia do lazer". Se o autor de *O Movimento da Independência* considerava este pensamento válido para explicar a classificação de "burguesia" por ele dada à classe que muitos chamavam de "aristocracia rural", da qual os senhores-de-engenhos seriam os tipos mais representativos, o fato é que mais de um estudioso da evolução social do Brasil acredita que a extinção dos vínculos determinada pelo governo imperial, pode ser apontada como uma contribuição poderosa para a decadência da estrutura de produção baseada no patriarcalismo. Levados a gene-

ralizar por força, talvez, de exemplos colhidos noutras regiões do País, os formuladores dessa interpretação um tanto teórica e esquecida dos fatores econômicos que tornavam impossível a sobrevivência da sociedade patriarcal, na verdade não se aperceberam, como deveriam, de uma circunstância eminentemente característica da zona canavieira: a implantação e operação de um engenho antigo, da mesma forma que hoje acontece com as modernas unidades industriais, impunha limites a essa suposta divisão de terras, de vez que as grandes propriedades são necessárias ao cultivo da cana. A agroindústria seria impraticável e anti-econômica em minifúndios. Uma das provas estaria na sobrevivência dos velhos engenhos depois da referida lei, e até mesmo quando se transformaram por força de estatutos e de legislação específica em "fundos agrícolas", fornecedores de matéria prima às grandes usinas, ou por elas incorporados. Distintos uns dos outros, depois de tragados pelo leviatã industrial os banguês conservaram-se vivos na memória regional que não precisa ir aos cartórios para identificar seus respectivos nomes e divisas. Alguns ainda exibem as casas-grandes de outrora, vazias dos senhores, das famílias patriarcais e dos seus jacarandás, onde aquela gente nascia, vivia e morria apegada às propriedades que assim passavam de geração a geração. As casas-grandes que ainda resistem ao tempo e à indifreneça das empresas, aparecem agora degradadas ou em ruínas, qual espectros da grandeza de um passado que se esfumou.

A propósito, ocorre com muita freqüência, a suposição de que os senhores-de-engenhos seriam proprietários exclusivos de suas terras, de que eles teriam a posse total dos engenhos-de-açúcar. O exame da documentação referente a engenhos do vale do Tracunhaém, registrados em cartórios da cidade de Nazaré da Mata, em Pernambuco, no período compreendido entre 1840 e 1930, reunida e relacionada pelo antigo Serviço Especial de Documentação Histórica do Instituto do Açúcar e do Álcool, após demoradas pesquisas, comprova, na verdade, uma sistemática fragmentação do domínio, mas, não das terras, que continuaram indivisas, e ao mesmo tempo o material revela que os grandes latifundiários, supostos únicos senhores de seus engenhos, eram, na maioria das vezes, co-proprietários, herdeiros encabeçados ou simplesmente rendeiros. A documentação cartorial daquela vasta área da mata norte pernambucana atesta que a figura do proprietário absoluto de um ou mais engenhos, constituía naquela fase de esplendor do "banguê", realmente uma minoria muito restrita, e o pesquisador que proceder a idêntico levantamento noutras regiões açucareiras onde prevaleceu a família patriarcal, possivelmente chegará a uma conclusão idêntica à apurada pelo setor agora extinto daquela autarquia.

O esgotamento do ciclo do engenho banguê e da sociedade das casas-grandes diante da modernização, aliás tardia, da indústria açucareira do Brasil, seria apreciada em algumas de suas repercussões sociais por Gilberto Freyre, ao voltar dos Estados Unidos, onde se graduara. Numa série de artigos numerados, o futuro autor de *Casa-Grande & Senzala* censurava os senhores-de-engenhos pelo abandono das propriedades que, na verdade, por despreparo técnico e principalmente por falta de recursos, não sabiam ou não podiam mais explorar em termos tradicionais numa era de industrialização. Daí o êxodo para a cidade, a ausência das terras por parte dos senhores-de-engenhos que se despiam assim dos seus reais instrumentos de poder, e conseqüentemente da influência política desfrutada por gerações. "Entenda-se por absenteísmo a ausência dos senhores-de-engenhos de suas terras", dizia o sociólogo analizando o procedimento daqueles esgotados descendentes de um patriarcalismo possível noutros tempos, num Brasil de trabalho escravo e de economia rudimentar. "Ter terra e não dominar nela, deve ser a primeira condição e até em boa lógica, a primeira razão de a perder. Isso de ter terra e ser dono dela; isso de ter propriedade e conhecê-la; isso de saber mandar — foi bom para os nossos avós". Realmente, aqueles avós tiveram apego à terra, cultivaram-na com técnicas primitivas que lhes possibilitavam rendimentos suficientes para a manutenção do "status" de senhores que tinham nas casas-grandes e também nas senzalas, os grandes

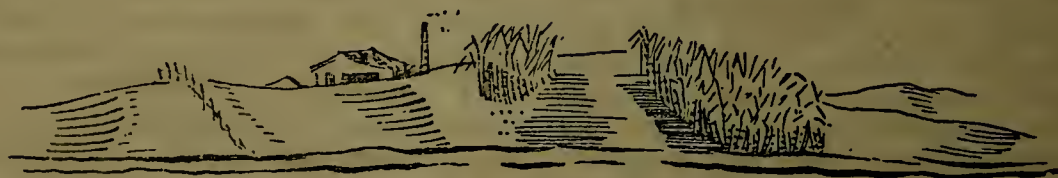
símbolos de poder e de permanência. Daí Gilberto Freyre salientar que "nada menos parecido a vagões de ciganos que as casas boas e sólidas dos nossos avós. Mesmo as que esverdinham no abandono, conservam o velho ar senhorial com que outrora dominavam o verde sem fim dos canaviais", e somente a falta de capacidade técnica e de condições econômicas teriam impedido que os clãs açucareiros se capacitassem a continuar dominando adaptados às novas circunstâncias impostas pelo progresso. Os grandes proprietários entregaram-se ao *absenteismo,* e "em alguns casos a renúncia à gleba foi absoluta: venderam-na". Nada mais restava do amor da terra recebida de gerações anteriores, e em troca, a gente rural sentia uma atração irresistível pelas cidades que se modernizavam e ganhavam um conforto que as casas-grandes não ofereciam e os canaviais não possibilitavam. "Cresce o desapego à gleba e o sentimento de família apenas sobrevive nas suas desvantagens: o nepotismo. Nestas condições, onde pousar um olhar de esperança?"(3), indagava Gilberto Freyre testemunha inquieta das derradeiras cenas da decadência dos senhores-de-engenhos. Sendo um homem telúrico, ligado à gente do massapê, o cientista social lamentava que os senhores de outrora, poderosos como classe, se contentassem agora com uma existência vegetativa, com as migalhas caídas da mesa de um poder que eles chegaram a desfrutar e que não souberam adaptar à sociedade moderna. O nepotismo e os empregos públicos nas grandes cidades terminariam por tornar indistintos os nomes de famílias antes ilustres, e a diluir na enxurrada da massificação, os derradeiros troncos de um patriarcalismo que tanto influíra nos destinos do País e que se esgotara juntamente com o ciclo econômico que possibilitara uma grandeza secular.

Muitos antes que isso acontecesse, começara a se tornar visível a ruptura do equilíbrio que a hegemonia política e econômica dos senhores rurais representava para o regime. Iniciara-se, como salienta Oliveira Lima, a decadência da camada superior da sociedade brasileira até o final do século passado, "composta de agricultores — fazendeiros ou senhores-de-engenho —, assistida com certa indiferença pelo poder imperial que, através dos sucessivos gabinetes, nunca se preocupou muito em ajudar aquela classe naturalmente ligada à monarquia. Não demoraria muito que às velhas estruturas nada mais restasse do que uma representação parlamentar, derradeira forma de participação política que a República tolerava, evidentemente sem mais os títulos e outras exterioridades inócuas que a Coroa outorgava à guisa de compensação pela perda efetiva de poder. Nos derradeiros tempos da monarquia, os delegados dos grandes proprietários no legislativo viram-se obrigados a enfrentar uma influência cada vez mais incontida das novas gerações em trânsito para posições políticas mais de conformidade com o espírito da época, sem rompimento, contudo, com a ordem social e econômica dominantes. Nem mesmo nos momentos mais agudos da campanha abolicionista que sensibilizou as camadas letradas e entusiasmou as populações dos núcleos urbanos.

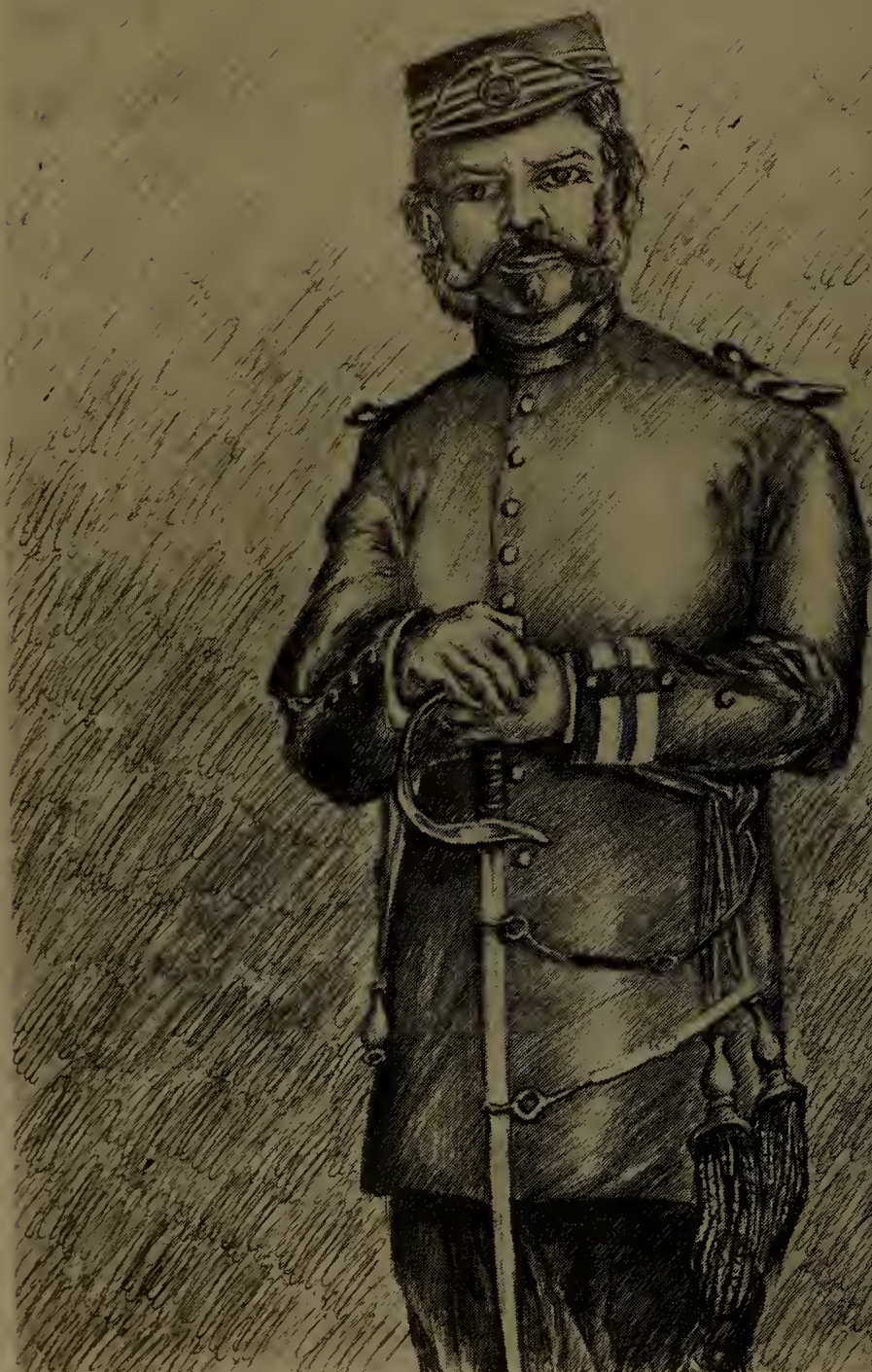
BIBLIOGRAFIA

1) — *O Movimento da Independência* - Companhia de Melhoramentos de São Paulo, São Paulo 1922, pág. 36.

2) — "Independência, Primeiro Reinado, Regência", *in Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros,* Rio de Janeiro, 1949, pág. 414.

3) — "73", *in Diário de Pernambuco,* edição de 7 de setembro de 1924.

O regime imperial tinha na classe rural sua principal base política.

Francisco do Rego Barros, então Barão, depois Conde da Boa Vista — Catálogo de História do Brasil, n.º 18494, Lit. por F. R. Moreau, s/d. Gentileza da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — Visconde de Camaragibe — 1806-1875 — Catálogo de História do Brasil, nº 18.306, Lit. por S. A. Sisson — Assembléia Geral Legislativa — Galeria dos Representantes da Nação (1861) — Pernambuco — Gentileza da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Outra forma de presença dos Senhores-de-Engenho
na vida política do Brasil Império: Oficial
da "Guarda Nacional".

ENGENHARIA E AÇÚCAR: MIGUEL CALMON, ENGENHEIRO E HOMEM PÚBLICO

MÁRIO BARATA(*)

Em 1879 nasceu na Bahia o engenheiro e político Miguel Calmon du Pin e Almeida, um dos estadistas brasileiros de maior significado na Primeira República. De 1895 ou 1896 a 1899 foi aluno da antiga "Escola Polytechnica" do Rio de Janeiro, onde alcançou o diploma de engenheiro civil. Essa circunstância marcou a sua personalidade, distinguindo-o na administração federal, onde não eram muitos os engenheiros.

No Império, os bacharéis em direito, entrosados ou alternados com os senhores do café e do açúcar, constituíram, de preferência, a alta administração do País, sendo aí raros os engenheiros, como Buarque de Macedo. Ainda na 1.ª República, os bacharéis tiveram posição destacada no governo, ao lado de uns poucos militares.

Os convites a Miguel Calmon feitos em 1902 pelo Governador da Bahia, Severino Vieira, e em 1906 pelo Presidente eleito Afonso Pena parecem fazer parte do esforço renovador da República, no plano material do Brasil, ao albor do século. Os políticos buscavam técnicos que resolvessem bem a tentativa de transformação rápida das bases materiais do País, colocando-o em melhor nível de civilização.

Os estudos e pareceres de Calmon, de cêrca de 1902, sobre Serviço de Águas, elevador hidráulico Lacerda, aplicações industriais do álcool, a mica sob o ponto de vista industrial, aproveitamento de energia elétrica, iniciavam uma bibliografia que revela a competência do especialista.

Os deveres da alta administração levaram-no cedo a preocupar-se com problemas agrícolas — unidos aos de Viação e Obras Públicas, aliás, numa pasta única, no seu Estado — bem como, mais tarde, com problemas econômicos, educacionais e políticos básicos para a sua atuação no plano nacional, como homem de Estado.

Como engenheiro já se revelara apto a compreender os problemas técnicos, industriais ou agrícolas do açúcar, do álcool, da borracha, do café, e sobre o segundo citado acima já escrevera monografia antes da escolha e aceitação da referida Secretaria de Governo. O seu discurso de paraninfo na Escola de Minas de Ouro Preto, de 1918, comprova a sua visão fundamental de engenheiro, que forjou e consolidou a de estadista. Era dotado de imaginação e audácia, havendo em 1903 publicado na Bahia um trabalho intitulado *Aproveitamento da Energia Solar*. Já em 1902, ao sair em volume, no Salvador, a sua obra *Aplicações Industriais do Álcool*[1], era Calmon professor da Escola Politécnica da Bahia, como vem referido na folha de rosto do livro. Honrava-se disso o autor já que por exemplo, em 1913, ao saírem os *Fatos Econômicos*, no Rio, repete a indicação do título.

O primeiro livro citado, com 142 páginas em 1/8 pequeno, estuda as propriedades gerais dos álcoois, a iluminação e o aquecimento pelo álcool, motores a álcool, álcool mineral e várias conclusões. A respeito de iluminação resume conclu-

* Crítico de Arte Ex-Professor da Escola Nacional de Belas Artes. Jornalista.

sões do livro francês, de 1902, de Defays e Pittet, além de basear-se em Perissé, Basset, Barbier e outros autores.

Trata-se de livro técnico, objetivo, bem escrito. Os estudiosos do assunto poderão lê-lo com proveito.

Mais tarde houve, no Brasil, um Congresso das Aplicações Indústriais do Álcool, cuja comissão executiva pediu a Miguel Calmon que respondesse a dois quesitos, dentre os formulados para debate na reunião. Tratava-se do 5.º) "Deve ser adotada a desnaturação do álcool?" e do 6.º) "Na hipótese da desnaturação, qual o processo a seguir?"

Releve-se que, no Rio, em 1903, fora editado o seu trabalho *A desnaturação do Álcool*. As respostas as citadas perguntas vez no texto "O Alcoolismo e a Utilização Industrial do Álcool", publicado em 1913, no livro *Fatos Econômicos*, em edição Francisco Alves.

Calmon admirou-se com a pergunta formulada inicialmente, chegando a aventar a idéia de que sua enunciação resultaria de "manifesta aversão nossa por quaisquer inovações" (p. 9). Ataca fortemente o vício do álcool e diz que entre nós "são aterradores" os dados que lhe facultaram Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, a respeito de doentes no Hospício Nacional de Alienados.

No mesmo livro insere duas longas notas sobre *O álcool desnaturado* (pp. 331-345) e *A taxação do álcool* (pp. 317-329). Aconselha a desnaturação pelo uso de fórmula com metileno (1%), acetonas superiores (1/2%), Piridina (1%) e Fluoresceina (0,0001%), por cem litros de álcool a 90°.

Em 1903, foi impressa no Rio (Cia. Tipográfica do Brasil), sob a égide da Sociedade Nacional de Agricultura, a plaqueta: *O Açúcar e o Álcool na Bahia,*[2] por Miguel Calmon du Pin de Almeida ..."publicado por ocasião de realizar-se a exposição internacional de aparelhos a álcool". Escrito a convite do presidente de S.N.A., e "procurando corresponder ao benêvolo interesse... por meu opúsculo *Aplicações Industriais do Álcool*", trata-se do volume de 54 páginas e carta estatística. Apresenta várias fotos das Usinas Pitanga, Rio Fundo, Aliança, S. Bento, Terra Nova, no Município de Santo Amaro e noutros vizinhos. A última e a Destilaria Modelo, com prédios neo-clássicos. As outras em arquitetura de tipo anterior, tradicional. Analisa uma época de profunda crise açucareira na Bahia, que atingiu seu clímax em 1897. Cita "memorável livro, *Ensaio sobre o Fabrico do Açúcar*, do então Conselheiro Miguel Calmon" ...publicado na Bahia em 1833 ou 1834, que se queixa da diminuição do braço escravo "não havendo probabilidade alguma de que a falta" seja tão cedo suprida por outros mais prestantes. Aconselhava o futuro Abrantes, entre outras coisas, o emprego de máquinas e medidas gerais "a noite começa a pairar sobre os nossos engenhos".[3] Mas seus conselhos foram parcialmente ouvidos. Calmon ataca D. Pedro II: "Na verdade, se o monarca brasileiro em vez de procurar desenvolver os estudos clássicos, como foi sempre preocupação de seu espírito, tivesse ensaiado analisar o seu povo e suprir o que lhe era urgente, certo, não prevaleceria hoje esse espírito retórico e incompetente que, infelizmente, constituiu a massa de nossa sociedade." (op. cit. p. 6) Mas faz restrições no mesmo sentido, à República.

O autor sugere medidas práticas, de ordem técnica, inclusive em relação ao fabrico do açúcar (pp. 16-23) e as suas aplicações, tratando sobretudo do álcool.

Anote-se ainda, paralelamente e como curiosidade, que tendo o mesmo nome de seu antepassado Marquês de Abrantes, ocorrem às vezes confusões estranhas como a que vimos, uma vez, em ficha de livro do segundo, em biblioteca, dado correta e explicitamente como de 1823, vindo nela porém as datas de vida do primeiro, 1879-1935.

Miguel Calmon honrou com sua ami-

---

(1) Com a indicação: "Contribuição ao estudo do problema por ocasião da I Conferência Açucareira do Brasil, realizada na Bahia em junho-julho de 1902." Bahia, oficinas do *Diário da Bahia*, 1902. Foi escrito a pedido do engenheiro civil Alexandre de Goes, membro da Sociedade Baiana da Agricultura e editado por ordem do Governador Severino Vieira.

(2) Há exemplar (cota 338.L736/D.934) na biblioteca do I.A.A., no Rio.

(3) p. 44, apud *O Açúcar e o Álcool na Bahia*, p. 5.

zade a meu pai e assim ouvia falar dele nos anos 30, um pouco antes que me deslumbrasse a bela coleção de antiguidades, que a sua ilustre viúva D. Alice de Porciúncula doou ao Museu Histórico Nacional, merecendo a honra de um catálogo-livro, preparado por Gustavo Barroso. E a justiça de ser local de muitas aulas práticas do Curso de Museologia e de estudos espontâneos de alunos. Já nesta última qualidade eu apreciava — diga-se de passagem — a atraente biografia do técnico, que viajara ao Oriente em busca de informações sobre a agricultura e engenharia, pois possuía livros sobre as transformações do Rio e do Brasil no início do século XX e era senhor daquela rica coleção de obras de arte, em nível raro no Brasil.

O estudo a que bem mais tarde procedi sobre a importantíssima Exposição Nacional de 1908 e as comemorações de centenário da abertura dos Portos, devidas sobretudo a Miguel Calmon, aproximaram-me bastante de sua memória. Seu parente e afilhado Pedro Calmon — que fora seu secretário nos anos 20 e gosta de relembrar ter então conhecido, na casa de Miguel, Hamilton Barata, falou-me do volume *In memoriam* (*Miguel Calmon/sua vida e sua obra*. ed. Pongetti, Rio, 1936). Segundo informação manuscrita do antigo Reitor da Universidade do Brasil, no exemplar por ele doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi ele próprio o "autor do texto e idealizador da edição, em comovida e grata homenagem".

A rápida biografia inserida como "Palavras de 1927" é pois de autoria de Pedro, sendo mesmo um dos seus primeiros escritos. Até hoje não constava da ampla bibliografia do citado historiador.

Austero e eficiente Ministro da Indústria, Viação e Obras de Afonso Pena — Governo que deu ênfase à expansão ferroviária nacional, inclusive chegando ao nosso Extremo Oeste, foi o Ministro de Estado mais jovem da história do País (dos 27 aos 31 anos). As soluções dadas aos problemas foram sempre de técnico e de homem generoso, cercando-se de sumidades, com vontade de acertar.

Em 1922 volta ao Governo Federal, como Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, no fastígio dessa pasta. Relatórios diversos e resumo publicado no "Jornal do Commercio" (de 14 de novembro de 1926) comprovam a eficiência de sua gestão. Pedro Calmon reproduz o último, no IN MEMORIAM, mas não nos dá o valioso discurso de paraninfo, em 1924, na formatura de Químicos Industriais, que referiremos a seguir.

Seguidor idealista de Rui Barbosa na política baiana e federal, foi ainda Senador da República, de 1926 até 1930. Sua intervenção na campanha civilista fora desassombrada e só por si merecia um artigo, a relembrá-la. Comprova a sua coragem, o seu elevado caráter e sua visão das necessidades brasileiras.

No ano do 50.º aniversário da nova designação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1924), a turma de químicos industriais escolheu Miguel Calmon como paraninfo e Paulo de Berredo Carneiro para orador. O então Ministro de Estado fez um discurso realista, objetivo em que dizia: "por mais dotado que seja pela natureza, nenhum país resiste à concorrência da produção estrangeira, quando não se orienta pelos mesmos princípios de organização técnica e científica". Mas alertava para a necessidade de técnicos nacionais mesmo que, como japoneses, estudassem em países mais adiantados. De passagem, é de justiça referir o valor cultural da oração, de teor positivista, do Embaixador Paulo Carneiro, atualmente membro do Conselho Executivo da Unesco.

Houve outro discurso de Calmon, no gênero, na Escola de Engenharia de Belo Horizonte, publicado em 1926, tendo sido ainda paraninfo em outras oportunidades, em vários estabelecimentos de ensino.

Miguel Calmon fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde pronunciou discurso de recepção em 15 de novembro de 1915. Destaque-se finalmente, entre seus trabalhos ainda não citados: 3 *Ensaio sobre a fadiga dos metais,* Bahia, 1903; *Relatório da Secretaria da Agricultura,* 2 vols., Bahia, 1903; *O Cacau* (estudos diversos), Bahia, 1903-1904; *Código Florestal,* Bahia, 1904. Deles, alguma instituição poderia publicar significativos extratos para melhor conhecimento da obra desse importante brasileiro da Primeira República, ligado, como vimos, também, à tecnologia do açúcar e do álcool.

MUSEU DO AÇÚCAR

Com apenas doze anos de existência, o Museu do Açúcar já tem uma longa história para contar.

Criado pela Resolução 1475/60, da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, então sob à presidência do Jornalista Manoel Gomes Maranhão, foi inaugurado no dia 3/8/60, com uma exposição realizada na sede do IAA, no Rio de Janeiro.

Resultante de um profícuo trabalho de pesquisa, realizado pelo Historiador Gil de Methódio Maranhão, essa primeira mostra despertou grande interesse nos visitantes, que ali descobriram uma rica fonte de estudos. A criação do Museu do Açúcar foi aceita com grande entusiasmo e, logo após a sua inauguração, ele recebeu uma visitação surpreendente.

No ano seguinte, ele foi transferido para o Recife, onde foi inaugurado em sede provisória, no dia 31/01/61. Apesar das precariedades das novas instalações, o Museu do Açúcar, sob a direção do Sr. Fernando da Cruz Gouvêa, teve uma afluência muito grande de visitantes. Diariamente, dezenas e até centenas de estudantes e visitantes os mais diversos, percorriam suas várias seções.

Entretanto, o Museu crescia continuamente e urgia que se fizesse, o quanto antes, a sua transferência para a sede própria, que estava sendo construída em terras que foram no século XVII, possivelmente, do engenho Monteiro. Lugar, por excelência, açucareiro, no passado, portanto, ideal para no presente nele se levantasse um Museu do Açúcar.

No dia 12 de outubro de 1963, em meio às festividades do 30º aniversário do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Museu do Açúcar foi, finalmente, inaugurado, em sessão solene presidida pelo Dr. Manoel Gomes Maranhão, então Presidente em exercício do Instituto.

Nesse dia foi aberta ao público a exposição de cunho social, intitulada "O Açúcar e o Homem", montada pelo arquiteto Aloísio Magalhães. De caráter permanente, esta mostra permanece até hoje, depois de 9 anos de inaugurada, recebendo os mais altos elogios, pelo bom gosto e técnica apurada de exposição, dentro do mais moderno estilo de comunicação.

Em setembro de 1964, foi aberta a primeira exposição temporária do M.A., sob o tema de "Medalhas Holandesas", com catálogo prefaciado pelo Historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto. Nessa ocasião, o Museu estava sob a direção de Virgínia Ribeiro de Barros e Silva, Chefe da Seção de Museologia.

"Titulares Pernambucanos do Império" foi a segunda exposição temporária do M.A., em 1965, quando o Museu já se achava sob a direção do Dr. Luís da Rosa Oiticica, que permanece até hoje neste cargo.

Outras exposições temporárias seguiram-se:

— "Cultura da Cana-de-Açúcar" — 1965. — "Engenhos do Vale do Siriji" — 1966. — "Cultura e Indústria da Cana-de-Açúcar" — 1967. — "Bigodes" — 1967. — "530º Aniversário da Cidade do Recife" — 1967. — "Rótulos de Aguardente" — 1967. — "80º Aniversário da Abolição da Escravatura" — 1968. — "Engenhos da Vale do Jaboatão" — 1968. — "Engenhos do Vale do Pirapama" — 1969. — "Folclore da Zona Canavieira do Nordeste" — 1971.

Em 1972, finalmente, após algumas mostras provisórias do seu acervo referente à história e à técnica da indústria açucareira, o M.A. abriu ao público, no dia 17 de março, a exposição permanente "História e Técnica", que veio a constituir um marco na história do Museu do Açúcar. No ato de sua inauguração

MUSEU DO AÇÚCAR

Vista exterior do Museu do Açúcar.

Um açucareiro de ouro, com incrustações de rubi, safira e diamante.

SPECVLVM

ORIENTALIS OCCIDENTALISQVE INDIÆ NAVIGATIONVM;

Quarum una Georgij à Spilbergen classis cum potestate Præfecti, altera Iacobi le Maire auspiciis imperioque directa, Annis 1614,15,16,17,18.

Exhibens Noui in mare Australe transitus, incognitarumque hactenus terrarum ac gentium inuentionē: prælia aliquot terra marique commissa, expugnationesq; vrbium: vna cum duabus nouis utriusque Indiæ Historijs, Catalogo munitionum Hollandicarum, ducum & reliqui bellici apparatus, Fretisque quatuor: suis quæque figuris ac imaginibus illustrata.

Lugduni Batauorum apud Nicolaum à Geelkercken. AN. CIƆ IƆ CXIX.

Sumptibus IVDOCI HONDII.

Frontispício do livro "Speculum Orientalis Occidentalis Que Indiae Navigationum de George Spilbergen" 1619.

MUSEU DO AÇÚCAR

Jardim interior do Museu do Açúcar, vendo-se ao fundo uma pedra-de-mó.

Miniatura de uma moenda movida à água, de três cilindros.

Um açucareiro de porcelana da Companhia das Índias. Um presente dos patriotas para o Imperador Pedro I.

falaram o Dr. Luís Oiticica e o Dr. Gil Maranhão, que, como convidado especial, veio do Rio de Janeiro exclusivamente para esse fim.

As atividades do M.A., entretanto, não se tem restringido, apenas, à apresentação de renovadas exposições ao público, muitos cursos, concursos e publicações têm sido objeto de trabalho da equipe que o compõe.

Vejamos, em primeiro lugar os cursos que já foram realizados:

— 1967: "Curso de Museus". — 1968: "Curso de Iniciação ao Folclore do Nordeste". — 1968: "Aspectos da Agroindústria Açucareira no Nordeste". — 1968: "Introdução à Técnica de Museus". — 1969: "Influência do Açúcar na Literatura e na Música". — 1969: "Técnica Agroindustrial Açucareira". — 1970: "Curso de Técnicas Museológicas". — 1970: "Sociologia do Açúcar". — 1971: "Antropologia do Açúcar". — 1971: "Economia Açucareira". — 1972: "Curso de ambientação" (este, coordenado pelo Instituto dos Arquitetos de Pernambuco).

Quanto aos concursos, o Museu do Açúcar realizou os seguintes:

— I Concurso de Composição "Visite o Museu do Açúcar", 1962. — I Concurso de Cartazes, 1963. — II Concurso de Composição, 1964. — III Concurso de Composição, 1965. — I Concurso de Fotografia, 1965. — IV Concurso de Composição, 1966. — II Concurso de Fotografia, 1966. — V Concurso de Composição, 1967. — III Concurso de Fotografia, 1967. — II Concurso de Cartazes, 1968. — IV Concurso de Fotografia, 1968. — VI Concurso de Composição, 1969. — I Concurso de Reportagem, 1969. — I Concurso de Artesanato do M.A., 1970. — V Concurso de Fotografia, 1970. — I Concurso de Licores Regionais, 1971 (M.A. e EMPETUR).

Com relação às publicações, foi editado, pelo Museu do Açúcar, o seguinte: **Catálogo** — O Açúcar e o Homem, Medalhas Holandesas, Engenhos do Vale do Siriji, Museu do Açúcar, Engenhos do Vale do Jaboatão, Folclore da Zona Canavieira.

Outras publicações: **Os Utingas** — Auler, Guilherme, 1963, Recife. **Casa Grande** — Mello, José Antônio Gonsalves, 1964, Recife. **Memória sobre a Cultura do Café** — Calheiros, Barnabé Elias da Rosa, 1967, Recife. **Origem e Cultura da Cana-de-Açúcar** — Passos, Marlene Muniz, 1967, Recife. **Bigodes** — Cysneiros, Lúcia Maria Rosa, 1967, Recife. **Aguardante** — Wanderley, Fernando, José, 1968, Recife. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas** — Santana, Moacir, 1970, Recife. **Análise Foliar** — Oiticica, Jarbas, 1970, Recife. **Boulitreau, Senhor de Engenho** — Fragoso, Danilo, 1970, Recife. **Sociologia do Açúcar** — Vários Autores, 1971, Recife. **Antropologia do Açúcar** — Vários Autores, 1972, Recife. **Revista do MUSEU DO AÇÚCAR** — nº 1, 1968; nº II, 1969; nº III, 1969; nº IV, 1970; nº V, 1971, nº VI, 1972.

PROGRAMAÇÃO DO MUSEU DO AÇÚCAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 1972:

Em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, o Museu está preparando uma exposição, conjuntamente com o Museu do Estado e o Museu de Arte Sacra de Goiana, que se intitulará "Usos e Costumes do Brasil da Independência", a ser inaugurada em setembro.

Dentro das comemorações do mês do folclore, o M.A. organizará com a EMPETUR um concurso de Licores e Doces Regionais, que culminará com feira desses produtos no Horto de Dois Irmãos, onde será realizado o julgamento.

"Aspecto Social da Agroindústria do Açúcar" — é o título do curso que o Museu programou para os meses de outubro e novembro, que deverá contar, como sempre acontece, com um grande número de alunos.

VISITAÇÃO DO MUSEU DO AÇÚCAR — Até o presente momento, o Museu foi visitado por 140.000 pessoas, entre as quais muita gente ilustre, que tem deixado registrado no livro de visitas, palavras de louvor ao Instituto do Açúcar e do Álcool, pela criação do seu Museu do Açúcar, que vem sendo, desde a sua inauguração, uma realidade cultural na vida de Pernambuco e do Brasil.

ENGENHO NOSSA SENHORA DO DESTÊRRO — CAMPOS (RJ)

CARLOS VASCONCELLOS RODRIGUES DE BRITTO*

Este engenho existiu desde o primeiro quartel do século XIX, sendo transformado em usina no final, e demolido na terceira década do século seguinte.

Nosso intento é fazer uma pequena análise dos valores ativos, baseados numa partilha entre os herdeiros do seu antigo proprietário, Manoel de Britto Coutinho, realizada em julho de 1859, formando assim uma idéia do que eram essas propriedades no século passado.

A fazenda de Nossa Senhora do Destêrro estava situada no "sertão do Morro da Onça", então 1.º distrito da Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, originária de três sesmarias de meia légua em quadra cada uma.

O acervo partilhado somou .... Rs. 80:784$400, representado pelos seguintes valores:

— Terras	8:000$000	—	ou sejam,	9,9%
— Fábrica de açúcar	10:500$000	—	" "	13 %
— Lavoura	6:000$000	—	" "	7,4%
— Animais de serviço	4:920$000	—	" "	6 %
— Escravos	45:050$000	—	" "	55,8%
— Outros valores	6:314$400	—	" "	7,9%
	80:784$400	—		100 %

As *terras*, representadas pelas três sesmarias de meia légua em quadra cada uma, correspondendo nas medidas usadas em nossos tempos, a 450 alqueires geométricos, perfazendo um total de ... 1.350 alqueires, avaliadas no seu conjunto em Rs. 8:000$000 (9,9% do capital), ou sejam, cerca de Rs. 5$925 o alqueire. Dois terços estavam abandonados, o outro terço em lavouras e matas, principalmente matas, estava localizado entre a serra da Onça e a lagoa do mesmo nome. O valor do alqueire era ínfimo, sabendo-se que na mesma partilha o valor de duas gamelas de banho e uma pequena era de Rs. 9$000!

A "*fábrica de açúcar* com casa de vivenda por acabar, inclusive madeira, ferragens, caixilhos e todos os utensílios para o fabrico do açúcar e aguardente" num valor total que representava 13% do acervo, está razoável, levando-se em conta a simplicidade do maquinismo de então, e que no valor estava incluída a sede, embora por acabar.

As *lavouras* compreendiam "as canas para a safra de 1859 e para 1860, inclusive o milho e o feijão", representando 7,4% do total. Não sabemos o volume das canas. A presença do milho e do feijão mostra-nos que essas culturas constituiam também uma renda para a fazenda, além de atender a alimentação dos escravos. Estão na mesma verba de-

---

* Historiador e Escritor.

vido ao velho hábito de plantar o milho e o feijão nos canaviais novos.

Os *animais de serviço,* 6% do ativo, eram 24 burros e 60 bois, numa média de Rs 58$570 por cabeça. Bois para tração, burros para o transporte e para sela. Curioso, não havia um só cavalo, animal tão querido dos campistas que, orgulhosamente, sempre usaram e exibiram suas montarias.

Os *escravos,* a principal verba, num total de 45 indivíduos, sendo que vinte eram mulheres e vinte e cinco eram homens. O preço médio, por cabeça, era de Rs. 1:001$000. O preço médio das mulheres era de Rs. 947$500, e dos homens, um pouco mais elevado, ... Rs. 1:044$000. O mais caro, Gelásio, ferreiro, está por Rs. 2:000$000, a mais barata é Narcisa, velha, doente, ... Rs. 100$000. Havia dois quilombolas, Batista e Cesário, que mesmo fugidos valiam Rs. 1:000$000 cada um. Havia uma mofumbe, Maria, velha adoentada, que mesmo escondida está por .... Rs. 300$000. Uma costureira, Beatriz, por Rs. 1:600$000. Havia ferreiro, carpinteiro, pedreiro, serrador, caldereiro. O grosso dos escravos, homens ou mulheres, destinava-se ao serviço pesado, genericamente intitulado de roça. Estavam alojados em "24 senzalas muito arruinadas", para castigo havia um "tronco bom". "Bom" porque castigava bem, ou porque estava bem feito e conservado?

O problema da alimentação era resolvido, quase todo, com recursos da fazenda. Já vimos arroladas as plantações de milho e feijão, havia um cercadinho com fruteiras, "diferentes fruteiras existentes nas roças, cafeeiros, bananeiras e dois mandiocais",, utensílios para fazer farinha. Apesar disso deviam de gêneros Rs. 412$380, embora nada constasse armazenado, nem mantimentos nem tecidos. O problema das vestimentas sumárias era resolvido pela costureira da fazenda.

Além do salário do feitor, pagavam a um lambiqueiro e a um ferreiro, e também trabalhos feitos fora, como a roda do engenho.

A porcentagem de 55,8%, ou sejam, Rs. 45:050$000, pesava muito sobre o capital. Os colonizadores primitivos não encontraram outra saída senão trazer, pela força, o trabalhador africano escravizado, que se tornou o principal responsável pelo desenvolvimento agrícola brasileiro. No século passado o sistema já não satisfazia mais. O grande capital empregado corria riscos, era necessário vestir, alimentar, cuidar da saúde dos escravos. Muitos senhores, humanizados, arcavam com a despesa para manter o negro velho e doente, incapacitado para o trabalho, sem valor financeiro. O sistema estava chegando ao fim, novas formas estavam aflorando. Era fatal a redenção.

Nos *outros valores,* englobando os restantes 7,9%, estão arrolados os demais pertences e atividades correlatas, que assim podemos distribuir:

— Caixas, couros, taboleiros para secar açúcar, soquetes	Rs.	243$440
— Olaria, casa de serraria, bigorna, torno, foles, prensa e mais utensílios para fazer farinha, forno, pilão		488$000
— "O cercado grande com bardos, e um cercadinho com fruteiras" (2:200$000), "dois lanços de casas para o feitor e vinte e quatro senzalas muito aruinadas", fruteiras, cafeeiros, dois mandiocais		3:550$000
— "Dezesseis vacas com crias e quatro ditas solteiras" (760$000), onze garrotes e todos os porcos		1:160$000
— Cinco carros de boi, três canoas e apetrechos		617$060
— Ferramentas diversas		140$400
— Trem de cozinha, louças, retrete, gamelas, mobília		115$000
Total	Rs.	6:314$400

ENGENHOS DE AÇÚCAR E DE AGUARDENTE NO PARÁ

WILSON AMANAJÁS*

O aspecto panorâmico dos velhos engenhos da época da colonização portuguesa, seus métodos de trabalho e produção, ainda se conservam os mesmos em nossos dias, na zona aguardenteira do Tocantins, no Estado do Pará.

Até mesmo os engenhos construídos mais recentemente não deixam de seguir a forma e as normas de trabalho dos primitivos, variando somente quanto ao modo de conduzir a cana dos roçados para as moendas. Antigamente, o transporte era feito a peso da força dos músculos dos negros escravos e posteriormente dos caboclos, pendurados no cabo de grandes remos de faia, na "ginga" bamboleante do corpo, caindo da direita para a esquerda, horas e horas ao sabor da corrente.

Agora, os referidos 'batelões" são rebocados por lanchas (motores), cabendo ao "passador" segurar o remo de faia e pilotar a pesada embarcação pelas coleantes avenidas líquidas dos furos e dos igarapés.

O Estado do Pará, que contava com mais de uma centena desses engenhos, espalhados pela quase totalidade de seus municípios, alguns deles produzindo açúcar, vê-se hoje reduzido a cinqüenta e quatro, os quais produzem somente aguardente, fixando-se em dois municípios, Abaetetuba e Igarapé-Miri, na seguinte ordem:

I. **Engenhos de Abaetetuba**

1. Engenho Paraíso, dos herdeiros de Francisco Ferreira, no Rio Jarumã;
2. Engenho Santa Cruz, de Murilo Carvalho, no Rio Campompema;
3. Engenho de Dioclécio Tocantins Viana, no Rio Urubuéua;
4. Engenho de Raimundo Correia, no Rio Sapocajuba;
5. Engenho São Jerônimo, de Noé Guimarães Rodrigues, no Rio Panacauéra;
6. Engenho Primavera, de Miguel Silva & Cia., no mesmo rio;
7. Engenho de Henrique Costa, ainda no mesmo rio;
8. Engenho de Manoel da Silva Filho, no Furo Grande;
9. Engenho dos herdeiros de Indalécio Guimarães Rodrigues, no Furo Grande;
10. Engenho Santo Antônio, de Didico Guimarães, no Furo Grande;
11. Engenho de Abel Guimarães Rodrigues, no Rio Bacuri;
12. Engenho dos herdeiros de Antônio Pinheiro, no Quianduba;
13. Engenho de Egidio Pacheco, no Quianduba;
14. Engenho de Venâncio Ferreira, no Quianduba;
15. Engenho D. Bosco, dos herdeiros de Chiquinho Ferreira, na Costa Maratauíra;
16. Engenho São Pedro, de Álvaro Araújo, também na Costa Maratuíra;
17. Engenho de Luiz Nobre, no Rio Tauerá-Açu;
18. Engenho dos herdeiros de Francisco Nobre, no Rio Piquiarãna;
19. Engenho de Joaquim de Freitas Castro, no Rio Piquiarãna;
20. Engenho São Sebastião, de Raimundo Quaresma, no Arumanduba;
21. Engenho Santa Rosa, de Raimundo Solano de Albuquerque, no Guajarazinho;

---

* Escritor e folclorista paraense.

22. Engenho São João, de Claudinor Tocantins Viana, no Guajarazinho;
23. Engenho Feliz II, de Aprigio Veloso Dias, no Rio Maracapucu.

II. **Engenhos de Igarapé-Miri**

24. Engenho Carmo, de herdeiros de Amadeu Pinheiro, no Rio Igarapé-Miri;
25. Engenho Cacoal, de André Pinheiro, no mesmo rio;
26. Engenho Santa Helena, ainda no mesmo rio, da família Martins;
27. Engenho Brasil, de Julião Simplício de Oliveira, no Meruú-Açu;
28. Engenho Indiano, de Plácido Nonato, no Meruú-Açu;
29. Engenho São João, de Ranulfo Costa, no Meruú-Açu;
30. Engenho Cariá, de Silvestre Correia de Miranda, no Meruú-Açu;
31. Engenho de Agenor Martins, no Meruú-Açu;
32. Engenho São Sebastião, de Anilo Cardoso, no Japuretê;
33. Engenho São Paulo, de José Roberto de Araújo, na Ilha da Espera;
34. Engenho São Raimundo, de Quaresma & Irmãos, no Mamangal;
35. Engenho São José, de Tito Martins, no Furo do Seco;
36. Engenho Fortaleza, dos Borges, no Maiauatá;
37. Engenho Santana, da viúva Sampaio & Filhos, idem;
38. Engenho da viúva Julião Lobato, idem;
39. Engenho de Didi Machado, idem;
40. Engenho de Sampainho, idem;
41. Engenho de Arcelino Correia, idem;
42. Engenho da família Bastos, no Rio Itamimbuca;
43. Engenho Livramento, de Eládio Lobato, idem;
44. Engenho Pará, de Caetano Leão, no Rio Santo Antônio;
45. Engenho Recreio, da viúva de Acácio Leão, idem;
46. Engenho dos herdeiros de Rufino Leão, no Rio Anapu;
47. Engenho Santa Cruz, de João Vasconcelos, no Panacauéra;
48. Engenho de herdeiros de Poca Nahon, no mesmo;
49. Engenho de Raimundo Trinda, idem;
50. Engenho de Plácido Justo da Silva, no Rio São Domingos;
51. Engenho de Jamba Forte, no Rio Juarimbu.

* * *

Vivia-se os dias da revolução de 1930. O Interventor Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, insatisfeito com os proprietários dos engenhos (**engenheiros**, como são chamados na região), responsabilizou-os pela apatia, indolência e improdutividade dos caboclos e achou por bem decretar uma lei, cognominada de "lei seca", que proibia o funcionamento dos engenhos de aguardente, a menos que se dedicassem à produção de açúcar branco.

Os dois municípios, Igarapé-Miri e Abaetetuba, que têm sua economia alicerçada na lavoura de cana e no fabrico da aguardente — que, diga-se de passagem, é de ótima qualidade — sofreram uma crise sem precedentes.

Somente estavam em condições de funcionar, segundo a lei, os engenhos: Palheta, no Município de Muanaá, da família Maués, o melhor aparelhado, podendo produzir 30 sacos por "tachada" e hoje desaparecido; o Engenho Santa Cruz, no Município de Igarapé-Miri, de propriedade da firma J. do Vale; o de José Saul, no Rio Abaeté, Município de Abaetetuba, e um outro engenho de Abaetetuba, o Feliz, situado no Rio Paramajó, de propriedade de Aprígio Veloso Dias, que estava aparelhado com a maquinaria comprada dos proprietários do antigo engenho Granja Eremita, no Município de São Francisco do Pará (região bragantina), com capacidade para produzir 50 sacos por "tachada", porém o Instituto do Açúcar e do Álcool não lhe forneceu, nem viria a fornecer, no futuro, a necessária licença para poder fabricar açúcar.

A expressão produzir açúcar por "tachada" deriva da forma de produzir o mesmo pelo processo rudimentar de ferver a garapa em grandes tachos de ferro, sob os quais se queima lenha, até transformar o caldo em açúcar "moreno" (mascavo), que depois de frio é transferi-

do para as turbinas, a fim de transformá-lo em açúcar branco grosso.

Dos engenhos que produziam açúcar naquela época, está atualmente funcionando como produtor de aguardente o Engenho Santa Cruz, pertencente a João Vasconcelos. Os demais desapareceram.

Procurando inteirar-nos do por quê da produção exclusiva da aguardente, obtivemos a seguinte explicação do Sr. Aprígio Veloso Dias:

"Todo o plantio da cana na zona tocantina, onde os engenhos estão localizados, é feito nos terrenos baixos, às margens dos rios e dos igarapés, onde o pouco adubo conseguido é gratuito, pela entrada e saída das águas, no fluxo e refluxo das marés diárias, e que deixam uma leve camada de humus sobre a terra encharcada.

"A cana aí produzida tem a vantagem de possibilitar seis cortes sem precisar replantar, porém é de pequeno porte e de baixo teor de sacarose, podendo atingir, no máximo, de 6 a 8 pontos, estes últimos conseguidos em terrenos mais secos. Ora, a garapa, para fornecer açúcar não deficitário, precisa atingir de 12 a 14 pontos de sacarose, a exemplo da cana do Nordeste".

A agricultura da cana requer a derrubada dos açaízeiros, buritizeiros, pracaxizeiros, ucuubeiras e facãozeiros, árvores ribeirinhas, procedendo-se à queimada depois de 20 dias.

O plantio do "olho" da cana (parte da rama, aparada a folha e a parte mais dura do caule) se processa com a distância de um metro de um para o outro. Sessenta dias após o plantio, é feita a primeira capina e, decorridos cento e vinte dias, após a primeira, faz-se a segunda. A cana está madura para corte, quando atingir quinze meses depois de plantada.

Dois homens se incumbem de cortar e passar a cana, do roçado para o engenho, percebendo cada um Cr$ 15,00 por barcada. Uma barcada de cana se transforma em 25 frasqueiras de cachaça. Para se alcançar um batelão cheio de cana (uma barcada), são necessários 100 feixes, cada feixe contém 60 pedaços de 5 palmos e pesa 50 quilos e são conduzidos no ombro dos "passadores", do roçado até a margem do rio. Um roçado plantado com mil mudas de "olhos", produz cana para encher três batelões.

Existem três categorias de engenhos na região tocantina: o pequeno, produzindo 40 frasqueiras de cachaça diariamente; o médio, que produz 60 e o grande, que produz 90.

A cana é comprada do agricultor, tendo por base o preço por que esteja vigorando a aguardente, descontada a metade, que seria o pagamento do beneficiamento da matéria-prima, por parte do industrial. Exemplifiquemos: Cada batelão de cana que produzirá 25 frasqueiras de cachaça, cotada atualmente em Cr$ 160,00, renderá para o agricultor Cr$ 80,00, que lhe será pago pelo proprietário do engenho. Ouvidos os engenhistas, estes explicam que se tivessem que trabalhar para os agricultores, moer-lhes a cana e transformá-la em aguardente, teriam eles que pagar as despesas para tais serviços, que requerem à frente do engenho os seguintes empregados: um gerente, um alambiqueiro, um foguista e um ajudante de foguista (os engenhos são movidos por energia produzidas por caldeiras), 2 bagaceiros (carregadores de bagaço), 3 carregadores de cana e um metedor de cana na moenda.

O foguista e o alambiqueiro percebem cada um a diária de Cr$ 8,00; o carregador de cana e o bagaceiro ganham Cr$ 6,00 cada, com direito ao café da manhã (em alguns engenhos), e o metedor de cana na moenda percebe Cr$ 7,00. Some-se a isso as despesas com os vasilhames, lenha para a caldeira, lanchas e seus tripulantes etc.

O trabalho no engenho, para o preparo da aguardente, começa com a retirada da cana do picadeiro (cercado beirando a margem do rio, feito de estacas de acapu ou de massaranduba), levadas nas costas dos dois carregadores em grandes feixes de uns 50 quilos e depositadas junto ao metedor de cana, que as vai empurrando na moenda, gradualmente.

Terminada a moagem, a garapa é transferida para os tanques por meio de tubulações. Os tanques medem três metros de comprimento, por dois de largura e um metro e oitenta de altura. Três dias após, já fermentada, a garapa passa através de tubos para o alambique, onde é

fervida sob grande pressão. O "suor" (vapor) esfria e corre por um tubo para a gigantesca dorna, tomando a denominação de cachaça ou aguardente e a água que a garapa continha é eliminada por outro tubo e toma a denominação de zurrapa.

A cachaça assim produzida é de ótima qualidade e destilada na graduação de 20 a 21 graus. Tem sabor ligeiramente adocicado de cana e quando sacudida levemente forma na superfície e junto ao vidro da garrafa minúsculas bolhas, o "colar", que a distingue como boa.

CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIATIVISMO RURAL À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

EXCERTOS HISTÓRICOS

AMARO CAVALCANTI

Neste ano, quando todo o Brasil comemora o sesquicentenário de sua independência, muito se tem escrito sobre fatos e circunstâncias que precederam e ensejaram o grande evento. Pouco ou quase nada se tem dito, entretanto, no tocante à formação do espírito de brasilidade que se vinha processando através de movimentos de aglutinação e de coesão, formadores de grupos com interesses e ideais comuns.

Em Pernambuco, um desses movimentos merece destaque por suas características próprias, pelo desenvolvimento que teve e pela participação que lhe tem cabido em todos os acontecimentos de nossa história política e econômica até os dias presentes.

Trata-se da criação do Associativismo Rural Brasileiro, que nasceu nos anos que antecederam à nossa emancipação política, como que procurando dar alicerce ao magno acontecimento que viria a ocorrer pouco tempo depois.

Com suas raízes fixadas na terra e pleno de alevantados sentimentos, silenciosamente, nesse movimento se foi sedimentando ,em cada gleba, uma mesma diretriz e um único ideal patriótico.

Vê-se, assim, que não houve apenas uma coincidência de época entre a organização do Associativismo Rural Brasileiro e os primórdios do movimento pró-independência do Brasil. Embora agindo separadamente, em campos diferentes, não há como negar, havia entre ambos marcante coincidência de propósitos, criando ambiência que muito facilitou a rapidez com que se difundiram as idéias de nossa emancipação.

Foi desse modo que, com o correr do tempo, as atividades no sentido da coordenação do associativismo rural se harmonizaram, sem propósitos preconcebidos, em ação concomitante, de lideranças diversas, pela consolidação das convicções de Liberdade.

Assim, ao comemorar o sesquicentenário da Independência do Brasil, o Associativismo Rural, para melhor dizer, o Ruralismo Canavieiro Pernambucano, celebra neste mesmo ano o primeiro centenário da **Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco,** a mais antiga do País, em funcionamento contínuo, prestando relevantíssimos e memoráveis serviços a toda a Nação, em prol do que se vem tentando implantar nos setores de atividades sócio-econômicas, bem como das liberdades individuais dentro do Direito e da Justiça Social.

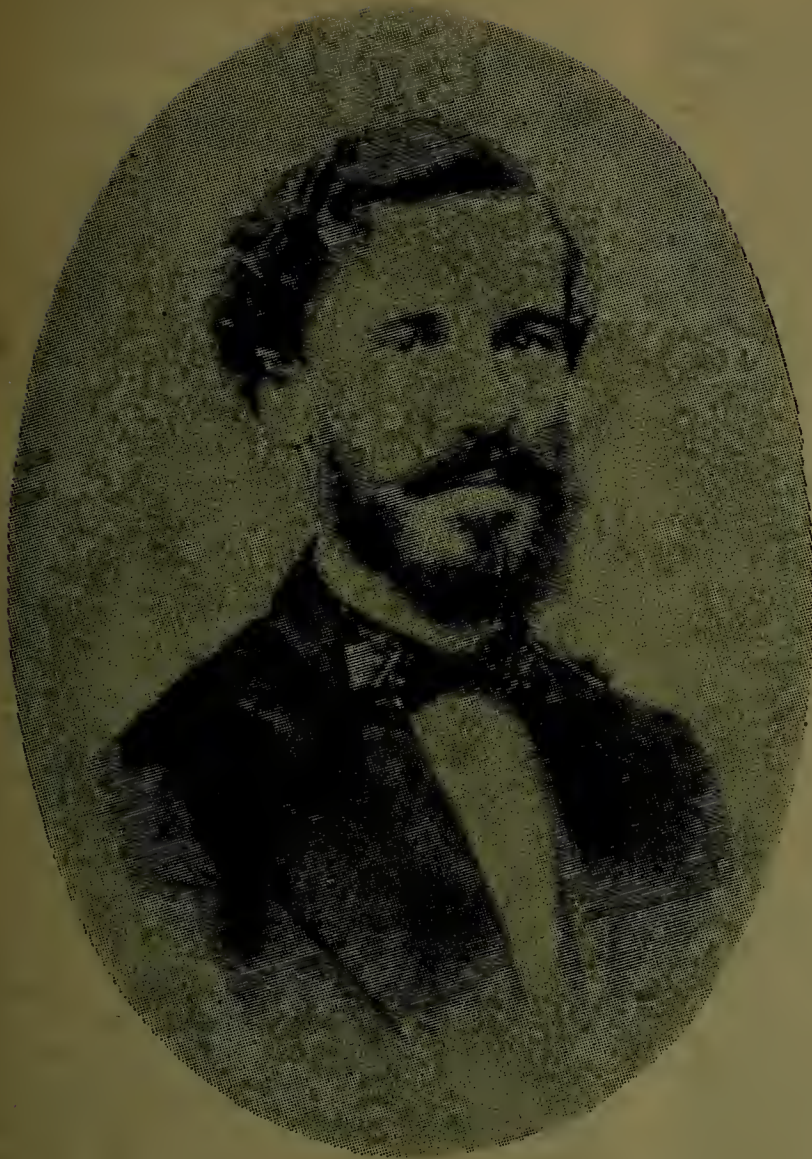
UMA ASSOCIAÇÃO CANAVIEIRA CENTENÁRIA

Para os que conhecem os antecedentes de civismo da liderança canavieira pernambucana, justifica-se o fato de ter sido na capital da então província nordestina que o senhor do Engenho de Macujé, do Município de Jaboatão, grande líder rural da época, Inácio de Barros Barreto, ter convocado, em dias de setembro de 1872, para a própria residência, à Rua Sete de Setembro nº 34, outros elementos de destaque da lavoura, para uma reunião preparatória destinada à elaboração do manifesto expondo os propósitos da classe e de fundar uma sociedade objetivando estudar e defender seus interesses vitais.

É de acentuar que não foi só uma crise a mais, de efeitos calamitosos, a causa determinante dessa convocação e conseqüente implantação do associativismo nas terras de Guararapes.

Como é fácil de prever e julgar, o acontecimento resultou na efetivação de uma idéia, que não poderia ter sido fruto de improvisação, tampouco consolidar-se, não estivesse amadurecida no consenso de todos, como condição de sobrevivência, imposição do próprio destino, e razão de ser da classe rural brasileira, representada, naquele tempo, pela respeitável liderança do senhor de engenho de Pernambuco, detentora de passado respeitável.

Interpretando com realismo o propósito geral, assim se expressava, em resumo, o Manifesto aos agricultores, de 28 de setembro de 1872, a seguir transcrito para conhecimento dos contemporâneos:

"A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco é concebida com vistas a concorrer para a minoração da crise por que passa desde agora a primeira indústria do País — a agricultura."

Ignácio de Barros Barreto, pioneiro do Associativismo na lavoura canavieira do Brasil. Um dos fundadores e primeiro gerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (1872).

"Se as providências e melhoramentos necessários, porém, por via de regra, dependem de muita pertinácia e esforço individual, para se poder superar com vantagem as inevitáveis tentativas malogradas; se tudo isso assim é, torna-se bem patente acharem-se semelhantes recursos geralmente fora de nosso alcance, se não nos valermos da prodigiosa alavanca da associação; mas da associação que, em vez de suplantar a iniciativa indidual, a esmera; pois de outra sorte converter-se-á em um inútil autômato, em colosso de esterilidade."

Eis, expedido em síntese, o documento que deu origem e motivo à Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, acentuando o que ela visa e os dois poderosos recursos da civilização moderna de que se valerá.

"— o incremento do espírito de associação,
e a expansão da iniciativa individual."

Entre seus planos de ação destacam-se:

"A Sociedade auxilia diretamente a introdução de novas máquinas e instrumentos agrários na província, mas não se encarrega de pô-los em andamento por administração ou por sua conta; entrega-os a algum dos sócios que se obrigue a estabelecê-los por sua conta própria, e que indenize a Sociedade de todas as despesas que ela houver feito, menos a quinta parte delas, se o melhoramento for inteiramente novo na província, e tudo se regulará por contrato feito previamente entre a Sociedade e o sócio empresário, e nos termos respectivos dos Estatutos."

"Só assim melhor se combinarão as vantagens da associação com a energia e previdência individuais, e se evitará o peso, a inércia e a esterilidade que, em geral, são predicados inevitáveis das administrações, exercidas por conta de outrem."

"Além disto, a Sociedade, conforme puder e o permitirem as leis vigentes, procurará operar à semelhança das associações de crédito agrícola, servindo de algum modo de intermediária entre os capitais e os empresários; mas em esfera limitada unicamente à introdução de melhoramentos, por ela escrupulosamente apreciados. E neste ponto se tenta evitar um grave inconveniente, argüido a tais associações, o de proporcionarem elas o pernicioso abuso da facilidade de se adquirirem capitais. Com efeito, essa facilidade, dando azo às empresas mal pensadas, e até a despesa

inteiramente improdutiva, pode converter-se em verdadeira origem de ruína, em vez de se manter sempre uma fonte inexaurível de prosperidade. A Sociedade ensaiará e até fará por abrir as portas do crédito, mas só depois de ter a certeza da proficuidade do fim, para que o fizer."

"Semelhante ensaio servirá também de tirocínio às genuínas associações de crédito agrícola, a melhor organizada; que não serão nunca as de meros capitalistas, cujo interesse vital será na permanência da elevação do juro, e é completamente indiferente aos ônus dos mutuários; uma vez que se possa manter sempre intacta a solvabilidade destes, e embora tal se consiga às expensas da prosperidade da agricultura."

Promovidos os entendimentos, voltaram os senhores de engenho à residência do companheiro acima referido, a 2 de dezembro de 1872, para formalizar o ato de fundação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, o que foi feito com o seguinte termo:

"Termo de instituição da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. À uma hora da tarde do dia dois de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, na casa de residência do Dr. Ignácio de Barros Barreto, à Rua Sete de Setembro nº 34, achando-se reunidos os Srs. abaixo assinados, foram estes convidados pelo referido Dr. para constituírem a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, ao que aderindo os mesmos Srs., foi instalada a referida Sociedade, ocupando a cadeira da presidência o referido Dr. Ignácio de Barros Barreto, eleito por aclamação, o qual chamou para ocupar os lugares de secretários os Drs. Manoel Buarque de Macedo e João Augusto do Rego Barros. Em seguida foi submetido à discussão o projeto de estatutos, elaborado pelo mesmo Sr. Dr. Ignácio de Barros Barreto, os quais com ligeiros retoques foram aprovados, como consta da ata. Do que se lavrou o presente termo. Ignácio de Barros Barreto, Manoel Buarque de Macedo, Dr. João Augusto do Rego Barros, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, Padre Antonio da Cunha Figueiredo, José Antonio de Brito Bastos, João Francisco de Arruda Falcão, Christovão de Barros Rego, Ambrosio Machado da Cunha Cavalcanti, Manoel Cavalcanti de Albuquerque, Vicente Cisneiros Cavalcanti, Florismundo Marques Lins, Barão de Palmares, Lourenço Bezerra Alves da Silva, Firmino de Freitas Nogueira, José Tirbúrcio Pereira de Magalhães, João Felix dos Santos, Sergio Higino Dias dos Santos, Francisco Accioly de Gouveia Lins, Francisco Antonio de Barros e Silva, Allan Paterson, Marcionillo da Silveira Lins, Francisco do Rego Barros de Lacerda, Manoel de Barros Barreto, João Martins da Silva Coutinho, Coriolano Velloso da Silveira, Bento José da Costa, José Thomás Pires Machado Portella, Luiz Felipe de Souza Leão. Reconheço as vinte e nove firmas supra e retro, onze de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois. Em testemunho da verdade (sinal público). O tabelião público, Francisco Batista de Almeida. Estava selada com duas estampilhas de duzentos réis cada uma, inutilizadas pelo mesmo tabelião, na forma da lei. Está conforme ao próprio original, que me foi apresentado para dele extrair pública forma, ao qual me reporto: dou fé, Cidade do Recife de Pernambuco, onze de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois."

A primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Dr. Ignácio de Barros Barreto;

1º Secretário: Manoel Buarque de Macedo;

2º Secretário: João Augusto do Rego Barros.

Posteriormente, atendendo a dispositivos legais, os seus estatutos foram aprovados por Decreto Imperial nº 5518, de 31 de dezembro de 1873, e a carta de autorização para funcionar, de S. M. Imperador D. Pedro II, data de 27 de maio de 1874. Foi reconhecida de utilidade pública por lei de nº 3549, de 16 de outubro de 1918.

*

Para que os leitores possam julgar das convicções e seriedade dos fundadores da S.A.A.P., vale transcrever alguns episódios ocorridos quando da elaboração dos seus estatutos: "O Dr. Silva Coutinho fez sentir, também, a conveniência de ser um dos fins da sociedade a organização do registro agrícola da província; pelo que propôs a seguinte emenda ao capítulo 1º, § 5º, do art. 4º:
"Organizar o registro agrícola, publicando anualmente a história das diversas culturas, resultado dos melhoramentos introduzidos, os inconvenientes ocorridos e os meios empregados para removê-los."

*

O Dr. Buarque de Macedo, fazendo comentários sobre a matéria em debate:
"Considero a sociedade, que se acaba de inaugurar, com relação ao crédito agrícola, como simples auxiliar. É um intermediário entre o empregador e o agricultor, e um intermediário interessado em beneficiar a lavoura, e não em sobrecarregá-la de pesados ônus. O crédito que, embora seja uma aspiração da sociedade realizar mais tarde operações de outra natureza, ela não o fará tão cedo; e a razão é que não há possibilidade de haver estabelecimento de crédito agrícola no País, com emissão de letras hipotecárias, enquanto o valor real da propriedade agrícola, ainda dependendo do braço escravo, não for conhecido e não existir o cadastro dessa propriedade."

*

Também foi preocupação das comissões a "realização do Seguro Agrícola, como condição de salvaguarda do crédito ao agricultor, ou seja, para cobertura dos riscos agrícolas quando não culposos".

*

Instalada, a Sociedade passou a exercitar o seu programa de ação através dos seguintes órgãos:

1) Seção de Superintendência
2) Seção de Publicidade
3) Seção de Contas e Documentos

4) Seção de Coletorias
5) Seção de Comércio
6) Seção de Fábrica
7) Seção de Cultura
8) Seção de Economia Social e Rural

a) Esta última ocupa-se: com as empresas individuais dos sócios relativos às vias de comunicação, meios de transportes e aquisição e aproveitamento de braços e animais.
b) economia do nosso trabalho e desenvolvimento do Crédito Agrícola."

Daquela a esta data, tudo quanto entre nós se realizou, não só no setor das organizações de caráter rural, como em qualquer atividade referente aos complexos problemas da produção, teve como um dos centros coordenadores essa sociedade, que representa o grande patrimônio associativo rural brasileiro, e cuja história envolve a vida, não só das associações agrícolas aqui instaladas, com raras exceções, como a própria história econômica e social do Estado nordestino.

Em todas as suas fases, tais acontecimentos tiveram sempre raízes intimamente ligadas ao desprendimento de abnegados. Raramente, porém, depois de certo período, estes se sucederam de modo a possibilitar a seqüência das realizações, dentro do mesmo espírito de continuidade.

Não foi possível, igualmente, a formação de uma equipe, escola ou mentalidade associativa que resistisse aos acenos sedutores das efêmeras posições econômicas ou politicas. Mesmo assim, a Sociedade Auxiliadora de Agricultura se conservou o quartel-general dos trabalhadores das causas econômicas e sociais de Pernambuco, com participação direta nos movimentos nacionais.

O entusiasmo pelas causas que contituíam o programa da Sociedade despertou o interesse de uma elite de reconhecida experiência na época, como foram os engenheiros Henrique Milet e Antonio Pereira Simões, o industrial e comerciante Allam Paterson, além dos senhores João Fernandes Lopes, Jovino Bandeira, Luiz Ferreira e o técnico Alfredo Watts, todos com relevantes e dedicados serviços prestados à indústria açucareira. O primeiro, João Fernandes Lopes, foi um pioneiro, batalhador pelas culturas do café e do cacau em Pernambuco, tendo a primeira se desenvolvido regularmente em diversas regiões.

Inúmeras foram as iniciativas de estudos pelas diversas comissões. Assim, vamos encontrar, já em dezembro de 1873, um minucioso relatório, versando sobre trabalhos no sentido do aperfeiçoamento da maquinaria industrial açucareira, que deu lugar às primeiras instalações para o fabrico de açúcar a vácuo.

Por dispositivo contratual, tornou-se executora da Lei Provincial nº 1459, de 9 de junho de 1879, que autorizava dispender a quantia de RS 30:000,00 (trinta contos de réis) durante três anos com a aquisição de sementes de cacau, fumo, chá, trigo e café, de preferência da Libéria.

Pelo acordo de 3 de fevereiro de 1881, teve a S.A.A.P. poderes para aquisição de máquinas, pessoal e sementes, referentes, ainda, à Lei 1459.

Em 1882, a "Seção de Economia Social e Rural" emitiu parecer, discutido e aprovado, referente à "Questão das vias férreas da província, prolongamento das mesmas para o interior", destacando-se o ramal de Limoeiro e Bom Jardim, bem como a "Estrada de Ferro São Francisco".

Quando os canaviais eram dizimados por causas controvertidas, ainda em 1879, coube à Sociedade a iniciativa de providenciar junto ao Governo sementes de novas variedades do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, destinadas aos engenhos prejudicados pela praga devastadora.

Colaborando com essa iniciativa, o Governo da Província constituiu uma Comissão de Estudos da Moléstia da Cana da Província de Pernambuco. Desses trabalhos há precioso relatório, apresentado ao Ministro André Augusto de Pádua Fleury em 11 de setembro de 1882 pelo Dr. Daniel Henninger.

Seguimento dos melhores métodos introduzidos no fabrico do açúcar, de acordo com os avisos do Ministério da Agricultura de 1881, com vários documentos, da autoria de Ignácio de Barros Barreto.

Parecer da Comissão especializada sobre as propostas apresentadas pelos concessionários de engenhos centrais, subvencionados pelo Governo Imperial, pareceres esses tendentes a conseguir alteração nas propostas, em benefícios dos agricultores.

Relatório sobre melhoramentos verificados no fabrico do açúcar nos Engenhos Mameluco, em Escada; Tinoco, em Serinhaem, e S. João da Várzea.

Estudo sobre a plantação cafeeira.

Miscelânea Política de Henrique Augusto Milet.

Relatório de 1883, referente a representações sobre o art. 1003 da tarifa das Alfândegas, de 22 de novembro de 1879.

Representação sobre Escolas Públicas.

Estudo sobre incremento da produção do café, cacau e trigo.

Estudo sobre o café.

Estudo sobre o plantio do algodão.

Observação do rendimento da cultura da cana e seleção com referência à área cultivada.

Relatório sobre colonias industriais destinadas à disciplina, correção e educação dos vagabundos regenerados pela hospitalidade e trabalho, a exemplo da França, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos.

Impedida de concretizar um dos itens fundamentais do programa, o Banco Auxiliador de Agricultura, devido ao abalo econômico e financeiro provocado pela campanha e conseqüente abolição da escravatura, valeram, entretanto, os estudos e projetos como base para um grupo de capitalistas organizar mais tarde o Banco de Crédito Real de Pernambuco.

Ressalta, ainda, a Representação sobre a Lei Eleitoral, em discussão no Parlamento, na época, em 6 de agosto de 1880.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE

Quando a liderança da Sociedade dedicava suas preocupações ao estudo dos problemas agro-industriais canavieiros, eis que, ao final do ano de 1877, o então Presidente da Província de Pernambuco, Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, transmitiu à S.A.A.P. o comunicado oficial da convocação pela Corte de quatro provín-

cias do Sul — São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro — para reunirem-se em congresso, na sede da Corte, em outubro de 1878.

A notícia surpreendente foi recebida com amargas reservas, principalmente por ter sido promotor do dito certame o Ministro da Agricultura de então, João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbú, Visconde de Sinimbú, nordestino e senhor de engenho das Alagoas, além de pioneiro da mecanização da lavoura.

O Presidente do Conselho, Manoel do Nascimento Machado Portela, reuniu o Conselho da Sociedade e comunicou a ocorrência, que representava mais um ato de prepotência e menosprezo às menos poderosas províncias ao norte do Paralelo 16.

A hoje secular Sociedade Auxiliadora de Pernambuco, mal contando seu primeiro lustro de existência, em uma atitude altiva de dignidade, serena e consciente dos que sambem cumprir com o dever nas horas amargas da revolta por causas desconhecidas, em contrapartida, contando imediatamente com a solidariedade das entidades locais, movimentou as lideranças das províncias do Norte e Nordeste e, com o apoio destas e dos respectivos governos, convocou o Congresso Agrícola do Recife.

O congresso nordestino, realizado na capital pernambucana em outubro de 1878, não só estudou e concluiu sobre todos os quesitos do temário formulado para aquele certame, como tratou de outros assuntos peculiares à região, publicando anais às próprias custas, remetidos à Corte para o devido encaminhamento às Casas do Parlamento.

Sobre o Congresso Agrícola do Recife está transcrita no relatório anual do Presidente de 1883 a declaração de ter ouvido dizer por pessoa rigorosa e insuspeita, além de mui altamente colocada, o conceito que segue: "O Congresso Agrícola do Recife é fato de tal ordem que se a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, que o promoveu e realizou, chegasse a dissolver-se depois de tão nobre tentâmen, e até sem produzir mais coisa alguma, deveria ainda assim ter jus à glória de haver ela desempenhado um papel muito distinto nos anais pernambucanos."

É importante rememorar ainda o que mencionou o dito relatório de um associado que, face às dificuldades financeiras, propôs-se a financiar de pronto a publicação dos trabalhos do congresso de um modo digno dele e do nobre pensamento que os ditou.

Posteriormente o Governo Imperial agradeceu o patriótico concurso dos que contribuíram para o dito congresso e franqueou a Tipografia Nacional para publicação dos trabalhos aludidos.

A oferta foi recusada, mais por um certo melindre do que por sobrarem recursos.

Em junho de 1879 foi enviado ao Governo, gratuitamente, o número de exemplares por ele solicitado.

A declaração acima teve sua razão de ser, pois o Congresso Agrícola do Recife, em 1878, por suas repercussões, ecoou como um grito de "despertar que é hora". É a hora da nação da liderança rural, que aguardava o momento decisivo da partida.

A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, junto às suas co-irmãs do Norte e Nordeste que participaram do certame, passou a ter projeção destacada pelos seus líderes.

A Sociedade Alagoana de Agricultura, integrante da área canavieira, foi presente desde a primeira hora, valendo ressaltar a sua proposição de uma lei agrária.

Segundo depoimento do sociólogo Diegues Júnior, foi lembrada, em memorial apresentado pelo Dr. Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior, em "Congressos Açucareiros do Brasil — 1949, delegado do Comércio Agrícola de Quitunde e Jetituba, a possibilidade de uma lei reguladora das relações entre proprietários, lavradores e trabalhadores.

"Havia, entretanto, da parte de uns — os primeiros, abusos de superioridades, e da parte de outros — os segundos — ignorância dos seus direitos e desconhecimento dos seus deveres". Tais princípios mereceram apoio de inúmeros congressistas.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Desse movimento nordestino não será temerário afirmar que resultou a iniciativa de idealistas interessados pelos problemas da lavoura, de constituírem na Capital da República de então, a 16 de janeiro de 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura.

A nova entidade passou a centralizar o movimento, com a possibilidade de aproximação dos Poderes Legislativo e Executivo, aos quais estavam seus diretores ligados, quando não, sendo um deles.

No dizer do engenheiro agrônomo Antonio de Arruda Câmara, um dos vanguardeiros da S.N.A., escrevendo para história da mesma: "Aparecia ela como um remédio, um sucedâneo ao Ministério da Agricultura, que existiu no tempo do Império, extinto na República".

O engenheiro Antonio Enes de Souza, figura de grande projeção na época, foi seu primeiro presidente.

1º CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA

Ao se iniciar a primeira década deste século, os problemas agroindustriais e sociais mereceram das classes produtoras maior atenção, buscando no associativismo, com a dedicação de uns e os esforços de outros, através das reuniões, congressos e conferências, os entendimentos para as melhores soluções das dificuldades que a cada passo avultavam e se tornavam insuperáveis para os agricultores isolados.

Em meio a esse entusiasmo crescente, a Sociedade Nacional da Agricultura convocou as lideranças e realizou, entre 20 e 30 de novembro de 1901, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Nacional de Agricultura, congregando todo o Brasil rural. Foi presente à instalação o Presidente Campos Sales.

Quanto ao ocorrido nesse Congresso, ouvi por diversas vezes o relato de Antonio Alves de Araújo, destacado líder de seu tempo, a quem os contemporâneos homenageavam com o título de "Arquivo Vivo da Lavoura", pelo fato de, até idade mais avançada, ser portador de memória prodigiosa quanto à fidelidade dos fatos e suas respectivas datas. **Cadete**, como nós o chamávamos, ofereceu uma recepção, por suas bodas de ouro de associados da S.A.A.P., justificando a presença pelo livro próprio.

Sobre a participação da Sociedade nordestina no Congresso de 1901, falava ele sempre com a euforia peculiar ao senhor de engenho quando registrava um feito categorizado.

À chegada dos pernambucanos, sob a presidência do Diretor-Gerente da Sociedade, Paulo de Amorim Salgado, talvez o de aparência mais modesta da comitiva, um dos promotores do congresso indagou: Quem é aquele "casca grossa"?

Este fato foi também relatado na imprensa, pelo jornalista da época, Gonsalves Maia.

Quando apresentado ao "casca grossa" e dele recebeu um exemplar dos Anais do Congresso do Recife, realizado em 1878, onde se encontravam já relatados ao modo da época os temas de debate indicados para o certame a se inaugurar, atuais, como talvez ainda hoje, o eminente homem público, baiano de nascimento, Manoel Vitorino Pereira, bradou em alta voz: — "O representante de Pernambuco já nos traz os anais do congresso que vamos realizar."

Ao Dr. Paulo de Amorim Salgado, por seus reconhecidos méritos, mereceu a presidência do primeiro Congresso Nacional de Agricultura realizado na capital do Brasil, cabendo a vice-presidência a outra grande figura, que foi Joaquim Inácio Tosta.

Por mais pesquisas que se fizessem sobre o certame em tela, não encontrei exemplar algum dos seus anais nas bibliotecas e registros oficiais.

CONFERÊNCIAS AÇUCAREIRAS

O 1º Congresso Nacional de Agricultura foi também a primeira oportunidade de aproximação pessoal dos ruralistas brasileiros do Norte e do Sul para, com liberdade de ação e sinceridade de propósitos, exercitar a comunicação de suas observações práticas e estudos, com o propósito de encontrar a melhor forma de conseguir as aspirações comuns.

A liderança, já mais numerosa e melhor compreendida, sentiu-se confiante, face aos resultados constatados pela união de esforços através do associativismo. Observou, entretanto, que para os problemas canavieiros, por variados e complexos, não vislumbrava o equacionamento aspirado pelos cultivadores e industriais da preciosa gramínea. Foi a vitória da ação conjunta bem orientada. Daí, a deliberação de se programar uma série de conferências nos centros produtores, onde fosse possível o conhecimento não só dos obstáculos locais como da análise dos fatos, diante das peculiaridades de cada região.

A primeira conferência teve lugar na Bahia, de 25 de junho a 4 de julho de 1902. Foi instalada pelo Governador Severino Vieira, cabendo a presidência ao Dr. Paulo de Amorim Salgado e a vice-presidência ao Dr. Joaquim Inácio Tosta.

A segunda conferência açucareira teve como sede a cidade do Recife, em 1905, cabendo a responsabilidade de sua execução à S.A.A.P., através de uma comissão organizadora composta dos Srs. Antonio Epaminondas de Barros Correia, Barão de Comtendas, e Paulo Amorim Salgado. Foi instalada pelo Governador Sigismundo Gonsalves e presidida pelo Dr. Joaquim Inácio Tosta, grande líder baiano.

Dela participaram: clero, pelo seu conceituado bispo D. Luiz Raimundo da Silva Brito; produtores, técnicos, além do notável historiador Pereira da Costa, que deixou nos anais primorosa colaboração.

Na época, discutiam-se em Bruxelas os destinos internacionais do açúcar. Assim, foram o crédito e o convênio de Bruxelas temas prioritários da conferência.

A cooperação em todas as suas formas foi, igualmente, debatida e dos mais constatam as conclusões que seguem:

— que os mesmos Sindicatos fiquem encarregados da organização de cooperativas açucareiras, de campos de experiências e estações agronômicas;
— que pelas Cooperativas sejam instaladas Cooperativas Centrais;
— que dos Sindicatos, além das Cooperativas e refinarias, possam ser sócios todos os produtores de açúcar, sem distinção de método de fabrico, assim como todo agricultor de cana.

Sugeriu a organização de Caixas Econômicas, podendo as mesmas auxiliares as Caixas Reiffeisen que se criarem nos centros agrícolas.

Fez, ainda, além de outras, as indicações seguintes:

"A criação de um Banco, com capital constituído pela arrecadação do imposto especial sobre os produtos da lavoura, em que o Estado, acionista ou não, de modo algum receberia proventos. Este Banco emprestaria aos agricultores por intermédio das Caixas Reiffeisen em cada localidade."

"Nomear com urgência representante especial junto à Comissão Permanente do Convênio de Bruxelas, encarregado de ministrar esclarecimentos e informações, a fim de evitar que, por falso conhecimento da situação de nossa indústria açucareira, se tomem providências que nos sejam prejudiciais."

A Terceira Conferência estava aprazada para junho de 1906, em Campos. O importante município canavieiro sulino não teve possibilidade de efetivá-la, em conseqüência das grandes cheias e inundações verificadas naquele ano.

Quando por ocasião do Segundo Congresso Nacional de Agricultura, ocorrido no Rio de Janeiro, de 9 a 30 de agosto de 1909, a Segunda Comissão, que se dedicava aos assuntos relacionados com a cana-de-açúcar, mereceu da direção do certame as prerrogativas de Terceira Conferência Açucareira.

Assim, prosseguiram os trabalhos iniciados na Bahia e continuados no Recife.

Na pessoa do Dr. Paulo de Amorim Salgado recaiu, novamente, a escolha dos seus pares à presidência, cabendo ao Sr. Francisco Izidoro, representante da Sociedade de Agricultura Alagoana, a 1ª Secretaria.

Entre os assuntos discutidos figurou o da "Locação de Serviços", de autoria do Dr. Paulo de Amorim Salgado, justificando ser o dito projeto alusivo às "Normas e regras para estabelecimento de matrícula facultativa do operário rural", originário do congresso de 1878, em Recife, e pelo mesmo sustentado no de 1901, e constante das recomendações do realizado no Rio de Janeiro, em 1909.

Finalmente, em setembro de 1911, coube a Campos, a próspera cidade fluminense e segundo centro agroindustrial do açúcar no Brasil, servir de sede à Quarta Conferência Açucareira.

Foi das mais numerosas e movimentadas, permitindo a liderança, por suas conclusões, ratificando as anteriores, estabelecendo bases para uma política a ser levada ao Legislativo e ao Executivo, no sentido do aproveitamento de uma das principais fontes de trabalhos e riqueza do País, e que já ocupava grandes núcelos populacionais.

Representando a S.A.A.P., compareceu uma Comissão composta dos seguintes associados: Dr. Davino Pontual, delegado do Governo do Estado de Pernambuco; Dr. Paulo de Amorim Salgado; Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque; Dr. José Maria Carneiro da Cunha; Dr. Eutiquio de Barros Correia; Coronel Baltazar Cavalcanti de Albuquerque; Coronel Gonçalo Pessoa de Albuquerque, além de outros.

A Conferência, instalada a 28 de setembro de 1911, teve como presidente o Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque, com a presença de autoridades federais e estaduais, das diversas regiões produtoras, além de várias entidades, técnicos e interessados.

Os debates versaram sobre os diversos temas que motivaram as Conferências anteriores e se conduziram com o mesmo entusiasmo.

É de lamentar ter-se encerrado o círculo das Conferências sem deixar os anais que documentassem tão valiosos e exaustivos trabalhos dos canavieiros do Brasil.

Das pesquisas do autor, além do "Jornal do Comércio" da época, o único documento válido encontrado foi o trabalho "Congressos Açucareiros do Brasil", de autoria de Diégues Júnior, cujo nome dispensa referências.

SINDICATOS AGRÍCOLAS

Com a criação da Lei Sindical pelo Decreto Legislativo nº 979, de 6 de janeiro de 1903, e regulamentação posterior, a S.A.A.P., contando com a colaboração mais numerosa e compreensiva, decidiu organizar um organismo de classe dentro da própria lei fortalecida pela cooperação, capaz de suportar uma infra-estrutura que assegurasse continuidade aos trabalhos projetados, bem como o necessário aprimoramento e assistência técnica integrada à economia canavieira.

Assim, foram organizados na totalidade dos municípios canavieiros sindicatos agrícolas, agrupados em organismos regionais e reunidos todos sob a égide da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco, fundada a 6 de março de 1906 e sediada juntamente com a S.A.A.P.

Um dos acontecimentos mais auspiciosos para o associativismo em Pernambuco verificou-se em janeiro de 1907. Circulou o primeiro número do "Boletim Agrícola", órgão da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco, publicação de características singulares no gênero no Brasil.

A entidade editora era dirigida, no momento, pelos líderes e colaboradores da campanha sindical e cooperativa que teve sua força propulsora na legislação de 1903 e regulamentação posterior. Eram eles: Presidente, Luiz Correia de Brito; Vice-Presidente, José Maria Carneiro da Cunha; Tesoureiro, Manoel Colaço Dias; Secretários: Drs. Rodolfo Araújo e João Augusto de Souza Leão.

O "Boletim Agrícola" tinha como programa divulgar assuntos relacionados com o meio rural, dando destaque ao associativismo, em suas formas sindicais e cooperativa, além das estatísticas e informações que mais interessassem aos ruralistas, em particular à economia canavieira.

NOVO COLAPSO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA

Quando, reunidas em 1909, as Associações interessadas na produção e comércio do açúcar, lamentando os insucessos verificados em um organismo de defesa denominado "Coligação Açucareira", pela falta de observância dos acordos realizados, o Dr. Luiz Correia de Brito, ao esclarecer os motivos das lamentações, afirmou — "Só com a organização de uma cooperativa açucareira poder-se-á atingir a um resultado desejado, pelo que venho apresentar a idéia."

Esse órgãos, investido das funções de vendedor único, ratearia, a final, o resultado das vendas proporcionalmente à produção, deduzidas as despesas.

COLIGAÇÃO AÇUCAREIRA

Pernambuco, até período recente, foi o maior produtor e exportador de açúcar do País. Era, entretanto, consumidor de reduzida parcela de sua produção.

Pioneiro no exercício dos melhoramentos técnico-industriais, o foi também das tentativas dos métodos de comercialização dos excedentes que constituíam problemas e crises cíclicas, quase todos resolvidos parcialmente pelo tempo.

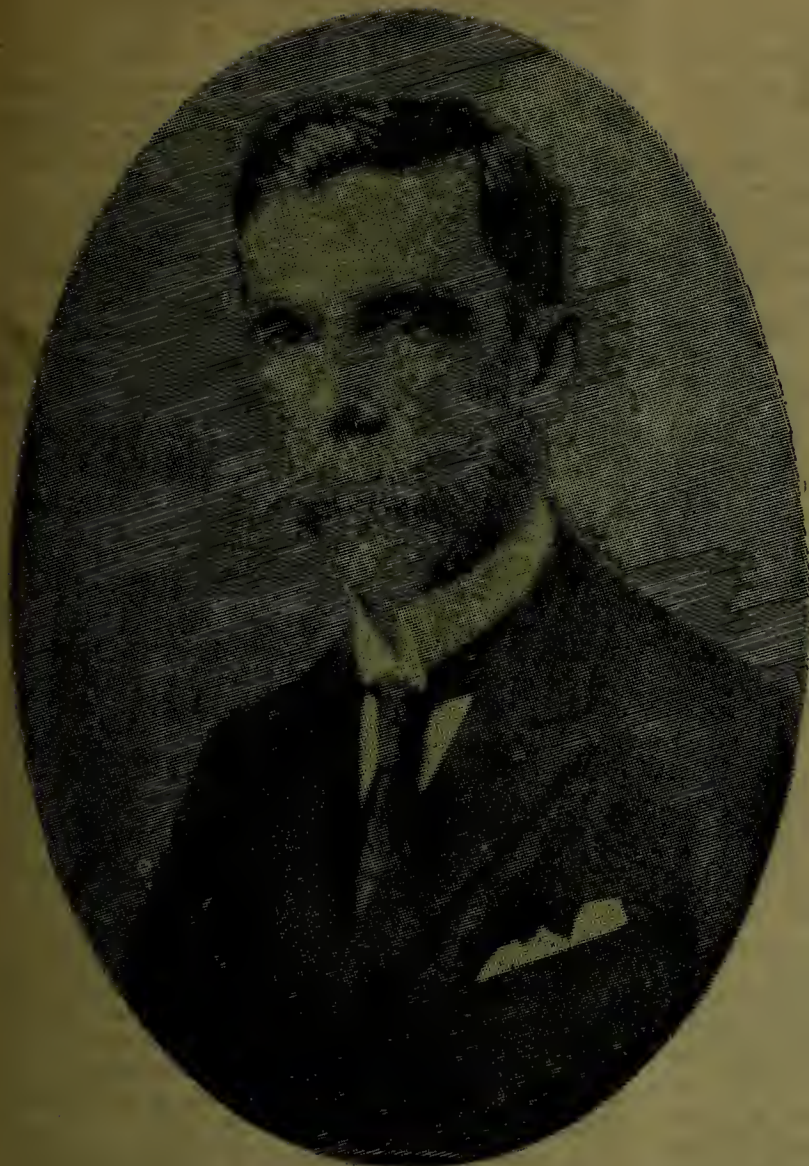
A organização comercial do açúcar, constituída de comissários que representavam engenhos e usinas, negociando a produção com os armazenários e exportadores para os mercados nacionais, tinha limitação de falta de estrutura para grandes operações.

As maiores safras constituíam sempre razão de tumulto, a reclamar disciplina distributiva somente possível através de negociações com o exterior, onde os preços eram sempre inferiores aos do nosso mercado interno.

As organizações existentes não atendiam aos interesses da produção açucareira, que envolvia não só a economia de Pernambuco, mas dos Estados vizinhos, bem como da Bahia e Estado do Rio. Pernambuco, o maior interessado, uma vez que produzia quase tanto quanto os demais Estados, era o principal contribuinte das medidas saneadoras do mercado, que passou a se chamar "Quotas de Sacrifício".

Os fatos evidenciaram que sem organização da classe tornava-se impossível a "participação equitativa no sacrifício.

A economia mundial do açúcar estava subordinada a convênios internacionais, daí a iniciativa dos convênios nacionais — "caboclos" — que, dentre outras denominações, a primeira foi "Coligação Açucareira". Posteriormente, adotou-se o uso de firmas que obedeciam sempre à sistemática da participação proporcional de lucros e perdas.

Tais medidas, sempre salutares quando presentes os princípios da lealdade, eram combatidas pelos oposicionistas sistemáticos e particularmente pelos que anteviam naquelas organizações provisórias e periódicas uma advertência de que, uma vez compreendida pelo produtor a força de coope-

Ignácio de Barros Barreto (filho), um dos líderes e legítimo continuador da obra do seu genitor até 1931.

ração, já não teria razão o intermediário oneroso, como realmente aconteceu.

O primeiro desses convênios para exportação data da safra 1895/96, com resultados favoráveis. O segundo, 1901/2 e o terceiro, 1906/7.

A modalidade dos convênios, à base de vendedor único, restabelecia o equilíbrio dos preços pela eliminação das sobras de consumo, através de disciplinação das ofertas, recaindo todos os ônus sobre a agricultura, indústria e comércio de Pernambuco.

O quarto convênio, realizado para a safra de 1908/9, denominado de "Coligação Açucareira de Pernambuco", teve a seguinte direção: Joaquim Lima de Amorim, Presidente; João Austáquio Pereira Faneca, Secretário; Bernardino de Sena Pontual, Luiz Ferreira da Silva, Afonso Taborda, Álvaro Pinto Alves. Pela União dos Sindicatos de Pernambuco, Manoel Colaço Dias e Gerôncio de Arruda Falcão. Pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Davino Pontual.

Os resultados da Coligação Açucareira de Pernambuco, embora muito discutidos, inspiraram e animaram a organização da Coligação Açucareira do Brasil.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CANA-DE-AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

Como coroamento das aspirações dos canavieiros de Pernambuco, foi recebida a criação da Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Pernambuco, pelo Decreto nº 8319, de 10 de outubro de 1910.

Localizada no Município de Escada, em área de terra do Engenho Cassupim cedida pelo Barão de Suassuna, seu proprietário, um dos presidentes e dedicados baluartes da S.A.A.P., além de usineiro na região. A Estação foi instalada em 1911, sob a direção do técnico Nicolas Van Gorkum.

Ao lado estava sediada a Escola Agrícola Barão de Suassuna, em prédio e instalações cedidas pelo mesmo e que serviam igualmente de sede ao Sindicato Regional de Escada, Vitória, Amaragi, Bonito e Gameleira.

Foram numerosas e freqüentes as reuniões que se realizaram nesse nucleo de trabalho e aprendizagem, dentro do programa de melhoramento da agricultura, adotado pela União dos Sindicatos.

A Estação Experimental teve início auspicioso, seguindo, todavia, o destino de descontinuidade das obras públicas em nosso país.

COOPERATIVISMO

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA DE PERNAMBUCO

A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco promoveu do melhor modo possível, embora desprovida dos elementos técnicos, a organização dos agricultores em cooperativas, complementando o ciclo da ação associativista aplicada à economia.

Assim, depois de promover a formação das Caixas Rurais, de conformidade com a Lei Federal de 5 de janeiro de 1907, e a Lei Estadual nº 1240, de 13 de junho de 1914, reuniu, a 7 de junho de 1915, em assembléia geral, as Caixas Rurais, para constituir a Federação das Sociedades Cooperativas de Crédito Agrícola de Pernambuco.

Foram seus diretores: Paulo de Amorim Salgado, Luiz Correia de Brito, João Augusto de Souza Leão, Apolonio Peres e Gaspar Peres.

De vida efêmera, não logrou ultrapassar das tentativas, por falta de orientação adequada, o mesmo acontecendo com as entidades regionais, com exceção da localizada em Goiana, onde o seu diretor Francisco Correia de Andrade Lira conseguiu entregar aos sucessores, mais de trinta anos depois, legado representado em grande edifício, que ainda hoje serve de sede às sociedades rurais da histórica cidade pernambucana.

ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE PERNAMBUCO

Com a criação das primeiras usinas em Pernambuco, não foi prevista uma regulamentação que definisse direitos e deveres das partes interessadas.

O livre arbítrio concorreu para que as relações entre fornecedores e usineiros, a princípio estabelecidas entre cada usineiro e respectivos fornecedores, permanecessem pacíficas. Com o correr do tempo, os interesses individuais contrariados foram agravando ditas relações, a princípio amistosas, chegando, até, excepcionalmente, à inimizade, que se extravasou, através da imprensa segundo os temperamentos e convicções de cada um.

Contam que certo fornecedor, ao reclamar, por carta, do usineiro que lhe recebia as canas a consideração que lhe era reciprocamente dispensada por seu pai, a quem sucedera, teve a seguinte resposta: "Consideração é como sola de sapato, gasta-se com o uso quotidiano".

Desses desajustes que se generalizaram e para os quais a ação da Sociedade tornara-se ineficiente, resultou a deliberação da classe de organizar o "Centro dos Fornecedores de Cana de Pernambuco", em 1917.

Julgaram os fornecedores que, sendo eles parte apenas da Sociedade, difícil se tornaria o seu empenho decidido nos problemas particulares da classe especializada, cada vez mais agravados e sem possibilidades de recursos à Justiça.

A sede, entretanto, era a mesma de ambas as Sociedades e as lutas travadas foram, na realidade, até às raias da agitação e ameaças de perturbação da ordem.

COOPERATIVA AÇUCAREIRA AGRÍCOLA E COMERCIAL COSTA MARTINS & CIA.

Os imprevistos de uma nova crise de preços para o açúcar, no término da Primeira Grande Guerra, em outubro de 1918, motivaram mais um apelo à organização de forma cooperativa para enfrentar as incertezas do momento.

Foi por essa razão constituída a "Cooperativa Açucareira e Comercial Costa Martins & Cia.", cujos resultados corresponderam, apesar das expectativas mais pessimistas.

No ano seguinte, quando os preços compensadores eram alcançados devido à reduzida produção da safra de 1919/1920, a situação individuas do especulador passou a dominar o mercado, que voltou a obedecer à lei da procura.

ALTERNATIVAS POLÍTICAS

Após esse período, cerca de três anos se passaram sem motivo de registro na vida do Associativismo. Foi uma época dominada pela inquietação política, tumultuando, especialmente, a capital pernambucana, palco dos mais graves acontecimentos.

Duas eleições agitadas realizaram-se em menos de três anos para o cargo do governador. Com o falecimento, em 1922, do Governador Dr. José Rufino Bezerra Cavalcanti, foi o governo exercido interinamente com as preocupações voltadas para os conflitos partidários, dos mais violentos de todos os tempos, perturbando inteiramente a paz no Estado.

Levado ao governo, por força de um acordo entre as correntes em luta, o Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, em 1922, confiou a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio ao Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque, então gerente em exercício da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco e um paladino do associativismo.

O novo secretário tornou-se figura centralizadora dessa etapa da propaganda cooperativista no Estado, ao lado de Apolonio Peres e do agrônomo Raimundo Fernandes e Silva, então Inspetor Agrícola do 8º Distrito, sediado no Recife, os quais formaram uma equipe incansável e entusiasta.

1º CONGRESSO DE AGRICULTURA DO NORDESTE BRASILEIRO

O "Primeiro Congresso Brasileiro de Agricultura do Nordeste Brasileiro" deveria ter-se realizado a 2 de dezembro de 1922, comemorativo do cinqüentenário da S.A.A.P. Circunstâncias imperativas, entretanto, só o permitiram a 8 de janeiro de 1923, na mesma cidade do Recife, com a presença do Dr. Inácio de Barros Barreto, filho do fundador da S.A.A.P. Por feliz coincidência, o também diretor da Sociedade promotora do certame, Dr. Samuel Hardman, era, na época, o Secretário da Agricultura do Estado.

Todos os Estados da região se fizeram representar.

Cooperativismo e crédito agrícola foram assuntos preferencialmente debatidos, cabendo a iniciativa dos mesmos aos Drs. Diógenes Caldas, então Inspetor do 7º Distrito, com sede na Paraíba; Fernandes e Silva, João de Souza Leão e o refe-

rido Secretário da Agricultura, presidente do Congresso.

Os Anais do Congresso, pela sua riqueza de detalhes, recomendara os promotores do certame e seu redator.

COOPERATIVA AÇUCAREIRA DE PERNAMBUCO

Ainda uma vez, em 1928, os produtores e industriais de açúcar, premidos por mais uma crise de grandes proporções, reuniram-se na S.A.A.P. para organizar a Cooperativa Açucareira de Pernambuco. Desta feita, as circunstâncias da produção elevada com a queda vertiginosa dos preços, além de outras razões de origem geral mais graves, não permitiram o milagre do "Cooperativismo de última hora".

1º CONGRESSO DE CRÉDITO COOPERATIVO

Dado que, na ocasião, as iniciativas da S.A.A.P. mereciam a chancela do Governo estadual, assim tornou-se fácil coordenar esforços e realizar, nos dias 17 e 18 de janeiro de 1928, no Recife, o 1º Congresso de Crédito Cooperativo.

O certame em causa, o primeiro ocorrido no Norte e dos primeiros do Brasil, representou um marco de esforço e a afirmativa de uma idéia em marcha, que, embora polêmica pela natureza de princípios, foi realmente válido como promoção da doutrina.

Do congresso há um destaque a registrar: o ponto alto dos debates e contra o qual formou grande número de professores e intelectuais, foi o **voto singular.**

O INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL - 1930

A conjuntura política, associada à grande crise mundial que desencadeou em 1929, foi marcante na História do Brasil.

O tumulto ocorrido em todos os setores, tudo provocado e agravado por uma crise generalizada sem precedentes, criou um clima de incerteza prejudicial às iniciativas.

As circunstâncias climáticas favoráveis, aliadas à confiança na Cooperativa, permitiram a maior produção de açúcar de todos os tempos, enquanto se verificava a mais catastrófica de todas as baixas de preço no mercado do açúcar.

Para um juízo seguro, basta ponderar que a safra anterior foi negociada em torno dos Cr$ 50,00 por saco de 60 kg de açúcar cristal; na seguinte, baixou até Cr$ 13,00 e Cr$ 14,00 por 60 quilos postos em Recife, com um mercado nacional aviltado, inconstante e incerto.

A confiança desaparecera.

No mercado externo não foi menor a debacle.

E tudo isto aconteceu numa região em que o açúcar representava o poder aquisitivo para todas as classes, que direta ou indiretamente sofrem os reflexos de suas cotações.

A essa altura dos acontecimentos surge vitoriosa a revolução de outubro de 1930, com Getúlio Vargas no Governo Federal e Carlos de Lima Cavalcanti na Interventoria de Pernambuco.

Graças à sensibilidade manifesta dos poderes públicos estaduais e federais, a angústia e os clamores dos canavieiros tiveram a devida acolhida.

No plano federal, coube a Leonardo Truda, por delegação especial do Presidente Vargas, a pesquisa e diagnóstico da situação.

Examinando, pessoalmente, as diligências locais promovidas no sentido de resolver problemas nacionais com providências regionais e, à luz dos acontecimentos, o que não foi difícil, pela farta documentação existente na S.A.A.P., procurou encaminhar uma solução tática formando a "Comissão de Defesa do Açúcar, 1931.

Tais foram os resultados dessa experiência, que ele não exitou em organizar definitivamente o "Instituto do Açúcar e do Álcool", que, embora combatido, é, sem favor, apesar de suas deficiências e possíveis falhas naturais, o sustentáculo da economia açucareira do Brasil. Assim, a S.A.A.P. esteve sempre ao seu lado desde os primeiros momentos.

TABELAMENTO DE CANAS

Em Pernambuco, os plantadores de cana, depois de lutas renhidas que, em certos casos, ultrapassaram os limites da cordialidade, tiveram a sua grande vitória com a conquista do tabelamento da cana.

Graças à atuação do Interventor Carlos de Lima Cavalcanti, usineiro, e do Secretário da Agricultura, João Cleophas de Oliveira, fornecedor de cana, foi firmado, no Palácio do Campo das Princesas, por usineiros e fornecedores de cana, um protocolo estabelecendo condições para pagamento de canas fornecidas, em condições satisfatórias para as partes litigantes.

Esse protocolo, datado de 1 de janeiro de 1932, convertido em Lei Estadual nº 111, de 23 de janeiro de 1932, foi ratificado pelo Decreto Federal nº 21 264, de 24 de abril do mesmo ano.

Vale registrar que, entre os "considerando" em que se fundamentaram os argumentos favoráveis ao decreto de tabelamento de canas, mereceu referência especial a opinião e participação da Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, entre os elementos conciliadores.

ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AÇUCAREIRA

Com a fundação do Instituto do Açúcar e do Álcool, verificou-se, posteriormente, que no texto legal de sua constituição constava uma flagrante injustiça aos banguezeiros, no tocante à taxação da defesa do açúcar.

O **tipo usina** sofreu uma tributação de Cr$ 3,00, com todas as vantagens de defesa, enquanto o do **tipo banguê** era tributado em Cr$ 1,50, ou seja, 50%, sem que os produtores dessa classe pudessem ser contemplados com qualquer benefício por parte do I.A.A.

Quando, em memorável reunião, se discutia a primeira atitude da lavoura de Pernambuco discrepando do poder público, uma ala ponderável da classe, julgando por certo a base das atitudes do passado, vetou a idéia de se enviar uma comissão ao Rio de Janeiro para discutir o assunto com o I.A.A., sob o fundamento de que tal comissão sequer seria recebida.

A manifestação da S.A.A.P., em favor da constituição da comissão, foi o fator decisivo para a sua aprovação.

A comissão, composta dos associados Manoel Neto Carneiro Campelo Junior, posteriormente Deputado Federal, Ministro da Agricultura, Presidente da Autarquia do Açúcar, além de candidato ao Governo de Pernambuco; Severino Barbosa Mariz, ex-Deputado Federal, e Amaro Cavalcanti, o modesto autor deste trabalho, viajou ao Rio, foi recebido e acatado pelo Presidente do I.A.A. Depois de debates pessoais e respeitados os direitos

em causa tiveram solução que equivale a uma consagração do eminente homem público que foi Leonardo Truda. Todo o expediente necessário à reforma do ato legal foi imediatamente providenciado, reduzindo a taxa de defesa para Cr$ 0,30 e, atendendo à solicitação da comissão, confiada sua cobrança aos órgãos de classe, e mais, depois de prestadas as devidas contas, determinou a reversão do produto da taxa às Cooperativas de Plantadores de Cana.

CADASTRO TERRITORIAL DE PERNAMBUCO

Reconhecendo como medida de grande alcance para as reformas da agricultura, sobretudo no referente ao crédito, a existência de um cadastro, aliás de há muito preconizado por um dos fundadores da entidade, resolveu a Diretoria da S.A.A.P. aproveitar a oportunidade em que os poderes constituídos concentravam suas atenções nos problemas rurais para promover a atualização dos estudos sobre a matéria.

O então presidente, senhor de engenho Antonio Novais Filho, posteriormente Prefeito do Recife, Senador da República e ainda Ministro da Agricultura, enviou à Câmara dos Deputados um memorial contendo sugestões que justificam um projeto de lei criador de tão almejada providência.

O documento em causa, defendido pelo Deputado José Vieira de Melo, tomou o nº 53, de 31 de outubro de 1963.

Motivos políticos de explicação difícil fizeram com que o mesmo fosse vetado pelo Governador do Estado, Carlos de Lima Cavalcanti, homem a quem não se podiam negar qualidades respeitáveis de homem público e patriota.

Coisas da política, sempre a prejudicar a lavoura em todos os tempos e de todos os modos.

Mais tarde, quando no Governo Barbosa Lima Sobrinho, em 1947, o Secretário da Agricultura Dr. Luiz Antonio C. A. de Barros Barreto resolveu organizar o Departamento de Terras e Colonização, solicitou parecer da S.A.A.P. sobre o projeto a ser executado, que mereceu estudo e sugestões oportunamente apresentadas.

Lamentavelmente, por motivos que não foram explicados, foi impossível a colaboração proveitosa que deveria existir entre ambas as partes.

A **Revista Bancária Brasileira**, cem anos depois, em seu número de janeiro de 1972, publica:

"Cadastro Rural — A partir de 21 de fevereiro próximo terá início, em todo o País, o recadastramento rural, de acordo com a legislação que determina uma revisão qüinqüenal dos imóveis situados fora dos perímetros urbanos da cidade, foi o que afirmou o Sr. Moacir Rodrigues Barbosa, Coordenador Regional do INCRA, durante exposição feita sobre o assunto na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

A palestra do Sr. Moacir Barbosa foi realizada durante a reunião do Alto Conselho Agrícola, a primeira deste ano, presidida pelo Secretário Rubens Araújo Dias, quando foram feitas exposições relativas ao tema "recadastramento rural."

CONFERÊNCIA DE ARAXÁ

As classes chamadas produtoras do Brasil reuniram-se no Grande Hotel de Araxá, de 24 a 31 de julho de 1949, para realizar sua 2ª Conferência Nacional.

Foi a maior concentração de produtores verificada no Brasil, à mesma comparecendo representação reduzida de Pernambuco, com número limitado de ruralistas, enquanto que foram numerosas e bem preparadas as delegações do Sul, especialmente de São Paulo, Rio Grande do Sul e do anfitrião do certame, Minas Gerais.

Representou a Sociedade e Associação dos Plantadores de Cana uma comissão composta dos Srs. Benedito Silveira Coutinho, Manoel Clementino Cavalcanti de Albuquerque, José Vieira de Melo, Zilde Maranhão e Amaro Cavalcanti, com a valiosa colaboração de Nelson Coutinho, Mário Lacerda e Luiz Oiticica.

Entre os assuntos que mais agitaram os debates figurou o da "intervenção do poder público no domínio da economia privada", com vistas especialmente ao combate do Instituto do Açúcar e do Álcool, que para certa ala do poder econômico passou a ser alvo de aspirações, que só encontravam apoio no arraigado individualismo.

Depois de uma semana de debates os mais calorosos e renhidos, onde os interessados lançaram mão de todas as tentativas, as classes produtoras deram ao Brasil uma série de recomendações que valem tanto quanto nelas se contém, pelo equilíbrio que presidiu as deliberações e, sobretudo, a redação esmerada do documento, à qual muito se deve ao ex-Senador e Ministro Mem de Sá.

1º CONGRESSO AÇUCAREIRO

Por iniciativa do Instituto do Açúcar e do Álcool, quando presidente o Sr. Edgard de Góis Monteiro, realizou-se, de 17 a 25 de setembro de 1949, o 1º Congresso Açucareiro Nacional.

Seguindo a orientação adotada depois da fundação das entidades especializadas, a participação da S.A.A.P. passou a ser um conjunto por elementos das demais diretorias em delegações credenciadas pelas respectivas congêneres para atender à formalidade regimental.

No Congresso em causa, ocorrido no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, as delegações das diversas entidades ligadas à S.A.A.P. e Associação dos Fornecedores de Cana e Cooperativas constituíram numerosa delegação, credenciadas individualmente, embora por formalidade regimental, sob a presidência de Benedito Silveira Coutinho, que se houve com o devido equilíbrio na resolução de todos os casos.

Coube a um dos correspondentes da representação dos canavieiros de Pernambuco, o autor destas linhas, um lugar na Comissão Coordenadora.

A grande representação dos plantadores de cana permitiu a presença em posições destacadas nas diversas comissões de estudos do Congresso, sendo, assim, alguns dos seus representantes escolhidos para efetuar pronunciamentos especiais.

Dos anais, cuidadosamente elaborados pelo relator Procurador J. Mota Maia, constam devidamente documentados os principais acontecimentos com os possíveis detalhes.

ASSOCIATIVISMO RURAL

Com a reformulação do Associativismo, pela Lei nº 8 127, de 24 de outubro de 1945, a S.A.A.P. recebeu a visita do Diretor do Serviço de Economia Rural, Antonio de Arruda Camara, para sugerir sua investidura na categoria de Federação das Associações Rurais de Pernambuco, conforme dispositivo legal.

A S.A.A.P., entretanto, depois de estudos e ponderações, por seu presidente, Rui Carneiro da Cunha, deliberou convocar as Associações registradas de acordo com o S.E.R. e promover a fundação da Federação das Associações Rurais de Pernambuco, da qual foram seus primeiros diretores, Presidente, o engenheiro Lauro Borba e Secretário autor deste trabalho.

Os mesmos diretores representaram a entidade na fundação da Confederação Rural Brasileira, hoje Confederação Nacional da Agricultura ,sendo eleitos: o primeiro, um dos vice-presidentes e o segundo, um dos diretores técnicos.

SINGULARIDADES

Há episódios merecedores de destaque na vida da S.A.A.P., pelos seus aspectos singulares.

A S.A.A.P., até hoje mantida pelas convicções ruralistas dos canavieiros de Pernambuco, celebrará, pouco depois da comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil, a 7 de setembro deste ano, os seus cem anos de existência.

Durante esse longo período, é lícito reconhecer que a Associação em causa tornou-se, desde os seus primeiros dias, a desbravadora do ambiente de incompreensões, até mesmo hostil, então dominante, vindo acumulando passado de lutas e tradições gloriosas, que constitui o seu melhor patrimônio. Registra, ainda, uma longa jornada de atuação direta e ao lado de organismos outros, criados em decorrência de iniciativas suas, sempre que as circunstâncias, impostas pela evolução, o exigiam, multos deles coexistindo, em sua modesta sede.

Projetos e programas foram bem estudados e previstos para a época. Muitos deles chegaram a ter atuação proveitosa, enquanto outros continuam esquecidos; uns mal executados, ou interrompidos outros. E o que é pior: muitos deturpados pela incompreensão, ignorância ou descaso dos problemas, ainda hoje primordiais para a agricultura brasileira.

*

O fundador da entidade, Ignácio de Barros Barreto, teve um filho que lhe herdou o nome e iniciou, quando estudante ainda, as jornadas associativas idealizadas pelo seu digno genitor. No decurso de sua vida, o filho desempenhou na sociedade as mesmas funções que seu pai tanto dignificou.

Por oportuno, vale retificar depoimento anterior com referência à propriedade do fundador, constatada em pesquisas mais recentes.

Ignácio de Barros Barreto, o fundador, foi senhor do Engenho Macujé, Município de Jaboatão, enquanto o filho era senhor do histórico Engenho do Meio da Várzea do Recife, onde o mesmo fundou a usina de igual nome, além do Engenho Curado, posteriormente alienado ao Governo pelo seu filho Luiz Antonio C. A. de Barros Barreto, para nele ser instalada a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Pernambuco.

Essa gestão de pai e filho perdurou durante quase sessenta anos, de 1872 a 1931, quando esse último faleceu, em Recife, permanecendo até seus últimos dias com o pensamento voltado para a S.A.A.P., que, por sua dedicação, lhe concedeu a alcunha de "Defensor Perpétuo da Lavoura".

Foi um pioneiro da mecanização agrícola em Pernambuco e, apesar de usineiro de açúcar, tinha grande entusiasmo pela cultura da mandioca, deixando sobre esta esboço de monografia já bem adiantado.

Iniciou a edição de um jornal agrícola — "O Agricultor Prático" — e publicou diversos estudos e experimentos realizados,na época, sobre o cultivo da cana de fabrico do açúcar, procedidos no Estado.

Há uma outra singularidade na vida da S.A.A.P. relacionada com sua sede social. O senhor de engenho Coronel Francisco Antonio de Souza Leão prometeu, afirmando em conversas familiares, que legaria os seus haveres à Santa Casa da Misericórdia, condicionando a cessão de um andar num dos prédios, dessa herança à Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, enquanto a mesma existisse.

Aconteceu que a morte antecipou seu desaparecimento sem que se tivesse cumprido seu desejo manifesto.

Uma sua irmã, entretanto, conhecedora do fato tantas vezes expresso, cumpriu a promessa sem restrições. Assim, a S.A.A.P. passou a dispor de sede própria na cidade do Recife, e na galeria de fotografias de seus beneméritos existe a dessa alta dama e senhora de engenho Maria da Conceição de Souza Leão, credora das homenagens da agricultura canavieira de Pernambuco.

Foi desse modo que a S.A.A.P. teve como sede o 1º andar do prédio à Praça Barão de Lucena nº 77.

*

Em 1898, teve a Sociedade a preocupação de uma lei que regulamentasse a locação dos serviços agrícolas, ao mesmo tempo que entrou em entendimentos com a "Central Sugar Factories" para trazer ao Brasil um químico para orientar a técnica industrial, recaindo a escolha no senhor Alfredo John Watts.

*

Foram inúmeras as figuras proeminentes que se destinguiram pela lealdade e dedicação à Sociedade Auxiliadora da Agricultura.

Com a solicitação de escusas por algum lapso de memória que poderá ser emendado em trabalho definitivo mencionaremos alguns dos senhores de engenho e industriais que desempenharam na vida pública do Estado de Pernambuco, além dos já citados neste trabalho. Foram eles: Antonio Epaminondas de Barros Correia — Barão de Contendas e senhor do Engenho Contendas; Dr. Henrique Marques de Holanda Cavalcanti — Barão de Suassuna, usineiro; Engenheiro Carlos Alberto de Menezes; Engenheiro Luiz Correia de Brito; Dr. Davino Pontual; Dr. Francisco da Costa Maia; Coronel João Liberato Pereira de Melo; Dr. Gerôncio Dias de Arruda Falcão; Coronel Francisco Correia de Andrade Silva; Coronel Francisco da Cunha Rabelo; Dr. Marcionilo Lins; Dr. Augusto Cavalcanti; Dr. Edgard Teixeira Leite; Dr. Joaquim de Arruda Falcão; Sr. Manoel Antonio dos Santos Dias Filho; Dr. Aurino José Duarte; Dr. Gileno De Carli; Gaspar Peres; Júlio Santa Cruz Oliveira; Carlos Lira Filho, Luiz de C. Maranhão e Francisco Falcão.

É Presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, no ano de seu centenário, o senhor do engenho Condado, Antonio Correia de Oliveira Andrade Filho.

VALDEVINO FELICIDADE, "FILÓSOFO" DE ENGENHO...

CLARIBALTE PASSOS*

— Quando chove sopa o pobre está sempre de garfo...

Chamava-se mesmo — **Valdevino Felicidade** — nascera cego, era preto e pobre, tão só no mundo, que p'ra zombar do coitado diziam ser afilhado do **Espírito Santo verde!** Alto, magro, viera da cidade de Vitória de Santo Antão — trazido pelas mãos bondosas do dono do próspero e acolhedor Engenho "Graúna" — onde passara a morar, depois da morte da negra Joana, a mãe compreensiva e tolerante, aturara-o longos anos com o seu temperamento esquentadiço. Embora privado da visão, mantinha-se orgulhoso, jamais recorrendo à caridade pública através de esmolas.

Preferira tornar-se vendedor ambulante, carregando uma maletinha retinta como ele próprio, cheia de bugigangas: pentes, agulha longa, linha para costurar e bordar, grampos para cabelo, bolinhas de desinfetante, etc., percorrendo ruas e becos dos bairros de Vitória, anunciando a mercadoria o dia inteiro à freguesia. O acaso fê-lo encontrar-se com o Coronel Josias, o qual, depois de escutar penalizado sua estória, convidou-o a viver nas terras do "Graúna".

Por volta de meados de junho, nas cercanias do Engenho, todas as árvores na ampla extensão da várzea — em vários trechos atapetada por frondosos canaviais — tinham adquirido suas luminosas tonalidades clorofiladas. A propriedade ficava em meio a uma espécie de tabuleiro de xadrez, composto de plantações viçosas de milho, feijão, hortas de legumes, encostas de pomares belíssimos — mangueiras, abacateiros, jaqueiras, laranjeiras, bananeiras, pitombeiras, jaboticabeiras, coqueiros — formavam uma soberba paisagem.

Ao longo dos caminhos, oitizeiros, marmeleiros, grandes baraúnas e flores silvestres encantavam os olhos dos trabalhadores e visitantes durante a maior parte do ano. O novo habitante, o forasteiro, estava assim como que sendo homenageado pela própria natureza circundante.

Sabendo-o desbocado, impaciente, amante do palavrão, o Coronel encarregara sua arrumadeira de auxiliar o preto Valdevino na limpeza do barracão, além de cuidar da lavagem da roupa e da comida. O dono do lugar, intimamente, alimentava fundadas esperanças numa rápida transformação do "Cipó Preto" (como o haviam apelidado), considerando a simplicidade da gente ocupada na faina do corte da cana e dos roçados de feijão, milho e abóbora.

Certa manhã, após tomar o seu copo de leite ao pé da vaca, ouviu inesperadamente Valdevino uma piada pouco lisonjeira de um trabalhador, ao esbarrar no burro em que o homem montava:

— Vê si arrepara d'onde pisa, "sêo" nêgo d'uma figa! Pôco fartô p'ra mode tu atrupelá têo pai...

Próximo à cena, o Coronel Josias pigarreou forte, numa tentativa de conter a resposta ferina e "cabeluda" de Valdevino. Conteve-se, porém, o preto cego astuto, mas não deixou de retrucar à altura do atrevimento do antagonista desconhecido:

— P'ru mode qui é... "sêo" môço... num é qui na topada discunhici os mêos dois irimão!...

---

* Musicólogo, Jornalista e Advogado. Membro do Conselho de Música Popular (MIS).

"Via um boi voar... andava de mãos enlaçadas com uma crioulinha toda perequeté... Emocionava-se até às lágrimas com os vôos, como nos bailados clássicos, dos irrequietos "beija-flores"...

O interlocutor desistiu, então, ciente da força do adversário e imediatamente tratou logo de descarregar os feixes de cana sem importar-se em prosseguir no diálogo, particularmente em respeito ao dono do Engenho, o qual evitara coisa pior. Àquela altura do amanhecer uma densa neblina parecendo fumaça cobria os arredores dos matos situados nos altos.

Sentado, agora, num dos degraus da escada que dava acesso à casa-grande, Valdevino Felicidade — o "Cipó Preto" — mantinha triunfante o sorriso da vitória no canto da boca. Gozava da estima pessoal do Coronel, dono abastado do "Graúna", a quem ditara, noutro dia, um "Padre Nosso" infalível dirigido à argúcia pretensiosa dos "caloteiros". O sisudo proprietário do Engenho, na ocasião, rira às escâncaras com os "inspirados" versos do cego, tendo ordenado a feitura de uma tabuleta e mandado colocá-la bem à vista da freguesia dos compradores de cana.

Pouco adiante, recostado na sua cadeira-de-balanço, o Coronel lia em voz alta e pausada — entrecortando cada verso com uma gargalhada:

"Fregueses nossos que estais atrasados, / equilibrado seja o vosso crédito; / venha a nós o vosso cobre; / seja feita a nossa vontade, / assim nas compras como nos preços;/ o saldo nosso de cada conta nos dá pressa; / perdoai as nossas exigências. / assim como nós perdoamos as vossas trapaças; / não nos deixeis ficar sem os cobres do pagamento, / e livrai-nos do calote. Amém."

Na realidade, o Coronel Josias pedira a alguém para melhorar a linguagem daqueles versos, sabido de todos que Valdevino era ignorante e ninguém iria entender desta forma a "oração" no original... Depois de um mês de convívio com o pessoal do Engenho, bem alimentado, conseqüentemente sem aperturas econômicas ou pensamentos que o torturassem na hora de deitar, Valdevino "começou a rir por dentro" e a gostar da nova vida. As dificuldades de entendimento, às vezes, eram motivadas pela falta de estudos, pois nem mesmo na infância merecera a "graça" de freqüentar uma escola, quando ainda vivia a negra Joana.

Todavia, Valdevino era extraordinariamente ardiloso, não pela circunstância de ser homem pobre, preto e cego. Tais detalhes nunca o impeliram a blasfemar contra Deus nem a fazer mau juízo da família pequena, humilde e curta na longevidade. Para ele morrera o passado triste do começo da sua estória, plenamente compensado àquela altura dos acontecimentos, através do carinho, simpatia e gentileza da arrumadeira Otília.

Podiam até ter decidido, à sua revelia, manter atuais os aspectos cômicos da sua estada na cidade de Vitória de Santo Antão, com passagem demorada por Caruaru — uma vez que em ambas as localidades de Pernambuco ele servira de galhofa por parte dos estudantes e transeúntes — no entanto, já agora, o antigo e "malcriado" negro "Cipó Preto" rejuvenescera mentalmente. Embora afirmasse amiúde aos companheiros do Engenho as saudades enormes daquela fase da sua vida árdua de mascate.

Detestava ser um sujeito de duas caras — faca de dois gumes — falso, que fala na presença e "corta" na ausência... Que importava o fato de ter nascido cego? Sinceramente, do fundo do coração, somente lamentava não poder "vêr as coisas..." Extasiar-se, à tardinha, ao olhar (se assim pudesse) o balanço cadenciado da folhagem espessa dos canaviais... parecendo o vai-e-vem das ondas contra a orla da praia... Era mesmo duro "morar", permanentemente, "dentro da escuridão!..."

Sentir, bem mornas, escorrendo rosto abaixo, lágrimas espontâneas, porém, sem enxergá-las, quando limpava os olhos úmidos com as costas das mãos! Mas o seu desejo estava realizado com a vinda alvissareira para o belo e acolhedor Engenho "Graúna", onde agora possuía amigos, gente boa e carinhosa. De uma certa forma, pois, um pecador começava a ficar em paz com Deus!

Confidenciava-se, conformado, compreendendo as próprias limitações humanas e espirituais. Às vezes, quantos lutam a vida inteira, vigiando-os o espectro da morte inevitável, sem que haja tempo de adquirir um definitivo "canto" para a família, conseguir "formar" os filhos, preparar o amanhã?... Não é essa, irremediavelmente, a "sina" de todas as criaturas na Terra?...

À parte dessas realidades cruas, o melhor era não pensar demais. Viver a vida, pois, enquanto se tem saúde, disposição para o trabalho, emoções puras para compartilhar com "alguém", sem a ânsia ou o propósito de **agredir** sempre os outros, excitado pela vaidade efêmera de um instante de grandeza financeira, política ou social...

O bom mesmo era tomar o seu caneco de caldo-de-cana, depois de um suculento almoço constituído de carne-de-sol bem tostadinha e salgada, farofa-de-bolão, regada ao molho indispensável de uma pimentinha "malagueta". E, depois... aquela maravilhosa e tranqüila "madorna" à sombra amiga de copada mangueira... sonhando com "crioulas" rebolativas e "perequetés"...

Despertando, ao entardecer, era só chamar pela negra Otília e logo ela o conduzia às margens do rio próximo. O simples toque dos dedos dos pés na areia fria reconfortava-o. A correnteza mansa acariciava-lhe a pele negra e luzidia, provocando-lhe cócegas e risos... Voltava, então, a ser criança novamente! "Via" um boi voar... corria campo a dentro de mãos dadas e enlaçadas com outra criatura da sua idade, ingênua, pretinha e feliz...

Até mesmo sonhando, lutava contra o tempo, procurando vencê-lo numa desabalada e louca corrida, fosse isto sorte, má-sorte ou destino, mas precisava ganhar nessa disputa o direito de ventura terrena, sem tentar uma fuga inútil, o refúgio na fantasia, ou o simples gosto de pensar na morte inimiga de planos, insensível aos desejos românticos da criatura humana... Valdevino Felicidade, preto e cego, sentia-se deprimido ao pensar na morte e nos vários modos como acontecia!

A voz macia da negra Otília tirou-o dessa agonia e, finalmente, uma lufada fria de vento avançando das bandas dos canaviais refrescou-lhe a mente e encorajou-o no retorno à **vida.** Entre os outros indícios de mudança que todos passaram a notar na personalidade de Valdevino consistia no seu crescente prazer em viver "matutando"... Todavia o seu maior desejo era o de ser aceito dentro e fora do Engenho como um igual por aqueles trabalhadores rústicos, queimados de sol, de mãos calejadas, povoando um mosaico de terrenos úmidos.

Ao retornar das margens do Ipojuca, guiado carinhosamente pela mulata Otília, fazia uma noite bonita de luar. Ela fora instruída pelo patrão a fim de não levar o preto cego a cometer algum desatino. Ele tinha a seu lado mais do que uma amiga, porém, um verdadeiro "anjo-da-guarda!" Havia notória diferença entre a arrumadeira do Coronel Josias e certa "cambada" interessada sempre em mexer com ele: mais ou menos, como a urtiga e a flor...

Otília livrara-se, há muitos anos, da situação instável de "mocambeira" e merecera a liberdade permanente dentro das terras abençoadas do "Graúna". Confessou-lhe, naquela tarde, que nunca duvidara da sua bondade e que gostava dela. Afagando-lhe as mãos, ela retribuíra nesse gesto uma correspondência de sentimento.

Agora, ele estava comovedoramente ansioso por dar-lhe um "canto" no qual passassem a viver em comum, formalizando um matrimônio sob a proteção do padrinho que o trouxera do "purgatório" de Vitória de Santo Antão na época mais difícil e incerta da sua vida. Sentia, a cada passo, o ar tônico e estimulante cheirando a mato verde. Ao lado dela não mais agiria como um garoto brigão.

Sentia-se calmo, feliz e seguro, sem nenhum temor de que viessem a invadir o seu "Éden"... As emoções extravazando-se, naturalmente, como as de um rapaz jovial, puro e de coração generoso. Ela ouvira muitos boatos a respeito dele: que dizia muito palavrão, bebia excessivamente, perseguia mulheres, jogava e vadiava. No entanto, agora, após alguns meses de convívio diário no Engenho, certificara-se de ter ele agradado em cheio, conforme as normas da sua intuição de mulher.

O prazer de Valdevino recrudesceu no transcurso desse caminhar romântico graças às ânsias comunicativas de ambos, não só através dos toques dos dedos e das mãos, nervosamente, numa rara e maravilhosa oportunidade de redescobrimento dos caminhos interiores dos seus "mundos", como também pela certeza de não estarem **cavando** nenhum abismo...

Otília era de estatura mediana, corpo esguio de verdadeira adolescente, nariz

ancestral levemente achatado e possuía (ainda que isto possa parecer incrível) mãos finas e habilidosas, pois quase não tivera tempo de ser escrava. Ficara imediatamente impressionada com a conversa descançada de Valdevino, a sua desenvoltura no dia em que chegara ao "Graúna", ao ouvir que ela necessitava de um pente, retirara o seu do bolso da surrada camisa, quebrando-o em dois e lhe estendendo com encantadora simplicidade uma metade...

Valdevino, por sua vez, gostara da voz macia, aveludada, assim como das maneiras femininas, a fé católica (lamentando apenas não ter podido "vêr" a sua beleza) que a cegueira tornara impossível... Todavia, essa circunstância, ao contrário de desiludi-lo, encorajara-o a ponto de modificar os pensamentos e a linguagem usual dele ficara mais decorosa do que a de costume...

Estonteado pela ventura, transplantava-se, novamente, aos dias da infância: num segundo já estava sentindo a aragem fresca e suave esbatendo-se numa carícia longa de encontro às faces mornas. Embevecia-se com aqueles raios dourados do Sol, que punham um fulgor diferente de colorido em toda a paisagem verdejante do "Graúna"... Emocionava-se até às lágrimas com os vôos dos irrequietos "Beija-flores", semelhantes aos bailados clássicos...

Tudo ali ficava tão lindo, que mesmo durante o inverno as margens dos caminhos eram recantos de beleza, para onde convergiam Sabiás, Rolinhas, Nambús, Galos-de-campina, Cardeais, Pintassilgos, Concriz, Patativas, inúmeros pássaros, a fim de se alimentar de jamelão, goiabas, mangas, araçá e umbú...

As terras do Engenho "Graúna" gozavam, com efeito, de fama, por sua exuberante paisagem sempre verde e perfumada, pela abundância de frutos, a mansidão da brisa — sem inesperadas e incômodas "ventanias" — e também pela variedade soberba dos seus extensos canaviais. Quando as ondas de aves migradoras passavam por lá, na florida estação da primavera e no outono, os amigos do Coronel Josias para ali afluíam, procedentes de São Caetano, Garanhuns e Caruaru.

Outras pessoas também para lá se dirigiam a fim de acamparem junto aos bosques vizinhos e pescar no rio, açudes, cujas águas fluíam claras e frescas, emergindo das colinas; e chegavam até a formar riachos ou lagunas ensombradas, onde viviam "traíras", "caiás", "curimatãs", peixes aos quais os "matutos" dos Brejos e Engenhos atribuíam a inteligência e a arte dos elegantes cisnes.

Valdevino tinha os olhos lacrimejantes de felicidade e apertava com espontâneo carinho a mão quente da sua querida Otília... que, paciente e mansa, deixava-o prolongar-se nessas esplendentes divagações românticas. Tudo aquilo, imaginado por ele nos momentos de evasão da realidade física, não constituía nenhuma obra de feitiçaria. Existiam as terras férteis, o estonteante panorama verdejante do "Graúna", o "seu" amor por Otília, os lavradores amigos, as vacas, os passarinhos, a compreensão e a humaníssima bondade do velho Josias...

Só pedia a Deus que nenhum mau-olhado começasse a mudar as coisas lá p'ras bandas do "Graúna". Rogava-LHE nas suas preces para que continuasse escutando, na calada da noite, o canto dos grilos, o marulho suavizante dos regatos circunvizinhos, o fio brilhante da Lua penetrando pelo minúsculo furo da palha-de-côco — que fazia de conta às telhas do barracão!

Desejava manter-se assim até que a "sua" nêga lhe desse a alegria de vários "bacurinhos"... Intitulava na mente desta maneira aos futuros **herdeiros** do casal. Embora sem "vêr", pressentia a existência ainda de muito pouca consciência no **Mundo** — uma consciência bastante limitada, egoísta — longe de aquilatar as melhores ânsias das criaturas! Sabia da presença, na **Vida**, de toda uma espécie de "especialistas"; cada "especialista" achava-se no **direito** de perturbar a tranqüilidade de toda a humanidade, ou visando "aparecer", ou p'ra ganhar dinheiro fácil...

Mas ali, no "Graúna", tudo era melhor: maior, até, a moldura tosca do pensamento do trabalhador rural. O lavrador que **toma** pitadas fortes de "torrado", retiradas, espaçadamente, do fundo do seu "corrimboque"..., sem jamais aperceber-se do perigo dos **inseticidas** manejados sem cuidado pelos homens das cidades..., os quais nem sequer meditam quanto aos

seus maléficos **efeitos** sobre a terra fértil, sobre a água, sobre a vida dos animais silvestres e contra o próprio ser humano...

Valdevino ia assim meditando, "grudadas" as suas mãos nas aveludadas e mornas mãos da "sua" Otília. Sorria a negra, compreensiva, observando a movimentação emocional dos dedos do **amado** e as curiosas "cabriolas" de cada **sobrancelha,** como se elas tentassem frear as sensações poderosas do preto envolto em reflexões ininterruptas.

Impossível tornara-se dizer, àquela altura de suas meditações, como dos instantes privilegiados usufruídos ao lado da negra Otília de que maneira estava realmente se sentindo... Ouviu a conversa de um casal de pássaros — e entendeu logo onde haviam chegado — era debaixo do **cajueiro** da sua particular estimação, pois fora ali onde conversara pela primeira vez **a sós** com Otília. Haviam-se **entendido** às mil maravilhas, desde essa ocasião, mesmo porque fora sincero e nem contara nenhuma "pabulagem".

Já anoitecera. Chegara a hora da "janta". Valdevino ergueu-se e sem maiores explicações foi dizendo:

— O'xente, nêga, num tem mái jeito não. Agora, nóis tâmo mêrmo amarrado! Acho qui incaxâmo di vêizi...

O ZUMBI DE "MANSINHA"

JAYME GRIZ*

Era num fim de dezembro e em andamento de moagem da safra desse ano estava o Engenho Liberdade, quando ali chegam, tangidas por dois vaqueiros a cavalo, duas vacas turinas, presente do meu avô paterno para meu pai, senhor do Liberdade, vindas do Engenho Fanal da Luz, do qual se desfizera o referido meu avô, para se dar atividades comerciais e industriais em Palmares do Una, na mata sul do Estado.

Eram duas gordas e bonitas vacas de boa casta leiteira, enriquecendo e melhorando assim em número e qualidade o gado leiteiro do engenho. Meu pai, que já estava à espera de tão valiosa dádiva do ex-senhor do Fanal da Luz, encheu-se de alegria, de cuidados e zelos pelas turinas que acudiam pelos nomes de "Baronesa" e "Mansinha". A primeira um tanto arisca, a segunda muito mansa, de que lhe adviera tal nome.

Por três ou quatro dias ficaram as turinas sob as vistas e cuidados especiais de um dos tratadores do gado de leite, no curral, até que, dias depois, ganharam elas total liberdade de movimento no pasto do cercado grande do engenho.

Depois de se adaptarem ao pasto, águas, clima, meio, em suma, trato adequado à sua categoria leiteira; depois de invernadas e moagens várias, ali, de engordarem e darem crias com muito leite para alegria da meninada e dos senhores da Casa-Grande, e de se constituir rotina a presença das turinas no dia-a-dia da velha propriedade do Vale do Camevouzinho, com suas cheias de inverno, suas botadas de verão, seus alegres cambiteiros com seus cavalos e carreiros com seus carros cantadores carregando canas para as moendas do Liberdade, lá um dia surge "Mansinha" doente, mofina, biqueira, sem querer comer, sem aparecer junto ao terraço da Casa-Grande para receber das mãos dos meninos e de outras pessoas, olho de cana ou palha de milho e outros alimentos, como era de seu costume. Desaparece de vez da vista de todos dali, para ser encontrada caída num brejo perto do açude grande, de onde foi retirada a custo para uma das casas de bagaço perto da fornalha do engenho, onde ficou deitada, de barriga arfante e crescida, dali não mais se levantando nem saindo. Foi olhada e examinada por entendidos em doenças de gado e pelo próprio senhor do engenho, de que resultou fosse conduzida de onde estava, dias depois, para os fundos da horta-pomar situada por trás da Casa-Grande, a alguns passos de uma baixa de capim-de-planta, à sombra de uma mangueira, onde dias depois, apesar do interesse e zelo de todos diante do caso da outrora bonita turina, veio a mesma a morrer, sem se saber bem de que, se de mordedura de cobra ou empanzinada por excesso de borra de cachaça que tanto gostava de beber no cocho destinado à engorda do gado, por trás do engenho.

Todo mundo sofreu, inclusive a meninada da Casa-Grande, a perda de "Mansinha".

Ausentando-se o senhor da propriedade, por alguns dias, antes da morte da turina, por imposição de negócios em Palmares, na horta, agora, morta estava a vaca, atraindo sua decomposição os farejantes urubus que já começavam a voar, alto, em círculos, por sobre o sítio em que se encontrava a mesma. Receando o senhor do engenho, já de volta às suas atividades, mandar arrastá-la a juntas de boi, para longe dali, dado o deplorável estado de decomposição do corpo do animal e o mau cheiro exalante do mesmo, e tendo, no caso, de passar rente à Casa-

---

* Poeta, Folclorista, membro da "Academia Pernambucana de Letras".

Grande, resolveu, de modo incomum, como medida de emergência, inclusive, como lhe parecera, de higiene, fosse enterrado onde morrera o corpo apodrecido da chorada "Mansinha", o que foi feito em larga e profunda cova, sendo posta, depois, sobre dita cova, larga e pesada pedra e cercado o local do sepultamento que, não sendo de uso, suscitaria críticas, inclusive de certo mandingueiro da vizinha vila de Bem-Te-Vi, que previu o aparecimento, de futuro, do Zumbi[1] da vaca morta no sítio do seu enterramento e no cercado do engenho.

O certo é que lá no fundo da horta ficou "Mansinha" apodrecendo e sendo consumida pela terra na sua funda cova.

O senhor do engenho não ligou para os míticos prognósticos do mandingueiro de Bem-Te-Vi e a vida continuou seu curso de sempre no seu banguê. Os invernos se sucediam, cada ano, com a renovação dos canaviais e as moagens de cada verão.

* * *

Lá um dia o estribeiro Amaro Padre chegou assustado, no engenho, da baixa de capim da horta, dizendo ter ouvido lá o urro de "Mansinha". O urro e as pisadas da vaca nas folhas secas do chão da horta. E não voltaria, disse, a cortar capim ali, sozinho. E tal não sucedeu somente com o estribeiro Amaro. Outros correram de lá contando a mesma coisa. Mesmo sem que muita gente acreditasse em tal abusão.

Até que certa vez, ao entardecer de um dia de céu nublado e muito vento, João de Nêga e Cícero, menores bem crescidos e fortes, cubiçosos de sempre das gostosas frutas do pomar do engenho, filhos de servidores da Casa-Grande, botaram-se para lá, onde estavam enterrados os restos mortais de "Mansinha", para a apanha de goiabas, cacaus, jaboticabas e laranjas, de variados tipos e sabores, beneficiados tais frutos pelas primeiras chuvas de fim de moagem.

Lá chegando, o sol caindo, com um arco-íris, como sinal de chuvas próximas, bebendo água, longe, nas cabeceiras do Camevouzinho e se encurvando por sobre as matas do Engenho Aratinga, e um tanto prevenidos pelo que ouviram contar o estribeiro Amaro Padre sobre os mugidos de "Mansinha" na horta, trataram os dois rapazes de recolher numa cesta de palha, de feira, as frutas que a mesma podia comportar e depois de uma chegada aos sapotizeiros à margem da levada onde corriam as águas do cavouco do engenho para o Camevouzinho, com o chão cheio de seus frutos maduros e de sabiás que fugiram à aproximação dos inesperados visitantes, voltaram eles aos cacaueiros e depois subiram, cautelosos com os espinhos, ao pé de laranja mimo-do-céu repleto de frutos amarelos, e foram lá de cima atirando ao chão forrado de folhas as gostosas laranjas, quando surpreendidos foram por uma forte ventania fria e ruidosa que sacudiu fortemente a laranjeira e demais árvores circundantes por toda uma larga área da horta. Logo em seguida à ventania, um enorme e negro besouro mangangá, com um forte e ruidoso zumbido, girou de cima para baixo e de baixo para cima, repetidas vezes, em torno do pé de laranja, sumindo de repente no rumo da cova da vaca, o que levou o João de Nêga, mais supersticioso que seu companheiro Cícero, a falar a este do que se dizia: que Zumbi de bicho morto sempre se faz anunciar, nas suas aparições aos vivos, no mundo, por um mangangá e vento forte, do que não se assustou Cícero, continuando ambos no afã de recolher as laranjas que lhes apetecessem, no momento. Mas João ficou de sobreaviso com o que acontecera. O mangangá e aquele pé-de-vento. De repente, de novo o mangangá e vento forte que surgiram agora de mistura com mugido de boi. E desta vez foram eles, os rapazes, acometidos pelo mangangá e sacudidelas tão fortes da laranjeira, pelo vento, que quase foram jogados ao chão. E seguido de tudo isso um tropel de animal que estaria se aproximando do local em que se encontravam os assustados moços.

Era o Zumbi de "Mansinha", de que falara o estribeiro Amaro Padre, que vinha por aí, acreditava João de Nêga, nessa altura de tais acontecimentos, ali na horta.

Agora era tratar de descer da árvore antes da chegada da abusão da vaca (o seu Zumbi) que não tardaria a aparecer.

---

(1) Espectro, fantasma de bicho morto, boi, cavalo, etc. (pop.).

E foi o que fizeram. Largaram-se, sem perda de tempo, de árvore abaixo, rasgando-se nos espinhos e pontas de galhos que lhes dificultavam a tormentosa descida da laranjeira, e, finalmente, já no chão, com o mangangá zumbindo e contornando ambos sacudidos por fria e forte ventania de mistura com supostos mugidos do fantasma da vaca, de cuja aparição já não tinham mais dúvidas os assombrados rapazes em tamanhas aperturas, abalaram numa correria louca, deixando tudo o que haviam recolhido na horta, por dentro de denso cafezal, em rumo oposto ao de onde vinha o vento que os seguia, na direção da Casa-Grande, que a custo, exausto e sangrando pés, mãos, corpo e rosto, finalmente atingiram pelo lado dos fundos da cozinha e se estenderam no chão em gemidos de dor, medo e assombração, sendo socorridos pela gente da Casa-Grande, que logo tratou de lhes amenizar as dores e sustos de que estavam possuídos e de saber o que havia acontecido aos mesmos, lá embaixo na horta, de onde acabavam de chegar em tão deplorável estado.

Nessa noite não dormiram eles de dores e temores noturnos pelo que viram e sofreram ao entardecer daquele dia de angústia e pavor na solidão da horta.

Toda a gente do engenho e de Bem-Te-Vi veio a saber, depois, do caso do Zumbi de "Mansinha".

O senhor do engenho, apesar de sua incredulidade diante do acontecido, não deixou de se informar de tudo o que ocorrera e do que se dizia em relação à aparição do fantasma da vaca morta.

Dias depois de tais acontecimentos, mestre Chico, ex-escravo e ex-carreiro do Engenho Camevou-Grande, de meu avô materno, muito tocado das heranças míticas e místicas de sua raça, inveterado pescador diurno e noturno do Camevouzinho e do açude grande do engenho, e que apesar de sua longa e trabalhada vida tanto serviço ainda prestava à Casa-Grande, pediu para falar ao senhor do Liberdade a respeito da abusão da vaca "Mansinha". Recebendo o ex-escravo do Camevou, este lhe pediu licença para acender uma fogueira de noite, fazer um toque mágico e rezar umas rezas fortes para acalmar e afugentar do cercado do engenho a abusão da vaca, que era, segundo ele, muito ruim pro pasto. Podia assombrar e dar morrinha no gado, como já tinha acontecido em fazendas de gado, no sertão, e mesmo em engenhos, acrescenta, convicto, mestre Chico.

O senhor do engenho, incrédulo diante de todo o ocorrido a respeito da tal abusão da vaca, mas tolerante, compreensivo e sabedor das heranças relacionadas com o espírito místico da raça negra, e suas inatas virtudes mágicas, e curioso diante da perspectiva de práticas exorcísticas do ex-escravo, no caso da suposta abusão, permitiu a realização de sua pretensão, fazendo-lhe recomendações quanto a excessos que viessem a perturbar o sossego e a paz noturna do engenho. Satisfeito mestre Chico em sua pretensão, pediu ainda este lhe fosse fornecido um litro de sal como elemento indispensável na prática de seu ritual do toque em torno da fogueira de que falou, no que foi também atendido.

Concluíra a Casa-Grande que nada haveria a recear em se permitir vazão aos exorcismos negros do manso e pacato mestre Chico.

* * *

Numa meia-noite de quinta para sexta-feira, noite de correr lobisomem, frente à sua casinha coberta de sapé, junto à horta onde fora enterrada a vaca que por lá andara correndo o fado seu Zumbi, acendeu mestre Chico sua fogueira.

A fogueira era de jurema branca. Irradiava força mágica dos Numes das florestas. E o sal que era atirado sobre a mesma provocava lampejos fantasmais nas suas chamas.

Diante dessa estranha pira de reflexos fantasmais, durante toda essa noite de feitiço, batucando num atabaque, dançou e cantou mestre Chico, de torso nu, em ritmo bárbaro, como um duende negro enlouquecido ao calor do fogo, certo canto de apelo e fuga e paz à abusão da vaca morta:

"Ê lê Zumbi,
Zumbi, zumbá,
Mangangá!

Some daqui,
Mansinha,
Vai pra teu
currá!"

E nos longes da noite de silêncio, sombra e treva, repercutia o canto de invocação fantasmal de mestre Chico:

...Some daqui
Mansinha
Vai pra teu
Currá...

No outro dia, de madrugada, em jejum, mestre Chico apanhou as cinzas de sua fogueira e cobriu com elas a cova da vaca morta, na horta.

Em seguida deu três voltas em torno da cova da vaca, benzeu-se três vezes, e dali retirou-se, em silêncio, e lá nunca mais voltou.

Com o tempo, a lembrança de "Mansinha" apagou-se na memória de toda a gente do Liberdade.

"Logo em seguida à ventania, um enorme e negro besouro mangangá, com um forte e vaidoso zumbido, girou de cima para baixo e de baixo para cima, repetidas vezes... no rumo da cova da vaca..."

TRECHOS DE UMA NOVELA PROVINCIANA

(Cenas mais ou menos reais desenvolvidas nos séculos XIX e XX na terra do açúcar)

LUIZ LUNA

O Professor Isidoro chegou a Casa dos Milagres, uma casinha acanhada, de porta e janela, outrora pintada de verde, que recebia o vento do mar. Enfiou a chave com cuidado na fechadura emperrada. Forçou um pouco a chave para cima (conhecia bem as manhas da fechadura) e a porta abriu. Escancarou a janela. A sala acanhada encheu-se de luz. Dirigiu-se ao quarto pequeno que mal cabia a velha cama de ferro. O quarto não tinha janela, mas a claridade da sala penetrava-lhe em cheio. Pendurou a "bacorinha" no prego habitual. Despiu primeiro o fraque e estendeu no espaldar da cadeira de palhinha, furada. Sentou-se à beira da cama. Descalçou as botinas de elástico e as meias de algodão. A do pé esquerdo apresentava um rasgão no calcanhar e outro no lugar do dedo grande. A do pé direito ameaçava imitar a irmã. O Professor Isidoro examinou ambas, indignado. No mês de Santana, no armarinho de Jorge Turco, dera dois mil réis pelo par. Dinheiro jogado fora. São todos uns ladrões.

Trocou a calça do fraque por outra de brim ordinário, vestiu uma camisa de meia e deitou-se. Abriu "Os Luzíadas" (Camões era a sua grande paixão) e ficou a revolver mágoas sentidas. Esta juventude de hoje não sabe nada. Ignora Camões. Ninguém estuda, ninguém lê nada que preste. Rapazes cursando as Faculdades nunca leram os gregos. Não sabem quem foi Sócrates. Desconhecem os latinos, confundem Cícero com o Padre Cícero de Juazeiro. São uns ignorantaços. Depois, enfiam o anelão no fura-bolo e saem por aí a matar gente incauta e a perder questões ganhas. Olinda está cheia de estudantes assim. Vivem da praia à retreta, do cinema ao bordel, não abrem um livro, não sabem gramática nem história, não sabem fazer as quatro operações. Mande-se algum analisar uma oração de Camões que talvez nem saiba o que seja análise. No júri, na tribuna política, só dizem besteira; à cabeceira do doente repetem as fórmulas gastas do Guia Prático do Farmacêutico. É uma lástima.

O Professor Isidoro fechou o livro, enojado com um mundo que não era o dele. O grito do moleque Zé Café, o grito anônimo que ele não sabia de que garganta partira, azucrinava-lhe os ouvidos. Pensou na morte sem saudades da vida. E se morresse agora? Talvez não aparecesse um cristão para fazer-lhe o enterro. Não tinha ninguém. Morreram-lhe todos os parentes e também os amigos mais chegados. Morreu Basília. Vivia isolado naquela pocilga, que alugara ao mestre Guilherme Ferreiro, em 1873, por cinco mil réis mensais e agora pagava sessenta a Zé Guilherme, que do pai só herdara os defeitos. E se morresse tarde da noite com a casa fechada? Ninguém sentiria a falta dele. Só dariam com o cadáver quando estivesse fedendo. Trancavam os restos podres no caixão de caridade e jogavam na vala comum junto a outros miseráveis iguais a ele. Que vida desgraçada!

Oitenta anos. Para ser mais preciso, oitenta anos, um mês e vinte e oito dias. Nascera na madrugada de 25 de outubro de 1850, dois anos depois da Revolução Praieira, ali mesmo em Olinda, numa casa de fachada amarela, na Ladeira da Sé, naquela cama de ferro onde esperava morrer. O pai era sacristão da igreja e nos intervalos dos exercícios religiosos restaurava imagens de santos

e conspirava contra o regime. Vinha de longe a inclinação de sua gente pelas lutas políticas. O avô envolvera-se na Revolução de 1817 e fora enforcado, na Fortaleza das Cinco Pontas, três dias depois da chegada do governador Luiz do Rego. O pai, por pouco escapou de ter o mesmo fim. Liberal por vocação, amigo de Pedro Ivo, entrara nas rodas conspiratórias da Praieira, mas quando a revolução foi para a rua, ele ficou em casa, amargando as dores de um panariço no indicador da mão direita, que havia ferido ao consertar a coroa do Mártir São Sebastião.

Ele mesmo não conseguira livrar-se da praga política da família. Metera-se na propaganda da Abolição e da República. Redigira panfletos, escrevera versos de deboche ao monarca e ao império, à princesa Isabel e ao conde d'Eu, fizera comícios e um dia tivera a glória de falar no mesmo palanque ao lado de Nabuco e Zé Mariano. Tinha grande afeição a ambos, mais a José Mariano. Nabuco era monarquista e isso concorria para arrefecer seus entusiasmos pelo líder abolicionista. Zé Mariano era mais popular, abolicionista e republicano como o povo. Não tinha aqueles modos aristocráticos do doutor Nabuco, guardando distância, dando a entender que, embora misturando-se ao povo, pertencia a outra classe. Façamos a Abolição unidos para depois nos separar na luta entre Monarquia e República, dissera-lhe um dia o próprio Nabuco, quando tomara conhecimento do seu fervor republicano. Não chegaram a se separar porque o doutor Nabuco nunca fora às ruas defender a Monarquia. Mandaram D. Pedro embora e o monarquista veio servir à República como diplomata. Era um patriota.

Tudo parecia tão distante, tão nebuloso. O Professor recordava e fazia o balanço da vida. Tivera apenas ligeiros hiatos de satisfação. Depois voltava à rotina miserável de todos os dias. Nada fizera, nada realizara de concreto. Não tinha onde cair morto. Estava reduzido a um caco imprestável. Aliás, sempre fora um caco, desde que chegara ao mundo, não sabia porque, sempre fora um caco sem préstimo. Nascera há oito décadas, numa madrugada de outubro, naquela velha cama de ferro onde agora estava deitado, remoendo coisas passadas. Para que viestes ao mundo, velho e rabujento Isidoro Alexandre Bezerra de Holanda? Para não realizar nada, para viver e morrer como um cão sem dono. Já o nascimento fora uma tragédia. Quando dava os primeiros vagidos, às custas de repetidas palmadas da parteira, a mãe dava os últimos suspiros sufocada numa eclâmpse traiçoeira. Já ao nascer ficara sozinho, sem ter ninguém por ele.

A avó, quase cega e caducando, passava os dias numa cadeira de balanço, na sala de jantar, a descompor Luiz do Rego, falando no marido que o Capitão-General mandara enforcar na Fortaleza das Cinco Pontas. Na confusão de sua fala engrolada, misturava nomes e fatos: Luiz do Rego, Frei Caneca, Olinda, D. Pedro, tropas de Goiana, Recife brigando, Domingos Martins, Leão Coroado, enforcamentos, tiroteios, Vigário Tenório, Frei Miguelino, Teotônio Jorge, Independência, República. Às vezes, tentava cantar o que deveria ser um hino, mas as frases saíam estropiadas e não se entendia nada. As palavras da velha saíam claras e distintas quando ela, faces afogueadas, as veias pulando nas pelancas do pescoço magro, gritava colérica:

— "Luiz do Rego, mascate miserável, ladrão e assassino. Viva Pernambuco!"

Depois, caía em prostação e dormia com tranqüilidade de criança.

Para cuidar do recém-nascido, o sacristão Aristides alugou ao cônego Malaquias, capelão da Sé, uma escrava mulata. O cônego, que tinha várias delas servindo no sobradão da rua do Bonfim, cedeu a mais gasta de todas. Era mulata ainda bem desfrutável, de pernas roliças e peitos fornidos, que antes servira ao padre Calazans, morador nos Quatro Cantos. Andara de namora com o cabo da guarda da cadeia, o padre Calazans desgostou-se e vendeu a mulata ao cônego Malaquias pelo preço que a comprara no engenho Trapiá, em Tracunhaém, quando ali fora benzê-lo na festa da botada. Basília afeiçoou-se ao menino. Não havendo leite humano, o pequeno Isidoro alimentou-se do leite de uma cabra preta, de chifres enormes, que o sacristão Aristides adquiriu de um almocreve de Igaraçu em troca de

uma imagem de Nossa Senhora do Bom Parto.

Isidoro teve a infância comum dos meninos pobres de sua época, mas cedo destacou-se dos outros. Aprendeu o ABC com o sacristão e a ler por conta própria. Lia de tudo, desde os livros de orações aos jornais do Partido Liberal, que o pai trazia para casa. Fazia perguntas incríveis, que "seu" Aristides não podia responder. Queria saber porque não morava gente na lua, porque a terra, tão pequena, era o único planeta habitado, como a gente nascia, porque mulher morria de parto. O pai ficava embasbacado. Falou ao cônego Malaquias e o santo homem se ofereceu para ensinar o menino. Aprendeu latim, gramática, aritmética, noções de filosofia e rudimentos de teologia com os padres da Sé. O cônego queria mandá-lo para o Seminário, mas, apesar do ambiente, ou talvez por isso mesmo, o menino tinha umas certas cismas com a batina. Nunca aprendeu a ajudar missa, aluno fraco nas lições do catecismo.

Aos 18 anos era professor. Ensinava numa escola inaugurada recentemente nos Milagres e tinha alunos particulares. Desde muito tempo Basília passara a viver de cama e mesa com o sacristão Aristides, que aproveitara a morte da mãe para convencer o cônego Malaquias a vender-lhe a escrava. Foi fácil. O cônego tinha outras e Basília não lhe fazia falta. Seu lugar fora, há muito, preenchido pela mulata Balbina, comprada ao velho Nascimento do armazém do Varadouro. Cedera Basília ao sacristão por cento e cinqüenta cruzeiros, descontados parceladamente das comissões das espórtulas. Bom negócio para ambos, porque o cônego, de vez em quando, aproveitava a perícia da mulata na arrumação da igreja.

Basília agora era dona e senhora na casinha amarela da Ladeira da Sé. Balançando-se na velha cadeira onde Dona Etelvina descompunha o governador Luiz do Rego, cantava nostálgicas canções dos tempos do cativeiro, à espera do sacristão sempre atrasado para a ceia. Havia-se realizado. Fora saúde nada mais desejava do mundo. Enquanto a mulata viveu, Isidoro não esteve sozinho. Tinha quem lhe pregasse os botões e preparasse a água morna para a lavagem dos pés na grande bacia de Flandres. Tinha ao lado uma pessoa que lhe queria bem. Mas Basília morreu, dois anos depois do sacristão Aristides. O Professor Isidoro, um moço grave, de fraque e chapéu-côco, botinas de elástico, colarinho de quatro dedos entalado no pescoço fino, viu-se sozinho no mundo, aos 23 anos de idade. Vendeu os trastes, menos a cama de ferro, e alugou aquela casa de porta e janela verdes, nos Milagres, bem pertinho da escola. Procurou casar, mas não encontrou moça à altura da sua austeridade. Envelheceu sozinho e assim morreu.

A porta e a janela ainda abertas na manhã seguinte deram o alarma. Encontraram o corpo mirrado do Professor Isidoro inerte na cama de ferro. Os grandes olhos abertos como a fitar um ponto distante, a boca repuxada num sorriso humilde. Enterro de segunda classe, pago pela Prefeitura, os sinos da Sé e da igreja dos Milagres repicando. Raros ex-alunos, um ou outro professor, algumas pessoas da vizinhança, "seu" Cornélio do armazém e Frei Damião dos Beneditinos, o poeta Píndaro e o cego Ventania, que pedia esmolas à porta da igreja do Amparo, o estudante Gumercindo, irmão do Prefeito e o moleque Zé Café.

No cemitério, a voz rouca do poeta falando do morto, da amizade que o ligava a Tobias Barreto ("duas almas irmanadas pelo talento e pela pobreza"), dos aplausos daquelas mãos magras aos desafios com Castro Alves, no Santa Isabel, em disputa das primas-donas do teatro. Frei Damião encomendou o corpo e o que restava do Professor Isidoro Alexandre Bezerra de Holanda, abolicionista e republicano histórico, amigo de Nabuco e José Mariano, sumiu para sempre na terra negra de cidade velha. Duas lágrimas escorrendo dos olhos murchos do cego.

*
* *

O poeta deixara o corpo do Professor debaixo da terra e descia pela rua de São João em direção ao Carmo. Vinha no seu passinho miúdo de pé de papagaio, afogado num velho terno escuro, colarinho e gravata, botinas rangideiras

nos pés desacostumados. Há muito não trajava assim. O terno mofara no fundo do baú, as botinas ressecaram à falta de uso. O poeta vivia livre nas praias, indo e vindo do Farol ao Carmo, daí aos Milagres. Essa era a vida que amava. Nada de botinas rangideiras apertando-lhe os pés, nada de paletó e gravata tolhendo a liberdade dos movimentos. Apenas o calção cor de jerimum cobrindo o estritamente necessário. A pele curtida de sal, o cabelo avermelhado de sol, permanentemente calibrado de álcool, numa embriaguez serena, bem comportada, sem excessos nocivos, sem explosões violentas. Suas explosões eram líricas, explosões sentimentais de poeta parnasiano. Sua mania era recitar os próprios versos: "Lindolita, adeus/ Diz a Teresa que eu vou bem de amores"/. Às vezes, tornava-se fúnebre: "Quando eu fizer meu último soneto/ E der adeus a ti, adeus ao mundo/ Quando ouvires de alguém em tom profundo/ Que vai morrer teu Píndaro Barreto"/. E todos gostavam do poeta inofensivo, de ouvir suas explosões sentimentais. Sua vida era a poesia, seu mundo, a liberdade das praias de Olinda.

Todo enfatiotado, as botinas apertando e chiando nos pés, o poeta cruzou com Teresinha, na rua do Amparo. Vinha só, num vestido branco, muito justo, realçando as formas do corpo queimado, os seios pontudos forçando o "soutien" apertado. Com o poeta não havia motivo de receio. Parou. A alvura dos dentes sadios aflorou no coral dos lábios carnudos. Pilheriou sobre a fatiota fora de moda e as botinas de cor duvidosa. Os dentes estragados do poeta apareceram num sorriso largo.

Teresinha vinha da igreja, onde fora acender uma vela em louvor de Nossa Senhora do Amparo. Penitência para proteger os negócios de Cornélio, que andavam ruins nestes tempos difíceis. Por sinal não vira o cego Ventania, invariavelmente, à porta da igreja com a cuia de queijo na mão e a voz fanhosa apelando para a caridade dos fiéis. O cego aborrecera-se com o guia amarelo, à saída do cemitério, e se bem andara, a estas horas, deveria estar na rua das Bertiogas, emborcando seus tragos na bodega do velho Cardoso.

O sol voltava-se vermelho dos lados do poente. Um xexéu piou numa goiabeira próxima e o vento morno agitou o galho num sopro mais forte. A ave voou e pousou cantando na biqueira da casa vizinha. Tarde preguiçosa, céu muito azul, com fiapos de nuvens esgarçadas por cima do Horto dos Jesuítas. Porque falam tão mal daquela moça? Por que tanto interesse pela vida alheia? Até aos ouvidos indiferentes do poeta chegavam os comentários ferinos. O estudante Plínio contara-lhe coisas escabrosas. Não queria saber dessas sujeiras, procurava esquecê-las. Que lhe interessava a vida particular de Teresinha, a vida do estudante Plínio, a vida do padre Santinho? Que lhe interessava a sua própria vida? Cada um que vivesse de acordo com a sua vontade. Ninguém tem o direito de se meter. A vida do estudante não era nenhum exemplo de virtudes. Muito pelo contrário. Era vida que não recomenda ninguém, vida de estudante boêmio, mas era a vida que ele próprio escolhera, a que preferia viver. Ninguém tinha nada com isso. Que o estudante Plínio vivesse a sua vida, trocando o dia pela noite, enganando as filhas alheias, seduzindo a mulher do próximo, fingindo erudição, dizendo-se poeta, autor ávaro de dois magros versos de um poema nunca terminado. O problema era do estudante Plínio, de ninguém mais. Se Teresinha enganava Cornélio, o problema era dos dois e só aos dois afetava. Cada um é senhor de suas ventas.

Não, Teresinha não podia ser aquilo que andava na boca suja do povo. Ainda se lembrava dela pequena, de uniforme do colégio das freiras, subindo e descendo as ladeiras de Olinda com as outras meninas. Teresinha na praia, brincando com conchas. Teresinha, mocinha, de olhos arregalados, ouvindo-o recitar. Depois foi a falência do pai, as casas tomadas pelos credores, aquele casamento estapafúrdio com Cornélio do armazém do Varadouro.

Major Ananias, além de comissário de açúcar no Recife, era o negociante mais forte de Olinda, um armazém que comprava diretamente nas praças do sul. Importava mercadorias até do estrangeiro. Morava numa casa que era um palácio, na rua de São Bento. Carro **Buick** do último tipo, **chauffeur** fardado,

de boné e perneiras, que abria a porta, mesureiro, para ele entrar e sair. Casas alugadas no Farol, no Carmo, nos Milagres, terreno com cajueiros e coqueiros no Rio Doce, uma casa com sítio em Carpina e sociedade numa usina de açúcar em Gameleira. Depois que Dona Sinhazinha morreu foi aquela desgraça, perdeu tudo de um hora para outra, sem ninguém esperar. Restou apenas o que não interessou aos credores: o sítio de Carpina e a casa modesta do Largo do Amparo, onde passou a morar, hoje parte do patrimônio de Cornélio do armazém.

Muitos outros comerciantes tiveram o fim do Major Ananias. A crise de 1929, que abalou a economia americana, cedo colheu seus frutos num país subdesenvolvido, fornecedor de matérias-primas, escravo de capitais estrangeiros. O açúcar mofava no cais, queimava-se café em São Paulo, jogavam-se as safras ao mar no porto de Santos. O mercado estrangeiro retraía-se, o interno não tinha poder aquisitivo. No sul, bebia-se mate amargo e no norte açúcar era dieta de doente e café extravagância de dias de festa. O povo não tinha dinheiro para comprar açúcar e beber café, para fazer compras além das estritamente necessárias para enganar a fome crônica e cobrir o corpo magro.

As conseqüências foram drásticas. O comércio ficou reduzido pelas falências em série. A insatisfação era geral. Greves de operários famintos se sucediam, passeatas na rua, os estudantes, o povo inconformado protestando. O governo atrasado, incompetente, dizia que a questão social era caso de polícia e as passeatas se desfaziam a patas de cavalos e golpes de espada. Cartolas e barbas do século passado governavam o país, os jovens não toleravam, queriam mudar. Não sabiam exatamente para que, apenas não suportavam mais a rotina atrasada e queriam mudar para qualquer outra coisa, respirar novos ares, quebrar a cartola, rapar a barba do Poder senil. A mocidade militar rebelou-se. No Rio de Janeiro, o Forte de Copacabana atirou e calou-se logo, os paulistas também se levantaram e caíram de novo.

Os políticos da oposição tiravam partido da insatisfação do povo. A saída encontrada foi a Revolução de Trinta. Os tenentes dos movimentos militares frustados, uns no exílio, outros foragidos no país, alguns presos, românticos e inexperientes, foram facilmente manejados pelos políticos sedentos do Poder. Aceitaram a solução indicada, convencidos de que tudo ia mudar como eles desejavam. Fizeram a Revolução com os políticos, e tudo continuou no mesmo. Mudaram os burros e deixaram a carroça velha, enferrujada e desengonçada, como dizia o finado Professor Isidoro, desencantado da Revolução que pregara.

O Major Ananias, que em 1911 fora legalista ferrenho, pois nada de briga, nada de barulho, só com ordem e respeito se pode construir, agora era conspirador exaltado. Esperava com a vitória da Revolução readquirir pelo menos parte da fortuna perdida. Vivia pelo Recife, até altas horas, metido com conspiradores, às voltas com o pessoal do "Diário da Manhã". Freqüentava reuniões clandestinas e fazia ligações entre os conspiradores civis e os militares do 21 B.C. Em Olinda, traçava com o engenheiro Cabral, os planos da revolução. O telefone seria desligado, a água e a luz cortadas, presos o prefeito e o delegado de polícia. Depois esperariam as tropas da Paraíba e marchariam sobre o Recife. Tudo muito fácil nos planos do Major Ananias, que nunca havia disparado um tiro.

Não descançava. Amanhecia e anoitecia com a Revolução na cabeça. Quando da missa de 7º dia de João Pessoa, da janela de um sobradão da rua da Imperatriz, atirava pedaços de cortiça sobre o calçamento, para provocar a queda dos animais do Esquadrão de Cavalaria, a espaldeirar o povo que saía da igreja da Boa Vista, enquanto João Barreto, da sacada da "Casa Aída", discursava feroz. Duas ou três vezes foi o Major Ananias preso pela polícia de "seu" Freitas. Seu retrato, em duas colunas, saiu nas páginas do "Diário da Manhã" e do "Diário da Tarde". "Mártir da Liberdade", gritava a legenda. Ouviu seu nome exaltado por João Neves e Luzardo no comício das Cinco Pontas. Virou herói nacional. Na rua, o povo apontava o Major Ananias, que fizera "seu" Freitas engolir a língua.

Não foi bem assim. Freitas gritou com Ananias e ele mandou o policial baixar a voz, pois estava falando com um major da Guarda Nacional. E "seu" Freitas, mais violento:

— "Major de Bumba-meu-boi!"

Mas os jornais da oposição não contaram assim. O major fizera "seu" Freitas calar-se, engolir a língua atrevida. Essa versão era a do agrado do povo e por isso prevaleceu. Não adiantou "A Província" desmentir. Dessa vez, o Major Ananias ficou três dias nas "geladeiras" da Chefatura e só saiu por força de "habeas-corpus". Saiu arrasado. Magro, pálido, sujo, e barba grisalha cobrindo a face encovada. Uma tossezinha seca, impertinente e uma dorzinha fina em cima do peito. Mas as festas com que foi recebido, a notícia em manchete nos jornais, o retrato fardado de major na primeira página, a sensação do próprio heroismo, fizeram-no esquecer a tosse seca e a dor fina no peito, a humilhação do xadrez gelado.

Major Ananias continuou conspirando. Esteve em conferência com João Alberto, escondido no Recife, e foi à Paraíba combinar com Juarez a data, a hora e a senha da Revolução. Voltou sabendo mais que o próprio doutor Carlos, chefe civil do movimento. Encheu-se de prestígio, firmou-se na qualidade de confidente de Juarez e João Alberto para arrancar do doutor Carlos o compromisso de nomear o engenheiro Cabral prefeito de Olinda. Só depois revelou a data, a hora e a senha da bagunça.

Em Olinda, na Praça do Carmo, o Professor Machado, redator-chefe do "Jornal do Recife", folha revolucionária, bebia cerveja, na barraca de Luiz, com o jornalista Coimbra, do "Diário da Tarde", mais revolucionário ainda. A retreta ia animada. No coreto, a banda desafinada tocava um dobrado. As moças em bando passeavam em volta do coreto e os rapazes, chapéu de palhinha, paletó lascado atrás, calça boca larga, alguns ainda usando bengala e cravo à lapela, se postavam ao longo da calçada, outros ocupando as mesas ordinárias da barraca de Luiz, espalhadas ao ar livre. A sirena do cinema do Coronel Vítor tocava insistente, anunciando o próximo início da sessão. Pelo braço de Cornélio, Dona Teresinha dava entrada no salão de projeção, atraindo olhares indiscretos, provocando cochichos irônicos.

Major Ananias atravessou a praça em passo marcial, direto à mesa dos jornalistas. O moleque Zé Café aproximou-se, ofereceu amendoim, dois canudos um tostão. Major Ananias soltou um palavrão e pediu gasosa, sem gelo por causa da tosse que apanhara na cadeia. Bebeu o refresco calado e o professor, impaciente, perguntou pelas novas. Quem era ele para ensinar Padre Nosso a Vigário. Do alto de sua importância bem informada, tripudiava da ignorância dos correligionários. Não podiam eles imaginar que daqui há uma semana a canoa estaria virada. Era domingo, 28 de setembro de 1930, um domingo mofino, de céu sem lua e de raras estrelas. Mas, daqui há mais alguns dias, com lua ou sem lua, com muitas ou poucas estrelas, tudo isto seria iluminado pelo fogo sagrado da Revolução. Além dele próprio, somente o doutor Carlos, Caio, o Tenente Hélio e o jornalista Peixoto sabiam disso em Pernambuco e sabiam por seu intermédio. Juarez confiara-lhe o segredo numa casa da praia de Tambaú, na presença de Zé Américo, Agildo e Juraci. Fez questão que fosse ele o escolhido para receber a palavra sagrada. Entre todos os revolucionários de Pernambuco, entre tantos doutores e patentes do Exército, Juarez confiou a ele, somente a ele, Major Ananias Peixoto de Alcântara, o grande segredo.

O CANTADOR DOS CANAVIAIS

LEONARDO LESSA

Não é preciso grande esforço para esta geração de contemplados da tecnologia complexa de nosso tempo — ou da era da cibernética e da cultura de massa — arrancar da memória a lembrança de Jararaca & Ratinho. Difícil é saber quem é o senhor José Luís Rodrigues Calazans. Ou o senhor Severino Rangel de Carvalho.

Os nomes estão registrados em cartório; servem, cada um, ao portador. Um é paulista. Outro nordestino, de Alagoas. Ao formarem a dupla, o alagoano, com um estranho violão, de cuja caixa hormônica saía-lhe coleando pelo pescoço enorme cobra, e o paulista tocando saxofone, adotaram o apelido consagrador: Jararaca & Ratinho. Vieram para o rádio, porta do sucesso nos idos de 30, sucesso que se consolidava no Rio de Janeiro. Eles porém eram incontentáveis. E partiram pelo Brasil a fora, a cantar e a tocar em toda a parte, fazendo o itinerário dos mambembes de outrora, chegando até ao arraial de Nazaré, em Belém do Pará, onde sempre se ganhava algum dinheiro e se banhava nos cheiros e nos mistérios da Amazônia.

O paulista e o alagoano, naquela época em que tudo exaltava o regionalismo, fizeram uma síntese. De começo, a origem tão díspare da dupla. Os instrumentos que tocavam. A música de inspiração nordestina e a maneira de cantar meio caipira paulista.

Esta síntese, na música popular, faz lembrar outras, sem o exagero da comparação: a que propôs Mário de Andrade, na literatura, ou Villa-Lobos na música chamada erudita.

Beirava a época de 1930 quando a cultura brasileira disparou em todos os sentidos. Havia explosão demográfica. Mudanças radicais nos sistemas políticos e econômicos se refletiam em todos os setores da cultura. De fora, a revolução tecnológica. As divisas do café exportado nos permitiam atualizar, embora precariamente, à nossa época. Assim, pois, nessa época, disparava também a música popular, através do disco, do cinema e do rádio. A regionalização intensa ainda refletia um Brasil contraditório, meio desmitificado pelo grupo que fez a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, 1922. E o movimento modernista, abalando a arte de importação, liberta o regionalismo — que já manifestara seu vigor em Monteiro Lobato ou em Simões Lopes Netto. Vemo-lo mais sólido e mais conseqüente na obra dos poetas e escritores: nordeste de Zé Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e tantos outros; Bahia de Jorge Amado; São Paulo de Amadeu Amaral, Cornélio Pires, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo etc.; os pampas de Augusto Meyer; Minas de Guimarães Rosa; Amazônia de Ferreira de Castro (um português), Raul Bopp (um gaúcho) ou um Dalcídio Jurandir (um paraense), este talvez o mais jovem. Sátira bem concebida assim nos parece pois a síntese elaborada por Mário de Andrade na rapsódia "Macunaíma". Nada de exclusivismos. De Brasil dos mistérios amazônicos, dos catimbós, xangôs, usinas, candomblés, cacau, umbandas, caipiras, gaúchos — ou de cablocos, negros, brancos nacionais e estranjas — esse Brasil surpreendente e integrado num todo.

Esta síntese encontramos surpreendentemente na música popular que então alcançava a maioridade projetando-se pelo rádio, pelo cinema e pelo disco. O cidadão José Luís Rodrigues Calazans — Jararaca — nascido em Maceió, Alagoas, em 1903 testemunhava a sua época. Cantor, compositor e humorista, sem jamais negar suas raízes, vai obter seu maior sucesso exatamente no carnaval carioca, com a parceria do paulista maestro Vicente Paiva, com a síntese "Mamãe eu quero" — que estoura no carnaval de 1937 e é sucesso permanente até nossos dias.

Homem do nordeste, cuja família está tradicionalmente ligada aos engenhos e aos canaviais, foi através de emboladas, de sabor picante e engenhoso jogo de palavras, que marcou seu sucesso em todo o país. Dedicou-se sempre ao gênero da música típica, de inspiração nos motivos folclóricos ou regionais, mais. Fez canções ("Meu Brasil"), maxixes ("O teu retrato"), sambas ("Ranchinho da Saudade"), atuando sempre em dupla com o saxofonista Ratinho. Hoje, sócio efetivo da SBACEM, vê o passado em suas memórias e suas memórias nos versos que escreveu, muitos deles musicados. Para endendê-los, o próprio Jararaca situa-se no ambiente dos engenhos e dos canaviais de sua infância e juventude em sua terra natal. Recorda os doces, as compotas, o porto de Jaraguá, os armazéns enormes cheios de açúcar que era exportado para a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França e outros países. O povo trabalhando nos trapiches, nos carros de bois, nos engenhos, nas usinas e nos canaviais. E as festas de fim de ano, pelo Natal, São João e também o carnaval: cheganças, fandagos, quilombos, danças de côco, reisados, bumba-meu-boi, cavalhadas, vaque-

jadas, pagode de violas. Recorda que as cantigas nasciam geralmente nos canaviais, no eito, no corte da cana, no engenho, nos sertões, nas derrubadas, no plantio, mas os motivos principais eram mesmos os canaviais.

— "A razão principal de todas as alegrias eram mesmo os canaviais de onde vinham todo o necessário para o ânimo e a alegria do povo. E com razão, havia uma grande inspiração".

Inspiração que deu a José Luís Rodrigues Calazans muitos versos, além de farta coleta de material folclórico. Recorda que os cantadores, estando longe do trabalho, sempre cantavam assim:

Sou matuto sou da roça
Hoje estou longe de lá
Onde deixei minha paióça
E o meu canaviá.

ou então:

Eu conheço a caninana
A cascavé, mangagá,
Também a suçuarana
Dentro do canaviá.

E o homem do canavial também caça e o caçador geralmente mente; sempre tem na mente uma mentira e como mente!

"Eram dois compadres caçadores. Dizia um e confirmava o outro.
— Não foi compadre?
— Foi.
O esperto contava e o outro confirmava.
— Não foi compadre?
— Foi.
Diz o esperto:
— Uma vez eu e o compadre nesse canaviá, matemo... matemo quatorze paca. Não foi compadre?
O compadre arregalou os olhos, passou a vista nos que estavam presente, baixou a cabeça e disse:
— Comé compadre eu só vi uma!
E o compadre esperto concertou a seu jeito:
— Então compadre foram quinze paca porque esta eu não tinha visto".

*

Esse homem, que tanto batalhou pela música brasileira e marcou época como intérprete e compositor, tem um repertório inesgotável de estórias, causos, anedotas, emboladas, cantigas etc. que soube dizer aos mais diversos auditórios. Para ele, a música verdadeiramente brasileira nasceu no trabalho. No eito, nas derrubadas, nas queimadas, nas vaquejadas, no plantio, nos roçais, nas colheitas, no abrir das picadas, no fazer as estradas, no botar dos engenhos, nos cortes de cana, nos canaviais. Numa de suas músicas, recorda que os carreiros, ao carregar os carros é que se inspiram em suas cantigas geralmente dão estimulo aos que iniciam os cortes da cana:

Canavial! Canavial!
Tem laranja
Tem banana
côro: Meu carro cheio de cana
É este o meu ideal!

Vou m'imbora
Vou m'imbora
Meu rumo é o pantanal
Chego lá na mesma hora
Volto pro canavial!

Meu carro de boi cantando
Muita cana vou levando
Os bois vão puxando igual
Eu levo na brincadeira
Levo cana na carreira
E rumo ao canavial!

Meu facão tá amolado
Levo ele do meu lado
E o meu golpe é fatal
Vou mostrar, sou homem forte
Vou fazer um grande corte
No grande canavial!

Do milho quero a pipoca
O cuscus de mandioca
Que é o bom, é o tal!

Eu canto, eu danço, rebolo
É pelo canavial!

Meu carro de boi cantando
Os meus oito bois puxando
Por dentro do matagal
Já de noite eu vou chegando
De manhã vou levantando
Volto pro canavial!

Valeria a pena colecionar todas as cantigas de engenho, cantigas dos canaviais e cantigas de viola que Jararaca compôs e que constituem um documentário precioso de uma época. Para este trabalho, ele próprio selecionou as que seguem:

CANTIGAS

Canavial! Canavial! Bagaceira!
Na frente do engenho
E o gado
Lá no capimzal
Os meninos
No rio nadando
As mulheres
A roupa lavando
E o carro
De boi vem cantando
Vem gemendo
Pelo lamaçal
Carregado
De cana, se vê
Que o engenho
Precisa moê
Vai, moendo

Ô engenho moedô
Bota a cana
Na moenda
Que o engenho é a vapô
O trabalho é uma festa
Com o aroma da floresta
O que se ouve depois
É o mugido dos bois.
Aroma dos laranjais,
Cheiro dos canaviais,
As canas tomam as campinas
E vão subindo as colinas.
No eito sob o sol do nordeste
Vão cantando os filhos do agreste.

"CANTIGA DE VIOLA"

(Côro)

"Vamô corta cana
Oi Joana
No canaviá
Juvená"

Depois vamô na cascata
Bebe água na entranha da mata
É aquela água tão fria
Dá alento e alegria
Da abelha
Provamô o mél
Que ela colhe no vergél
Na mata escura em perfumes
Vão brilhando os vagalumes

Olhe o arrozal
Olhe o arrozal
Mais embaixo um pouco
Do canavial
Do canavial
Do canavial
As borboletas douradas
Nas folhas prateadas
Os ventos turbulentos
Sacodem os canavias
Sacodem os canavias
Os sopros fortes dos ventos,
O engenho está rodando
A chaminé fumegando
A chaminé fumegando
O gado
E o roçado
Brejáes
E matagais
Em volta dos currais
Pastando os animais.
As aves nos sertões
Gorgeiam as canções
Alegres cantando
Quem esta trabalhando.
Alegria é de mais
Nos canaviais
Ligeiro ó Maria
Que esta morrendo o dia
Eu te dou a mão
Me chamo João
Vamos hoje descansar
Que amanhã vamos voltar
A beleza da vida
É enfrentar a vida
Nascemos, vamos morrer
Trabalhamos prá viver
Lutamos de mais
Dentro dos canavias
Quem nos dá alento
É o sopro do vento
As águas tão frias
Nos dão alegrias
Quem nos mata a fome
É o que a gente come
É a carne o feijão
Que alento nos dão
A nossa alegria
Nossa cantoria
Quem mais nos consola
É o som da viola.
Pinguelas
E cancelas
Um toque de viola
Que tanto nos consola,
Dos canavias
Vamos aos cafezais
A cana o algodão
Por todo este sertão
É sempre um céu azul
Do norte até o sul
Na terra dos lavradores
No rio os pescadores
Tropeiros, Tangerinos
Vaqueiros, Peregrinos
Depois de trabalhar
Alegria no lar
O natureza
Tanta beleza
Tanta riqueza

Sob este céu de anil
Não há terras iguais
Nem outros canavias
Como estes do Brasil!
Para os filhos educar
Quem não cança
Não alcança
Os frutos do bem
Para nós vem
Vamos cançar
Para depois descansar!

FIM

"CANTIGAS DE ENGENHO"
"CANTIGAS DOS CANAVIAS"

de: JARARACA

Cantigas de um puro amôr
De carinho e de amizade
Faz esquecer a dôr
E tanta perversidade.

Cantigas de um povo amante
De tudo o que mais consola,
Que sai de um peito vibrante
Aos belos sons da viola.

Cantigas que são a vida
Aqui, ali e acolá
Cantigas de mãe querida
prá seu filho ninar

Cantigas ao som do arádo
Ou ao gemer da boiada
Ou aos gritos do machado
Em dias de derrubada

Cantigas que as juritis
Respondem nas tardes longas
Aos sabiás, Bente-vis
E aos gritos da araponga

Cantiga bela, bonita
Da moça lá no sertão
Com seu vestido de chita
Dansando de pé no chão

Cantigas pelos caminhos
Por entre serras grotões
Cantigas dos passarinhos
Profundas recordações

Cantigas de esperança
Que não se esquece jamais
Cantigas só de lembranças
Dos belos canavias

Cantigas de amor em festa
Cheia de graça e beleza
Com as canções da floresta
No palco da natureza

Cantigas de paciência
De palha a fazer um lar
Para durante a existência
Ter um pobre e feliz lar
Canavias! Canavias!
Esquecer de ti? Jamais!

FIM

"CANAVIAL"

de: J. L. R. C. (Jararaca)

Quem não conhece quer ver
Quem não viu quer conhecer
Uma terra original
O turista? Podem crer
Quer vir aqui, quer saber,
Quer olhar
Adimirar
O nosso canavial

Lá do campo vem o povo
Prá cantar um samba novo
Cada vez, cada vez mais
Falando em tanta beleza
Que nos deu a natureza
Por entre os canavias!

E o povo lembrando vai
O Santos Dumont, o pai
da nossa aviação!
O Castro Alves, estimado
Do povo considerado,
Poeta da abolição!

Carlos Gomes! Genial!
Euclydes da Cunha! Imortal!
E muitos valores mil!
Nossa Chiquinha Gonzaga
Nazaré! Belmiro Braga!
Para o orgulho do Brasil!

E sempre rindo e cantando
E de alegria chorando
Em formidável cadência
A Pedro Primeiro louvando
A Tiradentes exaltando
Dando viva a Independência!

Canavial!
Canavial!
O petróleo
A prata
O ouro
O ferro
E o cafezal
Algodão, cacáu
Tezouro, riqueza
Nacional
Um carreiro, o boi na canga

As margens do Ipiranga
O grito foi colossal!
Canavias? Vezes mil!
Nós te saudamos!
BRASIL!

"CANAVIAS"

(Jararaca)

Nos canavias sempre vinham
E vem sempre lembranças
De tudo, sobre cantadores
Poetas violeiros, famosos
Escritores e tiravam cantigas
Sobre todos os acontecimentos.
Bravuras, heroismo, trabalho
Beleza — Amor e Paz.
Então lembravam-se
De Euclydes da Cunha e sua exaltação
Ao vaqueiro e cantavam assim:

Vaqueiro do sertão
Vaqueiro lá do norte
O grande Euclydes da Cunha (Côro)
Te exaltou caboclo forte!

(e vão estes versos)

Tanto em limpo taboleiro
Ou traçados taquaraes
Pelo terrível espinheiro
Ou pelos canavias
O nosso bravo vaqueiro
Nunca recuou, jamais!
Valente ele sempre foi
Com orgulho eu sempre falo:
Por onde passava o boi
Ia o vaqueiro e o cavalo!

Por brejos e atoleiros
Nas pedras nos lamaçais
Inferno do boiadeiro
Carrasqueira e cipóais
O nosso bravo vaqueiro
Nunca recuou, jamais!
Valente ele sempre foi,
Com orgulho eu sempre falo:
Por onde passava o boi
Ia o vaqueiro e o cavalo!

Nos vales, serras, montanhas
Em campo limpo ou fatais
No lagamá das piranhas
Ou cobras dos pantanais.
O nosso bravo vaqueiro
Nunca recuou, jamais!
Valente ele sempre foi
Com orgulho eu sempre falo:
Por onde passava o boi
Ia o vaqueiro e o cavalo!

FIM

Gb. 15-4-1972

"CANAVIAS"

Não vês no cimo do monte
Naquelo belo horizonte
Onde o sol penetra mais?
Na flóra quantos fulgôres
Um mundo de raras flôres
Por entre os canavias!

Não vês que lindas campinas
Já desde as plagas sulinas
As do norte, as tropicais?
O povo ali trabalhando
As suas máguas cantando
Dentro dos canavias!

Não vês os campos infindos
Onde rebanhos tão lindos
Da li se vão aos currais?
Naquela estrada cumprida
Por onde vai toda vida
E sempre os canavias!

Não vês ali que harmonia
Que encanto, que poesias
Nos rios e nos canais?
O beija-flôr bibicando
Da flor o mel ir sugando
Por todo os canavias!

Não vês as tôscas choupanas
Dessas familias serranas
Que a trabalhar são as tais?
Todos os amigos unidos
Do pequenino ao crescido
Cuidando dos canavias!

Não vês a cascata, aquela
Tão empolgante tão bela
Que nunca pára e jamais!
Com tanta força viril
Para as uzinas do Brasil
Moer os canavias!

Não vês, grandes cachoeiras
Das montanhas brasileiras
Sem se ver outras iguais?
A Paulo Afonso, Três Marias
Iguaçu, são alegrias!
Dão água aos canavias!

Não vês! Oh quanta! esperança!
Do ancião a criança
Com tal desejo febril?
De olhos nos cafezais
Cuidando os canavias
Destas terras do Brasil!

Gb. 15-4-1972

Ainda do repertório de Jararaca, temos a seguinte moda de viola em que narra a história de namoros sertanejos, à maneira de improviso:

Tem aqui
Tem aqui
Tem aqui
Tem aqui
No meu coração
Tem aqui
Tem aqui
Tem aqui
Tem aqui
A cabocla do sertão!

Quando nós nos entramo
No caminho do Guandu
Bebendo água tão fria
No riacho Mandaú
Me alembro daquele dia
No sítio do "seu" Lulu
Debaixo do cajueiro
Ele me deu um caju.

O nosso amor eu já digo
Sempre muito nunca pouco
Na beirada dos caminho
Nós sentamo lá num tôco
Eu e ela agarradinho
Desejo não era pouco
Foi debaixo do coqueiro
Que ela me deu um côco.

Eu vou contar meu amor
Com a filha do Camacho
Era morena faceira
Eu me encontrei no riacho
Tinha um cabelo bonito
Que batia cá embaixo
De baixo da bananeira
Ela hi me deu um cacho.

Nunca vi morena assim
Tão bonita de feição
Se era linda de rosto
Milhor era o coração
Pois nunca me deu desgosto
A Maria Conceição
Debaixo do mamoeiro
Ela me de um mão!

Nosso amô ia aumentando
Como fôia de curana
Mas levei uma chifrada
Lá na Feira de Santana
Eu não sei o que diabo
Tinha os óio da Joana
Que me puxou eu e ela
Num dia dessa semana
Nóis dois no canaviá
E o pai dela o caninana
Prá lá levou a polícia
Foi lá que me deram a cana...

E inveis de sê a Maria
Eu me casei com a Joana
Vejam lá o resultado
Um amor por uma cana.

A CANA-DE-AÇÚCAR NO UNIVERSO DA POÉTICA DE ASCENSO FERREIRA

MÁRIO SOUTO MAIOR (*)

O maravilhoso universo da poética de Ascenso Ferreira sempre foi o Nordeste, telúrico, místico, folclórico. Universo que até mesmo poderia dividir-se em outros universos: o pernambucanamente nordestino e o folcloricamente açucareiro. Universo que dividiu-se para melhor unir-se.

Acontece também que quase ninguém foi tão nordestinamente pernambucano como Ascenso Ferreira homem e Ascenso Ferreira obra. Sua poética nunca deixou de ser um verdadeiro hino ao Nordeste e, de um modo todo particular, à região açucareira que ainda hoje envolve seu mundo de Palmares, em Pernambuco, com seus engenhos tão poeticamente denominados ("Os engenhos da minha terra/ Só os nomes fazem sonhar:/ — Esperança!/ — Estrela d'Alva!/ — Flor do Bosque!/ — Bom Mirar".), com seus carros de bois subindo e descendo morros a gemer, com seus pitus do rio Una, com seu açúcar dourado e gostoso, com sua aguardente de cabeça tirando o juízo ou dando coragem para trabalhar e alegrar a tristeza, com seu mel de engenho dançando nas tachas e enchendo o céu com seu cheiro, com seu massapê atolando nas invernadas, com suas cantigas de almanjarra falando de amor, do trabalho duro, do senhor de engenho, do feitor.

Com mais ou menos duzentos quilos de peso e perto de dois metros de altura, com seu vozeirão trovejante e seu enorme chapéu do Chile, Ascenso Ferreira, caixeiro de mercearia, Ascenso Ferreira Diretor aposentado da Recebedoria do Tesouro do Estado de Pernambuco, Ascenso Ferreira Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do Recife, por nomeação de Juscelino Kubitschek (— "Diabo de repartição que nem o carro me cabe — o carro era um **jeep** — vote!"), era um poeta muito popular na cidade do Recife onde, depois de aposentado, fazia conferências e escrevia trabalhos para revistas de cultura. E era um poeta mais para ser ouvido do que mesmo para ser lido, porque ninguém, por maiores que fossem seus dotes, será capaz de dizer seus poemas como ele quando vivo sabia dizer, botando o coração pela boca, sofrendo cada verso, vivendo cada palavra, dando aos seus poemas uma nova dimensão.

Seus livros estão esgotados há muito tempo e nem nos **sebos** são encontrados. Tão bom que o Sr. Eraldo Gueiros, Governador de Pernambuco, homem de cultura como é, presenteasse a literatura brasileira com uma reedição do autor de **Catimbó**. Depois de muito procurar apenas consegui encontrar **Poemas**, publicado em Recife, sem data, reunindo sua produção poética correspondente ao período de 1922 a 1953, com prefácio de Sérgio Milliet e estudos críticos de Mário de Andrade, Roger Bastide e Luís da Câmara Cascudo, ilustrado por Luciné, M. Bandeira e Caribé.

Mas, a melhor maneira de se conhecer a força poética de Ascenso Ferreira é ouví-lo recitando os seus 64 **Poemas**

(*) Do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Pernambuco)).
Etnógrafo. Folclorista. Historiador. Jurista.

Escolhidos e 3 Historietas Populares, álbum prensado pela Rosemblit do Recife, com apresentação de Luís da Câmara Cascudo.

Foi o crítico Sérgio Milliet quem afirmou que "Há na poesia de Ascenso Ferreira duas maneiras bem distintas, ambas autênticas, e exprimindo em conjunto a personalidade do poeta. Há a maneira folclórica, feita de observação e assimilação da alma popular, feita de ternura e humor que nos deu **Toré, Xangô, Trem de Alagoas,** a maioria dos poemas de **Cana Caiana.** E há a maneira mais pessoal, no sentido de íntimo, em que o poeta, num verso menos cincopado, mais fluido, sem humor nem pitoresco." E é dessa maneira folclórica que vamos mostrar, principalmente quando o folclórico está relacionado com a cana-de-açúcar.

Logo no início de **Poemas,** vamos encontrar **Bumba meu boi** (pág. 33):

"Se a aguardente era o diabo, por que [bebeu?
Se o copo era grande, pra que encheu?".

Em **Os Bêbados** (pág. 43), a cachaça aparece com a força folclórica das mais populares do Nordeste:

"Ai! Que saudade dos bêbados de fim [de feira
dos interessantes bêbados de fim de feira
que o imposto do consumo afugentou!

. . . .

"— Bote uma bicada mode esquentá o [frio!
— Bote uma bicada pra baixá o calô!"

. . . .

"Vai bebê
vai te embriagá
vai cair na rua
pra puliça te pegá."

O primeiro poema de **Cana Caiana** fala de cachaça, e as duas maneiras da poesia de Ascenso Ferreira apontadas por Sérgio Milliet se misturam, a folclórica com a pessoal, sem que nenhuma delas perca a autenticidade:

Branquinha

"Branquinha",
"Branquinha",
é suco de cana
pouquinho — é rainha,
muitão — é tirana...

— "Adeus, mamãe de Loanda!"
— "Adeus, meu filho Nogueira!"
O que tu viste na feira?
— Cair dez de cada banda...
Simeão por terra **bebo,**
Rafael no chão deitado...
Minha mãe venha mais branda
que em jejum eu te arrecebo..."

"Branquinha",
"Branquinha",
é suco de cana
pouquinho — é rainha
muitão — é tirana...

Um dos meus ascendentes mais notáveis,
senhor de muitas terras e escravos,
no Brejo da Madre de Deus,
depois do sacrifício da missa
que o capelão santamente rezava,
tomava uma lapada boa da "branqui- [nha",
dava garra de uma espada
que pesava bem dez quilos
e gritava, entusiasmado,
para os negros e para os bois:
"Quem não acreditar em Nosso Senhor [Jesus Cristo, apareça!"

"Branquinha",
"Branquinha",
é suco de cana
pouquinho — é rainha
muitão — é tirana...

"Suco de cana caiana
passado nos alambique
pode ser que prejudique
mas bebo toda sumana."
— "Adeus, mamãe de Loanda!"
— "Adeus, meu filho Nogueira!"

— Os revoltosos de 1817
riscaram vinho de mesa porque
era português!

— João Caroço comia cobra verde
triscando a bicha viva nos dentes
e engulindo os pedaços com cachaça!

— Zé Fogueteiro de Palmares,
um dia, estando **riscado,**
estourou uma bomba de dinamite na
[mão!...
— Seu Zuza de Pasto Grande
trepou-se, já meio vesgo,
em cima de dois caçoás
e disse que estava voando de aeroplano!

Minha avó dizia
que a avó dela dizia
ter sido a "branquinha"
quem gritou a República de Olinda!

— "Adeus, mamãe de Loanda!"
— "Adeus, meu filho Nogueira!"

Contam os veteranos do Paraguai
que rasgavam no dente o cartucho,
misturavam pólvora com aguardente,
passavam a mistura no bucho
e depois iam brigar...

"Em jejum eu te arrecebo
cuma xarope dos **bebo**...
Tu puxas, eu arrepuxo,
bates comigo no chão,
bato contigo no bucho..."

Ainda vamos encontrar na poética de Ascenso Ferreira, outros poemas ligados à agroindústria do açúcar, como não poderia deixar de ser, em virtude do poeta haver nascido na zona canavieira de Pernambuco. Assim, também no **Cana Caiana,** temos **A Mula de Padre** (Um dia no engenho,/ já tarde da noite/ que estava tão preta/ como carvão.../ a gente falava de assombração:), **Os Engenhos de minha terra, A Casa Grande de Megaípe, Senhor de Engenho, Trem de Alagoas** ("Vou danado pra Catende,/ vou danado pra Catende,/ vou danado pra Catende/ com vontade de chegar.../ Cana caiana,/ cana roxa,/ cana fita/ cada qual a mais bonita,/ todas boas de chupar...).

MITOLOGIA DO CANAVIAL

Soignez vos Fantones!
Jean Cocteau

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO (*)

À volta de 1557 o canavial de açúcar ondulava em São Vicente, Paraíba do Sul, recôncavo da Bahia e terras pernambucanas, o mais viçoso e rico de sacarose, cobrindo o solo opimo, em microorganismos nitrificantes, massapê e barro friável, fixadores do azoto atmosférico. Vencera em durabilidade produtora as fontes da Madeira e da Sicilia lendária, onde o mouro se fizera acompanhar do vício indispensável da doçaria deleitosa.

Da Bahia e Pernambuco o povoador camponês fora acentuadamente do norte de Portugal, entre o Minho, fronteira galega, e o Douro, onde nascera a Nação portucalense, cidade cujo nome é uma imagem do dinamismo comercial e navegante — o PORTO! De permeio está a Ribeira do Lima, barqueiros e traficantes, onde a colmeia de Viana seria brazão de atrevimento ao derredor de Olinda, plagiando Lisboa em garbo cavaleiro e fartura fidalga.

Essa gente trouxe os seus fantasmas. Estariam antes os fantasmas indígenas. Os sudaneses e bantos viajaram com os inseparáveis pavores étnicos nos porões negreiros, colonizadores dos nascentes cananais.

Os fantasmas exigem ècologia mantenedora. A fáuna fantástica depende de um clima psicológico de Credulidade e uma topografia justificadora da Ação visível. Montanha e planície, floresta e caminhos, águas imóveis e correntes, rio, lagoa e Mar, possuem os assombros privativos do ecumeno. Visagem do areal não corre nos campos gelados. Os da praia não alcançam os sertões. Há os típicos e os genéricos. Os típicos não são genéricos e os genéricos não são típicos. Cada qual dinamiza seu cenário.

Não existe na biologia fantástica o fenômeno da Mutação desviadora da retilinidade específica. Pode adaptar-se pelo ajustamento de acessórios compreensivos às áreas de influência, sem que modifique o caráter íntimo na intervenção inexplicável.

Os fantasmas domésticos, sedentários, residentes em casas velhas, são emigrantes de Portugal. Africanos e amerabas ignoravam essas atividades terrificantes. As choças indígenas e negras, erguidas com frágil material de construção, não ambientariam a permanência de um ente mirífico cuja profissão perpétua fôsse espavorir as criaturas que respiram nas vizinhanças. A casa portuguesa possibilitava esse morador sem ossos e sangue, semeador de espantos noturnos. Esses seres assombrosos estudei-os na **SOCIOLOGIA DO AÇÚCAR:** (Col. Canavieira, IAA, 5º, 1971).

O Canavial, cultura exótica para os olhos ameríndios e de pretos africanos no Brasil, não transportou os seus duendes legítimos da Madeira, Cabo Verde e Sicilia, dos quais desconheço a movimentação sobrenatural. Andei examinando o assunto na "Botânica Supersticiosa no Brasil": (**TRADIÇÃO CIÊNCIA DO POVO,** III, S. Paulo, 1971). Quanto no Canavial se desloque, espavorindo gente-grande, é notadamente de alta percentagem portuguesa, vinda com o plantador de canas no séc. XVI, atravessando o Tempo nas manifestações amedrontadoras e misteriosas.

A confusão no registro da Cultura Popular contemporânea é existir fantasma com denominação africana ou nhengatu, levando o observador a considerar Napoleão Bonaparte verdadeiro

---

(*) **Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sociólogo. Folclorista. Antropólogo. Etnógrafo. Jurista.**

toda criança batizada com o nome de Napoleão. Mudaram unicamente o apelido na Visagem. Debaixo do nome, vive o espectro primário anterior, alguns coexistindo em todas as paragens do Mundo. Cada nacional o julga conterrâneo, como o iurubano da Nigéria tem o milho de espiga e a mandioca como realmente patrícios nativos desde o princípio das idades. Foram ambos da América do Sul.

A tradição mais geral é a "Alma-do-outro-Mundo" **pagando penitência** de crueldade sádica ou luxúria desfreiada quando o corpo comandava no canavial. Vestígios das asceses missionárias católicas, do castigo extra-terreno aos pecados impunes. Somente o português possuiria essa concepção ameaçadora da purificação na terra quando já não tivesse vísceras.

Não há monstros nem gigantes nos canaviais. As cobras-encantadas não atingem as dimensões alarmantes das serpentes no fabulário europeu

Reaparecem fantasmas de animais mortos, cavalos, cães, juntas de bois, mito em que se reunem o africano **ZUMBI** ao brasílico **ANHANGA**. O português não incluía no bestiário irreal essas visagens do ruralismo tropical. Idem os gementes carros invisíveis, cujos carreiros estão no cemitério. Guincham raposas inexistentes. Perpassam sombras animais que realmente estão nas retinas do trêmulo visionário, andando pelos "partidos" quando o Sol se pôs.

As constantes mais vivas e poderosas, determinando a taquicardia do medo infiltrante, são as **VOZES**, rumores característicos cujas causas serão eternas perguntas. Vozes defuntas, identificáveis pela memória, chamando com decisão ou sussurro, repetindo breves frases habituais; assobios nítidos, vibrantes, varando o silêncio como uma chicotada sonora — **as clear as a whistle**; vozes confusas, surdas, contínuas como num diálogo distante; curtos risos vadios e zombeteiros; gemidos, gritos sufocados, ronquidos, estertores, cirro, piado agonizante. Pilhéria sinistra dos sopros de vento em condutos imprevisíveis da folhagem ocasionalmente disposta em inauditas condições repercutoras e desfiguradoras do som. Vento nos algodoais é salmista e monocórdio. No Canavial é polifônico. Cada corte é um timbre, modulante na orquestração desvairada e dispersa, regida pelos altos pendões acenantes de maestros múltiplos, num Gregoriano em compasso e sem pausa.

Não lembro Canavial "encantado", mesmo grupo de touceiras que mudem de lugar à meia-noite, como as cajazeiras anotadas por José Lins do Rego. Aparecendo e desaparecendo em noites de luar ou da Sexta-Feira da Paixão. O Canavial é paisagem e não personagem na representação mágica. Certo é que certas árvores ao derredor dos partidos, conservavam fama assombrosa, mas inevitavelmente ligada à morte, suicídio ou assassinato, de pessoa humana.

O Canavial durante a noite é calmo e sinistro, escondendo vidas cujo organismo desfez-se na poeira sepulcral. Não se enche de sonoridades vivas e de formas perturbadoras como um carnaubal. Não é palco para a presença dos antigos Senhores de Engenho, das Donas malvadas, reservando-se para a exposição apavorante as varandas silenciosas da semi-arruinada Casa-Grande. Como todos os castelos dignos de respeito, rara a Casa-Grande sem a alma visível do seu proprietário de outrora. Em volta dos alpendres vazios, nos pátios sem transeuntes, galopam os cavalos de estimação, arreiados de prata, com ou sem os cavaleiros que a Morte cavalgou. No Canavial eram vistos os espíritos dos velhos participantes da tarefa escrava ou jornaleira. Feitor, cortadores, cambiteiros, moleques ou mulheres arrumadoras dos molhos, uma população que a tração mecânica dispensou e excluiu. Entre as touças de canas jamais serão vistos os que viveram na Casa-Grande. Pecador que fosse, o Padre-Capelão penitenciava-se na porta da Capelinha ou no Santo-Cruzeiro do Cemitério, haloado de chamas sem calor. Separação sobrenatural continuadora do rítmo social vivido.

O Canavial é condensador de vagos pavores tradicionais, imprecisos, negaceantes, infixos mas indiscutíveis na escolha do terreno para os efeitos do Pavor, lento ou súbito na percepção visual direta.

"A tradição mais geral é a "Alma-do-outro -Mundo" pagando penitência de crueldade sádica ou luxúria desfreada quando o corpo comandava ~~no~~ canavial".

Os deuses soberbos das teogonias do México ao Peru ficaram em áreas restritas de jurisdição influenciadora. Não conquistam a continuidade supersticiosa nas almas autoctones contemporâneas. O **POPOL VUH** não atinge o Panamá. Os Incas imponentes, filhos do Sol, não descem o Amazonas para as memórias mestiças do Brasil, como a caudal do Rio-Mar carreia as pedras esponjosas, testemunhas de seus vulcões trovejantes.

Os fantasmas ibéricos, entretanto, seguiram os rastos povoadores, do sul dos Estados Unidos às extremas do Chile - Argentina. O elemento-motor circulante fora o espanhol e fora o português, vencedores da geografia das matas e dos desertos. O espectro europeu acompanhara o seu devoto, apossando-se do Novo-Mundo.

A cana-de-açúcar domesticou-se imemorialmente. Mesmo na Índia, pátria nativa, sua presença denuncía a inevitável colaboração humana. É ainda uma reminiscência do **The JUNGLE BOOK**, de Rudyard Kipling (1894).

Recordo o Canavial como o resultado do ininterrupto do mais antigo trabalho grupal no Brasil, determinando as tarefas estáveis e a condensação coletiva, estendendo o clima repercutor dos entes fabulosos, geradores do Mêdo e da fácil demonstração do Sobrenatural. Para ele convergiram as águas humanas das três grandes cabeceiras étnicas, cachoeirando na enseada dos assombros.

CANAVIÁ! CANAVIÁ! ÊH!
CANAVIÁ!

Refrão de cantiga de cego, prolongando no Tempo a verde sedução dos séculos açucareiros.

NATAL, junho, 1972.

O BUMBA-MEU-BOI DA ZONA DOS CANAVIAIS DE PERNAMBUCO

CARLOS ALBERTO AZEVÊDO (*)

Entre os autos populares conhecidos no folclore brasileiro é sem dúvida o bumba-mei-boi, ou simplesmente boi, o "bailado mais notável do Brasil, o folguedo brasileiro de maior significação estética e social", como afirmou o folclorista Renato Almeida.

O auto do bumba-meu-boi extrapola a nossa subcultura e é praticamente representado em todo o Brasil, variando a sua designação: boi bumba, no Amazonas; boi de reis, Maranhão; boi Surubi, Ceará; boi Calemba, Rio Grande do Norte; Cavalo Marinho, Paraíba; bumba-meu-boi, Pernambuco; Rancho de boi, Bahia, Reis de boi, Estado do Rio; Boi de Mamão, Santa Catarina, e Boizinho, Rio Grande do Sul.

Para Luís da Câmara Cascudo, Bumba é interjeição, zás, valendo de choque, batida, pancada. Bumba-meu-Boi sería "Bate! Chifra meu boi". Esse auto que normalmente é exibido dos meados de novembro à noite de Reis, pertence ao ciclo natalino, às vezes se apresenta no Carnaval.

A mais antiga menção a esse auto é a do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (padre Carapuceiro), feita no seu periódico **O Carapuceiro**.

Assim ele descreve a ocorrência do bumba-meu-boi no Recife de 1840: "De quantos recreios, folganças e desenfados populares há neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo, tão estúpido e destituído de graça, como o aliás bem conhecido Bumba-meu-boi. Em tal brinco não se encontra um enredo, nem verossemelhança, nem ligação: é um agregado de disparates.

Um negro metido debaixo de uma baieta é o boi; um capadócio, enfiado pelo fundo dum panacu velho, chama-se o Cavalo-marinho, outro, alapardado, sob lençois, denomina-se burrinha: um menino com duas saias, uma da cintura para baixo, outra da cintura para cima, terminando para a cabeça com uma urupema, é o que se chama a caipora, há, além disto outro capadócio que se chama o Pai Mateus. O sujeito do cavalo-marinho é o senhor do boi, da burrinha, da caipora e do Mateus.

Todo o divertimento cifra-se em o dono de toda esta súcia fazer dançar ao som das violas, pandeiros e de uma infernal berraria, o tal bêbado Mateus, a burrinha, a caipora e o boi, que com efeito é animal muito ligeirinho, trêfego e bailarino. Além disso, o boi morre sempre, sem que nem para que e ressuscita por virtude de um clister, que prespega o Mateus, cousa muito agradável e divertida para os judiciosos espectadores.

Até aqui não passa o tal divertimento de um brinco popular e grandemente desengraçado, mas de certos anos para cá não há Bumba-meu-boi, que preste se nele não aparece um sujeito vestido de clérico e algumas vezes de roquete e estola, para servir de bobo da função. Quem faz ordinariamente o papel de sacerdote bufo é um bregeirinho despejado e escolhido para desempenhar a tarefa até o mais nojento ridículo, e para complemento do escárnio, esse padre ouve de confissão ao Mateus, o qual negro Cativo faz cair de pernas ao ar o seu confessor, e acaba como é natural, dando muita chicotada no sacerdote!" (1)

(*) Professor de Antropologia (Universidade Católica de Pernambuco — Recife).

(1) O Carapuceiro nº 2, Recife, 11 de janeiro de 1840.

O padre Carapuceiro não procurou a origem do folguedo, simplesmente se limitou a criticá-lo pelo seu conteúdo anticlerical e irreverente para com a figura de um sacerdote que aparece grotescamente no auto.

O bumba-meu-boi talvez date das últimas décadas do século XVIII e seu ambiente foi, sem dúvida, o litoral, engenhos de açúcar e fazendas de gado, irradiando-se para o interior. Cronistas estrangeiros como Tollenare e Henry Koster, que, estiveram no século XIX em Pernambuco, não os citam, muito embora descrevam minuciosamente outros autos vividos nas zonas canavieiras e em Itamaracá. Para Câmara Cascudo "o Nordeste deve ter sido sede de formação e de conforto. O bumba-meu-boi no Brasil Central e Estados do extremo Norte e Sul, foi exportação Nordestina". [2].

O bumba-meu-boi deveria ter sido um folguedo tipicamente das zonas pastoris do Nordeste, principalmente onde se localizou a Civilização do Couro, todavia, verificou-se o contrário, fixou-se e caracterizou-se como um auto quase tipicamente do litoral e da zona dos engenhos de açúcar, irradiando-se para as fazendas de gado e outras regiões do Brasil.

Poucos folcloristas e etnógrafos atentaram para o sentido social da crítica de costume em que está impregnado o bumba-meu-boi, tanto é, que o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre e Júlio Belo, consideram o boi como a grande figura apoteótica do auto, tendo como função "um poderoso drama de expressão e quase de revolta popular". Sem deter-se noutros possíveis símbolos das figuras do auto, concentra-se apenas "na distinção entre o boi e o cavalo, através das relações de um e de outro com a nomenclatura da cana-de-açúcar com o senhor branco e com o escravo do Nordeste", aludindo: "Há, através do drama, uma evidente identificação do boi com o negro, e o negro se sente no boi, não se sente no cavalo. No cavalo ele sente o animal meio maricas do senhor; o animal cheio de laços de fita e mesureiro; animal "abaianado", isto é, urbanizado, civilizado, capaz de graças e mesuras de que é incapaz o cavalo rústico e não apenas o boi:

"Cavalo Marinho
Maricas meu bem"

ou

Cavalo Marinho
De laços de fita
Faz uma mesura
Às moças bonitas"

"Cavalo Marinho
Dança bem baiano
Nem parece ser
Um pernambucano" [3]

Agora poderemos exemplificar o possível relacionamento do folguedo popular bumba-meu-boi com a estrutura social da zona canavieira do Nordeste, onde é visível no auto as relações de trabalho entre o senhor e o camponês, vistas através de um diálogo entre marido e mulher. É Ascenso Ferreira quem relata o drama da terra, da exploração do camponês pelo senhor de engenho, pelo grande proprietário que é tema quase constante da crítica do boi.

Um casal de matutos chamados "os cabanos", recebe uma proposta para trabalhar num engenho com muitas vantagens. O marido "cisma" da parada e discute com a mulher, seduzida pela proposta, advertindo-a:

"Muié, esses home de agora,
Principalmente os home rico
Quando faz abono aos pobre
Traz logo água no bico"

Porém, a mulher não se convence e pede para que o marido aceite a oferta:

"**Mulher** — Marido planta feijão
Marido — Aonde?
Mulher — No Engenho do Guerra
Marido — Ora, pranto o feijão, o grilo come, eu perco a terra!
Mulher — Neste caso pranta cana!
Marido — Aonde?
Mulher — Na terra do Sinhô do Engenho.
Marido — Diabo leve o teu Engenho! Roça mato, prantá cana. E dá lucro ao Sinhô de Engenho?

---

(2) Luís da Câmara Cascudo, Dicionário do Folclore Brasileiro, p. 140.

(3) Gilberto Freyre, Nordeste, Liv. José Olympio Editora, Rio, 1961, pp. 76-77.

E assim o bumba-meu-boi continua a exercer a sua função de crítica, de sátira, a sua função de veículo jornalístico-popular, como bem frisou Luiz Beltrão.

O antropólogo Arthur Ramos, deu uma interpretação totalmente diferente ao auto bumba-meu-boi, abstraiu o sentido de crítica social, deu-lhe uma interpretação psicanalítica, o que provavelmente tenha sido influência da fase de sedução freudiana; batizou o auto como um repasto totemico (Apud: **A sobrevivência Totêmica: O Ciclo do Boi in "Folclore Negro do Brasil"**).

Ramos, tardiamente influenciado por "Totem e Tabu", insistia: "Lembramos que, psicanalisticamente o animal totem é o símbolo do pai. O pai primitivo, morto pela horda rebelde e substituído pelo filho herói, na fase do matriarcado (ciclo das Rainhas) volta dinimizado depois do sacrifício do filho, mas metamorfoseado, em animal protetor do clã". E interroga: "será preciso repetir que o testamento do boi é um repasto totêmico? Repasto de que todos participam. Cada um vai comer um pedaço do pai:

"A rabada
É pra meu camarada
Um pé com uma mão
É pra seu capitão, etc..."

Após esta comunhão simbólica (velho tema de todas as religiões), todos se redimem. Desaparece o sentimento de culpa. Cessam o luto e a dor. O pai está redimido. E o totem todo poderoso desce sobre o grupo, envolvendo-o, num amplexo de proteção. E ninguém mais do que o negro oprimido e explorado, tinha necessidade dos seus clãs e dos seus totens protetores [4].

Após as alusões que fizemos às diversas interpretações deste auto popular, resta, sem dúvida, para completar o nosso estudo, uma descrição e análise do espetáculo como um todo, a fim de que o leitor não familiarizado com este fato folclórico, possa ter uma idéia clara de sua estrutura e funcionamento.

Os personagens do Bumba-meu-Boi podem ser classificados em três categorias: humanos, animais e fantásticos, existentes desde que se tem notícia da representação na Região Nordestina; segundo Hermilo Borba Filho, "a imaginação de cada **empresário** (do Bumba-meu-Boi), pode funcionar no sentido de intromissão de novas figuras, como a do comedor de vidro, a do Pigmeu, etc..." [5].

Vejamos como se caracterizam as personagens desse autor popular Nordestino:

1 — Personagens Humanas
Capitão do Mato (em Pernambuco conhecido como Capitão Boca Mole). Ele é quem comanda o espetáculo. No início vem a pé, depois surge montado no cavalo-marinho, um arcabouço de cavalo, com um buraco no meio por onde ele entra, parecendo estar montado. Seus acólitos são Mateus e Bastião, seu filho. Os dois trazem, pendurados nas mãos bexigas de boi cheias de ar, com as quais espancam o personagem que, terminada a cena, tenta sair, dançando ao som da música e fazendo mil passos para fugir as bexigadas [6]. Arlequim é o pagem, fica junto do Capitão, segundo a opinião de alguns autores, este personagem foi tomado de empréstimo à Commédia de II Arte Italiana, seguindo-se outros personagens: Catirina é a negra cantadora e que termina como mulher de Mateus; a Pastorinha é a dona do boi, o boi desaparecido a quem ela procura; Tuntunqué é o valentão, o Engenheiro, que como seus auxiliares, vem medir as terras do capitão; o padre em alguns bumbas, faz o casamento de Mateus com Catirina, noutros bumbas tem a função de confessor [7]. O morto-carregando-o-vivo, é um mascarado com o tronco de boneco na frente e os membros inferiores atrás, tem-se a im-

---

(4) Arthur Ramos, O Folclore Negro do Brasil, pp. 115-17, Liv. Editora Casa do Estudante, Rio.

(5) Hermilo Borba Filho, "Apresentação do Bumba Meu Boi", p. 17, Imprensa Universitária, Recife, 1966.

(6) Segundo descrição de Borba Filho, op. cit. pp. 17-8.

(7) No auto O Boi Misterioso de Afogados, no Recife, o padre tem a função de confessor.

pressão de que o morto carrega o vivo; o Doutor vem receitar o boi que levou uma pancada e está desacordado; Mané Gostoso é o homem de pernas de pau; as outras figuras entram, falam e dançam: Sacristão, Fiscal, Mestre Domingos, Mestre do Tear, Zabelinha, Romeiro, Matuto do fumo, Dona Joana, Caboclo do Arco, Capitão do Mato, Barbeiro, Boticário, João Carneiro, etc.

2 — Animais

A Ema ou várias Emas, feitas de armações de cipó e palha, com o pescoço elástico e bico móvel sustentada e acionada por um homem; o Urubu, menino coberto com uma capa preta; a Burrinha, armação semelhante a do Boi, também conhecida em Pernambuco como a Burrinha Calu; o Sapo e a Cobra verde também são integrantes.

3 — Fantásticos

A Caipora, representada por um menino com uma urupema à cabeça, sobre a qual passa e cai ao longo do corpo um lençol, ou uma saia branca; o TOIARÁ, vestido de folhas, seguindo-se: o perna de pau, o Gigante, o Babau, armação com uma caveira de cavalo; o Guariabá; o Diabo, fantasmas envoltos em lençóis brancos; Zé do Abismo, privilégio ou caga prá-ti.

Em algumas versões faz-se o testamento do boi. Pois, morto o animal, suas partes são figuradamente distribuídas pela assistência [8]. Já em Natal, registra Hermilo Borba Filho, que no "Boi Calemba", costuma-se fazer a queima do boi, uma influência com certeza da queima da lapinha dos pastoris, em que outros, procede-se ao testamento do boi:

A rabada é da mulher casada
A tripa gaiteira da moça solteira,
A tripa mais fina é da menina,
O corredor é do seu doutor,
O coração é do capitão.
O cambari bote pra aqui,
O que o boi cagou é dos cantadô,
O que o boi perdeu isso é de Mateu,
Do boi o rim é do Arlequim,
O mocotó de trás é de seu João Braz
As mãos da frente é de seu João Bente
Tem uma comadre,
Mora em Afogados
Ela encomendou
do boi, a rabada
Tem uma prima, mora em Recife,
que me encomendou
do boi o chifre [9].

O espetáculo popular chega ao término no momento em que morre o boi, procede-se o testamento e o boi ressuscita. Porém, em certos Bumba-meu-Boi de Pernambuco, o boi não morre, adoece, pois, como disse o Capitão Antonio Pereira, "empresário" do Bumba o Boi Misterioso, "Só quem ressuscitou foi Nosso Senhor Jesus Cristo".

Não havendo a morte do boi, conseqüentemente não haverá inventário e ressurreição. Deste modo o auto termina com os versos da cantadeira:

"Retira-te boi
Lá do meu sertão
Volta, meu boi
Vai pro teu morão.

Retira-te, boi
que já são hora
já deu meia-noite
já rompeu aurora."

É um novo dia. Todos saem e finalizou mais um espetáculo de Bumba-Meu-Boi, da Zona dos Canaviais de Pernambuco.

---

(8) Apud Oneyda Alvarenga, música popular brasileira, p. 53, Editora Globo, 1960, Rio.

(9) Hermilo Borba Filho, op. cit. p. 19.

A CACHAÇA NA ÁFRICA

DULCE MARTINS LAMAS (*)

Seja qual for a abordagem que se faça dos fatos culturais, não se pode negar a difusão, a sobrevivência sempre ocorrendo.

É o que se observa nas comunidades africanas que, a grosso modo, se podem considerar como extensões sócio-culturais, aliás muito expressivas sob todos os pontos de vista, dos costumes brasileiros.

Essas comunidades, no chamado continente negro, foram constituídas por ex-escravos africanos ou seus descendentes brasileiros, que retornaram às terras de origem, principalmente quando se verificou a libertação dos negros, a "Lei Áurea".

Há, contudo, nelas um traço cultural dos mais significativos, isto é, as práticas religiosas. Parecendo ser, justamente, a prática do catolicismo, que mais contribui para manter os grupos coesos e integrados. Sabendo-se, ainda mais, que as comunidades católicas, inseridas na África Ocidental, possuem igrejas construídas pelos ex-escravos. Acontece, por isso, o fato de na Nigéria e em Lagos chamar-se de brasileiro ao católico e vice-versa. É a mesma coisa, as duas palavras têm a mesma significação.

Pierre Verger, em agosto de 1951, iniciou uma série de reportagens, na revista "O Cruzeiro", com farta documentação fotográfica e textos escritos por Gilberto Freyre, em que fixa muitos aspectos culturais dos descendentes dos ex-escravos, que retornaram à África, principalmente da Bahia.

Os grupos da comunidade de Dahomé, como se pode verificar na copiosa ilustração fotográfica de Verger, são portadores de costumes tipicamente brasileiros. Fazendo suas festas populares e os seus folguedos motivados, principalmente, nas datas do orago cristão, ou seja, em Natal, Reis, Festa do Senhor do Bonfim.

Não deixando de aparecer nas celebrações religiosas, o folguedo tão representativo dos nossos costumes folclóricos, ou melhor, o auto do Bumba-meu-boi.

O bumba, transportado para a África, recebeu a denominação de uma das suas figuras, ou seja, a "burrinha". Conservando muitos dos seus figurantes ou personagens, como sejam, o cavalo-marinho, a ema, a Iaiá-Grande e, sobretudo, sua figura principal, o boi de armação.

Nas referidas reportagens encontram-se muitos textos poéticos, que constituem as cantigas usadas nos folguedos e que se conservam ainda cantadas em português. Observando-se, amiúdas vezes, nos versos que cantam referências ao Brasil.

Foram justamente versões dessas canções, cantadas em Porto Novo (Dahomé) que Luiz Heitor, em 1951, enviou para o Centro de Pesquisas Folclóricas da Escola de Música da UFRJ, cópias feitas nos estúdios da Unesco, de gravações originais realizadas nos laboratórios do Musée de l'Homme, em Paris.

São cantigas entoadas por um velho africano, Casimiro D'Almeida, que, periodicamente, vinha tratar de seus negócios, na capital francesa. Na época aparentava ter aproximadamente 60 anos e informou ser neto de um escravo africano, que estivera no Brasil, mas tendo recuperado a liberdade e já casado, voltara com a mulher para a África, estabelecendo-se em Agoué, onde é encontrado um monumento comemorativo

---

(*) **Catedrática da cadeira de Folclore, da Escola Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

de sua volta. É curioso saber que o bisavô de Casimiro (pai do ex-escravo no Brasil) era um dos reis negros, na África. Não obstante, seu filho, quando retornou do Brasil, não aceitou a herança da realeza, preferindo ficar em Agoué, por não se sujeitar a viver sem conforto, na selva africana. Segundo Casimiro, seus pais falavam somente o nosso idioma, que ele ainda, apesar do francês ser a língua oficial de Dahomé, falava correntemente.

As cantigas gravadas, com acompanhamento rítmico feito pelo próprio Casimiro, eram destinadas ao folguedo do boi e a Festa do Bonfim. Ele explicou que há cantigas: "cantadas" e "corridas". As primeiras são sempre cantadas em coro, ao passo que as "corridas" são constituídas de solo e refrão.

Vejamos o refrão de uma das tradicionais "corrida" que pertence ao divertimento da "Burrinha", que se realiza em Porto Novo (Dahomé):

Bumba-meu-boi,eh! boi,
Bumba-meu-boi, eh!
Espalha essa gente, eh!
Remexe parceiro, eh!

O texto poético e a linha melódica, como vemos, conservam as mais expressivas características da nossa música folclórica. Inclusive a tão decantada síncope crioula na melodia, sentida nos primeiros tempos do compasso.

Mas como brasileirismo, sobrevivendo na África, digno de registro, encontram-se na coleção, gravada por Casimiro, duas canções, cujo refrão se refere à cachaça. Vejamos, um dos refrãos, gravado como da "corrida" para o divertimento da "Burrinha":

Ah!, ah! ah!, rapaz,
A polícia aí vem,
Larga de bebê cachaça,
Quem não tem canoa,
Cai, n'água.

Não se pode deixar de dizer que esses folguedos são ainda praticados tanto em Dahomé como na Nigéria, como se pode constatar no livro de Antonio Olinto "Brasileiros na África", Ed. GRD, 1964.

Sabe-se que desde o século passado até o início da Segunda Guerra Mundial, os africanos, influenciados pela cultura brasileira, importavam, em grande escala, a carne-de-sertão e a cachaça.

E, ainda mais, citado por Gilberto Freyre, Richard Burton em "A Mission to Gelele, King of Dahomey," informa que Antônio, um dos filhos do famosíssimo Xaxa de Sousa, [1] numa das casas que mandara construir, em vez de água na argamassa, como é comum — ou mesmo sangue humano ou de animal, como faziam os reis e senhores africanos, da época — usou a cachaça. Demonstrando assim o alto apreço que tinha para ele, a tão decantada bebida, do povo brasileiro.

É sabido aliás que ao tempo da escravatura, muitas vezes, a moeda usada pelos traficantes, na compra de escravos na África, era exatamente a aguardente.

[1] Xaxá de Souza foi um mulato, nascido no Rio de Janeiro, que nos meiados do século passado, foi para a África, onde enriqueceu e fundou uma dinastia.

A CANA-DE-AÇÚCAR NO ESPÍRITO SANTO

HISTÓRIA — ETNOGRAFIA — FOLCLORE

FAUSTO TEIXEIRA (*)

I — História

Foi Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, quem, em 1535, de acordo com o que lhe facultava a carta de doação do rei de Portugal, separou um trato de terra para si próprio e aí construiu o primeiro engenho de açúcar no território capixaba, levantando junto dele sua moradia.

Lembremos que era prerrogativa dos donatários e de seus sucessores a exclusividade da fazer e possuir "... moendas de água, marinhas de sal e quaisquer outros engenhos, de qualquer qualidade que sejam, que na dita capitania e governança se puderem fazer...". Também recordemos que "... pessoa alguma possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenhos senão o dito Capitão e Governador ou aqueles a quem ele para isso der licença." (39)

Justamente fundamentado na sua autoridade legítima, o donatário fez as primeiras cessões de terra a companheiros de ocupação da nascente capitania, que foram D. Jorge de Menezes e Valentim Nunes; o primeiro instalou-se na ilha do Boi, enquanto que o segundo, na ilha dos Frades, ambas na baía de Vitória. Durante muito tempo essas ilhas foram conhecidas pelos nomes de seus proprietários, que aí mantiveram engenhos de açúcar.

Em 1540, outro lusitano, o fidalgo Duarte de Lemos, por documento de doação assinado em Lisboa pelo donatário, recebia autorização para construir um engenho de açúcar no rio das Roças Velhas, "... defronte da dita ilha" (ilha do Santo Antônio). O rio apontado é hoje conhecido como rio Marinho.

Segundo o historiador Hélio Vianna (38), nesse mesmo ano "já havia o donatário Vasco Fernandes Coutinho deixado em construção nada menos de quatro engenhos de açúcar."

Teixeira d'Oliveira (37) registra informações de 1545, de Ambrósio Meira, que então esteve em Vitória, e escreveu que aí haviam "... cinco armações (engenhos) d'água, dois de cavalos e dois d'água e um de cavalo em construção". Andaria a produção total de açúcar da capitania pela ordem de 1.000 arrobas, ou sejam 15.000 quilos. Segundo o informante, nesse mesmo ano se deu a primeira exportação de açúcar capixaba, pois o citado Ambrósio Meira escrevia para o Reino: "Esta (carta) vay em huum nauyo darmação de braz telez que he o primeyro que nesta capitania caregou daçuquerre."

Constantes ataques de índios entravaram, desde o princípio, a prosperidade da terra capixaba; as propriedades eram violentadas, engenhos destruídos e reconstruídos com mais segurança. Com tamanhas dificuldades a produção açucareira se ressentia e crescia em ritmo lento.

Segundo Deocleciano de Oliveira (19), em 1565 funcionavam apenas seis engenhos na capitania. O mesmo número ainda permanecia em 1584, conforme registro feito pelo Padre Fernão Cardim (6) que, vindo da Bahia, visitou então a capitania capixaba.

Em 1589 falece o primeiro donatário do Espírito Santo, em triste condição de miséria e desprestígio, depois de mais de cinqüenta anos de trabalhosa vida em sua capitania. Seus sucessores continuaram a teimar com a cultura canavieira, além de outras lavouras — principalmente algodão, arroz e fumo. Os resultados, contudo, não eram nada animadores, ainda em 1610, quando, segundo depoimento do Padre Jácomo Monteiro ("Relação da Província do Brasil"), citado pelo também Padre Serafim Leite (12), haviam na capitania somente oito engenhos de açúcar.

Aristides Mário Freire (10) nos dá notícia dos engenhos existentes nas vizinhanças de Vitória, em 1631: um engenho "pouco antes do Pão-de-açúcar", isto é, do hoje chamado Penedo, à entrada do Porto de Vitória; mais dois outros na embocadura do rio Santa Maria, e mais quatro trapiches (engenhos de bois), em frente à vila de Vitória.

O mesmo historiador (op. cit.) informa que uma carta do Governador Geral, Conde de Atouguia, ao Capitão-Mor do Espírito Santo, Francisco Luís de Oliveira, acusava uma produção de 20.000 arrobas de açúcar, somente dos enge-

---

(*) Professor e folclorista.

nhos de Gregório de Távora, que era Capitão de Infantaria.

Evidentemente, com o povoamento da faixa litorânea e algum avanço para o interior da capitania, a lavoura canavieira e a produção de açúcar, rapadura e aguardente foram se multiplicando. As referências históricas são numerosas, mas nunca este gênero de exploração agrícola veio a se tornar predominante na economia capixaba, apesar de sua distribuição geográfica coincidir com a distribuição da população no território espírito-santense.

Quase três séculos após o início de povoamento do solo capixaba, haviam espalhados 75 engenhos e 66 engenhocas (pequenos engenhos, inclusive de movimentação manual), segundo registro do Governador Francisco Alberto Rubim, feito em sua "Memória Estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817" (24). Afora São Mateus, cuja freguesia fôra criada em 1596, durante a visita que aí fizera o Padre Anchieta, pacificando indígenas, havia Conceição da Barra, bem próxima e um pouco mais antiga (1554), e Linhares, quase na foz do rio Doce, iniciada nos últimos anos do século XVIII. Daí para o sul, poucas povoações ou vilas se situavam fora da faixa litorânea. As zonas povoadas por imigrantes ainda estavam longe de seus dias de desbravamento. Em Linhares estava afazendado, com escravatura, e movimentando seu grande engenho de açúcar, o pioneiro João Felipe Calmon, em sua modelar propriedade "Bom Jardim".

O citado Governador Rubim (op. cit.) relaciona e localiza os engenhos e engenhocas que contou; só na região ao norte de Vitória (Aldeia Velha, hoje Santa Cruz), vila dos Reis Magos, hoje Nova Almeida, N. S. da Conceição da Serra, hoje Serra, e Jacareípe) arrolou nada menos de 23 engenhos. Outros foi contando, em maior número no litoral, desde Vila Velha até as divisas com a Província do Rio de Janeiro, no rio Itabapoana.

Em 1852, conforme relatório do então Presidente da Província do Espírito Santo, o dr. José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, citado por Teixeira d'Oliveira (op. cit.), haviam cinco engenhos a motor, dezenove engenhos d'água e cento e dezenove de animais (movidos a bois, cavalos ou bestas), e trabalhavam nas propriedades canavieiras 2.127 escravos; naturalmente muitas, talvez a maioria de tais propriedades eram de agricultura mista. A produção de açúcar havia alcançado a 153.790 arrobas, e a região maior produtora — como ainda hoje — era a do rio Itapemirim, seguindo-se as da Serra, de Vitória e Nova Almeida.

A produção de cachaça figurava neste relatório com a cifra de 1.200 pipas por ano, sendo que mais da metade procedia igualmente de Itapemirim. A exportação de açúcar e aguardente era feita, quase que exclusivamente para o Rio de Janeiro.

Em 1877, o veterano da Guerra do Paraguai, Engenheiro Militar dr. Aristides Armínio Guaraná, fixou-se em terras da zona de Ibiraçu (antigo Pau Gigante), ali localizando imigrantes italianos e construindo um grande engenho de açúcar: a Usina Guaraná. Dez anos depois, todavia, um catastrófico temporal a destruiu, malogrando sua progressista iniciativa.

Sobrevivem em todo o território capixab engenhos e engenhocas, movidos a água, an mais e braços humanos, produzindo rapadur açúcar preto ou mascavo, e numerosas fábric e fabriquetas de cachaça. Todavia, a fabricaçã de açúcar branco (cristal e refinado) ficou res trita a uma única empresa, que é a Usina Pai neiras, cuja fundação ocorreu em 1911, em Ita pemirim, moendo pela primeira vez em 1913.

Esta é, em esforço de síntese, a história d cultura canavieira e respectiva industrializaçã no Espírito Santo, Estado que dispõe de área ecologicamente muito favoráveis a este gêner de exploração agroindustrial.

II — Etnografia

Pelos escritos dos antigos cronistas e do cumentos velhos e novos podemos conhecer so bre os tipos de engenhos assentados no Espírit Santo.

O Padre Fernão Cardim (op. cit.), em 158 fez menção aos tipos que encontrou na Bahia que sabemos encontradiços então, e ainda no dias de hoje, no Espírito Santo e em outra áreas brasileiras de cultura canavieira. Dizia ele:

"... cada um dêles (engenhos) é uma má quina e fábrica incrível: uns são de água ras teiros, outros de água copeiros, os quais moem mais e com menos gastos; outros não são d'água mas moem com bois, e chamam-se trapiches; êstes têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo do ano, o que não têm os d'água, porque, às vêzes, lhes falta."

Mais adiante, o cronista jesuíta refere-se particularmente, ao trapiche, dizendo que ele requeria "sessenta bois, os quais moem de doze em doze, revezados; começa-se, de ordinário, a tarefa à meia-noite, e acaba-se no dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio-dia. Em cada tarefa se gasta uma barcada de lenha, que tem doze carradas..."

Esclareçamos aos pouco familiarizados com a nomenclatura usada pelo observador Padre Cardim que engenhos d'água **copeiros** eram os que recebiam a água nos cubos mais altos da roda, enquanto que nos **rasteiros** (que alguns autores chamam **semi-copeiros**) a água caía nos cubos do meio para baixo do eixo da roda.

Quanto aos **trapiches**, assim eram chamados os engenhos movimentados por animais, geralmente bois jungidos, só ou aos pares, à almanjarra; quando se empregavam bestas, costumavam chamar tais engenhos de **molinetes** ou **molinotes**. Havia, como ainda há, grande variedade de modelos de engenhos, tanto de água como de animais, mas os princípios mecânicos, praticamente, permanecem os mesmos de séculos atrás. Algumas gravuras de valor histórico, que reproduzimos, nos permitem melhor entendimento do assunto.

Um admirável jesuíta, André João Antonil — anagrama do Padre João Antônio Andreoni, conforme identificação que devemos ao grande Capistrano de Abreu — descreveu um engenho d'água, da Bahia, em 1711, conforme seu registro na valiosa "Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas" (2). Tal engenho constava de uma roda de madeira, de 30 a 40 pés de diâmetro, em posição vertical, provida de

cubos destinados a receberem a água por uma bica de madeira; seu eixo terminava por uma roda denteada, de mais ou menos um têrço do diâmetro da primeira, também em posição vertical; esta segunda roda, por sua enorme engrenagem, movimentava a bolandeira — grande roda de madeira, que girava sobre as moendas, fazendo-se de volante.

As moendas eram três cilindros de madeira, revestidos de chapas de ferro, e em posição vertical; movimentavam-se pela engrenagem que possuía o cilindro vertical, que é o próprio eixo da bolandeira, e estavam instalados entre dois travessões horizontais, tudo de madeira de lei..

O engenho era o Cerigipe (Sergipe) do Conde, pertencente ao senhor Governador da Bahia, um dos maiores, senão o maior, de sua época.

Talvez de menores dimensões, mas instalado de maneira muito semelhante, existe um engenho e fábrica de cachaça à margem direita do rio Pancas, na fazenda que até há pouco pertenceu ao médico em Colatina, dr. Raimundo Castelo Branco; desde 1963, época da criação do município de Pancas, suas terras pertencem a este município e não mais a Colatina.

Dos engenhos movidos por bestas ou cavalos, principalmente dos pequenos, que requerem o esforço de um só animal na almanjarra, há por toda a parte. São de tipo talvez tão antigo quanto o anterior. Mestre Gilberto Freire (11) dá notícia de sua existência em Pernambuco, no século XVIII, por informação colhida em Dom Domingos do Loreto Couto ("Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco"):

"... no eixo do meio não tem bolandeira... e tem umas traves no dito eixo que chamam aspas, e nas pontas se pregam outras traves, que vêz quase ao chão, ficando em cruz, quatro em que se fazem assentos para as pessoas que tangem as bestas, pondo-se em ajojo (sic) duas em cada parte, com correntes de ferro e couro cru, que prendem a trave chamada almanjarra, e para circular carece de oito bestas, que andam de três em três horas". Evidentemente, era este engenho de um tipo maior, cujo rendimento favorecia muito o proprietário. Nunca encontramos deste tipo no Espírito Santo, onde, ao contrário, o movido por um só animal e uma só almanjarra é bastante comum.

O mesmo informante esclarece que "em outro tempo moíam também com bois", mas só o faziam quando faltavam as bestas, de serviço mais rápido, portanto, de maior rendimento.

Quase todos os cronistas observaram que os engenhos d'água eram os preferidos, mas muitos proprietários preferiam os de animais, forçados pela falta periódica ou permanente de água para movimentar os primeiros. Alguns tinham engenhos de ambos os tipos, ficando o de animais como reserva ou socorro, caso fossem obrigados à paralisação do outro.

Devemos ainda anotar que havia engenhos d'água com cilindros verticais e horizontais; uma variação no sistema de engrenagens permitia a instalação de um e outro destes tipos. Desde o surgimento dos primeiros engenhos no Brasil, essa variedade era notada.

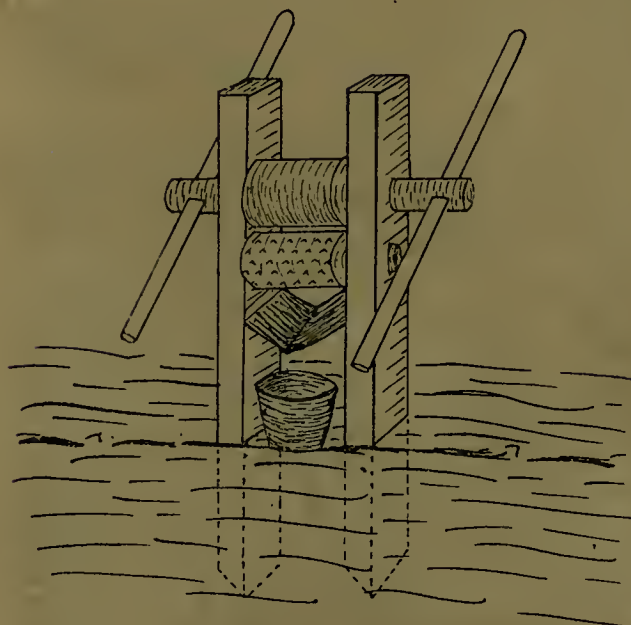
Outro tipo de engenho, também de moendas verticais, e em número de três, é o que foi retratado pelo grande Debret, no início do século passado. Era bastante simples, tendo um travessão horizontal cujo ponto central se encaixava no eixo da moenda central. Nas extremidades equidistantes do centro, talvez a uns dois metros deste, trabalhava um escravo, caminhando ao redor do aparelho, movimentando, assim, as moendas. Outros dois escravos se punham sentados, um de cada lado do pequeno engenho, passando e repassando as canas-de-açúcar. Nunca vimos semelhante engenho em propriedade alguma, mas percebemos, como o leitor, que se trata de uma adaptação e simplificação de engenho de animais, substituídos estes pelo braço escravo.

Os agricultores que plantam pequenas áreas de cana-de-açúcar, quase que exclusivamente para ajuda na alimentação de seus animais ou para consumo próprio (garapa, rapadura e melado), resolvem o problema da moagem com um tipo de aparelho a que chamam **engenhoca** ou **quebra-peito**, do qual conhecemos dois tipos de que damos ilustração. Ambos são movidos por força humana (mãos e pés que movimentam alavancas ou cruzetas fixadas a uma ou a ambas as extremidades do eixo do cilindro horizontal superior). Há algumas variações, como, por exemplo, instalar-se uma alavanca ou cruzeta numa extremidade de um dos eixos e outra, no lado contrário de outro eixo. Também pode variar o revestimento de um dos cilindros: cravos de ferradura, lâminas de ferro dispostas em espiral ou simplesmente um folhão de ferro todo furado, como se fora um ralo.

Julgamos os desenhos, apesar de sua imperfeição, suficientes para poupar-nos de uma descrição minuciosa de seu funcionamento; esclareçamos, apenas que os dois esteios fortes, firmemente fixos no chão, têm a altura aproximadamente, de um metro e meio fora da terra, variando a distância entre eles conforme a dimensão das moendas; não costuma exceder, contudo, a oitenta centímetros.

Antes de concluirmos esta parte de nosso estudo, lembremos que tanto os engenhos d'água como os de animais ou engenhocas sempre foram construídos no local onde se instalaram. Somente aqueles que dependiam de peças metálicas, de fabricação mais complicada, que não podiam ser feitas nas sempre presentes forjas das fazendas, tinham que receber recurso externo. É evidente que os proprietários recorriam a carapinas e oficiais práticos nas técnicas de construção de engenhos, às vezes, contratando entendidos, que montavam os mecanismos que ensinaram a fazer, demonstravam seu funcionamento e davam sua empreitada por terminada.

Manuel Diegues Júnior (9), ilustre antropólogo das Alagoas, nos fornece uma indicação histórica sobre a introdução de engenhos a vapor em nosso País, dando como o primeiro a ser instalado no Brasil, o que Pedro Antônio Cardoso construiu na Bahia, em 1815. Depois é que se começou a importação de engenhos completos, e mesmo peças para eles, notadamente da Inglaterra. Não demorou muito, todavia, a se fabricarem peças, primeiramente, e também engenhos a vapor completos em nosso País. Ao que parece, inicialmente, em Pernambuco, feitos pela Fundição Aurora, no ano de 1829. É óbvio que novas pesquisas poderão confirmar ou infirmar tal notícia de primazia industrial.

O variados tipos de engenhos a vapor, aos

quais se seguiram os movidos a eletricidade, e as usinas de açúcar são assuntos que fogem ao campo da etnografia, em que somente cuidamos da aparelhagem mais primitiva, rústica, de moagem da cana-de-açúcar, que sobrevive, contudo, em tantas e tantas propriedades rurais espírito-santenses.

III — Folclore

O saudoso mestre Joaquim Ribeiro escreveu uma série de artigos a que intitulou "Folklore do Açúcar", dada ao público na valiosa revista BRASIL AÇUCAREIRO, do Instituto do Açúcar e do Álcool a partir de novembro de 1943, já lá vão trinta anos. Se não foi um trabalho pioneiro neste campo, sem dúvida foi o de maior importância até agora lançado, principalmente por ter seu autor se aprofundado na análise do material estudado, adotado o critério histórico-cultural.

Não comporta, o plano deste trabalho, senão o registro do que recolhemos (de 1947 a 1972) e daquilo que conhecemos de coleta de outrem a respeito do folclore açucareiro no Estado do Espírito Santo. Material de folclore descritivo, vez por outra acompanhado de notas mais ou menos pertinentes. Se o estudo possa perder por falta de análise, ganha, segundo nos parece, pela variedade de amostras do material apresentado.

1. — Linguagem Popular

1.1. — Cana caiana

O mestre Câmara Cascudo (7) registrou que a cana caiana é originária da Índia ou, mais provavelmente, da Polinésia. Em 1768 o navegador Bougainville encontrou-a na ilha de Taiti e, antes dele, em 1766, Samuel Wallis, o descobridor desta ilha, aí a encontrara. Trouxera Bougainville mudas para as ilhas Maurícia ("de France") e Bourbon ("Reunion"), de onde as recebeu a Guiana Francêsa, onde a chamaram "canan de Bourbon".

Escreveu o ilustre folclorista, redator-chefe da Revista Brasileira de Folclore, dr. Vicente Salles (26), estribado em M. Pio Corrêa ("Dic. das Plantas Úteis do Brasil e da Exóticas Cultivadas", vol. I, p. 478), que a cana caiana entrou no Brasil "por várias vias e vêzes, sendo a primeira no Pará, de 1790 a 1793, sob o govêrno de Francisco de Souza Coutinho". Câmara Cascudo (op. cit.) refere-se a essa tradição, dizendo que do Pará poderia ter alcançado outras regiões brasileiras; contudo, dá informação histórica mais segura, ao escrever:

"As primeiras mudas vieram de Cayenne, capital da Guiana Francêsa, então domínio de Portugal, chegando ao Rio de Janeiro, em maio ou junho de 1810, deduzindo-se do registro do Padre Perereca (Cônego Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844) — "Memórias para Servir à História do Reino do Brasil", I, 332 pp., Rio de Janeiro, 1943): "Sim, também desta colônia francêsa, presentemente sujeita ao domínio do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi remetida para esta Côrte, pelo brigadeiro Manoel Marques, governador da mesma colônia, uma preciosa coleção de plantas especieiras e frutíferas do célebre jardim chamado Gabriela, onde os franceses as cultivavam com todo o desvêlo e ciúme. Muitas destas plantas ficaram no Pará, outras em Pernambuco, e grande número delas chegaram a êste pôrto do Rio de Janeiro, carregadas a bordo do brigue "Vulcano", do comando do capitão-tenente Joaquim Epifânio de Vasconcelos, e logo foram remetidas para o real jardim da lagoa de Freitas, para ali se cultivarem. Juntamente com esta remessa de plantas vieram canas sacarinas da mesma Caiena, as quais pela sua enorme grandeza e grossura, se fazem apreciáveis, prometem grandes vantagens à cultura e fabrico do açúcar, e muito maiores ainda para a distilação das águas-ardentes, visto serem as ditas canas muito suculentas".

A falta de resistência e tolerância ao "mosaico", virose que ataca a cana-de-açúcar, causando graves prejuízos, forçou a procura de variedades mais aconselháveis, sendo importadas numerosas e de várias partes do mundo, as quais foram sendo sumetidas a experimentação agrícola, e selecionadas e distribuídas aos plantadores. O mesmo erudito Câmara Cascudo (op cit.) registra a informação histórica de Renato Braga ("Plantas do Nordeste", pp. 118), de que a partir de 1930 as substituições se intensificaram, dando-se preferência a variedades de Java e híbridos mais produtivos e resistentes ou tolerantes ao "mosaico".

1.2. — Garapa

Moídas as canas obtém-se a **garapa** ou **caldo-de-cana**, que merece referência por o nome ser ainda objeto de controvérsias quanto a sua origem.

Em seu valioso "Dicionário do Folclore Brasileiro" (8), Câmara Cascudo registra o verbete, esclarecendo, de início:

"Nome comum de diversas bebidas refrigerantes feitas com água, açúcar ou mel, e o suco de frutas ácidas, como o tamarindo, maracujá, laranja e outros; a do limão, porém, tem o nome particular de **limonada**; a do caju, **ponche** ou **cajuada**; e a do mel de furo com milho em grão, **garapa picada**, por fermentar, ficar espumante, **picante**. No sertão dá-se o nome de **garapa** ao caldo-de-cana tirado das moendas das engenhocas ou usinas, também ao mesmo caldo, mas com certa dosagem de água, para o fabrico da aguardente."

Mais adiante, informa o mesmo autor que Sílvio Romero dava o termo **garapa** como de origem africana, significando **bebida**; "e assim já muito vulgar entre nós no século XVII, como se vê de Guillielmi Pisonis, que freqüentemente o emprega, e, por sua vez, também o Padre Simão de Vasconcelos, que, mencionando os vinhos usados pelos índios, inclui um mel silvestre, ou de açúcar, **a que chamam garapa**."

Importante referência histórica ao termo é a que Cascudo (op. cit.) registra, dizendo que "Constituindo uma certa espécie de garapa, naturalmente a **picada**, uma indústria lucrativa pela sua pública vendagem, foi criada uma imposição particular sobre o gênero, logo depois da restauração do domínio holandês, e assim o "Imposto da garapa, que se fazia no distrito da cidade de Olinda, no Recife, na banda de Santo Antônio até Afogados, e nas Salinas" foi arrematado em 1659 por 16$000, cujo tributo subiu tanto pelo desenvolvimento da indústria, que no triênio de 1744 a 1747 foi seu contrato arrematado por 459$000."

O ilustre folclorista potiguar cita a interpretação dada ao vocábulo **garapa** pelo grande Theodoro Sampaio; fomos à fonte original e conferimos: (27)

"**Garapa** — corr. **guarapa**, o gerúndio-supino de **guarab**, o revolvido, remexido; é a bebida adoçada com mel ou açúcar para refresco; designa hoje mais especialmente o caldo-de-cana."

Macedo Soares (13), em seu prestimoso dicionário, consignou o vocábulo, apontando-lhe dois sentidos: 1º — caldo-de-cana, espremido nas moendas; 2º — caldo-de-cana fermentado: "Nas possessões portuguêsas da África Ocidental, a **garapa** é uma cerveja de milho, a que se adicionam raízes de mandioca e de luco". Apresenta o nome como de etimologia duvidosa, talvez do guarani "**guarapa,** revolvendo, fermentando?"

É interessante a observação de Câmara Cascudo, registrada em seu dicionário (op. cit.) de que Frei Domingos Vieira (edição de Lisboa, 1873) já dicionarizara o termo como sendo procedente do Brasil. Seria, realmente, um brasileirismo, que emigrou para terras de África? Ou nem mesmo brasileirismo não seria? A indagação tem cabimento, pois podemos ler no "Vocabulário Sul-rio-grandense" (18), de Luiz Carlos de Moraes: "**Guarapa**: em quíchua **huarapa,** o álcool de cana, segundo alguns autores". Sem possuírmos a resposta, podemos registrar a interrogativa: desde quando os quíchuas cultivam a cana-de-açúcar e sabem ou sabiam obter o álcool da garapa — se é que algum dia o souberam?

José Calazans, estudioso baiano de nosso folclore, (5) registrou a informação de Moraes (op. ci.), que conferimos no original. Vale como mais uma fonte para pesquisa das origens do termo **garapa**, ainda não esgotada. Buscas em maior número de fontes sul-americanas e européias (Portugal e Espanha, notadamente) poderão elucidar melhor o problema.

1.3. — Cachaça e Jeribita

Ambos os termos, sabidamente, são designativos da aguardente de cana-de-açúcar, que o povo emprega tão freqüentemente como dezenas de outros arrolados ou não em nossos dicionários. A origem de ambos — como acontece com **garapa** — tem sido motivo de desacordos entre os pesquisadores.

Mestre Cascudo (8) — de quem nos socorremos, sempre com o maior proveito — registrou o verbête em seu dicionário, anotando uma referência histórica ao vocábulo:

"Na sua carta a Antônio Pereira, senhor de Basto, Sá de Miranda (1481-1558), cita o vocábulo ("Versos Portugueses", 77, ed. Guimarães, Lisboa, 1909:

"Ali não mordia a graça,
Eram iguais os juízes, ...
Não vinha nada da praça.
Ali, da vossa **cachaça!**
Ali, das vossas perdizes!"

Conclui, a seguir: "Provém do castelhano **cachaza,** vinho de borras."

O Prof. Almeida Júnior, em precioso estudo sobre o aguardentismo colonial brasileiro (1), dá o mesmo significado ao vocábulo e escreve:

"Em Espanha e Portugal, **cachaça** (ou **cachaza**) significa vinho das bôrras. Será, talvez, expressão metropolitana, exportada, secundariamente para as colônias. De fato — continua o autor —, no parecer do "Dicionário Enciclopédico", de Lacerda, **cachaça** seria vindo de **cacho** e da terminação pejorativa **aça**. Outros, como Maximino Maciel (cuja opinião Antenor Nascentes registra em seu "Dicionário Etimológico"), são pela origem africana, sem que se fique sabendo, entretanto, se a palavra chegou ao Brasil via Portugal, ou se veio diretamente com os navios negreiros."

Para este autor, foi entre 1627 e 1637 que a fabricação da então chamada "aguardente da terra" (para diferençá-la da aguardente do Reino) começou a ser feita em terras brasileiras; teria sido em São Paulo, conforme citação que faz do artigo "A Cachaça", que o historiador paulista publicou em "O Estado de São Paulo", em 04-12-1938. Afirma, ainda Almeida Júnior, que em 1742 já se dizia **cachaça** por aguardente, e em julho de 1766 o chefe da expedição do Iguatemi requisitava para os seus comandados "mais dez barris de cachaça", iguais a outros de remessa anteriormente feita.

Na verdade, em época anterior, o nome **cachaça** não era ainda generalizado como designativo sinônimo de aguardente de cana, mas se aplicava à espuma e à bôrra do caldo-de-cana em efervescência; estendia-se o significado à bebida alcoólica ordinária que se fazia com tal

produto. Leiamos, com proveito, o que conta sobre isto o extraordinário cronista Antonil (2), por volta de 1711. Diz ele que após a moenda da cana-de-açúcar, o caldo cai na caldeira "para nela ferver, e começar a botar a imundícia, com que vem da moenda. O fogo faz neste tempo o seu ofício, e o caldo bota fora a primeira escuma, a que chamam **cachaça**." Acrescenta a informação de que o uso que se fazia deste produto era dá-lo às "bestas, cabras, ovelhas e porcos"; "em algumas partes também os bois lambem" — acrescenta Antonil —, "porque tudo é doce, e, ainda que imundo, deleita".

Uma segunda espuma — informa ainda o cronista setecentista — "tomam os negros para fazerem sua garapa, que é bebida de que mais gostam". Não a bebiam, porém, de imediato; gostavam de guardá-la "em potes, até perder a doçura, e azedar-se; porque então, dizem, está em seu ponto para se beber". Já era uma garapa fermentada, mas o autor da observação não menciona distilação alguma.

Para Câmara Cascudo (7), a mais antiga menção à cachaça seria a que se encontra nas "Cartas Chilenas" (5.ª edição), redigidas em 1788-1789, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, ou em 1786-1787, na dedução de M. Rodrigues Lapa:

> "Outros mais sortimentos, que não fossem
> Os queijos, a cachaça, o negro fumo."
> "Pois a cachaça ardente que o alegra,
> Lhe tira as forças dos robustos membros."
>
> (Versos 58-59 e 325-326)

Quanto a escritor estrangeiro que teria sido o primeiro a registrar o nome **cachaça**, para Câmara Cascudo, foi o príncipe de Wied Neuwied, em seu importante documentário "Viagem ao Brasil" (1815-1817). Conferimos a citação na reedição de 1940 (15), onde podemos ler, á pág. 327:

"Encontra-se no Rio Taípe um engenho de açúcar e várias engenhocas, onde se fabrica aguardente. A qualidade mais comum no Brasil é a chamada "aguardente-de-cana", a que é um pouco mais bem distilada se chama "aguardente-de-mel", e a melhor de tôdas, vinda da Bahia, "cachaza". Trazem da Europa várias espécies de bebidas fortes, como por exemplo a "aguardente-do-reino", que vem de Portugal, a "genebra", da Holanda, o "rhum", etc.".

Como se vê, a **cachaça** aparece escrita à maneira espanhola — **cachaza** — e ainda é apontada como a melhor de tôdas, valendo já o registro como sinônimo de aguardente de cana-de-açúcar.

Ao que pensamos, é realmente discutível a origem do nome, mas o significado dele, como se o entende em nossos dias, nasceu em terras brasileiras: a **cachaça**, bebida ordinária feita com o aproveitamento das bôrras ou espumas das tachadas de caldo-de-cana efervescentes, já na segunda metade do século XVIII passava a designar aguardente-de-cana, bebida alcoólica distilada.

A origem do nome é dada por vários estudiosos como africana, e já houve africanólogo que a deu como portuguêsa, talvez até introduzida no Continente Negro por brasileiros de torna viagem. Macedo Soares (14), em seus "Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro" (1874-1890), cita a obra do Padre P. Bouche ("Sept Ans en Afrique Occidentale — La Côte des Eclaves et le Dahomey"), de 1885, onde encontrou **cachacha** ou **cachassa**, dados como de origem portuguêsa ou mesmo brasileira.

Nosso africanista Jacques Raimundo, em seu "O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguêsa" (1933) (21) não registrou o vocábulo **cachaça** mas em "O Negro Brasileiro e Outros Escritos" (1936) (22) o fez, escrevendo:

"**Caxaça**, melhor que **cachaça**, grafia quase tradicional, é têrmo antiqüíssimo; designa a aguardente inferior que se obtém das bôrras do melaço e das limpas do caldo da cana. Provei também da Contra-Costa; é o xicena **kaxasa** (comp. de Maçambique); no xinhugue (Tete) e no xixuabo (Quelimane) diz-se **kaxasu**."

Renato Mendonça, também autor de obras de valor sobre estudos afro-brasileiros, em seu "A Influência Africana no Português do Brasil" (3.ª ed. — 1948) (17) consignou a palavra **cachaça**, dando-a simplesmente como sinônimo de aguardente e dizendo: têrmo africano. Refere-se a Maximino Maciel, Nélson de Sena e Amadeu Amaral como sendo da mesma opinião.

Raul da Costa e Sá (25) também recenseou numerosos vocábulos de origem africana, e ao fazê-lo com a **cachaça** cita a Renato Mendonça e acrescenta que Cândido de Figueiredo preferia dar-lhe origem espanhola, enquanto Antenor Nascentes registra ambas as hipóteses. Aponta ainda a F. Solano Constâncio ("Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguêsa", Paris, 1836, 1 vol.), que havia proposto, ainda que com dúvida, a origem que Lacerda, em seu "Dicionário Enciclopédico" também fisera: de **cacho** + o sufixo pejorativo **aça**.

Como vemos, há muita pesquisa ainda por ser feita, com vistas a esclarecimentos etimológicos da popular **cachaça**.

Como se não bastassem as dúvidas já levantadas sobre a procedência do têrmo **cachaça**, outras encontraremos a respeito de sua sinonímia, a **jeribita**.

Câmara Cascudo (8), no seu citado dicionário, anotou o verbête, afirmando que a "dicção é antiga, já conhecida no século XVII", conforme registro feito por Gregório de Matos, na sátira "Verdades": Aguardente é jeribita!..." Menciona a existência do têrmo em Portugal na forma variante **jeribato**, vinho verde; **jiripiti**, aguardente; **jiripito**, aguardente, ou certa bebida composta de diferentes licores. Aponta como fonte de informação o valioso "Vocabulário Pernambucano" de Pereira da Costa (1916?), editado em 1937, onde encontramos o registro à pp. 370.

Macedo Soares, em seu dicionário composto entre 1875 e 1888, (13), editado pela primeira vez como separata dos "Anais da Biblioteca Nacional", no Rio de Janeiro, em 1889, e, em 1954, reeditado bastante aperfeiçoado por seu filho, o dr. Julião Rangel de Macedo Soares, pelo Instituto Nacional do Livro, deu acolhida a **jeribita**, apontando-lhe dois sentidos: 1º — gole, trago; 2º — por metonímia, aguardente, cachaça. O autor, um dos precursores dos estudos afro-brasileiros, não menciona suspeição de ori-

m africana para o vocábulo. Antes, levantou hipótese de o nome provir de **jiribi**, garganta, ti, molhada. Também achou possível que ele se um diminutivo de **jeribá**, designativo de nhecida palmeira de frutos comestíveis. Ingou o dicionarista: "Este côco daria vinho; qui a analogia?" Evidentemente, o nome, en-, seria de origem tupi ou guarani, conforme lição de Baptista Caetano, de que se socor- Macedo Soares, registando as etimologias; tupi **jaribá**, de **i**, que (tem ou dá) + **aribá**, ta que cai por si; ou **haribá**, fruta de cacho de penda. Lembra, ainda, a existência de itra espécie de coqueiro (do guarani **jeribá**), em de **iu**, espinha, **ibá**, fruta."

Posteriormente, africanistas apontaram a orrência de **jeribita** em terras d'Angola. Jac-s Raimundo, no seu citado "O Elemento o-Negro na Língua Portuguêsa" (21), anotou: **eribita**: bebida alcoólica feita das bôrras da na-de-açúcar; cachaça. **Jeribita** é o nome que o os matambas de Angola à aguardente." E ui o autor menciona uma fonte bibliográfica: ertões d'África", pp. 192, de A. Sarmento.

Raul da Costa e Sá (op. cit.), quinze anos pois, também registrou o nome e aceitou a ocedência africana, quase que transcrevendo autor anterior.

Já se vê que aconteceu com a **jeribita** a mes- evolução semântica sucedida com a **cacha-**: de denominação de bebida ordinária, feita n bôrras da cana-de-açúcar, passou a desig-tivo generalizado da aguardente dessa mesma inta sacarina, produto distilado, hoje larga-nte industrializado nas zonas canavieiras e objeto de incipiente exportação.

Os estudiosos da Linguagem Popular, folclo-tas, filólogos e lingüístas, poderão encontrar stas modestas notas sobre a cana caiana, a rapa, a cachaça e a jeribita, talvez, alguns in-ios valiosos para suas pesquisas neste campo, e podem ainda dar muito pano para manga, o, muita tinta para o papel...

1.4. — Vocabulário da Cachaça

Cento e trinta e dois sinônimos de cachaça gistra a 10.ª edição do "Peq. Dic. Bras. da ngua Port.", de mestre Aurélio Buarque de landa Ferreira e seu assistente José Baptista Luz. Não vamos repetir a relação, mas ape-s apresentar os sinônimos que colhemos, pes-almente, em Colatina e região da qual é cen- sócio-econômico.

Colatina, principal município capixaba à argem do rio Doce, foi colonizada principal-nte por italianos e alemães ou por descen-ntes destes imigrantes, a partir de 1888. É lade desde 30 de dezembro de 1921, tendo memorado, no ano de 1971 o seu cinqüente-rio. Em 1906 tomou grande impulso, com a auguração da ferrovia Vitória-Minas, pro-esso muito acelerado a partir de 1928, quando construiu a majestosa ponte de perto de m, sobre o rio Doce, no centro da cidade, rindo comunicação fácil com a zona norte.

A seguir, relacionaremos não só os sinônimos e encontramos de **cachaça**, na região colati-nse, como também designativos de **bêbado** e ntumazes bebedores da pinga brasileira, ver-s e expressões verbais correspondentes a **embriagar-se** ou simplesmente a **beber cachaça**, finalizando pelo recenseamento de certo número de populares **misturas espirituosas**, nas quais a cachaça serve de veículo para a infusão de partes de vegetais tidos como medicamentosos.

1 4 1. — Sinônimos de cachaça

Abrideira
Água-que-passarinho-não bebe
Aguardente
Arebenta-peito
Birita
Boa
Branca
Branquinha
Brasa
Brasileira
Brava (Braba)
Caiana
Caianinha
Cana
Caninha
Capote-de-pobre
Chamada
Cobertor-de-pobre
Danada
Daquela - que - matou-a-mulher-do-guarda
Daquelas
Das-boas
Derruba-homem
Desgraça
Dona-branca
Dose
Esquenta-corpo
Esquento
Gole
Jeribita
Lambada
Limpa-goela
Malvada (Marvada)
Marafo
Mata-bicho
Moça-branca
Óleo
Parati
Patrícia
Perigosa
Petróleo
Pinga
Pura
Purinha
Restilo
Ripada
Teimosa
Tira-teima
Tomba-homem
Trago
Uca
Vergonha

1.4.2. — Bêbado ou contumaz bebedor

Alegre — ligeiramente bêbado
Amigo-do-copo — aquele que bebe com freqüência
Bêbado como um gambá — muito embriagado
Bêbado como um peru — muito embriagado
Bebão — bastante embriagado
Bêbo — corr. de bêbado
Bebinho-da-silva — bastante bêbado
Beberrão — aquele que bebe muito e com freqüência
Bicudo — meio embriagado
Bom-de-copo — aquele que bebe com freqüência e resistência
Bom no copo — idem
Caixa d'água — ébrio contumaz
Calibrado — meio embriagado
Carregado — meio embriagado
Cercando frango — embriagado
Chumbado — meio embriagado
Chupado — bêbado
Com a gata — embriagado
Com a louca — embriagado
Com o caco cheio — embriagado
Com o pé queimado — meio embriagado
Com um grão de chumbo na asa — meio embriagado
Cozido (com os olhos cozidos) — embriagado ou aparência de quem bebe muito e com freqüência
Co-de-cana — contumaz bebedor

Curtindo uma cachaça — bêbado ou numa terrível ressaca
Cuspindo barbante — bêbado ou pessoa na ressaca, com saliva pegajosa
Descalibrado — embriagado
Emborcado — embriagado
Encachaçado — bêbado
Entornado — meio embriagado; também se diz: meio entornado.
Envernizado — embriagado
Ervado — bêbado
Errando caminho — embriagado
Esponja — bebedor contumaz
Funil — inveterado bebedor
Grogue — bêbado
Irmão-da-opa — colega ou amigo que também gosta da bebida
Mais prá lá que prá cá — embriagado
Meio lá, meio cá — meio embriagado
Na água — embriagado
Na chuva — embriagado
Não faz um 4 com as pernas — bêbado
No ferro — bêbado
No fogo — bêbado
No pileque — embriagado
No prego — bastante embriagado
No vinagre — embriagado
No porre — embriagado
Pau-d'água — bebedor contumaz
Pé-de-cana — bebedor contumaz
Picado-da-cobra-verde — embriagado
Pingado — embriagado
Pinguço — embriagado ou bebedor inveterado
Pipa — bebedor inveterado
Puxando fogo — embriagado
Puxado — embriagado
Queimado — meio embriagado
Quente — meio embriagado
Sapecado — meio bêbado
Sanguessuga — bebedor contumaz
Soltando fogo pela boca (ou pelos olhos) — bêbado
Tomado — embriagado
Tonto — embriagado
Triscando — embriagado
Trocando as pernas — embriagado

1.4.3. — Embriagar-se ou tomar bebida

Afogar o palhaço —
Beber como uma esponja
Beber como um gambá
Beber como um peru
Bicar
Chupar uma cana
Dar uma bicada
Desmunhecar
Emborcar o copo
Encachaçar-se
Encher a cara
Entornar o copo
Entrar na água
Enxaguar a goela
Enxugar uma garrafa
Matar o galo
Molhar a goela ou a garganta
Puxar fogo
Quebrar a munheca
Salvar (ou saudar) o santo
Tomar a penúltima
Tomar uma bebedeira
Tomar uma carraspana
Tomar uma e outras
Tomar umazinha
Tomar um pifão
Tomar um pileque
Tomar um porre
Tomar vergonha
Virar o copo

1.4.4. — Misturas espirituosas

Há alguma variedade de misturas espirituosas nas quais a cachaça é o veículo de infusão de ervas tidas como medicinais ou acompanha outra espécie de bebida alcoólica. Aqui reun mos informações sobre as misturas normalmen te vendidas nos bares, das quais as mais requi sitadas são as **batidas**, principalmente as limão, caju, maracujá, côco e amendoim, s guindo-se o **traçado** e **rabo-de-galo**, o **samb em-berlim** e as infusões de ervas acreditad como medicinais.

Como todas as informações deste item (1 — Vocabulário da cachaça), estas também f ram recolhidas na região colatinense.

Batida — Mistura de cachaça com suco ou p daços de uma fruta. Das mais vulg rizadas são as batidas de limão, ca côco, amendoim, maracujá, goiab abacaxi.
Quando feitas com suco de fruta o que é mais comum —, misturam- uma porção de suco e cachaça (va riando conforme se deseje uma batid forte ou não), pondo-se ou não açu car. Se são usados pedaços de fruta geralmente alguns são postos no cop e aí o fregues decide se os mastiga engole ou bota fora depois de espre me-los no líquido.

Boldo — infusão de cachaça com folhas da plan ta deste nome (**Peumus boldus**, Mo lina). A bebida apresenta gosto amar go. É tida como aperitiva, digestiva principalmente, eficiente no comba de moléstias hepáticas.

Caju-amigo — em meio copo de cachaça põem se alguns pedaços ou rodelas de caj (com casca, mas sem a castanha). mistura não é batida. O bebedor, à vezes, expreme um pouco os pedaço de caju dentro do copo e espera qu fique bem impregnado de cachaça, que acontece em minutos. Ao toma a bebida deixa entrar na boca um pe daço de caju, que mastiga, e engol ou não o bagaço. A batida de caj tão apreciada, é feita com cachaça suco de caju, geralmente batidos n própria garrafa ou em liquidificado com açúcar ou não.

Caipirinha — em meio copo de cachaça põe-s alguns pedaços ou rodelas de limã (geralmente com casca, tirando-se o não as sementes). A mistura não batida, mas costuma-se expremer u pouco os pedaços de limão com um colherinha, garfo ou faca. Toma-s apenas o líquido. Este tipo de bebid é também, às vezes, chamado de **ba tida paulista**, nome impróprio por nã ser uma espécie de **batida**, mas de nunciante, provavelmente, da proce dência da técnica de seu preparo: capital bandeirante, onde, realment é muito popular.

Canelinha — cachaça com canela em pó e açú car. Ferve-se a mistura, adoçada, com muita ou pouca quantidade d canela, conforme o gosto do consumi dor, e serve-se depois de fria. Est

bebida é explorada comercialmente, sob o mesmo nome. Tida como aperitiva e benéfica ao aparelho digestivo.

Capeba — infusão de cachaça com folhas da planta deste nome, em alguns lugares mais conhecida por **pariparoba (Piper umbellatum,** Lin.). Bebida de gosto amargo, apreciada como aperitivo e tida como estomáquica e até útil no combate à sífilis, como desengorgitamento do fígado e do baço.

Catuaba — infusão de cascas e raízes da árvore deste nome (**Anemopaegma miradum,** A.DC.), apreciada como aperitivo e tida como o mais poderoso afrodisíaco de nossa flora. A indústria já explora tais virtudes (?), fabricando "vinhos de catuaba".

Cipó — designativo de qualquer bebida na qual esteja infusas partes de plantas, principalmente de se tratar, realmente, de alguma espécie de cipó.

Cipoada — coleção de infusões feitas com espécies de cipó, tidas por medicinais.

Cipó-cravo — uma das mais populares infusões de cachaça com cipó, feita, geralmente, de suas raízes, principalmente as cascas. Este cipó é bastante comum na região (**Thynnantus elegans,** Miers.). A bebida é considerada um bom aperitivo, poderoso estomáquico e tem fama de ser um afrodisíaco quase tão eficiente como a catuaba.

Coquinho — cachaça posta em um côco-da-Bahia, seco, guardada arrolhada por algum tempo antes do uso. Fura-se o côco, esgota-se a água e a substitui por cachaça, arrolhando-se. Alguns apreciadores desta bebida preferem usar o côco verde. Dão-lhe valor como aperitivo.

Gengibre — infusão de cachaça com pequenos pedaços de rizomas de gengibre (**Zngiber officinale,** Roscos). Bebida de sabor picante, tida como aperitivo e estomacal.

Hortelã — infusão de cachaça com galhinhos de ortelã-pimenta (**Mentha sylvestris,** Lin.). Apreciada como aperitivo adocicado, "que disfarça o bafo-da-onça" (mau-hálito de quem bebe cachaça pura). Tida, também, como bom mata-bicho, vermífugo. Há quem compre licor de hortelã, produto industrializado, e o misture com cachaça, em quantidade suficiente para dar-lhe uma bonita coloração verde e adocicá-la um pouco.

Jurubeba — infusão de cachaça com raízes ou, preferentemente, os frutinhos esféricos de jurubeba (**Solanum paniculatum,** Lin.). Bebida amargosa, com grande fama como desobstruente, no engorgitamento do fígado, na icterícia, inflamação do baço e males da bexiga. Há um produto industrializado, vendido sob o nome de "vinho de jurubeba", de sabores amargo ou adocicado, apreciado como bom aperitivo.

Laranjinha — infusão de cachaça com cascas de laranja (baianinha, pera, seleta ou laranja-azeda, daquelas próprias para se fazer doce). Tida como aperitivo "que disfarça o mau-hálito" e boa para pessoas resfriadas ou gripadas, além de ser indicada como estomacal.

Losma — denominação mais corrente que **losna,** é infusão de cachaça com galhinhos desta planta (**Artemisia vulgaris,** var. **brasiliana,** Lin.). Bebida de sabor amargo, apreciada como aperitivo e tida como de grande efeito estomático.

Macaé — infusão de cachaça com galhinhos de macaé (**Leonorus sibiricus,** Lin.). Aperitivo amargo, tido como estomático e eficiente em casos de desarranjos gastroentestinais, bem como no combate a febre palustre, resfriados e gripes.

Mastruço — também chamado **mentrus, mentrusto,** é infusão de cachaça com folhas desta planta (**Lepidium bonariense,** Lin. ou **L. ruderale,** Lin.). Bebida aperitiva, a que se atribuem virtudes curadoras da bronquite catarral, atonia intestinal, moléstias das vias urinárias e mesmo o reumatismo.

Meladinha — cachaça fortemente adoçada com mel de abelhas.

Pau-pereira — infusão de cachaça com cascas da árvore deste nome (**Geissospermum Vellosii,** Fr. All. ou **G. laeve** (Vell.), Miers.). Considerada poderoso aperitivo, com grande efeito nas atonias digestivas, e muito recomendado àqueles que têem ou tiveram febres palustres.

Quentão — bebida geralmente de uso mais popular durante os festejos juninos (festas de Santo Antônio, São João e São Pedro e casamentos, batizados e bailes de inverno). Há inúmeras receitas para seu preparo; aqui registramos uma delas. 1 litro de cachaça, 150 gramas de açúcar (mais ou menos), 5 (ou alguns) pedaços de rizoma de gengibre, alguns "paus" (cascas) de canela e meia dúzia de cravos-da-Índia. Os pedaços de gengibre podem ser ralados ou expremidos previamente, assim como os "paus" de canela bem quebradinhos. Põe-se tudo junto com a cachaça e leva-se ao fogo até levantar fervura. Coa-se a mistura e a mantém na chapa do fogão, sempre quente, mas sem deixar ferver mais.

É servida quente. Quando se quer um quentão menos forte, ajunta-se água e diminui-se a quantidade de gengibre e cravo, que lhe dão um sabor picante. Não é bebida vendida em bares, como as demais deste recenseamento.

Rabo-de-galo — o nome é tradução do inglês "cock-tail" (coquetel), aplicado, generalizadamente, como qualquer mistura de bebidas alcoólicas e até não-alcoólicas (batidas em liquidificador, como coquetel de frutas, de vitaminas, etc.). **Rabo-de-galo**, todavia, pelo menos de Governador Valadares (MG) a Colatina (ES), designa uma mistura, em partes iguais, de cachaça com vermute tinto doce. Quando a porção de vermute é pequena, só para tingir e adocicar um pouco a cachaça, chamam-lhe "traçado", como já anotamos.

Salsa-da-praia — nome popular de talvez mais uma espécie de planta convolvulácea (família da batata-doce), que vegeta nas praias, das quais a mais explorada para compor remédios é a **Ipomoea marítima, Lin**. Infusão de cachaça com raízes e folhas desta planta, tida como emoliente e eficiente no tratamento de males do fígado e baço, e até das vias urinárias e reumatismo.

Samambaia — infusão de cachaça com partes das raízes, caules ou folhas de várias espécies das mais comuns samambaias dos campos e matas, como, por exemplo, a **samambaia-açu** ou **samambaiuçu** das matas sombrias e úmidas, de porte grande, atingindo a alguns metros de altura. É tido por bebida altamente eficaz no tratamento do reumatismo (infusão das folhas) e bronquites e outras moléstias pulmonares (infusão dos rizomas), assim como suadouro.

Samba-em-Berlim — mistura de cachaça (à vontade) com algum refrigerante (Coca-cola, Crush, Fanta e outros deste tipo), bem gelada.

Traçado — mistura de cachaça com pequena porção de vermute tinto doce, o bastante para colorir e adocicar a bebida. Diferentes do "rabo-de-galo", que é a mistura destas bebidas em partes iguais, como já anotamos no verbete próprio.

2. — Adagiário e Fraseologia Popular

Recolhemos na região colatinense os adágios e frases feitas que registramos a seguir:

— A cachaça dá coragem, mas tira o juízo.
— Quem nunca comeu melado, quando como se lambuza.
— Não se pode chupar cana e assobiar, ao mesmo tempo.
— Mulher e cachaça em toda a parte se acha.
— Enquanto existir cachaça, não acaba a desgraça.
— Deus dá o juízo, mas a cachaça o tira.
— Pinto pelado, caiu no melado, saiu lambuzado!
Diz-se a quem raspou a cabeça.
— Não me olhe de lado, que não sou melado!
Diz-se a quem nos observa com insistência incômoda.
— Dessa cana não sai garapa; é só bagaço!
Diz-se em alusão à pessoa de quem não se deve esperar gratidão ou favor algum.
— Doce como melado.
Comparativo muito usado na linguagem popular.
— Foi-se a palha com a rapadura!
Expressão significando que tudo está perdido
— Entregar a rapadura.
Expressão significando desistir de uma resistência; também significa: morrer.

3. — Adivinhas

Uma dezena de adivinhas que recolhemos no Espírito Santo, algumas já publicadas (33) e outras por publicar (34):

O que é, o que é?

1. — Quando fui, era capim; quando voltei, era lagoa; quando tornei a ir, era pedra? (Itaguaçu)

R: Cana-de-açúcar, garapa e rapadura.

2. — Uma cobra de vidro, que vive picando os homens? (Colatina)

R: Cachaça.

3. — Que há de mais doce entre nós? (Colatina)

R: Cana-de-açúcar. ("entre nós", por entrenós do caule da planta).

4. — De manhã, sou pau; ao meio-dia, sou água; de noite, sou tijolo? (Colatina)

R: Cana-de-açúcar, garapa e rapadura.

5. — Verde foi meu nascimento,
por duros ferros passei;
viajei pelo mar adentro,
fui à presença do rei. (Colatina)

R: Cana-de-açúcar, que passa pelas moendas de ferro, e o açúcar, que é exportado para países onde imperam reis.

6. — Zig-zig vai voando,
tem dentes para comer;
mastiga e bota fora,
engolir não pode ser. (Ibiraçu)

Vai sempre andando,
com dentes para comer;
mastiga e bota fora,
engolir, não pode ser. (Colatina)

R: Engenho de moer cana-de-açúcar; bolandeira, moendas, cana e bagaço.

7. — Que pode mais do que Deus? (Colatina)

R: A cachaça, pois Deus dá o juízo e ela o tira.

8. — Alegre foi meu nascimento,
triste fim tive na vida;
depois de passar tormentos
todos querem minha bebida. (Colatina)

R: Cana-de-açúcar e cachaça.

9. — Que tem dentes na barriga, braços na cabeça e come pelas pernas? (Colatina)

R: Engenho de cana-de-açúcar.

10. — Que mastiga e não come,
que cospe e não engole? (Colatina)

R: Engenho de cana-de-açúcar.

4. — Fórmulas de Escolha

As fórmulas de escolha — definimos nós em outro trabalho (30) — "são rimas, frases feitas ou dialogadas, pré-fixadas, que as crianças dizem ou cantam antes de terem início certos jogos." Deste genero folclórico, apenas uma peça conseguimos, recolhida em Colatina, que tem interesse para este levantamento:

"Mamãe já vem, Totó,
chupando cana
com um dente só!"

5. — Medicina Folclórica

Mestre Alceu Maynard Araújo, amigo e conterrâneo bandeirante, antropólogo e categorizado folclorista, na sua laureada obra, "Alguns Ritos Mágicos" (3), em 1951 criou o neologismo "pingaterapia", designativo de um conjunto de processos populares de cura, nos quais a cachaça tem garantida a sua participação.

No seu também premiado e excelente trabalho, "Medicina Rústica" (4), de 1959, pp. 158, lembra as virtudes da cachaça: "no calor refresca e no frio esquenta; abre o apetite e engana o estômago quando com fome; dá coragem e alegra os "brabos". Na medicina popular tem lugar de destaque, servindo para curtir, para fazer massagens, para misturar com outros "preparos" ou para inalação."

Mais adiante, pp. 160, ainda encontramos o trecho: "A cachaça é muito usada. Serve para esquentar, para esfriar, para abrir apetite, para as comidas gordurosas não fazerem mal, para melhorar a voz, para matar as tristezas, afogar mágoas e saudades, para dar coragem para brigar, para evitar um resfriado. Além destas há uma infinidade de usos e benefícios até medicinais, atribuídos à cachaça."

O saudoso mestre Joaquim Ribeiro, por sua vez, (23), cuidou da medicina popular nos aspectos ligados ao folclore do açúcar, lembrando que este produto da cana-de-açúcar já era utilizado com valor medicamentoso muito antes da descoberta da América; estriba-se em citações que faz de antigos autores, por exemplo, de Plínio (SIII, 17): "A Arábia produz açúcar (**saccharum**); mas o da Índia é mais famoso. É uma espécie de mel colhido sobre os caniços (**in arundnibus collectum**), branco como a goma e que trinca sob os dentes. Não se emprega senão em medicina."

Esclarece, ainda, que a cana-de-açúcar foi levada à Península Ibérica pelos árabes, e que "Os médicos árabes, principalmente, Rhazés e Avicena, recomendavam remédios de base com açúcar".

Evidentemente, no Brasil repetia-se o uso do açúcar e, posteriormente, também da cachaça, com fins medicinais. O material que aqui registramos é um exemplário de vários empregos medicinais da cachaça, segundo os males a que cada um se destina. Por amor à brevidade, não relacionamos o emprego do açúcar, tamanha é sua difusão como adoçante de todos os remédios de gosto menos agradável.

Parte do material é de coleta própria, e consta de nosso inédito "Medicina Popular dos Capichabas" (32), enquanto que outra é constituída de contribuições apanhadas dos valiosos trabalhos do ilustre amigo e antropólogo capixaba, dr. Renato José Costa Pacheco, (20), que pesquisou o genero em São Mateus, no norte do Estado, e da sra. Yamara Soneghet Melchiors (16), pesquisadora no município de Viana, ao sul de Vitória.

Anemia — garrafada com cinco litros de caldo de cana azedo, 1 colher de quina ralada e 1 pedaço de ferro quente, em infusão no vinho. Tomar três vezes ao dia, fazendo exercício para suar. (São Mateus — 20)

Asma — dar ao paciente, sem que ele saiba o que é, doses de uma infusão de cachaça com três morcegos torrados, por três sextas-feiras seguidas. (Colatina — 32)

Baço — garrafada de quina e ciporaba, em uma garrafa de cachaça, com um martelo (copinho) de mel de abelha. Enterra-se oito dias em terra úmida, perto da casa. Toma-se uma colher, em jejum. (São Mateus — 20)

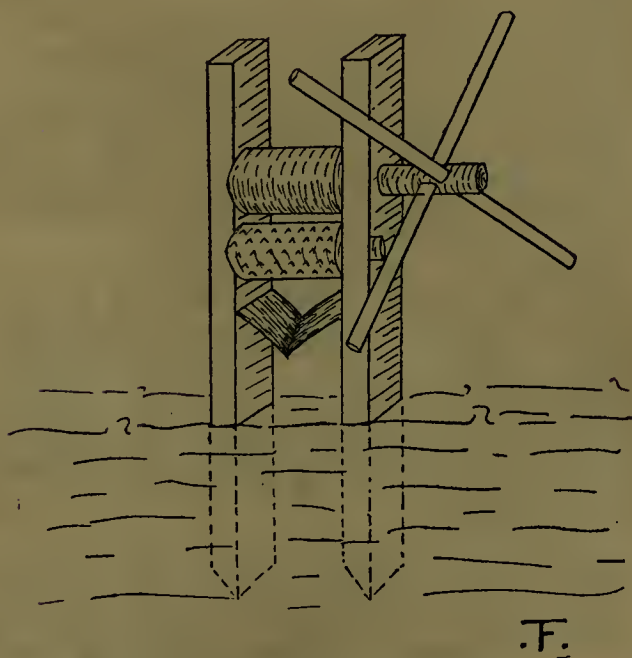
Dor de dente — bochechar com cachaça. (Geral — 32)

Dores em geral — garrafada de massafate, arruda, cebola branca, alho e mel de abelhas com cachaça, deixando-se em infusão uns dias. Toma-se durante o dia. (São Mateus — 20)

Embriaguês — Deixará de beber, aquele que:

1. — beber cachaça com fumo. Colatina — 32)

2. — tomar, sem saber de que se trata, uma infusão de leite de porca, broca de cana-de-açúcar e moela de urubu. (Colatina — 32)

3. — tomar, sem saber de que se trata, uma infusão de cachaça com unha (raspas de unhas humanas). (Geral — 32)

4. — tomar, ignorando o que é, cachaça que tenha sido apanhada do balcão de um bar, onde tenha caído. (Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Itaguaçu — 32)
5. — tirar de uma criancinha que morreu, um pedacinho de unha e misturá-la com a cachaça: "nunca mais o homem bebe". (São Mateus — 20)

Engasgo — fazer a vítima tomar de uma só vez um grande gole de cachaça. (Colatina — 32)

Estômago — Para males do estômago:

1. — garrafada de losna: 1 litro de cachaça, umas folhas de losna e um pedaço de canela. Quando a cachaça estiver verde, toma-se às refeições. (São Mateus — 20)

2. — garrafada das sete salsas: junta-se salsa-da-praia, de-horta, bambaiana, salsafrás, salsaparrilha, salsinha-da-praia e salsa-una em um litro de cachaça ou vinho. Enterrar oito dias. Toma-se aos cálises. (São Mateus — 20)

Estrepada — banhar o local afetado com cachaça e fumo: 'tira a dor e alivia a pessoa de qualquer doença ruim". (Colatina — 32)

Febre — garrafada de eucalípto: juntar as folhas secas numa garrafa de cachaça. Tomar três vezes ao dia. (São Mateus — 20)

Ferimento — amarrar no local afetado um pano embebido com cachaça canforada (cachaça na qual se tenha deixado em infusão pedaços de cânfora). (Colatina — 32)

Gravidês — São considerados bons fortificantes para gestantes:

1. — garrafada de cachaça com folhinhas de arruda, raiz de quina, mel de abelha. Deixa-se tudo em infusão e toma-se uma colher de sopa às refeições. (São Mateus — 20)

2. — uma garrafa de cachaça ou vinho, um galho de massafate, quina-rosa, salsa-da praia, folha de louro, arruda, escamas de cangurupim e caninha-de-macaco. (São Mateus — 20)

Gripe e Resfriado — Escolher um dos remédios:

1. — cachaça com açúcar queimado e folhas de laranjeira. (Colatina — 32)

2. — cachaça fervida com alguns "paus" de canela. (Geral — 32)

3. — pinga com limão. (Geral — 32)

4. — tomar uma colherada, várias vezes ao dia, da mistura que se prepara assim: assar na chapa do fogão uns 5 dentes de alho descascados; ajuntar-lhes um pouco (3 caroços moídos) de pimenta-do-reino, cebola branca (3 rodelas), um pedacinho de gengibre amassado e por tudo num prato de folha ou frigideira. Derrama-se um pouco de cachaça por cima e põe fogo na mistura. Deixa-se esfriar, passa-se numa peneirinha ou coa-se num pano, adoça-se com mel de abelha ou açúcar, e fica pronto para guardar e ir usando. (Colatina — 32)

Hemorragia — por um calhau (torrão) de açúcar preto sobre o local que sangrar. (Viana — 16)

Icterícia (tirícia ou tiriça — tomar um copo de cachaça, de uma só vez, no qual se tenha posto 3 caroços de pimenta-do-reino. (Colatina — 32)

Impaludismo — garrafada de taririquim com cachaça ou vinho; faz-se com as folhas e as raízes, deixa-se uma semana de infusão e toma-se às refeições. (São Mateus — 20)

Impotência sexual — garrafada feita com uma infusão de casca ou raiz de catuaba na cachaça. Toma-se um cálice antes de cada refeição. (Geral — 32)

Íngua — aplicar sobre ela uma compressa de cachaça canforada morna. (Baixo Guandu — 32)

Mordedura de cobra — escolher um dos seguintes remédios:

1. — garrafada de cachaça com milano-da-praia. Coloca-se no local da mordedura e toma-se durante o dia. (São Mateus — 20)

2. — garrafada de cachaça com juá-de-cobra e raízes de capitão. Ferve-se, toma-se e passa-se no lugar ofendido. (São Mateus — 20)

3. — dar à vítima para beber, cachaça na qual se tenha posto uma cabeça de cobra "relada" (ralada). Viana — 16)

4. — beber cachaça com folhas torradas de cipó-milhome. (Colatina — 35)

5. — beber cachaça na qual se tenha deixado de infusão couro de uma cobra venenosa. (Geral — 35)

6. — esfregar no ferimento da mordedura lascas de fumo em corda, que tenha sido molhadas em cachaça. (Colatina — 35)

Panarício e Unheiro — **(penariz e unhêro)** — aplicar uma compressa feita com rapadura esfarelada, farinha de mandioca e minhocas. (Colatina — 32)

Queimadura — se for produzida pelo sol, passar cachaça com polvilho no local afetado. (Colatina, São Mateus)

Reumatismo — Escolher um dos remérios:

1. — beber, várias vezes ao dia, um cálice de uma infusão de cachaça com raiz de piteira. (Colatina — 32)

2. — garrafada de guando. Tira-se o sumo das folhas e coloca-se em infusão na cachaça por dez dias. Toma-se quatro a cinco vezes ao dia. (São Mateus — 20)

3. — garrafada de cipó-caboclo com cachaça, deixada nove dias em infusão. (São Mateus — 20)

Rins — garrafada de quebra-pedra. Coloca-se numa garrafa de cachaça com um pouco d'água e deixa-se uma semana em infusão. Toma-se um cálice às refeições. (São Mateus — 20)

Sífilis — Escolher um dos remédios:

1. — garrafada de couro de jacaré com couro de capivara numa garrafa de cachaça. Depois que se muda de cor, toma-se três vezes ao dia. (São Mateus — 20)

2. — garrafada de sete talhadas de limão miúdo, exprimidas, duas claras de ôvo bem batidas (em ponto de suspiro) uma colher de óleo de copaíba e açúcar, numa garrafa de cachaça. Tomam-se três cálices por dia. (São Mateus — 20)

Terçol **(treissol)** — esfregar o local afetado com cachaça canforada. (Colatina — 32)

Tosse — Escolher um dos remédios:

1. — tomar um xarope feito com mel de abelhas, gengibre, uma folhinha de arruda e cachaça. Ferve-se a mistura (uma garrafa), espera esfriar e tomam-se várias colheradas por dia. (Colatina — 32)

2. — tomar cachaça com café, várias vezes ao dia. (Colatina — 32)

6. — **Tabus Alimentares**

Em nosso trabalho "Tabus Alimentares" (31), publicado no nº 30 da "Revista Brasileira de Folclore", do MEC, definimos a expressão que lhe serviu de título como "certas proibições relativas à alimentação, principalmente as que dizem respeito à mistura de certos alimentos, ao consumo deles em certos períodos fisiológicos, idades ou momentos da vida; algumas interdições são verdadeiramente superstições alimentares. A expressão "tabu alimentar", todavia, está consagrada para indicar este genero de crendices."

Do estudo acima, recolhemos a exemplificação seguinte, referente aos tabus alimentares sobre a cana-de-açúcar, a garapa, a cachaça e suas misturas.

1. — Não presta chupar cana-de-açúcar durante a Semana Santa, pois foi com uma cana que bateram em Nosso Senhor. (Colatina)

2. — Não presta tomar garapa (caldo de cana) durante a Semana Santa, pela mesma razão acima. (Colatina)

3. — Não presta tomar cachaça (nem qualquer bebida alcoólica), quando se vai comer alguma verdura (hortaliça) "pesada", como rabanete, repolho, pimentão, pepino; dá congestão (indigestão). (Geral)

4. — Não presta tomar cachaça (nem qualquer bebida alcoólica) com ôvo: faz mal, "podendo até matar". (Geral)

5. — Não presta tomar cachaça e comer aipim: faz mal. (Colatina)

6. — Não presta tomar cachaça depois das refeições: "dá dor de barriga e faz vomitar". (Geral)

7. — Não presta tomar cachaça sem antes jogar um golinho no chão, "para o anjo-da-guarda ou as almas": ficará sem proteção. (Geral)

8. — Não presta comer feijoada sem o obrigatório acompanhamento de uma cachaça ou batida de limão: dá congestão (indigestão). (Geral)

9. — Não presta tomar cachaça logo antes ou logo depois de haver tomado leite: mata. (Geral)

10. — Não presta tomar cachaça e comer queijo: mata. (Geral)

11. — Não presta comer ou chupar qualquer fruta e tomar cachaça (ou qualquer bebida alcoólica): pode dar congestão (indigestão) e até matar. (Geral)

7. — **Trovas Populares**

De nosso inédito "Cancioneiro Folclórico Capixaba" (36) e do "Cancioneiro Capixaba de Trovas Populares" (28), do querido amigo e mestre Guilherme Santos Neves, destacamos as seguintes que se relacionam com o folclore canavieiro:

1

A cachaça é minha prima,
o vinho é meu parente:
chove bala ou chove chuva,
eu caso com você sempre. (28)

2

A cachaça é moça branca,
filha de homem **intrigueiro**;
quem se mete muito nela,
fica pobre, sem dinheiro. (28)

3

A cachaça é moça branca,
toda cheia de **aripucho**;
ela dá comigo no chão,
eu dou com ela no bucho. (28)

4

A cachaça jeribita,
é neta da cêpa torta;
faz uns **perder** o juízo
e outros **errar** a porta. (36)

5

A cachaça na goela
escorrega como quiabo;
quando chega na cabeça
faz as festas do diabo. (28)

6

Ah, menina, se te apanho,
na vontade que te tenho,
eu fazia de teu corpo
como cana no engenho. (28)

7

Apanhei a cana caiana,
quebrei gomo por gomo;
quem tiver seu amor firme,
segure, senão eu tomo. (36)

8

Atirei o verde n'água,
o verde-cana, na areia;
o rapaz que não namora
nesta rua não passeia. (36)

9

Da laranja quero um gomo,
da cana quero um pedaço;
tomar amor das outras,
isso é coisa que não faço. (36)

10

Da laranja quero um gomo,
da cana quero um pedaço;
de sua boca, uma beijinho,
de seu corpo, um abraço. (36)

11

Dentro de meu peito tem
dois engenhos a **moê**;
um anda, outro desanda,
quem quer bem, logo se **vê**. (36)

12

Dentro de meu peito tem
dois engenhos a **moê**;
um anda, outro desanda,
outro morre por você. (36)

13

Eu cortei a cana-java
e parti de gomo em gomo;
quem tiver seu amor firme,
segure, senão eu tomo. (36)

14

Eu não bebo mais cachaça,
nem meu mano gosta dela;
eu bebo garrafa e meia,
meu mano, cinco **tijela**. (28)

15

Eu plantei a cana-roxa
pra chupar de gomo em gomo;
quem tiver seu amor firme,
cuidado, senão eu tomo. (36)

16

Eu plantei caninha verde
na ponta do teu nariz;
mal plantada ou bem plantada,
eu plantei **adonde** quiz. (36)

17

Eu subi numa pé de cana
e desci de gomo em gomo;
quem tiver seu amor firme,
segure, senão eu tomo. (36)

18

Eu vou cantar este verso
debaixo dum pé de cana;
tô cavando a minha vida
pra casá c'uma **intaliana**. (36)

FAZENDA DO BECO (Campos)

19

Mandei fazer uma biquinha
da casca da canela;
pra passar a cachaça
da pipa pra minha goela. (28)

20

Menina eu vou-m'embora
vou plantar **canaviá**;
o café não dá dinheiro,
vou ver se a cana dá. (36)

21

Meu amor é trigueirinho,
cor de garapa fervida;
o olhar dele me mata,
o sério me tira a vida. (36)

22

Meu amor é trigueirinho,
cor de garapa fervida;
os olhos dele me matam,
e olhar me tira a vida. (28)

23

Minha mãe estava doente,
doente para morrer;
com o cheiro da cachaça,
minha mãe tornou a viver. (28)

24

O amor, enquanto é novo,
é doce, açúcar e mel;
quando vai ficando velho,
amar, **maruja** e fel. (28)

25

Quando o limão ficar doce,
quando o açúcar amargar,
quando Deus esquecer o mundo,
deixarei de te amar. (28)

26

Sexta-feira plantei cana,
sexta-feira a cana deu;
no sábado já fiz doce,
no domingo meu bem comeu. (36)

27

Vós me mandaste esperá
na bêra do pé de cana;
esperei, vós não viesse,
muito padece quem ama. (28)

8. — **Chula da Cachaça**

O mestre Guilherme Santos Neves publicou em 1968 (29) uma chula da cachaça recolhida em 1949 em Vitória (ES). Mais tarde, em Itaúnas, no litoral norte do Espírito Santo, anotou versão mais completa, com dezesseis versos. Em 1964 obteve pessoalmente a gravação desta chula, em fita magnética, ao ouvir ao violão a Benício Pereira de Lyrio, "pobre caboclo desempenado, por sinal muito amigo da caninha", em Viana, município ao sul de Vitória. Posteriormente, a ilustre profesora e estimada folclorista sra. Maria Penedo fixou a música em pauta.

Nesta oportunidade, com a devida licença do amigo, transcrevemos a letra desta Chula da Cachaça, não sem antes referirmos ao fato de haver o grande Mário de Andrade também recolhido, por volta de 1927, letra e música de composição semelhante, no Amazonas, "escutada no rio Madeira, de gente que sabia ler, se percebe logo", como registrara este autor em seu "Ensaio sobre a Música Brasileira" (Livr. Martins Editora, São Paulo, 1962, pp. 107). Também é apontada uma coleta feita por Rossini Tavares de Lima, em São Paulo, em 1945, registrada em seu prestimoso livrinho "ABC do Folclore" (2.ª ed., pp. 156).

Chula da Cachaça

(Versão de Viana — ES)

"Mas, quando eu passo dois minutos sem beber,
eu vejo a morte e já penso que vou morrer.
Eu de pau-d'água sou rei, sou coroado,
nessa vendinha sou freguês considerado.
Depois das sete já não posso mais beber
e os taverneiros já não querem me vender.
Eu sou um rapaz que sempre vivo na linha,
trago no bolso sempre a minha garrafinha.
Nas ondas tristes já não posso mais morar
e a polícia já mandou me arretirar.
Eu não sei aonde irei fazer meu ninho,
se é no mato ou na beira do caminho.
Quando eu morrer quero que botem na sepultura
uma pipa de cachaça sem mistura
e um encanamento que me chegue até a boca:
em um minuto deixarei a pipa ôca.
O meu consolo é viver nesta alegria,
cambaleando pela noite e pelo dia.
O meu consolo é de viver nas águas,
mas o meu peito não conhece o que é mágoa."

Depois de comentar que a Chula da Cachaça é uma "composição popular em versos alexandrinos, o que, como se sabe, foge inteiramente à poética popular ou cabocla", lembra o notá[vel] folclorista capixaba que a própria melodia r[e]corda" a languidez ou "malinconia" das antig[as] **modinhas**, gênero, segundo, alguns, parafolcl[ó]rico e não folclórico". De qualquer modo [—] conclui Guilherme Santos Neves —, porém, me[s]mo com feição modinheira, a verdade é q[ue] essa cantiga de pau-d'água, pelo seu tom ma[r]cado de ironia, por seu tema visceralmente p[o]pular — a cachaça —, e em razão do uso t[a]moso na boca do povo, por certo que se folc[lo]rizou, na região amazônica e em terras do Esp[í]rito Santo, e, possivelmente, em outros recan[tos] do Brasil. Pode, por isso, considerar-se peça [—] e peça valiosa — do folclore nacional."

9. — **Oração do Pau-d'Água**

Encerramos nossos registros sobre folclo[re] canavieiro com a seguinte paródia da prece q[ue] Cristo ensinou a seus discípulos, conforme o r[e]gistro bíblico (Lucas, cap. 11), recolhida e[m] Colatina, em 1957, e, de vez em quando, enco[n]trada por escrito na mão de algum amigo d[a] caninha, sem dúvida, muito irreverente:

"Santa cana que estais na roça, purificad[o] seja o seu santo caldo. Aguardente sem mi[s]tura, venha a nós o vosso líquido, para ser b[e]bido à vontade, assim no boteco como em qua[l]quer lugar. Um litro de cada dai nos dai hoj[e]. Perdoai-nos as vezes que bebemos menos, assi[m] como nós perdoamos o mal que nos fazeis. Nã[o] nos deixeis cair atordoados e livrai-nos da pol[í]cia e Rádio Patrulha. Amém."

Colatina (ES), agosto de 1972.

BIBLIOGRAFIA

1. — ALMEIDA Júnior, A. — *Sôbre o Agua[r]dentismo Colonial* — *in* Rev. do Arqui[vo] — Dep. de Cultura — São Paulo, 1941 (

2. — ANTONIL, André João — *Cultura e Opu[]lência do Brasil, por suas Drogas e Min[as]* (1711) — Reimpr. da Rev. do Arq. Púb[lico] Mineiro, ano IV —Impr. Of. — Belo Ho[]rizonte, 1899.

3. — ARAÚJO, Alceu Maynard — *Alguns Rit[os] Mágicos* — Abusões, Feitiçaria e Medicin[a] Popular — *in* Rev. do Arquivo — Dep. d[e] Cultura — CLXI — São Paulo, 1958 (2[º] prêmio do 6º Concurso de Monogr. d[e] Folclore da Discoteca Municipal de Sã[o] Paulo, 1951) — pp. 39-162, il. c/fotos [e] mapas.

4. — ARAÚJO, Alceu Maynard — *Medicin[a] Rústica* — Prêmio Brasiliana de 1959 - Col. Brasiliana, nº 300 — Cia. Edit. Na[c.] — São Paulo, 1961, 395 pp. il.

5. — CALAZANS, José — *Cachaça, Moça Branca* — 2ª ed. — Livr. Progresso Edit. — Salvador (Ba) — 1951, 112 pp. c/música.

6. — CARDIM, Pe. Fernão — *Tratados da Terra e Gente do Brasil* — Intr. e Notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — Livr. J. Leite, Rio de Janeiro, 1925, 434 pp.

7. — CASCUDO, Luís da Câmara — *Prelúdio da Cachaça* — Col. Canavieira, nº 1 — Inst. do Açúcar e do Álcool — Rio de Janeiro, s/data (1968?), 99 pp.

8. — CASCUDO, Luís da Câmara — *Dicionário do Folclore Brasileiro* — 2ª ed. rev. e melh. — Inst. Nac. do Livro, MEC — Rio de Janeiro, 1962 — 796 pp. il. — 2 vols.

9. — DIÉGUES Júnior, Manuel — *O Engenho de Açúcar no Nordeste* — Col. Docum. da Vida Rural, nº 1 — S.I.A.., Min. da Agric. — Rio de Janeiro, 1952, 68 pp. il.

10. — FREIRE, Aristides Mário — *A Capitania do Espírito Santo* — 1535 — 1822 — Vitória, 1945.

11. — FREYRE, Gilberto — *Nordeste* — Livr. José Olympio, Edit. — Rio de Janeiro, 1937, 267 pp. il.

12. — LEITE, Pe. Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — 10 vols. (vol. 1) — Lisboa — Rio de Janeiro, 1938 — 1950.

13. — MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de — *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa* — Coligido, rev. e completado por seu filho Dr. Julião Rangel de Macedo Soares — 2 vols. — Inst. Nac. do Livro, MEC — Rio de Janeiro, 1954.

14. — MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de — *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro* — Impr. Nac. — Rio de Janeiro, 1943 (Escritos de 1874 — 1890), 269 pp.

15. — MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied — *Viagem ao Brasil* (1815-1817) — Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo — Refund. e anot. por Olivério Pinto — Col. Brasiliana, grande formato — Cia. Edit. Nac. — São Paulo, 1940, 511 pp. il.

16. — MELCHIORS, Yamara Soneghet — *Aspectos do Folclore Vianense* (ES) — Cadernos de Etnogr. e Folclore, nº 1 — Comissão Espírito-santense de Folclore — Vitória, 1962, 31 pp.

17. — MENDONÇA, Renato — *A Influência Africana no Português do Brasil* — Pref. de Rodolfo Garcia — 3ª ed. — Livr. Figueirinhas — Porto (Portugal), 1948. 285 pp. il., c/ mapas.

18. — MORAES, Luiz Carlos de — *Vocabulário Sul-rio-grandense* — Livr. do Globo — Porto Alegre (RS), 1935, 228 pp.

19. — OLIVEIRA, Deocleciano de — *Resumo da História do Espírito Santo* — Mimeografado pelo G. E. "Padre Anchieta" — Vitória (ES), 1950, 21 fls.

20. — PACHECO, Renato José Costa — *Medicina Popular em São Mateus* (ES) — Cadernos de Etnogr. e Folclore, nº 2 — Comissão Espírito-santense de Folclore — Vitória, 1963, 31 pp.

21. — RAIMUNDO, Jacques — *O Elemento Afro-negro na Língua Portuguêsa* — Renascença Edit. — Rio de Janeiro, 1933, 191 pp.

22. — RAIMUNDO, Jacques *O Negro Brasileiro e outros escritos* — Record edit. — Rio de Janeiro, 1936, 188 pp.

23. — RIBEIRO, Joaquim — *Folclore do Açúcar* série de artigos *in* BRASIL AÇUCAREIRO — Cap. XXIV, no nº de outubro de 1945 — pp. 420-422 — Rio de Janeiro.

24. — RUBIM, Francisco Alberto — *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817* — *in* Rev. do Inst. Hist. Geogr. Bras.

25. — SÁ, Raul da Costa e — *Influência do Elemento Afro-negro na obra de Gil Vicente* — Saraiva S/A — São Paulo. 1948, 188 pp.

26. — SALLES, Vicente — *A Cana-de-açúcar no Pará* — *in* BRASIL AÇUCAREIRO, ano XXXV, vol. LXX — agosto de 1967 — Inst. do Açúcar e do Álcool — Rio de Janeiro, pp. 70-77.

27. — SAMPAIO, Theodoro — *O Tupi na Geografia Nacional* — 3ª ed. — Salvador (BA), 1928, 400 pp.

28. — SANTOS NEVES, Guilherme — *Cancioneiro Capixaba de Trovas Populares* — Vitória, 1949, VIII — 209 pp., peq. formato.

29. — SANTOS NEVES, Guilherme — *A Chula da Cachaça* — Versões Capixabas — *in* BRASIL AÇUCAREIRO, ano XXXVI, vol. LXXII, agosto de 1968 — Inst. do Açúcar e do Álcool — Rio de Janeiro, pp. 51-54, c/ músicas.

30. — TEIXEIRA, Fausto — *Fórmulas de Escolha das Crianças Capixabas* — *in* Rev. Bras. de Folclore, ano IX, nº 24 — C. D. F. B., MEC — Rio de Janeiro, 1969, pp. 137-157.

31. — TEIXEIRA, Fausto — *Tabus Alimentares* — *in* Rev. Bras. de Folclore, ano XI, nº 30 — C.D.F.B., MEC — Rio de Janeiro, 1971, pp. 191-208.

32. — TEIXEIRA, Fausto — *Medicina Popular dos Capixabas* — obra inédita.

33. — TEIXEIRA, Fausto — *O Livro das Adivinhas Brasileiras* — Edit. Letras & Artes — Rio de Janeiro, 1964, 226 pp.

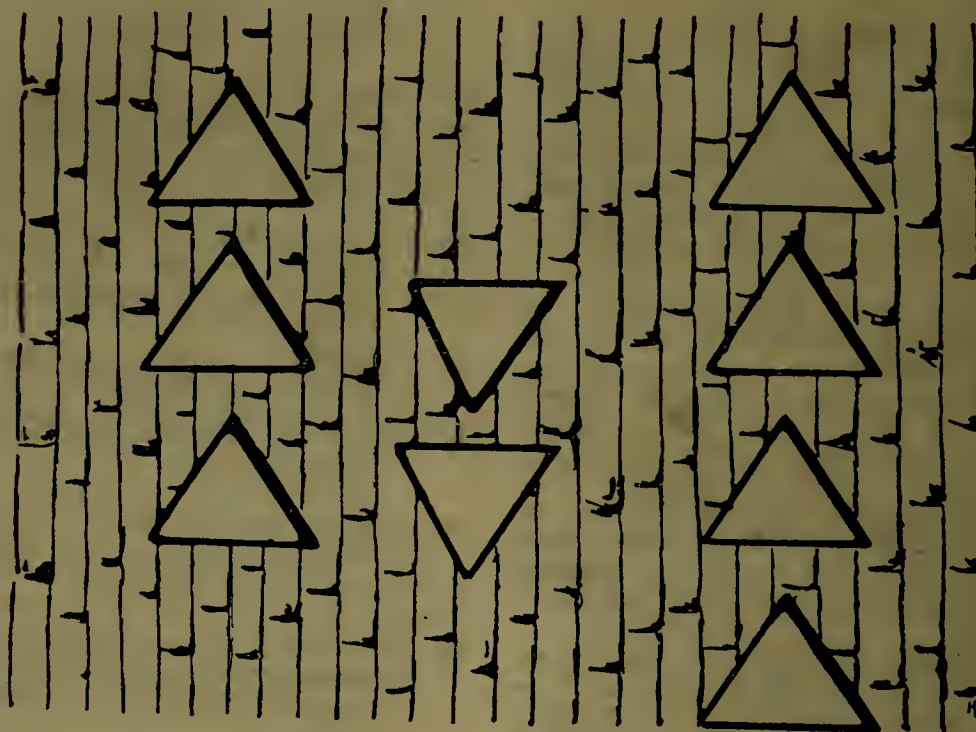
34. — TEIXEIRA, Fausto — *Adivinhas Capixabas* — série de artigos *in* O Colatinense, semanário — Colatina (ES), 07.09.57 a 09.01.58.

35. — TEIXEIRA, Fausto — *Crendices e Superstições dos Capixabas* — obra inédita.

36. — TEIXEIRA, Fausto — *Cancioneiro Folclórico Capixaba* — obra inédita.

37. — TEIXEIRA D'OLIVEIRA, José — *História do Estado do Espírito Santo* — Graf. do IBGE — Rio de Janeiro, 1951, XIV — 500 pp. il., c/ fotos e mapas.

38. — VIANNA, Hélio — *História Administrativa e Econômica do Brasil* — Cia. Edit. Nac. — São Paulo, 1951, 350 pp. il.

39. — ——*Carta de Doação a Vasco Fernandes Coutinho* (01.06.1934) — Cópia do Arq. Nac. — Rio de Janeiro — Original do Arq. Nac. da Torre do Tombo, Portugal (D. João III) *Apud* José Teixeira d'Oliveira (37).

CANA E CAFÉ: CASAMENTO FELIZ EM RIO PRETO

FRANCISCO DE VASCONCELLOS (*)

Rio Preto é, das setecentas e quarenta e uma cidades mineiras, a que mais perto se encontra da Guanabara. Mas, nem por isso é tão conhecida assim. Tem em verdade passado desapercebida, notadamente ao longo deste século, quando por muitos motivos de ordem econômica e política, encolheu-se numa espécie de ostracismo, do qual tem lutado ultimamente por libertar-se.

E, Rio Preto, desde os recuados tempos do setecentos, desde os primórdios da febre do ouro nas Gerais, constituiu-se em ponto importante no roteiro de bandeirantes e mineradores, aparecendo de quando em vez em alguns de nossos momentos históricos.

Distando cerca de 200 km., por rodovia, do Rio de Janeiro, situa-se à margem esquerda do rio que lhe dá o nome, e que a separa de Parapeúna, distrito do Município fluminense de Marquês de Valença. Desenvolvendo-se por entre as dobras da Mantiqueira, tem uma altitude de 422 m., sendo o seu ponto mais elevado a Serra do Chora, com 1.742 m.

Seu Município possui uma superfície de 1.446 km^2. Sua população atual orça pelos 10.000 habitantes, incluíndo cidade e município.

Sendo uma das portas de Minas Gerais, pois que transposto o rio Preto já estamos em território mineiro, foi na colônia uma das passagens obrigatórias para Vila Rica, via São João del Rei e Barbacena. A antiga povoação do Presídio do Rio Preto, fazia parte da imensa Comarca do Rio das Mortes, cuja cabeça era a atual cidade mineira de São João del Rei. Paróquia em 24 de julho de 1832, foi Rio Preto elevada à categoria de Vila em 15 de abril de 1844. Em 1846 foi suprimida para ser restaurada em 1850. Novamente suprimida em 1854 e restabelecida em 1857, foi em 1864 transférida para a povoação de Nossa Senhora do Porto do Turvo, no Município de Ayruoca, com a denominação de Vila Bela do Turvo. Em 1870, volta para o primitivo berço, sendo finalmente elevada à categoria de cidade em 21 de setembro de 1871.

Outros quinze Municípios mineiros — Dores do Indaiá, Jacuí, Ouro Fino, Pará de Minas, Piranga, Pirapora, Prata, São João Nepomuceno, Santa Luzia, Santo Antonio do Monte, São Francisco, São Romão, Tiradentes, Ubá e Visconde do Rio Branco, — tiveram mais de uma criação. Nenhum, entretanto, teve três supressões como Rio Preto.

Em 2 de julho de 1876, foi criada a Comarca do Rio Preto, desmembrada da de Paraybuna, cuja cabeça era Juiz de Fora. Suprimida em 1912, foi restaurada em 1º de dezembro de 1917.

Rio Preto, por sua posição fronteiriça, desempenhou papel importante no auge da mineração nas Gerais. Alí havia pesada fiscalização e réplicas de nossas barreiras, onde bagagens eram revistadas, inclusive para que fossem evitados os portes de correspondência, para que se não fizesse concorrência ao Correio. Para lá foi nomeado o nosso infeliz Tiradentes, a fim de patrulhar os caminhos, tendo sido ele talvez o nosso primeiro Guarda Rodoviário.

(*) Advogado. Jornalista. Folclorista.

Por Rio Preto passaram as tropas de Caxias em 1842 e, foi em Rio Preto que se plantou o primeiro pé de café na então Província de Minas Gerais.

É quase indubitável, que o primeiro a fixar em letra de forma os aspectos riopretanos, foi o naturalista francês Auguste Saint Hillaire, quando em 1822, andou por aquelas paragens em demanda de São João del Rei. À pág. 40 de sua "Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo" — 1822, tradução de Afonso E. Taunnay, 2ª edição, Brasiliana, 1938, lê-se o seguinte:

"Serve o Rio Preto de fronteira às Capitanias do Rio de Janeiro e Minas. À extremidade de uma ponte fica uma cidadezinha encostada à montanha composta dê uma única rua muito larga e paralela ao rio. Tem tal cidade o mesmo nome que o rio; depende do distrito de Ibitipoca e só conta com uma igreja não colada, servida por um capelão.

As casas de Rio Preto, excetuando-se uma ou duas, são térreas; pequenas mas possuem um jardinzinho plantado de bananeiras, cuja pitoresca folhagem contribui para o embelezamento da paisagem.

Logo depois da ponte, fica à direita o rancho dos viajantes em que funciona o registro onde se pesam as mercadorias que entram na Capitania de Minas."

Outra visão do velho Rio Preto foi tomada por José Joaquim da Silva, em 1878, em sua obra "Tratado de Geographia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais", edição da Tipografia do Pharol de Juiz de Fora. Está na página 148:

"A cidade tem poucas ruas e não é calçada, tem uma só praça bem espaçosa na qual está colocada a Matriz, templo magnífico construído todo de pedra a custa do finado Comendador Francisco Thereziano Fortes, acabado e ricamente paramentado pela viúva do mesmo, a finada Viscondessa do Monte Verde. Ao lado da Matriz está também uma pequena Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao lado da Matriz, porém, mais acima está colocada a ponte que dá passagem para a Província do Rio, e aí também está a Recebedoria Provincial. Este bairro é o mais importante da cidade.

... A população da cidade do Rio Preto excede de 3.000 almas e a do Município orça por 17 a 18 mil. O povo da cidade e município é pacífico, laborioso e hospitaleiro, qualidades estas inatas no coração de quase todos os mineiros.

O Município é todo agrícola; sua maior e mais importante lavoura é a do café e da cana, e exporta muitas mil arrobas de café, algum açúcar, toucinho, queijos e aguardente, fumo, galinha e mais gêneros alimentícios."

O informante dizia ainda que a ligação de Rio Preto com a Côrte era feita através da Estrada do Capitão Mór ou do Funil, que partindo do Rio de Janeiro, passava pelos Municípios fluminenses de Vassouras, Valença, atingindo Rio Preto, para prolongar-se até São João del Rei. Rio Preto distava na época 8 léguas de Vassouras, 4 de Valença, 26 da Côrte, 14 de Juiz de Fora e 48 da Capital da Província.

Economicamente falando, Rio Preto conheceu de início, diminuto ciclo de mineração, quando foram revirados o rio do mesmo nome e alguns cursos d'água que lhe são tributários, como o Santa Clara, Funil, etc. Pesquisados, grupiaras e monchões, sem grandes resultados, desapareceram os mineradores, tornando-se a localidade de Rio Preto, em fins do século XVIII apenas a passagem obrigatória para os que demandavam São João del Rei e daí Vila Rica. Já no século XIX, o café tomou conta da economia local, carreando imensa escravaria, que num abrir e fechar de olhos fez brotar inúmeras fazendas, jogando por terra a intrincada mataria tropical, talvez maior obstáculo que mesmo as abruptas serras, para se chegar ao âmago das Gerais.

Secundariamente, desenvolveu-se razoável cultura da cana-de-açúcar, com a conseqüente proliferação de engenhos de aguardente e rapadura, os primitivos de pau com tração animal, depois os de ferro tocados a água. "Algum açúcar", como nos conta José Joaquim da Silva, na obra supra citada, também era produzido, mas o forte mesmo eram aguardente e rapadura.

O velho Sebastião Felício Vieira, forte e lúcido nos seus oitenta e muitos anos, nascido e criado em terras riopre-

tanas, contou-me que ainda no começo de nosso século, era uma constante em todo o vale do Rio Preto e nos demais distritos afastados de suas margens, os morosos engenhos de cachaça e rapadura, acionados pelas águas que rolam e serpeiam por toda a região. Não havia fazenda, mesmo de notórios e apatacados cafelistas, onde não houvesse engenhoca de enorme roda, funcionando como negócio subsidiário. E tanto isso é verdade que em muitos escritos antigos, por mim compulhados e mesmo nas estatísticas, muitas vezes aparecem os mesmos senhores ou firmas como cafelistas e exploradores da incipiente indústria de aguardente e rapadura.

E, o mesmo Sebastião Felício Vieira, evocando suas mais remotas recordações de infância, tenta reconstituir o que eram as tropas de burro, que partiam de Rio Preto carregadas de gêneros, entre eles muitos tonéis de cachaça e imensos fardos de rapadura. Tais tropas trilhavam a já citada Estrada do Capitão-Mór, em demanda do porto de Iguaçu, onde as cargas seguiam pela via fluvial na direção do Rio de Janeiro.

Este caminho, que depois foi substituído pela Estrada de Ferro e posteriormente palas atuais rodovias, era com certeza a velha Estrada da Polícia, mandada abrir pela Junta do Comércio do Rio de Janeiro, em 1820. Dela nos fala Augusto Carlos da Silva Teles, à página 12 de seu "Vassouras — Estudos da Construção Residencial Urbana" — Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 16, Rio, 1968:

"A do Comércio, partindo de Iguaçú no caminho de Garcia Paes em vez de subir no rumo de Pati do Alferes (Caminho Novo iniciado em 1698) tomava direção mais para o sul galgando a Serra do Mar em trecho que foi então chamado Serra da Estrada Nova, entre as Serras do Tinguá e de Sant'Ana — passava por Massambará e atingia as margens do Paraíba. Daí, ela se bifurcava; caminhando um ramo rio abaixo, até se encontrar com as estradas de Garcia Paes e da Estrela, enquanto que o outro cruzava os rios Paraíba e Preto, dirigindo-se para a Província de Minas Gerais. **A da Polícia, que como dissemos é sua contemporânea, — aberta por volta de 1820 — subia a Serra do Mar, entre as Estradas do Comércio e do Rodeio, cruzava-se com esta próximo a Sacra Família, atravessava o Paraíba em Desengano, onde então foi construída uma ponte, e se dirigia para o Rio Preto e em seguida para as Minas Gerais. À sua margem vão surgir em torno das Capelas de Nossa Senhora da Glória e de Nossa Senhora da Conceição, as Vilas de Valença e de Vassouras".**

O trajeto acima confere com o roteiro fornecido por José Joaquim da Silva, já mencionado.

A boa cachaça do Rio Preto, contame o bom informante, era muito afamada e seu consumo enorme. Saía a granel, sem marcas ou rótulos e naturalmente no Rio de Janeiro aparecia em garrafas simples ou sofisticadas com um nome qualquer.

O Almanaque Administrativo Civil e Industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1864, organizado por A. de Assis Martins e G. Marques de Oliveira, trazia às págs. 321/327, informações sobre Rio Preto. Dizia que o Município exportava café, açúcar, aguardente e queijos. E, relacionava cafelistas e cultivadores de cana segundo as freguesias. Na freguesia de Senhor dos Passos, eram 28 capelistas, para nenhum canavieiro. Em Santa Rita do Jacutinga, eram 17 cafelistas para 6 plantadores de cana que assim se chamavam: José Lourenço da Costa, Vicente Rodrigues de Aguiar, João Ferreira de Freitas, Manoel Sales da Silva, José Silvério da Silva e Gabriel Corrêa de Lacerda. Em Santa Bárbara do Monte Verde eram 26 cafelistas e 6 cultivadores de cana, chamados: Ana Rosa da Costa, Leandro Ferreira da Costa, José Ferreira de Castro, Joaquim Ferreira de Castro, José Antonio Duque e Porphiria de Paula.

Já o mesmo Almanaque para o ano de 1875, apontava na Freguesia e Distrito do Senhor dos Passos de Rio Preto os seguintes senhores de engenho: Carlos Theodoro de Souza Fortes e João Francisco Moreira da Rocha. E apontava 39 engenhos dizendo-os de café e cana. Na Freguesia e Distrito de Santa Rita de Jacutinga, mencionava os nomes dos seguintes proprietários de engenhos de cana: Antonio José de Arêdes, Antonio Gomes Leal Sobrinho, Capitão

Antonio José Gomes, José Theodoro do Carmo, José de Alvarenga Mafra e Luiz Gonzaga de Novaes. No Distrito de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, desmembrado do de Santa Rita do Jacutinga, em 1872, eram os seguintes os senhores de engenhos de cana: Domiciano Rodrigues de Almeida e Francelino José dos Reis. Da relação constavam mais cinco nomes com a anotação (cafelista), isto é, preponderantemente cafelistas e também fabricantes dos produtos da cana. Na Freguesia e Distrito de Santa Bárbara do Monte Verde possuíam engenho Joaquim Ferreira de Castro e Mariano Ferreira Neto.

Dos dados acima, podemos constatar como se entrelaçavam os negócios de café e cana, com verdadeira preponderância do primeiro. Os negócios se cruzavam, conviviam em harmonia e até mesmo aqueles que se dispunham a estudá-los e reduzi-los a números esbarravam em sérias dificuldades. Infelizmente não tivemos a sorte de contar com um bom cronista naqueles velhos tempos, capaz de retratar com riqueza de detalhes, à luz de experiências pessoais, como era a vida naquelas fazendas, como funcionavam os negócios, como giravam tais engenhocas e qual o verdadeiro papel delas na economia local.

Hoje Rio Preto não tem mais cafesais nem engenhos. Tudo foi tragado por sucessivas crises econômicas, algumas nacionais, outras eminentemente locais. Apenas uma arcaica economia leiteira e de derivados vai mantendo o Município, que se arrasta em marasmática economia de subsistência, depois de ter assistido a espantoso êxodo rural. Tudo passou na poeira do tempo, mas da velha pinga ficaram reminiscências na poesia popular. Ouvi do poeta riopretano Benedito Cândido, os versos que se seguem, quem sabe trazidos do berço, já que descende de velhos foliões de Reis.

Me intrigei com a aguardente
Digo qual é a razão
Por muita imprudência dela
Capricho e má criação
Que um dia quiz obrigar
Eu fazer cama no chão
Peço quando eu morrer
Me enterrem num lugar bom
A cabeça no **lambique**
Encostado num garrafão
Me faz vela da garrafa
Pra morrer com ela na mão.

Somente o conteúdo dessas sextilhas se chocam em nosso texto. O mais foi tudo paz e harmonia. Cana e café devem ter feito bodas de diamantes em Rio Preto.

CACHAÇA, EMBRIAGUEZ E SUAS PARLENDAS NO RIO GRANDE DO NORTE

GUMERCINDO SARAIVA (*)

A cachaça, a branquinha, a juribita, a cana, a bicada, a pinga, a água-que-passarinho-não-bebe, são alcunhas pelas quais o povo pede aguardente nas quitandas, nas mercearias, nos botequins, e em todos os lugares, para "passar o frio", para "ter apetite", para "iniciar uma cantoria", para "esquentar o corpo", para "melhorar a voz", para "matar as saudades", para "ter coragem", para "evitar a bronquite", para "curar resfriado", para "pedir uma moça em casamento", para fazer o que é bom e o que não presta. Contudo, a pessoa que bebe, geralmente quer é ter um pretexto.

A embriaguez no indivíduo, deixa-o em vários estados de comportamento fisionômico e por que não dizer também fisiológico? Uns, que eram tristes, meigos e pensativos tornam-se alegres, violentos e perigosos. Outros, que exemplificavam a honestidade, o trabalho, a perseverança, ficam velhacos, preguiçosos e indolentes, porque os efeitos alcoólicos são funestos, destruidores, fatais, para aqueles que já possuem a tara da marginalidade. Daí se dizer erroneamente que a bebida é como o fogo que destrói em poucos minutos o que se construiu em muitos anos.

As quadras, os adágios, as lendas, as adivinhações, as parlendas no Rio Grande do Norte, criadas pelo povo, originaram estudos de escritores e folcloristas conterrâneos, já transcritos em publicações especializadas, o que dispensamos grandemente, citando apenas alguns versos populares, divulgados por Veríssimo de Melo, no "Folclore da Redinha", na Revista do "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte", Vol. LIII — 1960 — págs. 91/92.

"Aludindo às más companhias, disse Zé Preto:

Nasce um menino e se cria
Na prôa duma barcaça.
Não há serviço no mar
quesse menino num faça.
Quando se ajunta c'uns outros,
Começa a beber cachaça.

"Seu" Dantas refere estes versos que dizem os bebedores de cachaça:

Aguardente é moça branca
Fia de sinhô de engenho;
Quem se interra **munto nela**
Fica sem num um vintém.

Luís Totônho disse esta quadra:

Aguardente é Jurubita
Feita de cana torta
Bato contigo no bucho
Bate comigo na porta.

Existe no folclore brasileiro esta quadra, citada por Alceu Maynard Araújo, Leonardo Mota, João Ribeiro e outros:

"Cachaça é moça bonita
ainda bebida de luxo,
ela bate comigo no chão
eu bato com ela no bucho.

(*) **Musicólogo, Poeta, Jornalista e Folclorista.**

De um vendedor ambulante, que distribui cachaça dos alambiques de Ceará-Mirim, Sr. Altamiro Mendonça Alves, recolhemos esta quadra:

> Ceará-Mirim dá cachaça.
> Extremos nos dá caju
> Pode dizer ao Recife
> Que aqui não entra "Pitu"...

A exportação da aguardente Pitu é uma coisa extraordinária, pois, Pernambuco, exporta esse produto até para o estrangeiro. Viajando pelos lugares mais afastados dos Estados, notamos que nas prateleiras pode faltar doce, leite enlatado, refrigerantes, ou outro alimento para o sustento de sua povoação, o que entretanto, encontramos filas de Pitu para suprir aqueles que acham que:

> Se beber morre.
> Se não beber morre!

Então, "Vamos beber enquanto há vida, dinheiro e mulher".

Numa pesquisa que fizemos junto aos estabelecimentos especializados, principalmente no Alecrim, Rocas, Carrascos e Areia Preta, encontramos uma infinidade de atribuições ao homem embriagado, como sejam:

Estar:

Camuflado
embiritado
encachaçado
embalsamado
bebinho-da-silva
curtindo
apagado
bicado
zarôlho
fora de si
chamuscado
embassado
de cara cheia
alambicado
de cair com a pancada de um lenço
infestado ou manifestado
atrelado
chumbado ou chulado
serenado
aos tombos
truviscado
minados
bêbo que só uma cabra
de cara cheia de rama ou cheia de pau
numa carraspana dos diabos.

No "soçaite", onde os ricaços muitas vezes se embriagam mais e dão verdadeiro "show", há uma comiseração toda especial, quando dizem que eles estão:

vibrando
aéreos
quentes
de pileques
azinhavrados
algorobados
alegres
fresados
embaralhados
oleados
encanados
sonhando com os anjos.

É de notar que, contrariando o que muita gente pensa, o uso de cachaça no "soçaite" é uma coisa impressionante, apenas que é consumida às escondidas, numa convenção e condição expostas à sociedade, o que não acontece com a pobreza que bebe e não dá satisfação a ninguém.

QUATROCENTOS E SETENTA ANOS DE AÇÚCAR NO BRASIL

KLEIDE FERREIRA DO AMARAL PEREIRA *

PREÂMBULO HISTÓRICO — Foi o açúcar a primeira produção brasileira que estruturou riquezas particulares, porque, sendo a cana-de-açúcar um dos poucos produtos "não realengos", isto é, não pertencentes à Coroa, pôde propiciar aos Donatários das Capitanias e aos Proprietários de Sesmarias, por eles designados, consideráveis fortunas. Muitos títulos de Nobreza foram distribuídos por El-Rei aos ricos proprietários dos Engenhos mais produtivos.

Há notícias de que a cana-de-açúcar tenha sido introduzida no Brasil em 1502 pois, era pensamento antigo do Infante D. Henrique, transmitido aos seus herdeiros que "nas ilhas, virgens de trabalho agrário, a cana-de-açúcar recompensaria bem... "Na Madeira fora assim, mas, já em 1499 se queixava El-Rei da superprodução de açúcar, que baixava os preços no mercado de Flandres. Os europeus, acostumados com doces feitos de mel de abelhas, sentiram no açúcar o paladar agradabilíssimo e pagavam muito caro pelo produto vindo da Índia. Porém, Portugal vulgarizara a iguaria — as praças de consumo enjoaram cedo e restringiu-se então o plantio, dizem as Crônicas da época.

Na realidade, porém, a procura do açúcar continuava e continua até hoje. O que não interessava à política econômica portuguesa era vender açúcar com os preços forçosamente baixos pelo excesso de produção.

Por outro lado, havia o problema da Descoberta do Brasil — enorme extensão de terras altamente produtivas — e, devido à distância, poucas possibilidades financeiras ou humanas de colonização. As investidas de corsários franceses e espanhóis preocupavam o Rei de Portugal, dono da colônia esquecida. Era preciso despertar o interesse de portugueses para a importância do achado.

Em 1516 o rei D. Manuel I ordenava "que se dessem machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fossem povoar o Brasil" e ainda, "que procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um Engenho de açúcar..." Dez anos depois desses Editos, já os livros de Registros da "Casa da Índia", davam notícias da entrada em Portugal de "açúcares de Pernambuco e Itamaracá". Referiam-se, com certeza, a engenhos montados por Cristóvão Jaques em 1521.

As expedições exploradoras cederam lugar à divisão do Brasil em Capitanias, cujos responsáveis fossem homens ricos e idôneos para empreender a afetiva colonização das novas terras. Transferia-se habilmente da Coroa empobrecida para esses paticulares a tarefa urgente de povoar o Brasil. A idéia da divisão das terras descobertas em Capitanias hereditárias fora sugeridas ao Rei D. João III por Diogo de Gouveia, assim como a da vinda dos jesuítas para a catequese dos gentios. Esse Diogo de Gouveia é uma figura histórica não muito conhecida no Brasil, mas que exerceu grande influência na corte. Era "bolseiro do rei", um homem culto, que era professor, tendo sido também diretor de um colégio em Paris. Sua amizade e empenho pelos jesuítas se deve ao fato de ter sido mestre do criador da ordem Ignácio de Loyola.

Doze Capitanias foram delimitadas, mas, apenas duas realmente prosperaram: a de São Vicente com Martim Afonso de Souza e a de Pernambuco com Duarte Coelho. Ambos trouxeram uma elite de homens de armas e, também, lavradores de cana-de-açúcar... O valor pessoal dos dois é inegável. Souberam impor lei e ordem, mas, a alavanca do progresso de ambas as Capitanias foi o açúcar, não há sombra de dúvida. A expedição de Martim Afonso de Souza em 1530 tivera dupla missão: uma era repelir os concorrentes (franceses e espanhóis), a outra, fundar uma "boa feitoria".

Suas ordens eram amplas, o poder real lhe facultava: doação de terras em Sesmarias, organização da Justiça, fundação de Feitoria. Trouxe instrumentos de trabalho, mudas de plantas e quatrocentos homens. Na Bahia encontrou um náufrago de expedição anterior — Diogo Álvares Correia (o Caramuru), que conseguira sobreviver a uma chacina, tornando-se um verdadeiro chefe entre os selvagens. Ele muito ajudou a Martim Afonso que depois prosseguiu viagem para o sul, fundando São Vicente e Santo André, nos Campos de Piratininga. Ali teve como aliado outro português que fizera amizade com os indígenas. — João Ramalho.

O Capitão-mor distribuiu no local a sua gente, fez levantar os primeiros edifícios, a Casa da Câmara, a Capela e os Trapiches. Fez também construir os primeiros engenhos de açúcar, ao pé da plantação para a qual trouxera mudas da ilha da Madeira.

Quase simultaneamente se consolidou o trabalho colonizador de Duarte Coelho em Pernambuco. Para adquirir meios ele iniciou o seu comércio com o Corte, operando com a "madeira de tingir". Era o Pau-Brasil fazendo as vezes de moeda. Fundou em seguida a vila de Igaraçu (Iguarassu), para seus agricultores plantarem

---

* *Professora, Folclorista e Musicóloga.*

canaviais e outros mantimentos, entregando a direção da mesma a Afonso Gonçalves, homem pobre, mas honrado que fora seu companheiro de armas nas lutas das Índias.

Afonso Gonçalves era vianêz e de lá mandou vir a sua família, muito numerosa e unida, para darem início imediato à construção do engenho. O rei estava interessado no empreendimento e, em alvará de 2 de outubro de 1534 "dispensou Duarte Coelho do pagamento dos ferros e cousas outras que mandara trazer de fora do Reino". Parece-nos ter sido esta a mais antiga forma de incentivos fiscais e financiamento para o desenvolvimento agrícola do Nordeste...

Em 1535, Jerônimo de Albuquerque põe em funcionamento o primeiro grande engenho de Pernambuco — o "Nossa Senhora da Ajuda", em Olinda. O trabalho de Duarte Coelho, dificultado pela enorme distância que separava a colônia da fonte do poder Real e também dos recursos materiais e tecnológicos da época, pode ser avaliado nesta interessante cronologia:

1539 — Pede ao Rei permissão para buscar escravos de Guiné. Ele luta com a falta de trabalhadores, está provado que os índios não dão para o trabalho escravo.

1542 — Escreve, novamente, ao Rei recordando seu pedido.

1546 — Tendo sido atendido, escreve outra vez ao Rei mas agora para avisá-lo sobre a remessa de uma "Caixa com mostra de açúcares" escolhidos para V. M. ver..."

Foi essa a primeira exportação oficial do açúcar de Pernambuco que consolidou o poder de seu Donatário, cuja carta de nomeação datava de 10 de março de 1534, responsabilizando-o pela Capitania da "Nova Luzitânia", mais tarde chamada Pernambuco. Duarte Coelho viveu muitos anos no Brasil e, pelos seus serviços, obteve do Rei o privilégio de ficar isento da jurisdição de Tomé de Souza — 1º Governador Geral.

Quanto à Capitania de São Vicente, mudara-se em 1542 para terras mais firmes, livres das marés que alagavam a região anterior.

O número de engenhos aumentara sensivelmente e um grande surto de progresso se fazia sentir. Mesmo depois que Martim Afonso se fora de volta para a Europa, de lá mesmo continuava a explorar a produção açucareira em parceria de capitais. A sociedade de Martim Afonso de Souza contava com Pero Lopes de Souza (seu irmão), João Veniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves (piloto experimentado).

Os dois últimos venderam as suas cotas ao alemão — Erasmo Schetz, cujos filhos, por sua vez, compraram a de João Veniste. Foram estes, talvez, os primeiros alemães a enriquecer com o açúcar do Brasil.

Com o passar dos tempos, sentindo a Metrópole que a Colônia enriquecia, começou a cobrar impostos também sobre o açúcar. Em 1549 já o Provedor-mor exigia "que os Senhores de Engenhos não recolhessem açúcar à Casa-de-purgar antes de exibir ao Provedor da Fazenda o livro da sua Receita". Foram tempos duros aqueles para os Senhores de Engenho. Os índios bravos rondavam-lhe os campos, diminuindo o interesse pela plantação, devido à escassez de homens brancos para protegê-los. A tendência era largar tudo e viajar em busca de aventuras mais lucrativas. Porém, em 1550 veio uma enérgica ordem do Provedor-mor para que "os Senhores de Engenhos, deixando perecer as suas *Fábricas*, fossem cumulados de multas, além de consertar por sua conta os danos nos *engenhos de fogo morto* com as suas senzalas mudas..."

Mesmo assim, durante muitos anos, no Brasil Colonial, a única fonte de Renda estável e accessível foi o açúcar.

Duarte Coelho era velho e alquebrado quando se viu alvo de invejas e intrigas. Voltou então a Portugal para pedir justiça ao Rei. Demorando-se S. M. a atendê-lo e depois, recebendo-o com frieza, compreendeu o nobre cavalheiro que a sua luta ingente o afastara em demasia das intrigas palacianas. A mágoa foi por demais profunda e morreu de triteza o desbravador do nordeste brasileiro.

Graças a ele, na várzea do Recife, "onde fora enseada, ondulava o verde oceano dos canaviais, que transpunham a cadeia dos outeiros de Olinda e invadiam a zona litorânea". Naquela época as canas eram ainda importadas dos Açores e do Cabo Verde juntamente com o gado e os colonos açorianos. Na ilha de São Tomé fabricava-se o açúcar, porém, apesar de possuírem aparelhos para o fazer mais branco, só o faziam negro.

São Vicente e Pernambuco foram os dois polos de irradiação da cultura da cana-de-açúcar e seu aproveitamento na fabricação do açúcar e seus sucedâneos. Dali se espalhou o canavial para o Norte, para o Centro e para o Sul. Onde havia terras apropriadas e clima propício floresceram as várias espécies da doce gramínia trazida pelos portugueses. Em 1682 o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, no local denominado Araés (mato Grosso) usou o expediente de incendiar um prato com aguardente para assustar os indígenas. Anhanguera! (Diabo velho) apelidaram-no os gentios que não conheciam a cana-de-açúcar e muito menos a cachaça.

Porém, somente a partir de 1720 foi o plantio da cana introduzido nas terras de Mato Grosso pelo Brigadeiro Antonio de Almeida Lara, na chapada da serra, atraindo assim vários colonos para o local. Os Campos dos Goitacazes que abrangiam as terras do Espírito Santo e Rio de Janeiro foram cultivados e até hoje Campos se situa entre os municípios de maior produção e aproveitamento industrial da cana-de-açúcar. São Paulo e Paraná, embora tenham se dedicado mais à monocultura do café, mostram atualmente um interesse maior pelo plantio da cana.

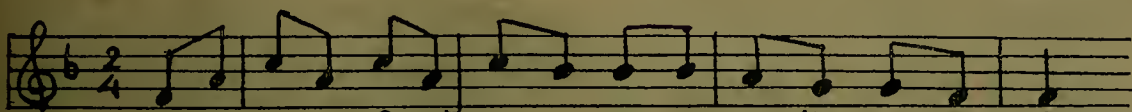
COMO SE FAZ O AÇÚCAR?

Matéria-prima — A cana-de-açúcar é o primeiro elo de uma cadeia de produção que se pode esquematizar da seguinte forma:

1ª Parte agrícola → cana-de-açúcar
2ª Usina → caldo de cana — açúcar cristal
3ª Refinaria → açúcar refinado

O produto final é o açúcar puro, refinado que nós brasileiros nos acostumamos a esbanjar em uso cotidiano e do qual sentimos tanta falta quando no estrangeiro nos servem aqueles tabletes medidos, o açúcar cristal escuro ou o açúcar da beterraba a que não conseguimos nos acostumar. Há modernamente uma série de adoçantes artificiais, precedidos por uma grande campanha em favor da esbeltez da silhueta moderna. Não nos deteremos na análise desses produtos em suas pretensas vantagens, apenas sentimos e provamos que não há produto de tão grande valor energético como o açúcar e que não é ele somente o responsável por alguns quilos a mais...

A cana-de-açúcar tem muitas variedades, sendo o nome técnico da que é mais própria para a produção do açúcar — saccharum officinarum. Esta gramínea é originária da Índia, dali se espalhando para outros países. A variedade chinesa é a "Sorgo-sacarino". Na América se popularizou o plantio da Cana Caiana (de Cayena, possessão francesa). A cana crioula é uma espécia fina e muito doce.

Para a plantação dos canaviais há necessidade de terrenos baixos e úmidos — terras de massapê (pronúncia nortista) ou massapé (pronúncia do sul). São terras argilosas, geralmente pretas, formadas pela decomposição de calcéreos cretáceos. A plantação do canavial é lavoura "mimada e exigente" no dizer de antigo senhor de Engenho. Exige boa terra adubada que fornece cerca de três safras e depois deve descansar, ser *revolvida e novamente adubada para produzir.*

(cântico dos plantadores de cana - Campos-RJ)
Informação oral: Niel Casaes.

Lemos em "O Globo" de 17 de junho, próximo passado que se faz atualmente no Paraná, na cidade de Guarapuava e em Santo André (Estado de São Paulo), experiências com um fertilizante biológico — o nutri-humus, à base de bactérias e ovos de minhoca. O nutri-humus é aplicado à terra, na fase de semeadura. Na sua composição entram três tipos de bactérias que agem de maneira diferente sobre a planta ou sobre o solo e, também, ovos de minhoca, o que permite uma atuação natural do produto, sem os riscos tóxicos dos inseticidas e fertilizantes químicos.

— Um dos tipos de bactérias age através da fermentação, transformando a matéria orgânica do solo em humus.

— Outro, age retirando nitrogênio do ar atmosférico e transferindo-o para a raiz da planta.

— O terceiro age como antibiótico na terra, acabando com fungos e outros tipos de doença que podem atacar a cultura plantada.

Quando a bactéria, que produz a fermentação, transforma a matéria orgânica do solo em humus, ocorre um aumento de temperatura no solo e os ovos de minhoca começam a proliferar. A minhoca, para sobreviver, alimenta-se de terra, vermes e outros seres do sub-solo que são nocivos às plantações. Na luta pela vida ela abre milhares de canais na terra, os quais facilitam a absorção e distribuição da água no solo, numa verdadeira irrigação natural.

Nesta experiência realizada em Guarapuava, para cada hectare de terra mistura-se uma tonelada de serragem com uma tonelada de casca de arroz. Para cada dez toneladas desta mistura acrescenta-se uma tonelada de uréia e uma ampola de "nutri-humus" diluída em água. O resultado em fertilidade da terra é garantido por sete anos. Também em Orlândia — São Paulo, se faz a mesma experiência numa área de 5.000 hectares.

Atualmente, com adubos químicos, o máximo de produtividade que se tem obtido na lavoura da cana é da ordem de 800 quilos por hectare. Os resultados experimentais com o novo fertilizante biológico têm dado uma média de 1.800 quilos por hectare, embora não se possa pensar ainda em abandonar adubos químicos principalmente em solos onde há excesso de alumínios no sub-solo, que exigem produtos calcáreos para eliminação desses excessos.

O cuidado que se tem com o solo é também partilhado pela defesa da plantação. Pelo Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910 foi criada a Estação Experimental de Campos-RJ. Porém, apesar de inaugurada em novembro de 1913 só a partir do ano de 1916 pôde iniciar com regularidade os seus trabalhos, que vêm sendo desde então realizados sem interrupção.

O primeiro trabalho importante foi o melhoramento das nossas variedades de cana-de-açúcar, tornando-as mais resistentes às pragas e doenças. Em 1916 o professor Arthur Torres Filho iniciou, com verdadeiro espírito pioneiro esses trabalhos de melhoramentos. Criou os tipos CB-3100 e CB-3199 que rivalizavam com as antigas "Bois Rouge", "Sem pelo", etc. (A sigla CB se refere a Campos-Brasil).

De 1923 a 1927 houve um drama no cenário dos Canaviais, o "mosaico", (doença de virus, grave pela sua característica de invadir e distribuir-se por todos os órgãos da planta atacada), que dizimou cerca de 58% da produção paulista, aparecendo também nos estados vizinhos. Como a transmissão do Mosaico é pelo pulgão, que, vindo das plantas velhas atacava também as novas, foi preciso destruir toda a plantação atingida.

A solução foi conseguir variedades resistentes à doença e o agrônomo Adrião Caminha Filho — chefe da Estação, na época, obteve do estado de São Paulo a aquisição de variedades javanesas (POJ 36, POJ 213 POJ 234 mais resistentes). Outras variedades javanesas vieram mais tarde. A seguir veio o Ciclo das Canas indianas trazidas da Estação Experimental de Coimbatore que deram origem ao tipo CO 290. Passada esta fase em que a Estação teve de recorrer às variedades estrangeiras, os trabalhos de melhoramento foram reiniciados, tendo maior ênfase em 1942.

Passou-se a adotar a técnica do Havaí — Cruzamentos biparentais, sendo os progenitores conservados em solução preservativa de Gás sulfuroso. Os "seedlings" — mudas de cana provenientes de sementes brasileiras e os "clones" sadios — tipos comerciais, atualmente mais rentáveis, são ambos resultantes daquele trabalho insano que venceu o mosaico, e fatores decisivos no desenvolvimento da nossa produção açucareira.

Para combater as doenças observamos que há vários processos:

1º — *Rotação de cultura* — variação na época do plantio e da colheita.

2º — *Uso de variedades resistentes* — o Fitopatologista, associado ao Gineticista procura, por meio de cruzamento obter um produto que associe *produção e resistência.*

º3 — *Processos legislativos* — controlam a entrada no país (legislação Nacional e Internacional) de plantas e produtos vegetais.

4º — *Controle biológico* — eliminação de insetos, animais ou plantas indesejáveis, pela criação artificial de seus inimigos naturais.

O estado de São Paulo rivaliza atualmente com o do Rio de Janeiro na produção de cana-de-açúcar. De lá, vem a maioria da matéria prima para as Refinarias da Guanabara. Sendo que cerca de 70% da área paulista cultivada é coberta pelas variedades CB. O preço da tonelada de cana-de-açúcar é fixado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool criado pelo Decreto nº 22.789 de 1º de julho de 1933.

A contribuição da CB 41-76 (em 5 anos) proporcionou um aumento superior a 10 milhões de toneladas de cana, no valor bruto de quase 9 bilhões de cruzeiros antigos (estatística de 1968). As variedades CB se espalham atualmente por vários estados do Brasil. No município de Itacoatiara o tipo CB 45-3 leva a implantação da Indústria Açucareira à Amazônia. Muitos são, também os países estrangeiros a usar as variedades CB:

Irã — Em 1951 as CB 36-14 foram plantadas em talhões experimentais mostrando-se surpreendentemente resistentes às diferenças climáticas (no verão 50ºC e no inverno — vários graus abaixo de zero).

África do Sul — na "Estação Experimental da South African Sugar Association", foram usadas as CB 36-14 e CB 38-22, depois de rigorosa quarentena mostraram-se altamente resistentes ao "mosaico" e à "gomose".

México — o "Instituto para el Mejoramento del Azucar", recomenda a CB 40-77 para determinadas zonas.

Ilhas Maurício — na Comunidade Britânica o "Mauritius Sugar Research Institute" refere-se elogiosamente (em 1967), a variedades CB 38-22 — mais promissora

— mais resistentes às doenças.

— maior adaptabilidade às condições climáticas.

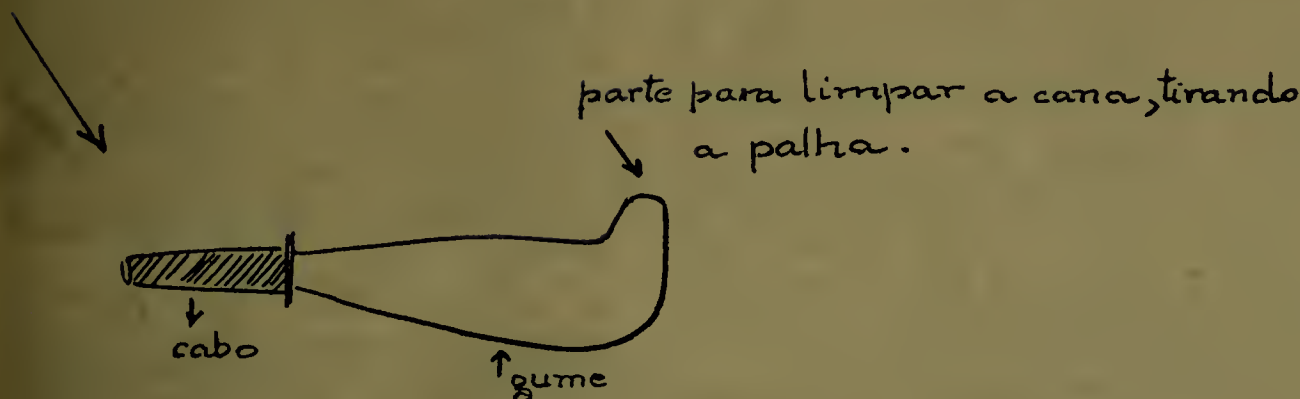
Sudão — solicitou a colaboração da Estação Experimental de Campos para o controle do "carvão". As recomendações da Estação Experimental foram: plantio da CB 41-76, que poderia ser obtida mais facilmente através da África do Sul.

Formosa — representantes da Estação Experimental da "Taiwan Sugar Company" vieram ao Brasil para obter variedades da cana campista.

Tucumán — (Argentina) a "Estacion Experimental Agricola" se expressa sobre a CB 38-39 da seguinte forma: "maduracion tardia, pero una de las más promissoras".

Além do melhoramento da cana-de-açúcar brasileira a Estação Experimental de Campos se dedica à produção de cana-planta em larga escala (material fornecido à lavoura de todo o país) e à experimentação (competição de variedades, emprego de fungicidas, indicação de variedades apropriadas para cada tipo de solo e fórmulas de adubação). Um exemplo de fungicida é o "mercurial" no tratamento dos toletes para evitar falhas na germinação. Isso fez com que se alargasse a época do plantio (atualmente quase o ano inteiro). Antigamente o Senhor de Engenho era dono também do Canavial e determinava: "Três cortes! Depois é deixar a terra descançar,. a menos que seja estercada". O plantio da cana-de-açúcar inspirou esses versos do cancioneiro cearense:

"Eu plantei um pé de cana
Na beira de um baixio,
Da mais pequena que eu tinha
Eu mandei mostrá pro Rio
Torada em quatro pedaços..."

Na época da safra chegam os cortadores contratados (interior de São Paulo) à soqueira. Primeiramente limpa-se a palha da cana com um podão.

Depois vai-se cortando as canas por setores (primeiro as mais antigas, depois as outras em seqüência), enquanto vai-se mandando para a usina os primeiros cortes. Deve-se cortar a cana, bem em baixo deixando os "soques". Quando os cortadores são poucos e a cana tem muita palha, tipo cana-de-ouro por exemplo, não dão conta da tarefa. Então o responsável pelo corte manda tocar fogo no canavial. O fogo queima as palhas, facilitando o trabaldo do corte. Escurece as canas mas não as estraga para a moagem. (Santa Bárbara — S. Paulo) informação oral de pequeno lavrador).

E os cortadores cantam:

"É hoje que a palha da cana voa, ô meninos
É hoje que a palha vai avoá..."

A mão de obra — "... e vieram escravos para a lavoura da cana".

"De São Paulo de Luanda
Me trouxeram para cá
Eh! Eh! Eh! Calunga, Calunga
Me trouxeram para cá.
Minha mãe chorava, calunga
Eu, baixinho cantava, calunga
Maracatu! Maracatu!
Eh! Uá! Calunga."

(Capiba)

Vendo os Senhores de engenho que os índios não davam para o serviço regular das plantações e serviços da moagem, apelaram para os escravos negros vindos de preferência de São Tomé, onde já trabalhavam secularmente a cana-de-açúcar. Na agricultura os negros introduziram métodos desconhecidos até dos portugueses inclusive no uso de "banguês" onde fabricavam um açúcar, se bem que um tanto grosseiro.

"O africano escravo, por sua vez, permitiu a formação e a estabilização das grandes propriedades agrícolas, o desenvolvimento da indústria do açúcar, da mineração do ouro e do diamante e, finalmente, da agricultura do café, maiores fontes que foram, sucessivamente, da economia nacional". Atualmente volta o açúcar brasileiro a se projetar mundialmente como agente agrícola de divisas e o problema da mão-de-obra continua sério, principalmente entre usineiros e empregados nas terras de Pernambuco, onde o último Dissídio não resolveu a questão dos salários. Nos primórdios da colonização o comércio de escravos era tão comum que nos espanta não sentirem os compradores o quanto se aviltravam naquele mercado terrível. Porém, não resta dúvida que era um bom negócio para o Coroa. "O imposto, para os negros destinados ao Brasil, era de 3$000 em São Tomé, se o negro era batizado. E o dobro para os destinados às colonias de outros países. Sobre os pagões se cobrava um imposto maior. Calculando-se em 50 mil anualmente os negros entrados, em média, no Brasil, durante trezentos anos de tráfico, ver-se-á a extensão das rendas que proporcionou à Coroa o nefando comércio".

O alvará de 25 de janeiro de 1758 modificou a cobrança desse imposto, por causa dos escravos de Angola, que eram mais bem reputados pela sua alta estatura. Dispunha: "o escravo acima de quatro palmos craveiros, seja macho ou fêmea, pagará 8$700, sendo 6$700 de imposto e 2$000 de "preferência". Abaixo desse limite, a taxa será de 4$350, menos para as crias de peito, que com suas mães formarão uma só cabeça". "Preferência" era um ágio que se pagava ao capitão do navio com o fim de obter condução mais rápida.

O trabalho nas plantações era executado pelos escravos mais rudes. Os mais jeitosos serviam na Casa Grande. Porém o trabalho mais pesado era o da época da moagem e feitura do mel e do açúcar. Os negros mais resistentes varavam noite e dia agüentando o calor das fornalhas que aqueciam as tachos fumegantes. Alguns, mais fortes e espertos eram alugados por seus amos e a tortura continuava durante os quatro meses que durava a produção da "Fábrica de assúcar".

Não é de admirar que muitos tenham enlouquecido em meio a tantos sofrimentos e preferido a fuga desesperada que redundou nos célebres Quilombos, onde se juntavam sob a pro-

teção de um líder ou "zâmbi". Escapavam assim a um mundo fechado que era o "feudo da escravidão". A palavra "quilombola" referente aos pretos dos Quilombos ou "calhambola" é angolesa derivada de "ngolo" → força e "mbula" → golpe, é portanto "quilombola" o que fere violentamente, o valente, o destemido.

Quando lemos a respeito dos Quilombos que durante anos conseguiram resistir às forças reinóis, verificamos que naquelas aldeias eles plantavam e colhiam para viverem da mesma maneira que em suas terras de origem, mas, nenhum deles construiu Engenhos-de-açúcar. Não cremos que fosse apenas a falta de máquinas. Eles costumavam atacar e roubar fazendeiros e usineiros, não lhes seria tão difícil formar 'banguês" e "fábricas". Talvez o motivo real fosse o horror que lhes despertava a lembrança do trabalho estenuante e as torturas que sofreram (uma delas consistia em moer bem devagar os pés do negro fujão numa velha moenda abandonada...).

Em 1650 houve um novo surto de fugas, repontando os Quilombos, desta vez para desafiar arrogantemente, por muitos anos, todos os recursos que o Reino dispunha para combatê-los. Quarenta negros da Guiné, evadidos da tortura dos engenhos, foi o núcleo da segunda fase dos "Palmares". No mesmo sítio dos primeiros se alojaram estes homens, que pouco a pouco se multiplicaram em mocambos inumeráveis (chegaram a 20.000) ocupando uma extensão de 50 léguas, rica em palmeiras como toda a região do baixo São Francisco, abrangendo povoados distintos, mas confederados sob a direção de um chefe — o Zâmbi.

Em 29 de janeiro de 1677 caiu o último reduto deste Quilombo, mas em 1679 voltaram a se formar sob a direção do feroz Ganga-Zuma, Zâmbi temido pela energia sanguinária com que dirigia as suas malocas (cerca de 1.500).

Administração dos Quilombos:

- Regime comunitário
- Monarquia eletiva, absoluta
- Direito de vida e morte
- Mulheres — raptadas nas fazendas
- Agricultura regular — cereais e algodão
- Indústria — Amarras, cordas, leitos, abanos, azeite, manteiga, vinho (grande utilização das palmeiras).
- Culto — sincretismo católico, fetichismo
- Escravos — os que eram roubados e levados à força das fazendas. Livres nos Quilombos só os que fugiam dos seus senhores...

e os Engenhos iam ficando vazios... e os quilombolas não criavam Engenhos... Foi Domingos Jorge Velho quem venceu a revolta dos negros do nordeste, (diz a tradição que o zâmbi foi traído por seus companheiros mais íntimos). O prêmio do vencedor foi a posse dos prisioneiros maiores de 7 anos.

As insurreições negras geralmente partiam dos "haussás" ou "failahs" (fulos), negros de cultura árabe e religião islamita. Em Minas houve um Quilombo denominado "Tengo-Tengo" que foi lembrado no último carnaval por uma nas nossas Escolas de Samba:

'Tengo-Tengo
Santo Antonio chalet
Minha gente
É muito samba no pé".

Em 1820 houve uma insurreição negra Constitucional, em Ouro Preto. Seu chefe chamava-se Argonis e era um preto rico, administrador e proprietário de terras, que conseguiu levantar cerca de 15.000 negros, além de dois Regimentos de Cavalaria Auxiliar da Comarca de Serro Frio. A Influência dos negros mahometanos foi tão grande na Bahia que se sublevaram vários escravos de engenhos do Recôncavo, logo acompanhados pelos negros da cidade.

A "Balaiada" no Maranhão em 1837 foi outra insurreição chefiada pelo negro Cosme, cujo apelido era "Balaio".

O último Quilombo de que temos notícia foi o de Jabaquara, na serra do Cubatão, perto de Santos; já corria o ano de 1888 e se aproximava a Redenção do 13 de maio. Porém, depois de tantas revoltas os nagôs (circuncisos do Brasil) devido a sua belicosidade foram repatriados, por ato do próprio governo, de volta para a África.

Com todos estes problemas que faziam escassear cada vez mais a mão de obra, a lavoura da cana e a produção do açúcar tinham, forçosamente, de sofrer revezes profundos que culminaram com a abolição da escravatura sem haver maquinária suficiente para suprir a falta do escravo. A lei Áurea redimiu aqueles infelizes mas fez desequilibrar perigosamente a nossa balança econômica. A solução que a Inglaterra já encontrara no advento da maquinaria a vapor, que reduzia grande parte da mão de obra só conseguimos alcançar alguns anos depois, já em regime de governo republicano.

BANGUÊ, ENGENHOS, USINAS...

"Vira a moenda o — lê — lê
Torna a virar, o — lá — lá
Ai, meu Deus!
Vira, vira, gira, vira sem parar..."

Os antepassados das modernas Usinas e Refinarias foram os pequenos Banguês de dois cilindros, geralmente à beira dos rios para aproveitar a força das águas — as águas de Pernambuco... "O Capibaribe vem dos sertões do Brejo da Madre de Deus, lá nos cimos da serra de Acari e chega à planície descendo as vertentes da serra da Jacarará — "Tudo planta de cana
Nos dois lados dos caminhos"
(João Cabral de Melo Neto)
— e no seu percurso fertiliza engenhos e move banguês. Entra no Recife pelas terras do antigo engenho de São Francisco que pertenceu a André Vidal de Negreiros. Passa entre os engenhos que foram de Fernandes Vieira: o São Cosme e o São João, cuja casa-grande foi o quartel-general dos restauradores.

Os engenhos multiplicaram-se, expandiram-se e transformaram-se em povoados, depois, bairros e subúrbios: "Várzea", "Ambolê", "Caxangá", "Apicucos" (este último de Gaspar Mendonça, saqueado pelos holandeses), "Dois irmãos" (de Antônio e Tomás Lins Caldas, os conhecidíssimos e unidos irmãos: Toné e Coló, que inspiraram até quadrinhas populares:

"Viva seu Toné
E seu Coló, também,
Vivam os dois irmãos
Que se querem bem."

e mais: os engenhos de Francisco Monteiro (presa dos holandeses), o engenho da Casa-Forte, rico engenho Caldeireiro que Diogo Gonçalves recebera de Duarte Coelho e doou a D. Ana Pais (um dos redutos holandeses, retomado com grande heroismo pelo brio dos heróis pernambucanos).

Depois da retirada do invasor, começou a penosa reconstrução. O aumento do número de engenhos e o progresso das "fábricas-de-assúcar" transformadas em Usinas trouxeram um novo surto de progresso. A economia do açúcar teve altos e baixos. Porém em 1920 sofreu novo colapso pois a "Superintendência da Alimentação", órgão federal, criado durante a 1ª Guerra Mundial pelo presidente Wenceslau Brás proibia a exportação do nosso produto sem licença prévia, mesmo para o interior do país.

Os protestos surgiram logo, jocosos, mas reais:

'O açúcar, ninguém entende
Não é nosso é de Maroca,
Não se exporta, não se vende,
Não se dá e nem se troca..."

Porque o povo já se acostumara com os vendedores ambulantes da cana e dos seus derivados:

(Pregão de vendedor do Recife . Pe)
Informação oral: Consuêlo Marques Ferreira

— Alfinim!
— Alfelô e bola!

Alfenim era puro açúcar, compacto e preparado em forma diversas: flores, bichinhos, bonecos... tão quebradiço que se dizia das pessoas muito susceptíveis — parecem "alfinins"... O alfelô agarrava-se aos dentes e custava a dissolver-se na boca, era o "pucha-pucha" carioca. As bolas eram o mesmo mel, em ponto de bala.

— Mé... nô... de Engenho!

Na economia das sílabas, a voz distante anunciava o vendedor que conduzia duas latas parecendo regadores de plantas e uma caneca que servia de medida. Uma das latas continha mel novo de engenho, grosso e claro, a outra continha o mel de furo que era preto, mais ralo e mais barato para adoçar a garapa (chamava-se garapa ao refresco de qualquer fruta).

O povo sentia falta dos doces e o caso do açúcar não se resolvia até que o comércio resolveu aderir ao protesto, cerrando suas portas às 13 horas do dia 18 de novembro. Houve uma agitada reunião no Teatro Santa Isabel que degenerou em ataques ao então presidente Epitácio Pessoa.

"Essa grande reunião
Que o comércio convocou,
Terminou em confusão.
Do açúcar ninguém tratou..."

De 1923 a 1925 o sacrifício foi da safra paulista e campista. O "mosaico" dizimava os canaviais e o que restava deveria ser destruído para erradicar o mal. Houve uma verdadeira batalha na Estação Experimental de Campos para criar espécimes resistentes, importando mudas estrangeiras. Vencida a doença no sul, volta o nordeste a se inflamar com questões açucareiras — Assunto: Açúcar — convênio açucareiro (com os EE.UU) — Sub-Convênio — lotes de sacrifício — compras para exportação pelo Banco do Brasil. Houve discussões entre:

Plantadores X Usineiros
Armazenários X Exportadores — Associações.
E a "verve" do Pernambuco?

"Será uma boa medida
O convênio açucareiro?
Vai-nos faltar o dinheiro
Se o açúcar não tem saída.

Mas só o comprará barato
Quem reside no estrangeiro
E é o povo brasileiro
Afinal quem paga o pato."

Nos tempos da colonização o Senhor de Engenho fora "servido, obedecido e respeitado." Ele podia moer a sua cana ou alugar sua moenda; podia também arrendar suas terras a pequenos lavradores que plantavam para si, reservando para o Senhor das terras a "cana cativa".

Os Engenhos podiam ser:

— movidos por água
— movidos por bois
— servidos por carros
— servidos por barcos

Podiam, também, estar situados à beira-mar ou no interior.

Os proprietários, com títulos nobiliárquicos, ou não, eram verdadeiros aristrocratas. Os lavradores de mantimentos e os criadores de gado ocupavam um lugar mais modesto.

Antigamente os engenhos fabricavam seu próprio açúcar. O Banguê não tinha capacidade para absorver e aproveitar todas as safras, sobravam terras e podia-se fazer a policultura.

O engenho banguê era o que tinha a parte industrial separada da parte agrícola, ele somente recebia e moía a cana. A usina era mais completa. Possuindo teras próprias, aliava a agricultura à indústria.

Atualmente, contando com meios de transportes mais rápidos e seguros observa-se que a distância não quebra o elo da produção. O canavial pode estar num estado, a usina em outro (ou podem ser integrados) enviando a produção do açúcar cristal bruto para as modernas refinarias localizadas nas grandes cidades.

Após a proclamação da República o governo começou a financiar os Engenhos centrais, que tinham um caráter semi-oficial. O financiamento facilitou a compra das maquinarias mais modernas, no estrangeiro (Inglaterra, Holanda, Alemanha), aumentando a produção e diminuindo a mão de obra.

Atualmente o Governo, através do Instituto do Açúcar e do Álcool, faz uma política econômica semelhante, formando Sociedades Mistas com as Grandes Usinas e Refinarias. Este apoio do Governo levou novamente o açúcar ao mercado mundial, substituindo nos Estados Unidos as Cotas Cubanas e abrindo novos mercados na Europa e na África.

O açúcar e as lutas de classes:

Em fins do século XIX aparecera o Trem-de-ferro que ajudou a acabar com os Banguês, fazendo surgir e fortalecer a Usina. Quando a indústria era próspera tinha seus próprios caminhos-de-ferro, percorrendo a rota do canavial à moenda. Mais tarde veio o caminhão, mais rápido no transporte para longas distâncias, com maior mobilidade e capacidade de carga.

Descrição de uma Usina — "... tem um grande edifício, com reluzentes e complicadas máquinas.

O Bueiro — canal que serve de respiradouro.

Chaminés — para soltar os vapores da ebulição.

Trens — caminhos-de-ferro particulares.

Esteira mecânica — levando as canas diretamente para as moendas.

Caminhões — para o transporte ao cais do Porto da Capital.

Tonéis de álcool para combustível

Em roda da Usina uma pequena cidade: as habitações dos proprietários e dos chefes, dos operários e familiares. Nas casas, pequenos roçados. Um hospital, duas escolas, um cinema, uma igreja, tudo asseado, tudo moderno, tudo bonito..."

(Mário Sette)

A Associação — Usinas & Empresas, baseada no sistema *Fábrica-Campo*, ampliou-se para *Indústria + Agricultura + Meios de Comunicação*. O desnivelamento das camadas da sociedade "feudal" açucareira, trouxe como conseqüência as lutas de classes e grande insatisfação nos "Status" sociais que geraram no século XIX desavenças graves entre:

— Grandes X Pequenas Propriedades
— Usinas X Banguês
— Usineiros X Lavradores X Fornecedores
— Lavradores X Operários

Desde o século XVIII, porém, já se manifestava a realidade dos choques sociais que culminaram no Pernambuco de 1710 com a "Guerra dos Mascates" entre os Aristrocratas, Senhores de Engenho, de Olinda e os comerciantes do Recife. A participação do fornecedor foi diminuindo no setor da produção e houve como conseqüência o aumento do proletariado (empregados da Usina) e o decréscimo dos lavradores (com prejuízos da colheita). Na luta de interesses contra a classe dos Usineiros, os empregados das Usinas e os Lavradores acabaram por se unir em Sindicatos. Através da moderna Legislação trabalhista brasileira os Dissídios coletivos ajustam os interesses mútuos.

Nesse estudo que encetamos a respeito do açúcar, chegamos ao último elo da cadeia de produção — *a Moderna Refinaria* — localizada nas grandes cidades, é instalada em prédios imensos que recebem a matéria prima já na forma do açúcar Cristal (claro, escuro ou molhado).

Processo de refinação:

I — Dissolução.

II — Filtragem sob diatomita (substância sílica (ou Álcali).

III — Mistura com o carvão animal (pedaços de tíbias de bois, triturados e "torrados" a uma temperatura de 600°).

IV — Decantação

V — Retirada de resíduos (o carvão exerce uma forte adsorção, atraindo as impurezas) — Uma grama de carvão animal atua numa área ativa de 46m2.

VI — A mistura passa numa batedeira super-aquecida e aparecem ali as pedras de açúcar.

VII — Outras refinações produzem açúcares cada vez mais brancos e finos.

Porém, para exportação usa-se o açúcar "Demerara", preto, que resiste melhor à estocagem, e ainda, os tabletes ou os envelopes plásticos (usados nas Companhias aéreas que servem o Brasil). A produção de uma grande Refinaria é de cerca de 5.000 sacas de 60kg por dia. A política do Governo atual é de incremento à produção açucareira para a conquista definitiva do Mercado Mundial.

Conclusão — Não se ouvem mais, nas ruas da cidade os vendedore:

— "roletes de cana, de cana caiana"
— "Mé... nô... de engenho"
— "Alfinim"
"Alfelô e Bola"

Os roletes desapareceram mesmo, mas os outros produtos, devidamente industrializados encontram-se, à vontade, nos Super-Mercados.

Há, ainda, um antigo comércio que não acabou é a venda da "Garapa" ou "Caldo de Cana". Centenas de lanchonetes usam pequenas moendas elétricas de cilindros finos e horizontais de onde sai o caldo espumante que mata a saudade da infância de todos nós... Com certeza o açúcar se entranhou na alma dos brasileiros... Pois, de que outra fonte viria esse gênio cordato, essa boa vontade para com todas as raças que fazem da nossa terra a mais doce terra do mundo?...

BIBLIOGRAFIA

Açúcar e Álcool — ontem e hoje — Hamilton Fernandes — Coleção Canavieira nº 4 — IAA

A cana-de-açúcar na vida brasileira — Textos coligidos — José Condé — Coleção Canavieira nº 7 — IAA

A escravidão no Brasil — João Dornas Filho — Civilização Brasileira S.A. — Editora — Rio de Janeiro — 1939

Cancioneiro do Norte — Rodrigues de Carvalho — MEC — INL — Rio de Janeiro — 1967

Clã do açúcar — Lemos Filho — Distr. Livraria São José — Rio de Janeiro

Delta Larousse — Volumes II e XIII

Livro Anual da Agricultura — 1968 — Min. da Agricultura

Mato Grosso — (*Terra da Promissão*) — João Batista de Souza — Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais — São Paulo — 1953

Memórias para servir à História do Reino do Brasil — Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca) Zélio Valverde — Rio

CANCIONEIRO DA CACHAÇA

RAYMUNDO SOUZA DANTAS (*)

Um dos aspectos mais sugestivos, no quadro de nosso folclore poético, é sem dúvida aquele relacionado com o populário da cachaça. Extremamente variado, ainda agora constitui-se num manancial pouco explorado, havendo um imenso material a coligir, em quase todos os pontos do País. É, porém, cada vez maior, o interesse por este capítulo do folclore brasileiro, já sendo considerável a bibliografia a respeito. Gostaria aqui de destacar uma monografia de importância fundamental, para o melhor conhecimento do populário da cachaça, aparecido há mais de vinte anos, mas ainda agora um dos mais completos. Trata-se do estudo de folclore de autoria do sergipano José Calazans, que traz o sugestivo título de "Cachaça, Moça Branca", publicado na Bahia, lá pelos idos de 1951. Fez, aquele homem de estudos, longa e sistemática coleta de dados que continua como a mais vasta e rica, podendo se dizer que pouco ou quase nada se tem compilado no País, sobre o assunto, com a importância do que recolheu José Calazans.

Tem-se a destacar, sem dúvida, trabalhos de Gilberto Freyre, Sodré Viana, Veríssimo de Melo, publicados em revistas, que abordaram o tema nos seus mais diversos prismas. A história da cachaça, por exemplo, foi objeto de um belo livro, escrito por Mário Souto Maior. Outro livro de maior valia, este sôbre a etnografia e a sociologia da aguardente, foi montado por Luís da Câmara Cascudo. O primeiro intitula-se "Cachaça" e o segundo "Prelúdio da Cachaça", ambos lançados pelo Serviço de Documentação do I.A.A., ao qual devemos um sem número de iniciativas de caráter cultural, contribuição inestimável para o melhor dimensionamento de um dos aspectos mais dinâmicos de nossa civilização, que é o relacionado com a nossa agroindústria. Não se poderia deixar, por outro lado, de considerar o rico material contido na literatura romanesca, principalmente a nordestina. Entre os muitos nomes que poderia citar, acode-me de imediato o de José Lins do Rego, com o seu "Ciclo da cana-de-açúcar". Oferece o romance, com sua verdade, contribuição inestimável para o estudo do cancioneiro, como também do adagiário, das crendices e do receituário da cachaça. Contudo, sem minimizar a importância de todo esse rico material, projeta-se a monografia de José Calazans, hoje clássica, como um dos documentos fundamentais, para o verdadeiro conhecimento desse aspectos de nosso folclore poético.

Está na minha intenção, neste estudo, destacar, do trabalho de José Calazans, a parte relativa a Sergipe, onde, infelizmente, a pesquisa do assunto se encontra mais descurada, fato que se pode constatar inclusive desde Sílvio Romero. Em seu "Cantos Populares do Brasil", encontramos apenas uma peça sobre a cachaça, embora seja ela bastante ilustrativa da riqueza temática do folclore do aguardentismo em Sergipe. El-la:

Aguardente é como a morte,
Não respeita qualidade,
Não conhece velho ou moço,
Nem homem de qualidade.
Doutores, frades e padres,
Que bebem aguardente forte.
Basta beber dois. gorpes
Mudam a vida de repente.
Podem todos ficar cientes
Que aguardente é como a morte.

(*) **Chefe do Setor de Coordenação e Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura. Diplomata, Jornalista e Escritor.**

José Calazans, pois, como que, com o seu trabalho, preenche uma lacuna, embora, como diz ele mesmo no prefácio da monografia, não pretenda esgotar o assunto. Esse seu trabalho, feito na base de peças colhidas em todo o País, apresenta uma contribuição inestimável sobre o populário da cachaça sergipana, sendo talvez, nesse particular, o mais completo, entre os que se conhece, publicados antes e depois do aparecimento de "Cachaça, Moça Branca". Constitui-se, hoje, como já ficou dito, no verdadeiro clássico, destacando-se pela abundância do material que oferece, notadamente no que se refere a Sergipe, o que dá a medida da riqueza da cultura popular do Estado, também, nesse particular, riqueza esta que já tive oportunidade de destacar, tratando de um livro pouco conhecido de outro sergipano, este "Bretaias e Burundangas do Folclore Sergipano", de Carvalho Déda. Deve-se a Carvalho Déda, quero aqui destacar, a coleta de algumas peças valiosas do folclore da cachaça, como por exemplo esta:

São Benedito
É Santo Preto
Ele Bebe Cachaça
E Ronca no Peito

São Benedito
É Negro de Raça
Ele Toca Pandeiro
E Bebe Cachaça.

Em seu estudo, a um só tempo de ontem e de hoje, pois não envelheceu em nada, ganhando importância maior se posto em paralelo com os trabalhos de autores mais recentes, nesse seu trabalho José Calazans promove uma visão do tema a mais ampla e diversificada, abordando a cachaça como fonte de inspiração, detendo-se no exame do culto à caninha, como também debruçando-se sobre o ritual de bebedores, detendo-se no seu elogio, cuidando de sua genealogia, traçando um quadro de seu concurso nos candomblés, nos autos populares, no seu uso nas saúdes de mesa, suas relações com a alimentação, além de outros aspectos. No capítulo da louvação, José Calazans recolheu em Sergipe, por exemplo:

Minha neguinha é cachaça
Da Usina dos Oiteirinho
Tem um gosto de manteiga
Na boca de seu neguinho

Outra quadra de louvação, muito característica, entre as colhidas em Sergipe, somente ali registrada, é a seguinte:

Cachaca boa
É de Laranjeiras
Quem bebe Ela
Sái na carreira

Ao tratar de sua genealogia, em que a cachaça aparece como filha da cana, neta do canavial, salienta o pesquisador a existência de uma preocupação de atribuir boa origem social à pinga, ligada desde os primeiros tempos ao negro escravo, inclusive como bebida de senzala. Foi entre as manifestações, neste particular, que colheu a frase "Cachaça, Moça Bonita", frase que dá título à monografia. Registra dados também da influência da cachaça na dramaturgia dos autos-populares. No Bumba-meu-boi de Sergipe, por exemplo, destaca-se o Mestre Domingos, que por força do vício da cachaça é conhecido como "pé de cana", ao qual o coro adverte:

Mestre Domingos
Não vá se embriagá
Não vá caí na rua
Prá Poliça lhe pegá

Destaca-se, entre todos, o capítulo das saúdes de mesa, dos brindes à dona-da-casa, aos aniversariantes, casamentos, etc. Detem-se, José Calazans, na presença da cachaça na alimentação, nas relações entre a bebida e a comida, refletindo, como exemplo, nesta quadra:

Comendo feijão
Bebendo cachaça
Assim com prazer
A vida se passa.

Trata-se, pois, de um livro de maior importância, dentro da bibliografia sobre o folclore da cachaça, livro que merece ser republicado, pelas suas excelências.

MEDICINA DE FOLK NA ÁREA CANAVIEIRA NORDESTINA

WALDEMAR VALENTE(*)

Mesmo sem levar em conta os tempos prehistóricos, caracterizados pela ausência de escrita, envolve a conceituação da Medicina, no tempo e no espaço, duas tendências bem distintas: a mágico-teológica e a empírico-científica. A primeira responsabilizando as causas sobrenaturais pela origem e desenvolvimento das doenças. A segunda admitindo a influência exclusiva de causas naturais.

A concepção que considera a doença como resultado de influências sobrenaturais, embora pertença particularmente as culturas primitivas — como acontece em muitas tribos indígenas ainda sobreviventes no Brasil — ou a sociedade tecnologicamente atrasada — como é o caso dos camponeses da área canavieira nordestina — persiste também, dinamicamente, em níveis culturais mais altos.

A tendência universalmente mística do espírito humano torna possível a penetração de certas concepções. Mesmo nas camadas mais cultas de uma sociedade, na qual a técnica e a ciência oferecem soluções naturais para os problemas humanos — entre eles, o da doença — volta-se o homem, num apêlo dramático, para os remédios heróicos da magia.

Proteger o organismo humano, os seres e as coisas que lhe são úteis, contra as influências nefastas, ou evitá-las, constitui esforço de feiticeiros e curandeiros. Estes, na luta contra a doença e os malefícios em geral, encarregam-se da execução de práticas curativas ou preventivas. É o que ocorre em culturas atrasadas, nas quais agem livremente. Também, em sociedade culturalmente evoluídas ou em camadas sociais dispondo de melhores condições de vida e de mais amplas oportunidades de desenvolvimento.

Na Medicina sobrenaturalística, mesmo que as concepções possam divergir, num ponto, estas se mostram semelhantes: a sobrenaturalidade das causas determinantes das doenças, com o seu mágico ritualismo terapêutico.

Nos grupos-de-culto afro-brasileiros-candomblés baianos e xangôs pernambucanos, por exemplo — embora os participantes estejam integrados nas culturas respectivas dos centros urbanos — no caso, Salvador e o Recife — onde a Medicina científica se mostra em alto nível, domina de modo absorvente a Medicina mágica, com todo o seu cortejo de usos e práticas. A Medicina que é exercida por curadores ou curandeiros, representados geralmente por feiticeiros ou por sacerdotes dos grupos-de-culto, a quem são atribuídos poderes médicos, de base mágica. A complexa e estranha farmacopéia inclui, ao lado das infusões de plantas místicas, dos banhos e das defumações, da ingestão de certos alimentos de origem animal, principalmente vísceras, preparados à base de estravagantes processos culinários, também encantamentos, ensalmos, exorcismos, violentas danças rituais, sua liturgia, seu ritual, seu cerimonialismo e sob impulso do transe.

Como concepção essencialmente mística, a Medicina religiosa ou mágica deve fazer parte de um contexto cultural. Em particular, integra um quadro religioso, com suas divindades, sua liturgia, seu ritual, seu cerimonialismo e suas etiquetas.

Entre as causas mágicas ou sobrenaturais, merecem destaque: os sortilégios, a violação dos tabus, a falta de cumprimento das obrigações e deveres religiosos. Especialmente quando a falta fere divindades que funcionam com poder de patrono. Como se vê, a casualidade sobrenatural ou religiosa é complexa. A fúria dos deuses ofendidos, desabando sobre o homem, sob forma de vingança, disfarçada em corretivos e sanções. Como na Medicina de base natural, a Medicina mística, nas práticas terapêuticas, utiliza remédios que estão em correspondência com a casualidade específica.

Nos candomblés de cabloco, nos torés e nos cultos de Umbanda, blocos sincréticos de religiões afro-brasileiras, nos quais os elementos ameríndios e principalmente espíritas ocupam posição de destaque, a Medicina obedece a critério tipicamente mágico. Na Umbanda, por exemplo, o culto tem por fim fazer "baixar" os espíritos das florestas, dos rios e das montanhas, para que se encarnem nos corpos dos fiéis. Aqui, o processo de aculturação envolve espiritismo de forma cardecista, um pouco tocado de ancestrolatria, e panteísmo. Tais espíritos, chamados de *encantados*, devem responder às perguntas angustiadas e às consultas esperançosas dos doentes e dos sofredores. Os *possuídos*, em linguagem que só os sacerdotes, na maioria das vezes, podem entender, anunciam as causas dos males, o seu diagnóstico, o tratamento e o regime de vida os doentes devem seguir com religioso rigor. A Medicina mágica não cuida apenas das doenças físicas. Também dos sofrimentos morais. É assim, ao mesmo tempo, do corpo e do espírito. Uma espécie de medicina psicossomática.

---

* *Antropólogo, etnógrafo e Professor da Universidade Federal de Pernambuco.*

Entre os chamados *pontos cantados* (cânticos), alguns denunciam a função terapêutica dos *encantados*. Um exemplo.

ao rei Heron:
Eu venho rezando do outro mundo
Eu venho curando

a Ritango do Pará:
Só tem a vida segura, Ritango do Pará
Quem comigo se pegar, Ritango do Pará

a mestre Carlos:
Levantou-se e foi curando
Na sua mesa real

a Tabatinga:
Tabatinga vem da mata
Tabatinga vem curando
Em nome da virgem amada
Todos os males retirando..., etc.

É curioso observar que o Espiritismo, a princípio apenas servindo de meio de comunicação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos — o Kardecismo na sua forma mais pura permitindo que os vivos recebam mensagens, através da mediunidade, de pessoas queridas que já morreram — agora consente que os mortos se incorporem aos vivos, dando-lhes não apenas simples conselhos, mas ensinando-lhes a recobrar a saúde perdida. Assumindo, portanto, função tipicamente médica. Roger Bastide chama a religiões deste tipo de *religiões de consumo*, nas quais os deuses são utilizados em favor das criaturas humanas.

Na Medicina mágica dos grupos-de-culto afro-brasileiros mais ortodoxos, sobressaem, no mundo de elementos utilizados, além das ervas medicinais, de modo especial, os ritos de magia imitativa ou por contacto.

O uso mágico das ervas na terapêutica resulta de complexo sincretismo euro-afro-ameríndio. Sincretismo, sobretudo, de infusões e de pomadas. É interessante lembrar que o ritual tem força mágica igual ao da própria erva. Tudo tem que ser rigorosamente observado no emprego das plantas. Da colheita e do preparo, à aplicação. Certas ervas só têm valor se forem colhidas no sertão. De um curandeiro, consultado sobre o diagnóstico e o tratamento de uma dor do ventre, recebeu o doente a seguinte recomendação: "O sinhô tem uma dô crônica; quando o sinhô foi crescendo e a tripa do imbigo foi repuxando, por isso vem essa dô. Mas, não é nada e eu lhe curo cums posim que trago; é casca de juá perparada, mas casca do lado que nasce o só e ralada na força da lua. O sinhô toma e executa os meus seguimentos (dieta) que fica bonzim de vez, expromente."

Curiosa receita, acompanhada do modo de preparar e de usar, foi recolhida pelo agrônomo e folclorista Getúlio César, no Nordeste:

A fórmula e o preparo:

Raiz de caiubim
Raiz de velame
Cipó guardião
Raiz de caninana
Cabeça de negro
Cabacinho
Pó de Joana
Mercúrio doce
Cristal mineral
Iodureto
Aguardente.

"Toma-se da raiz do caiubim e do velame o tanto de cada um que encha o espaço formado entre os dedos indicador e polegar; do cipó guardião, o tamanho de dois dedos; da raiz de caninana a metade da porção de caiubim; da cabeça de negro e do cabacinho, partida em cruz, bota-se um quarto; pó de Joana e mercúrio doce 100 réis de cada; cristal mineral 3 mil réis; iodureto 1 grama e aguardente forte e boa uma garrafa.

A raiz de caiubim deve ser retirada do lado que nasce o sol. O guardião ao ser cortado do pé não deve ser arrastado, porque se o for vira veneno. A raiz de caninana deve ser arrancada em silêncio, porque se quem a estiver arrancando falar, a transforma em elemento de morte. A cabeça de negro, se a garrafada for para homem, deve ser fêmea, que é a redonda; se for para mulher, deve ser macho, que é a comprida. Depois de feito tudo conforme vai explicado, põem-se todos os remédios em uma garrafa de aguardente, arrolha-se bem e se enterra no cisqueiro durante 15 dias, depois do que pode alguém usá-la, tomando banho.

Mas, para que a garrafada tenha o seu poder curativo integral, é necessário que ao ser preparada, ou mesmo depois de preparada, nenhuma mulher grávida ou menstruada a toque ou dela se aproxime, porque em tal hipótese perde a força." Segue-se a dieta: "Não comer fruta de qualidade nenhuma, nem miúdo (frissura), carne de porco, galinha prêta, bacalhau, caça do mato, pato, feijão de casta (mulatinho, flor branca e gurgutuba), peru, peixe de couro, curimã e café."

Qualquer insucesso na ação farmacomágica deve correr por conta da falta de cumprimento integral das instruções.

Geralmente, além do ritual, que reforça a eficácia do remédio, é necessário ajudar as beberagens com o poder das rezas católicas. Umas, tradicionalmente católicas, como a Ave Maria, outras populares, sem aprovação oficial da Igreja.

Na Idade Antiga, acreditava-se que comer víbora viva produzia imunização contra efeitos venenosos de sua mordida. A carne e as vísceras do referido animal desempenhavam, segundo crença popular, função importante na terapêutica mágico-religiosa. Houve tempo em que os olhos dos pássaros eram considerados excelentes remédios contra enfermidades da vista, do mesmo modo que testículos de animais teriam ação favorável na cura da impotência. Na magia imitativa, papel importante é representado pelos dentes de hiena: curam doenças dos dentes e da bexiga.

O mecanismo terapêutico da magia imitativa lembra, analogicamente, alguma coisa do processamento biológico, de função tanto curativa como preventiva, atribuído aos sôros e vacinas.

Nas hervanarias nordestinas, sobretudo no interior da Paraíba e de Pernambuco, entre remédios famosos da farmacopéia popular, encontrei penas amarelas de aves, não só de galinhas, mas de araras e periquitos, de função terapêutica mágico-imitativa, servindo, sob forma de infusão, para a cura da icterícia. A cor concentrando o poder de antídoto que se deve utilizar contra a doença que se identifica pela pele amarelada.

Na Medicina mágica, da concepção simbólica, derivada ou sugerida às vezes da própria expe-

riência, resulta a idéia de curar doenças orgânicas com remédios, geralmente de natureza vegetal. Também, como já tem acontecido em certas ocasiões, de natureza animal. Um exemplo: As penas de aves, sempre usadas na magia de imitação, pela analogia de forma ou de cor. A pulmonária — planta cujas folhas lembram a forma do pulmão humano — tem sido muito indicada no tratamento das doenças pulmonares.

A propósito de terapêutica baseada na magia imitativa, registro curioso que a tradição médica resguardou vale a pena ser recordado: na Antigüidade, Barcelos de Burdeos, médico e também feiticeiro, curava tumores cortando uma raiz de verbena em 2 pedaços, um para ser pendurado no pescoço do doente e outro jogado sobre o fogo fumejante. Quando a raiz secava, o tumor desaparecia. Ameaça terrível pesava sobre os enfermos que ficavam bons e não pagavam os honorários cobrados pelo médico: a raiz da verbena era mergulhada em água, entumescendo de umidade, ao mesmo tempo que ressurgia o tumor, para castigo do doente curado. Felizmente, desse processo não utilizam os médicos, no exercício da Medicina científica.

Semelhante conceito de magia imitativa se encontra entre tribos selvagens, quando usam peles e penas de animais com o objetivo de receber, por transmissão mágica, propriedades desejadas que lhes são peculiares. Entre tribos brasileiras, não apenas as históricas e já extintas, mas as atuais, tal prática é muito comum. Até no ritual da antropofagia, é possível descobrir a presença da magia imitativa: comendo, não por gula ou fome, carne humana, o que o índio brasileiro desejava era acrescentar às suas qualidades de guerreiro, a valentia e a belicosidade do inimigo vencido.

O desejo de conservar a vida, tanto no indivíduo como na espécie, e o desejo oposto de destruí-la, vêm dominando o espírito humano desde a mais remota antigüidade. De um modo ou de outro, permanecem os 2 desejos: ativos, os conscientes, ou latentes no subconsciente. Persistem, obstinadamente, os elementos mágicos, mesmo contra o poder das faculdades críticas e a força de contenção representada pela absorvente motivação das religiões. Ambos trabalhando para dar a tais desejos orientação diferente. Agem como freios, num insistente esforço de neutralização dos impulsos mágicos. Embora possam atuar como poderosas superestruturas, de um lado a crítica objetiva, de outro a fé religiosa, mesmo assim podem fracassar em seus intentos, de modo periódico ou duradouro, em circunstâncias especiais, às vezes, ligadas apenas ao indivíduo, outras vezes, à coletividade. Imprevistos de forte carga emocional, provocando distorções na psicologia individual, com neuroses e psicoses e até psicopatias, ou estímulos de violento poder traumatizante sobre a psicologia coletiva, de ação contagiante e quase epidêmica, com a ativação de recalques supérstites, antes escondidos sob forma latente, podem valer, em tais casos, como causas. Nestas condições, opera-se o retorno ao primitivismo mental dos antepassados. Retorno que pode resultar da exacerbação do impulso emocional, da auto-sugestão ou de um estado de espírito tendendo para a alucinação e o emergir do inconsciente. Tal ocorrência lembra o que acontece com o indivíduo após grave e demorada doença contagiosa, ou o que sobrevém ao uso prolongado de entorpecentes. Num caso e noutro, despertando com toda a sua força o sentimento de conservação e de defesa do indivíduo ou do grupo, diante de grave perigo. Contra a sensação de isolamento e de inferioridade ante poderosas forças nefastas, surge a necessidade de resistência, com a utilização de todos os meios possíveis de defesa. Nesta ocasião, quase inevitavelmente vem a regressão: o indivíduo, ou o grupo, dominados pelo terror, pelo impulso da evasão e pelo desejo de agressão, voltam às primeiras crenças, reapegando-se às primitivas práticas.

Entre as práticas mágico-imitativas, em curso no Nordeste, na zona rural, especialmente na agro-indústria do açúcar, vale a pena recordar a da cura da gôta, diátese única, caracterizada por dores articulares e impossibilidade de movimento. O gotoso deve amarrar num dos pés um pedaço de pele de veado, que é animal conhecido pela agilidade da carreira. O fragmento de pele deve estar contido dentro de um saquinho de pano. Trata-se, como é fácil de ver, de autêntico amuleto médico, baseado na magia imitativa.

Muita gente pergunta se tais processos de tratamento chegam a dar resultado positivo. A resposta compreende uma explicação: quando a magia se basea no emprego de ervas, sob forma de infusão, pode acontecer que as propriedades destas, ainda desconhecidas cientificamente, disponham de real atuação benéfica, reduzindo os sintomas das doenças ou mesmo eliminando-as. Neste caso, cabe à medicina experimental, sobretudo aos laboratórios de fisiologia e de farmacologia, a confirmação ou negação científica de propalados sucessos. Outro aspecto é o que diz respeito às enfermidades funcionais, especialmente de origem psíquica. Aqui, tanto a indução hipnótica como a auto-sugestão poderão produzir resultados reais, de aparência assombrosa. Mesmo sobre certos fenômenos físicos, de base também psíquica, a sugestão às vezes é bem sucedida. Isto acontece principalmente quando o paciente é facilmente sugestionável. Os trabalhos de Frei Boaventura, neste particular, são dignos de registro, exatamente porque têm demonstrado até onde pode ir a ação curativa da pretendida "fôrça mágica". O que equivale dizer até onde vai a receptividade sugestiva ou o poder de auto-sugestão no tratamento e cura de doenças simplesmente funcionais ou apenas psíquicas e mesmo sua participação em certas curas de fenômenos psicossomáticos. Psicólogos e parapsicólogos empenham-se na explicação de fenômenos, até pouco considerados simplesmente mágicos.

Comum em alguns grupos culturais, de influência cristã, é considerar o demônio responsável pela doença. Tanto pela simples ação, por assim dizer catalítica, como pela sua incorporação na própria pessoa. Há quem acredite que a trepanação — operação que data dos tempos prehistóricos, muito comum entre incas e tribos platinas — tinha por fim, para curar certas doenças, libertar o cérebro do indivíduo de algum mau espírito, que dentro dele se alojara. A noção animística de que no cérebro se aloja algum espírito nocivo torna a trepanação operação aconselhável, sobretudo no caso de doenças, no conceito popular, tendo por sede a cabeça, como cefaléas, loucuras, epilepsia, etc.

A chamada *mudança de cabeça*, ritual sigiloso, de extraordinária força mágica, freqüente nos grupos-de-culto afro-brasileiros, que vem dos tempos da escravidão, tem objetivo médico semelhante: serve para retirar do indivíduo, portador de doença grave, através da cabeça, espíritos maus, tidos como responsáveis pelo desvío da saúde. Para maior objetividade ritual, nos grupos-de-culto mais ortodoxos, é a cabeça raspada, e levemente ferida, de modo a dar mais fácil evasão aos agentes nocivos.

A expressão popular "estar com o diabo no couro", corrente no Nordeste, para indicar pessoas que apresentam ares de doido, cometendo desatinos, ostentando brabeza e causando medo aos outros, se enquadra na concepção demoníaca de doença.

Nas *tendas* espíritas e nos *xangôs de caboclo* é muito comum a crença na existência de um espírito mau, meio zombeteiro, capaz de encarnar-se no corpo de certas pessoas, enlouquecendo-as momentâneamente, levando-as a cometer atos incompatíveis com as normas morais dominantes. Refiro-me a *Zé Pilintra* que, para desencarnar, exige cachaça e defumação, cantos e gestos, em complexo ritual de despacho.

De acordo com a concepção animístico-fetichista, o sacerdote, ou simplesmente o feiticeiro ou apenas o curandeiro, tanto dispõem de poderes para libertar o indivíduo da doença, retirando o espírito nefasto, como, pela sua introdução, é capaz de provocar a enfermidade. Em caráter de punição religiosa, ou simplesmente para atender a desejos alheios.

Vale a pena esclarecer que, a Medicina sobrenatural, mágico-religiosa, mística ou teológica, envolve também a idéia de *astrolatria* (adoração dos astros, ou mais precisamente, a tendência mística para aceitar a sua influência sobrenatural na gênese e desenvolvimento das doenças, em particular, e sobre a vida, de modo geral), e ainda a de *alquimia* (outra tendência mística para aceitar a influência sobrenatural de drogas sobre a saúde e a vida).

A concepção sobrenaturalística confere extraordinária importância à função das divindades. Combate tudo que pode ofendê-las ou provocar suas iras. Desagradá-las ou ferí-las em suas susceptibilidades. Ou, simplesmente, as utiliza, mesmo sem tê-las ofendido conscientemente.

O sacerdote-médico surge como imposição da própria instituição do culto, que inclui preceitos, práticas e rituais, não esquecendo as preces visando glorificar as divindades e acalmar as mágoas produzidas pelas ofensas humanas, ou apenas suplicar sua interferência. Ao sacerdote cabendo descobrir não só as doenças e suas causas, também os meios de curá-las ou de evitálas. Complexa liturgia e rigoroso ritual usa o sacerdote para conseguir a simpatia dos deuses. Em muitos grupos-de-cultos e sociedades religiosas, o sacerdote se impõe pela força e pelo poder mágicos. Guarda os segredos da magia, um tanto egoísticamente, transmitindo-os apenas, em sua totalidade, aos que devem substituí-lo, em qualquer emergência, como iniciados privilegiados, na função médico-religiosa. Daí, a existência, entre certos povos ou comunidades, não apenas de *casta*, mas de *classe* dedicada ao sacerdócio.

Logan Clendenning, em seu *Romance da Medicina*, mostra que nas sociedades humanas primitivas, ao começar a especialização funcional, impõe-se a criação da casta sacerdotal, com tarefas e poderes de sacerdote, de rei, de juiz e de curandeiro. "Durante séculos", informa David Dietz, em sua *Estória da Medicina*, "a moléstia foi atribuida à visita dos deuses, ao trabalho diabólico dos satãs, ou à maquinação dos feiticeiros e a magia e as benzeduras foram os métodos aceitos para extinguir as moléstias." Igual ponto-de-vista encontra-se em Cumstom, em sua *História da Medicina*. Por isto, a presença de feiticeiros e sacerdotes, também investidos de função médica, mesmo entre povos de nível cultural elevado, pode ser explicada. Sacerdotes e feiticeiros atuando não apenas sobre o indivíduo, mas sobre o grupo.

É fácil compreender porque a terapêutica tem geralmente caminhado na dianteira dos outros ramos da Medicina. A primeira intenção e o primeiro esforço do homem diante da doença tem sido no sentido de sarar ou de aliviar. Só depois vindo a preocupação de diagnosticar. De saber qual a doença e quais as suas causas. As preces, os sacrifícios, os encantamentos — elementos mágicos utilizados na primitiva luta contra a doença — constituem as primícias da terapêutica.

O conceito sobrenaturalístico em Medicina tem-se mostrado bastante resistente, quer na humanidade de modo geral, quer particularmente em cada um de seus grupos, embora as explicações baseadas nas leis naturais se tornem cada vez mais conhecidas, à proporção que o homem se vai libertando, pelo seu equipamento técnico-cultural, de tabus e superstições. No combate às doenças, de permeio com médicos e critérios científicos de diagnósticos e tratamento, atuam curandeiros, feiticeiros e sacerdotes, com os meios de que dispõe o seu aparelhamento mágico. Mesmo que não haja interferência de processos materiais de tratamento — o que nem sempre acontece, mesmo nos centros urbanos sócio-culturalmente mais adiantados — funciona a Medicina sobrenatural, através da invocação de divindades ou de santos. Em certos casos, a graça ou o milagre sendo os únicos meios de conseguir cura ou alívio. Em todas as religiões existem divindades ou santos patronos e advogados protetores das criaturas humanas, resguardando-as da doença e da morte. O que é curioso, com funções médicas específicas. Divindades e santos que são convocados, em apelos e SOS angustiados, para colocarem à disposição dos enfermos seus saberes médicos especializados. No Catolicismo popular do Brasil, muitos santos são invocados, como especialistas em vários ramos da Medicina. Entre eles:

Santa Luzia, nas doenças dos olhos;

Santa Ágata, nas moléstias dos pulmões e vias respiratórias;

Santa Apolônia, nas dores de dentes;

São Brás, nas enfermidades da garganta;

São Benedito, nas mordeduras de cobras;

Santo Amaro, nas úlceras e mutilações;

São Lásaro, na lepra;

Santa Sofia, no mal de azia;

São Sebastião, e São Roque, nas epidemias de peste;

São Bartolomeu e São Ciríaco, na possessão demoníaco e nas doenças nervosas;

São Miguel, nos tumores, benignos e malignos;

São Libório, na calculose urinária;
São Tomé, nas verminosas;

Santo Erasmo, nas cólicas abdominais;

Santa Margarida e N. S. do Bom Parto, na gestação e no parto;

Santo Cosme e Damião, na pediatria;

Nossa Senhora e Santa Mãe de Deus, em muitas doenças.

No sincretismo religioso que se desenvolveu no Brasil, durante a colonização o reinado e o império, particularmente no Nordeste de regime patriarcal e de economia escravocrático-canavieira, abarcando, em complexa interfusão, elementos do mosaico fetichista africano, conceitos, práticas e princípios do Catolicismo, do espiritismo cardecista, das crenças ameríndias, do islamismo e de outras seitas e religiões, cada divindade do agiológio negro teve seu correspondente no quadro santalógico cristão. Não é de admirar que, no Brasil, cujo sincretismo religioso ainda permanece, embora com as mudanças decorrentes da dinâmica cultural, muitas divindades africanas desempenhem também funções médicas, algumas até especializadas. Assim, por exemplo, *Nanabuluku*, ou simplesmente *Nanã*, sincretizada com Santana, atende às parturientes, dando-lhes de livramentos felizes. O médico dos pobres, nos grupos-de-culto afro-brasileiros, é *Omulu*, divindade nagô muito prestigiada, pelos poderes médicos que possui contra as febres, os tremores, as coceiras e a varíola.

A Igreja Católica não desaprova a crença na proteção dos santos contra as doenças, embora recomende respeito às práticas da Medicina científica e condene a interferência física. O povo nem sempre se contenta com a simples intervenção sobrenatural das divindades ou dos santos. Aceita, também, dando expansão às tendências supersticiosas, ativas ou latentes, em coerência talvez com o *ethos* sócio-religioso da comunidade a que pertence, práticas e interferências de ordem física. Rezas e benzeduras, águas e infusões, encantamentos e exorcismos, garrafadas e até intervenção cirúrgicas sobrenaturais formam o quadro terapêutico da Medicina mágico-religiosa. Medicina alimentada pelas crendices e superstições, que a mentalidade mística universal desenvolve de acordo com o tipo de cultura, as tendências constitucionais e as influências regionais. Mais precisamente: influências ecológicas.

A Medicina sobrenaturalística forma, de maneira preponderante, ao lado de outros aspectos da Medicina popular, sempre mais modestos e menos ostensivos, tanto na terapêutica como no diagnóstico e até no vocabulário usado, na doutrina e na prática, a chamada *Medicina de Folk*.

Medicina de Folk, um dos mais interessantes aspectos do FOLCLORE, não sendo aprendida em escolas, nem em faculdades, nem sempre se sabendo como surgiram as idéias e as práticas, propagando-se espontâneamente, mantendo-se
pela tradição, desempenha grande papel na vid
dos grupos humanos. Não sendo saber instit
cionalizado, a *Medicina de Folk*, quase incon ci
entemente se transmite de indivíduo a indiví
de geração a geração, dentro do grupo cult
podendo propagar-se, comunicando-se como o
tros fatos folclóricos, pelos contactos human
de grupo a grupo, de indivíduo a indivíduo, ou
indivíduo a grupo, por meio da interação. Co
fato folclórico, dispõe de grande força de co
municação. De grande capacidade de difusão.

Embora a *Medicina de Folk* se desenvolva p
ralelamente ao lado da Medicina empírica
mesmo científica, qualquer que seja o nível c
tural do povo ou comunidade, torna-se evid
que nas camadas menos cultas, onde as co
ções sociais e econômicas são precárias, ond
oportunidades de instrução quase não exi
onde finalmente a possibilidade de ascender
turalmente mostra-se praticamente ausente,
ação se revela de modo mais característico.

Os costumes da *Medicina de Folk* são pec
res a cada região e a cada grupo ou socie
embora alguns deles pertençam ao patri
universal do folclore médico.

Ninguém desconhece que há certa unifo
dade intencional nos costumes e nas prátic
curso nas camadas mais educadas das com
dades humanas. Os enormes monoblocos d
mento armado, de arquitetura padronizad
tão neste caso, como expressão de cultura so
tudo material. Mostram-se iguais em toda a
te. Na América do Norte, como nas grandes
dades brasileiras, em Hong-Kong, Pequim,
quio, Dakar, Lourenço Marques, Buenos A
Caracas, Telavive. Cidades estas caracteriz
pelo elevado índice tecnológico. Sob este asp
nada ou quase nada de peculiar sobressai
cultura urbana. O *standard* técnico produz
nótona uniformidade. Coisa idêntica se pod
dizer da Medicina científica. O que prepond
é a Medicina que se baseia na pesquisa e na e
periência científicas. É a Medicina, em gra
parte, ocidental, com sua ciência, sua técnic
sua arte. E até com sua filosofia. É a Medic
aprendida nas Universidades, principalmente
ropéias e americanas, embora melhorada e p
feiçoada pela experiência e pela iniciativa
soal de cada médico, de cada cientista, e sub
tida a adaptações nem sempre de acordo c
necessidades impostas pela ecologia e pelos ti
constitucionais da região, nunca se afastando
modo ostensivo dos padrões que caracterizam
saber erudito ou institucionalizado.

O que caracteriza cada um desses gran
centros urbanos, no que se refere à saúde
doença, é o modo de proceder de sua *Med*
de Folk. Desta Medicina popular, baseada
crendice e na superstição. Na intervenção
forças sobrenaturais e na eficiência terapêut
de processos e práticas que a tradição perpetu
e a mentalidade mística, sempre latente, quan
não aparente, aceitou-os, criando às vezes
dalidades e variantes, mas resguardando semp
as raízes folclóricas fundamentais. em resum
de uma medicina que está de acordo, numa in
gração que nem sempre se pode explicar logic
mente, com o próprio contexto cultural do g
po. Tem razão Redfield quando lembra qu
cultura local deve ser procurada não nos m
de vida dos eruditos, mas na maneira de ser
rústicos.

"O uso mágico das ervas na terapêutica resulta de complexo sincretismo euro-afro--ameríndio. Sincretismo, sobretudo, de infusões..."

No caso brasileiro, a *Medicina de Folk* contou não apenas com a participação o saber popular européu, principalmente ibérico e peculiarmente lusitano. Também, às vezes até com certa preponderância, da cultura de *Folk* do amerindio e do africano. Não é demais insistir: em vários aspectos, as três formas de cultura de *Folk* não passam de manifestações ou variantes de uma cultura popular universal. É o que acontece, por exemplo, com a prática das benzeduras e das rezas, dos amuletos médicos ou terapêuticos, dos encantamentos e dos exorcismos. As feições diferentes de que se revestem não são mais que avatares mágicos que se identificam pelo mesmo objetivo. Um exemplo, basta para ilustrar. A erisipela, conhecida pelo Brasil a fora, nas classes menos cultas, sob o nome de *maldita*, e *mal do monte*, ou pelas corrutelas *zipra, zipelão, zipela, isipa*, com ligeiras variantes, é tratada por meio de orações benzeduras. Entre as orações, é interessantes recordar duas registradas por Josa Magalhães (Medicina Folclórica), correntes no Ceará:

"Onde vai, Dona Fremosa?
Eu não sou Fremosa, não
Sou *isipa, mal do monte,*
Que trás o vermelhidão,
E saio roendo osso
Antes que o mal vá adiante,
Eu, zás, te corto o pescoço

Isipra, isipela, isipelão
Do tutano vai pro osso,
Do osso vai pra carne,
Da carne pra pele,
Da pele prás onda do mar sagrado

As benzeduras são geralmente feitas em forma de cruz, com ramos de vassourinha, de pinhão rôxo, de mangericão ou arruda, plantas de reconhecida função mágico-religiosa. Em Santa Catarina é tão freqüente o uso de benzeduras no tratamento da erisipela que, conforme observação de Osvaldo Cabral, corre, mesmo entre gente de alguma instrução e pertencentes à classe média da sua estruturação social, o seguinte aforismo médico, não hipocrático: "a erisipela não se cura com remédios de médico, mas com benzeduras." Entre as práticas de benzedura contra erisipela uma se faz com a oração que se refere a hipotético encontro de Jesus com os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, no caminho de Roma. Esta oração apresenta inúmeras variantes no Brasil, todas elas evidentemente de origem européia. Vale a pena transcrever o texto de uma das variantes:

"Pedro e Paulo vinha de Roma e encontrou com Jesus Cristo, e Jesus Cristo perguntou: — donde vens, Pedro e Paulo? — Senhor, venho de Roma. — Que novas há por lá, Pedro e Paulo? Muita zipra, zepelão, dor de cabeça, fogo selvagem. — Torna atrás, Pedro e Paulo, e cura a zipra, zipelão, dor de cabeça e fogo selvagem — Com o que Senhor? Com as nove lã do carneiro preto, azeite doce e óleo de santa silveira. Com isto curarás, em nome de Deus e da Virgem Maria. Amen." A benzedura é feita com fiapos de lã embebidos em azeite doce.

Embora não se negue que é nas classes menos educadas — de preferência em áreas onde o subdesenvolvimento, em seus vários aspectos se mostra mais acentuado, como no Nordeste brasileiro, não só no interior, mas nos centros urbanos, entre populações marginalizadas, nos alagados, nos morros e nos córregos — que a *Medicina de Folk* encontra nítido sistema de organização, é possível verificar em bairros de elevado nível sócio-cultural, numa espécie de resistência à desorganização, sobrevivências de algumas de suas manifestações. É o que se pode observar com as influências exercidas pelos grupos-de-culto afro-brasileiros sobre gente de alto nível cultural. Influências que se evidenciam em certas práticas de *Medicina de Folk*. Bom exemplo é a prática dos sacrifícios de animais, em oferenda às divindades africanas, sincretizadas com santos católicos. Também, as preces propiciatórias e os despachos ou *ebós*. Desiludido da eficiência da Medicina cientifica, da Medicina em bases humanas, volta-se o homem, em busca de cura ou de alívio para seus sofrimentos físicos, para os remédios sobrenaturais, algumas vezes apelando até para práticas mágico-religiosas pertencentes a outras religiões. Numa espécie de apêlo para a força curativa de divindades estranhas, sem contudo, abandonar suas próprias divindades, numa atitude de quem, sentindo-se perdido, deseja o auxílio de dois senhores. Ou, conforme o aforismo popular: procura acender uma vela a Deus e outra ao Diabo.

Vale a pena ressaltar que, mesmo levando em conta as diferenças locais, é nas crenças, costumes e práticas relacionadas com a saúde e a doença que a cultura de *Folk* se mostra mais evidente. No Nordeste brasileiro, por exemplo, no sistema de práticas terapêuticas e até profiláticas em curso na *Medicina de Folk*, têm grande aceitação as benzeduras para *mau-olhado*, prática que reúne, em complexo sincretismo, influências européias, indígenas e africanas, hoje, em grande parte, completadas ou substituídas pelos *passes* espíritas e pelos águas *fluidificadas*, ou em sua pureza natural, mais dotada de poderes sagrados, conforme a crença panteística, que teve em Pernambuco, em Bento Milagroso e em Amaro Feliciano, seu discípulo, dois grandes doutrinadores e orientadores de práticas de misticismo terapêutico.

Também, na *Medicina de Folk* nordestina um elemento têm tido grande evidência: o *bento* ou *breve*, também chamado de *patuá*, pequeno saquinho contendo rezas fortes, capazes de fechar o corpo não apenas contra a doença, mas até contra a faca e bala. Tal uso deve representar reminiscência fetichista trazida pelos negros. Mais exatamente, sobrevivência mágica dos povos bantos. Isto se explica pela influência congo-angolense sobre o Catolicismo popular que se desenvolveu no Nordeste, ao tempo da escravidão. Não é fora de propósito lembrar que os negros islamizados que vieram para o Brasil usavam, pendurados ao pescoço, pequenos sacos, conhecidos também por *patuá*, contendo versículos das suratas do Corão, e com finalidade indêntica.

Nas populações do interior de Pernambuco, até pouco tempo, havia uma prática que lembrava o amuleto mágico-médico, de origem africana. Refiro-me ao costume de amarrar ao pes-

coço um saquinho contendo moeda de pequeno valor. Esta moeda, que antigamente era um vintém, e que se considerava possuidora da virtude sobrenatural de curar o *puxado* ou *piado* (asma) das crianças, devia ser pedida, à maneira de esmola, à primeira pessoa que o doente encontrasse na rua, em dia previamente marcado.

Compreende-se que muitas das práticas populares da Medicina, de maneira geral, divulgaram-se sem coerção digna de registro, graças à eficácia de suas aplicações. Tornaram-se, mesmo, em muitos casos, pontos de partida para pesquisas científicas de grande significação na Medicina. Outras, porém, foram sofrendo a resistência coercitiva, nascida da própria ineficácia, perdendo a popularidade médica e acabando por desaparecer quase completamente. É o que têm acontecido com certas práticas, nas quais não se descobre nenhum elemento de ordem natural que possa ser utilizado pela Medicina científica. O benefício que pode prestar, de ordem psicológica, nos casos de doenças sem base orgânica, não chega a contrabalançar o mal que pode produzir, na maioria das vezes não só afastando o tratamento médico-científico, com avanço da doença, como ainda, nos indivíduos de mais franca sugestionabilidade, permitindo a explosão de doenças mentais, sobretudo quando se exerce a interferência de práticas de baixo espiritismo.

Em certas comunidades rurais, nas quais a cultura de *Folk* é evidente, pode-se observar a presença de uma espécie de pseudo-ciência primitiva e de uma arte de curar correspondente. O povo dispõe de um equipamento tecnológico próprio para cuidar da saúde. Da mesma maneira que a casa de taipa ou de adobe, às vezes coberta de palha, atende à necessidade de abrigo, e o cultivo da mandioca, do feijão, do inhame, do milho e toda a sua arte culinária de *Folk* satisfazem à alimentação. A Medicina de *Folk* assume particular relêvo quando as noções de fisiologia humana e de técnica terapêutica se vinculam à religião ou a certos aspectos da vida social.

Entre as concepções de *Folk* ligadas à doença é de grande valor a crença na influência dos ventos maus. Se, de uma parte, tais ventos se relacionam, na fenomenologia natural, com os movimentos do ar — as chamadas correntes de ar, por exemplo, com todo o seu cortejo de perigos — de outra parte, são tidos como entes sobrenaturais de extraordinária força maléfica e até como grupos sintomáticos típicos de algumas doenças. É interessante notar como o conceito de ventos maus se associa em geral à presença da água. Da água estagnada, onde se supunha ficar a origem dos miasmas, entidades fantasmas a que se atribuía a responsabilidade de certas doenças, como a *malária*, por exemplo, e veiculadas através do ar. O próprio nome da doença — *malária* — etimologicamente significando em língua italiana, *maus ares*.

A propósito de maus ventos, não é inoportuno lembrar orações e benzeduras que a *Medicina de Folk* aconselha contra *flatos, ventosidades* e *paralisias parciais*. O *flato*, no Nordeste mais conhecido por *ar encausado*, é uma dor que surge num lugar (tórax ou abdomén), provocando angústia, falta de ar, palpitações do coração, quase sempre desaparecendo e ressurgindo em outro local. As *ventosidades*, os *gazes* (*meteorismo*), são outro aspecto da presença maléfica dos ventos. A seguinte oração, que é recitada com um ramo de magericão tocando sobre a parte afetada, é muito conhecida no tratamento do *flato*:

"Vai-te p'ros ares a girar.
Deus andava pelo mundo
Todo flato que benzia
Daquele corpo saía
Deus andava pelo mundo
Porque era benzedor,
Aquele flato se acabaria.
A Virgem Maria
Quando pelo mundo andava,
Todo flato que benzia,
O flato se acabava.
O' Virgem Maria, o' Virgem Pura!
Me tirai este flato que tem
No corpo desta criatura.
As portas estão abertas
Que é p'ro flato poder passar,
Neste corpo nunca mais voltará
Nem p'ro meu passará. Amén."

O povo nordestino costuma chamar de *ar* à causa da *paralisia facial*. Também à *hemiplegia* e à *paraplegia*. "Deu o ar", significa que alguém ficou paralítico da face, hemiplégico ou paraplégico. Às vezes, recebe o nome de "ar de paralisia". A noção popular é de que depois da ingestão de um alimento quente, uma pancada de vento ou um golpe de ar frio é capaz de provocar paralisia facial. A seguinte oração, que acompanha a benzedura contra "ar de paralisia", é corrente em algumas cidades do Sul do Brasil e também entre populações praieiras nordestinas:

"Sai-te ar arejado
Paralisado
E constipado
Vai-te para os ares a girar
Lá nos ares ficarás
E no corpo desta criatura
Nunca mais voltarás.

Certos hábitos populares — como os que se ligam à Medicina, por exemplo — não devem causar espanto ao observador de nível cultural elevado. Este não deve pensar apenas em função do grupo cultural a que pertence. Deve, por uma análise mais séria, convencer-se de que tais hábitos, ao lado de muitos outros, formam um contexto coerente e funcionalmente válido dentro do grupo de cultura. Ainda que eles representem uma mentalidade, um caráter, um *ethos*. Um modo de vida. Uma maneira de ser de acordo com as tendências históricas, as tradições, os sentimentos, as necessidades e ambições de cada povo ou de cada grupo popular.

NEM TODOS BEBEM...

VICENTE SALLES (*)

Se a cachaça desinibe deve haver em todo folião carnavalesco imperiosa necessidade de desinibição. Não por que todos bebam, mas por que todos cantam, em algum momento ou em alguma época, loas à cachaça. Testemunha disso é a cópia imensa dessas loas que encontramos em qualquer coleção de poesias ou "letras" de músicas da quadra carnavalesca. O repertório carioca é imenso. Os compositores dos Estados também produziram, em todas as épocas, louvações à cachaça, algumas vezes muito sugestivas. E em toda a parte há boêmios e beberrões, poetas e loucos, seresteiros que se vão apagando na memória e nos costumes. O repertório folclórico também é farto no Brasil, já tendo merecido estudos especializados de vários estudiosos. É do povo o conhecido estribilho:

Alto lírio roxo
Quando não bebo estou frouxo...
Só quem não bebe
Fica com febre!

Esse folclore abunda em todas as regiões produtoras de cachaça. Nas cidades, até onde se estende o hábito de beber, e onde o consumo da "pinga" parece sempre estar em expansão — determinando não poucas vezes medidas repressoras, como a chamada "lei-seca" — o povo também associa às festas populares religiosas ou profanas aquele momento em que é "permitido" beber largamente, contrariando assim os **mores** estabelecidos. E o homem sabe que:

A cachaça é como a morte
Não pede licença a ninguém
Tira o juízo do sério,
Dá juízo a quem não tem.

Dos começos do século vinha ao Pará a popularidade da cançoneta **O beber e o fumar**, que encontramos reproduzida em folhetos do tipo cordel e recitada por velhos portadores de folclore. Encontramo-la, todavia, impressa num dos famosos livrinhos do editor Quaresma, do Rio de Janeiro, donde parece ter-se irradiado para todo o Brasil. Coleta "diretamente do vulgo" por Francisco Afonso dos Santos e, como as demais cançonetas e modinhas divulgadas no **O Trovador Moderno**, não se encontra publicada em nenhum outro trabalho, já era, portanto, popularíssima. O folheto que compulsamos é um dos "best-seller" da Livraria do Povo, de Quaresma & C., que, em 1903, alcançava a 30ª edição. Eis como a reproduziu Francisco Afonso dos Santos:

Guardai vossos bons conselhos
Para deixar de beber!...
Quero cumprir minha sina!...
Na **chuva** quero morrer!

Caboclos, negros, mulatos,
Era a gente que bebia,
Mas hoje os nobres fidalgos
Tomam porre todo o dia!

Do funil façam mortalha,
Da pipa façam caixão!
Sirva de vela a garrafa...
Mas quero um copo na mão!

No fundo de um alambique
Quero a minha sepultura,
Pois, mesmo depois de morto
Quero beber à fartura!

(*) **Redator-Chefe da "Revista Brasileira de Folclore" (MEC). Musicólogo e Folclorista.**

Caboclos, negros, mulatos,
Era a gente da **mamata**,
Mas hoje vive no porre
Muita besta aristocrata!

ESTRIBILHO

O beber alegra a gente!
O fumar nos dá prazer!
Quem não bebe, quem não fuma,
Que alegria pode ter?

O quadro pintado pelo poeta popular tem imenso valor sociológico, além de outras sugestões que nos possa oferecer. Fica o documento, que dispensa maiores comentários. Da enorme popularidade da cançoneta falam também os versos do estribilho, que encontramos em coleções de folcloristas, ouvidos pois da boca do povo em diferentes regiões do País.

O transporte do século, em Belém do Pará, transcorreu como em toda a Amazônia, numa febre excitante, tão próxima das febres palustres, e toda a população indistintamente parecia viver em delírio, numa histeria coletiva. O extraordinário desenvolvimento econômico da Amazônia havia alterado a fisionomia social da região, ao mesmo tempo que acentuara diferenças de classes, nas cidades e nas zonas rurais, ou melhor, nas zonas extrativas, onde apareceram as figuras dominantes do seringalista e do seringueiro.

As festas populares profanas e religiosas ganharam esplendor: o São João da Pratinha, o Divino Espírito Santo, com o mastro de Mestre Martinho, o **Cirio** de Nazaré, São Brás, Natal e Reis. Nas festas religiosas noturnas, após a novena e o leilão, seguia-se geralmente a música nos coretos e as danças nos pavilhões e demais folguedos do arraial.

Bebidas e comidas eram atrativos em todas essas festas, predominando a culinária regional, que é bastante característica.

Das cenas do **Cirio** de Nazaré, a festa mais tradicional e mais concorrida, o poeta popular piauiense José Cunha Neto, que viveu algum tempo no Pará e, em 1957, publicou em Belém o folheto intitulado **Cirio de Nazaré**, versejou a seguinte sextilha:

"Uns levam melancia
Outros levam gerimum
Já outros levam cachaça
Para quebrar o jejum
E ninguém se adimira, (sic!)
Pois isto é muito comum."

Mas o carnaval era um alvoroço. Havia cordões de "marujos", de "lanceiros", dos "Infantes de Tróia", dos "Lavradores", dos "Pelintras Paraenses", das "Baianas", dos "Pelintras da Madre de Deus", dos "Pelintras do Bacuri", dos "Fidalgos de Maracatus", da "Caninha Verde", do clube dos "Xincuans" e os célebres **cruzadores** "Tupi" e "Gustavo Sampaio". O carnaval era quente de verdade. Nos salões, divulgava-se o tal "remelêxo carioca", a coreografia do "maxixe", que se tornava mais sapeca e sassariqueiro quando estrugiam o "Zé Pereira" ou o "Corta Jaca", de Chiquinha Gonzaga. Na rua, no carnaval de 1900, os foliões paraenses cantavam as seguintes quadras, dignas de um devoto de Bacco:

Quem é tolo neste mundo,
Quem não ama o carnaval,
Beba café sem açúcar,
Tome xarope de sal.

Quer-se o feijão com farinha
Pimenta, etc. e tal,
cervejas com **sandwiches**
Mulheres com carnaval.

Um burro morreu com fome
defronte de um capinzal:
Assim acontece aos tolos
Que zombam do carnaval.

Esses versos populares são muitas vezes insólitos e agressivos. O poeta guardava sempre o anonimato. As cançonetas eram levadas para as ruas pelos "sujos" ou pelos "cordões" que a esse tempo já se haviam organizado. Os músicos, nessas ocasiões, ganhavam prestígio fazendo parte de conjuntos de "pau-e-corda". Numerosos conjuntos instrumentais acompanhavam os foliões, ou animavam os bailes nos salões da "Assembléia Paraense", do "Pará Clube", do "City Clube", do "Sport Club" e tantas outras sociedades recreativas. Os mais típicos, porem, eram os chamados

conjuntos de "pau-e-corda", porque reuniam instrumentos de cordas e de madeira, mais ou menos como os grupos chorões cariocas. Um dos mais célebres foi organizado em 1883 pelo flautista e compositor popular Ernesto Antônio Dias (1857-1908).

As cançonetas circulavam durante todo o carnaval, eram lembradas em carnavais posteriores e, afinal, muitas vezes ficaram gravadas na memória popular. Mas novas produções surgiam. No carnaval de 1920, em Belém, foi cantada na música de "Fumando Espero" uma estranha paródia, cujo autor guardou também o anonimato:

"Beber é um prazer genial, sensual!
Bebendo espero aquilo que mais quero,
Morando eu fico dentro dum alambique,
Até que um dia termine esta agonia,
Nos braços de marfim
Do "seu" Joaquim
Do botequim...

Se a pinga se acabar eu vou chorar!
Que a minha vida pertence a esta bebida,
É uma desgraça pra mim não tê cachaça!
A gasolina seria muito bão
Misturada com creolina
Mas tenho medo da explosão!

Anda, cachaça de minh'alma,
Sem ti não posso tê calma!
Quero beber de tonelada,
Desgraçada,
Malfadada...
Depois com a pança cheia,
Dormir bem socegado
Num dos quartos da cadeia."

A popularidade da cachaça no carnaval se reflete periodicamente nas letras de sambas e marchinhas, cada vez mais influenciadas pelos modelos cariocas. Como em todo o Brasil, a Revolução de 1930 repercutiu na música popular. O Presidente Washington Luiz, deposto pelo movimento, era satirizado impiedosamente nas letras de vários sambas do primeiro carnaval revolucionário. Para o carnaval de 1931, a revista **"Guajarina"**, de Belém, patrocinou um concurso de música carnavalesca, saindo vitorioso o samba "Vamos tomar açaí", música de João Brito Monteiro e letra de Cipriano Brito Monteiro, dizendo:

CORO

Vamos tomar açaí!
Vamos tomar açaí!
Vamos tomar açaí!
Pois não há mais parati.

I

A cachaça, de desgosto,
Por aqui ninguém a quis,
Embarcou, foi com o barbado,
Passear lá em Paris.

Aconselho aos meus amigos
Que a deixem passear...
Já que se foi pra longe
Que aqui não torne a voltar.

CORO

Vamos tomar açaí! etc.

II

Camaradas e colegas,
Açaí vamos tomar...
Cachaça faz mal a gente
Mata a gente sem piscar.

Eu já disse e digo sempre
Às meninas do alto tom:
Se vinho é sangue de Cristo,
Açaí é sangue bom...

*
* *

Menos animado que outrora, o carnaval de Belém está se refugiando cada vez mais nos salões. Há, entretanto, uma cidade interiorana, a velha e tradicional Cametá, localizada à margem esquerda do Tocantins, onde o carnaval ainda guarda muito sabor antigo. Mas até Cametá tem chegado a influência carioca. Este ano realizou-se ali o V Festival de Músicas Carnavalescas de Compositores Paraenses. Entre cerca de 20 composições surgiu com destaque a marcha "Pingo de Cachaça", assinada por Ney do Carmo, um dos compositores da nova geração, cuja letra diz o seguinte:

"Pingá, pingá, pingou
Aqui dentro do salão

Um pingo de cachaça
Que caiu do garrafão. } bis

Seu guarda venha ver
Que grande confusão
Virou minha cachaça
Aqui dentro do salão."

Vale lembrar que a cidade de Cametá, no baixo Tocantins, está próxima dos grandes centros produtores de cachaça no Estado do Pará, os municípios vizinhos de Igarapé-Miri e Abaetetuba. Cametá é também um dos mais ativos centros da música popular no interior paarense. Dalí saiu o compositor Sátiro de Melo (1900-1957), negro de talento, que fez sucesso no carnaval carioca a partir de 1930.

CURANDEIRISMO, CACHAÇA E CRIME

VALMIR A. DA SILVA (*)

CURANDEIRISMO

Curandeirismo, cachaça e crime são três elementos que costumam aparecer juntos. Inicialmente deve-se frisar que a lei penal considera crime qualquer forma de terapêutica praticada por leigo, na qual entra a administração de remédios, poções, drogas, etc. É o que se denomina *exercício ilegal da medicina*.

Por uma sobrevivência de tempos imemoriais o curandeirismo conservou-se até nossos dias e os curandeiros arrastam consigo uma legião imensa de supersticiosos, fanáticos, sugestionáveis, constituindo os conhecidos grupos de *íncubos* e *súcubos*.

Nos tempos primitivos as doenças sempre estiveram no ról das superstições, revestindo-se de verdadeiro mistério e os crentes levavam a sério os exorcismos dos feiticeiros. Assim, através de processos empíricos invocavam-se os espíritos para a devida realização das curas — e a medicina, obviamente, surgiu "como a primeira expressão de sofrimento e o desejo imediato de aliviá-lo" (Castiglioni, *História da Medicina*). Em vista disso a medicina era manejada por mãos inábeis na suposta crendice de que as doenças ocorriam pela vontade dos deuses ou então pela atuação dos espíritos malígnos, ou ainda pela interferência do demônio. Aí entravam os curandeiros e feiticeiros com seus poderes mágicos para expulsarem os demônios e espíritos malignos do corpo do doente. Por outro lado, as enfermidades eram vistas como provações e também, em muitos casos como castigos impostos por divindades as mais variadas. Havia ainda quem acreditasse que o doente passava por um processo purificador da alma e do corpo (Diepgen).

Como se vê, deuses e demônios se misturavam num concerto infernal e desarmônico, em que ora eram invocados uns, ora outros, pois a humanidade, em seus primórdios, era politeísta. Então, cada enfermidade requeria a invocação de entidades especiais — mansas e furiosas — de acordo com a gravidade do caso. E como só os feiticeiros e curandeiros eram os escolhidos, somente eles podiam proporcionar as curas servindo-se de benzeduras e outros processos exóticos.

Não é difícil perceber que religião e medicina caminhavam juntas e que a última era filha da primeira. Esse entrelaçamento fez com que o homem, para se defender dos males, buscasse recurso nos amuletos, orações, enfim, acreditasse no sobrenatural, sendo os feiticeiros os intermediários.

Tal estado empírico da medicina tem acompanhado a humanidade e ainda persiste nos povos de cultura primitiva, bem como na alma do povo sujeito a superstições, mesmo nos seios de grandes civilizações, entre os habitantes que constituem núcleos menores e subdesenvolvidos. É a *herança demoníaca*, que, malgrado o avanço científico, acompanha o homem escravo do seu passado, ou seja, o *inconsciente coletivo*, segundo C. G. Jung. Acreditava-se que os demônios habitavam na alma dos enfermos e, por vezes, se localizavam no cérebro, eram comuns, na época, as *trepanações*, para dali retirar o espírito maligno que *possuía* todo o corpo do "paciente".

Estudando esse período empírico, escreve Oswaldo Cabral: "Este estágio não abrange apenas a pré-história, mas se dilatou por longos séculos. Assim como encontraremos o segundo estágio, o da medicina sacerdotal, persistindo após o aparecimento da medicina naturalística, que é o terceiro, também este primeiro avança pelos dois outros que se lhe seguiram, de acordo com a grau de civilização de cada povo. Haja vista que, segundo H. Küry e H. Haig, na Inglaterra anglo-saxônica, os médicos ainda curam enfermos mediante conjuros mágicos, ritos e ervas medicinais" (*As Medicinas Teológica e as Benzeduras*, São Paulo, 1958).

Naturalmente, tais fenômenos primitivos chegaram até nós através de estágios vários, por um processo evolutivo, em que os feiticeiros foram-se transformando em sacerdotes, mágicos, até atingirem a classe médica. Porém, as origens ficaram, como toda superstição, e temos, nos dias atuais, os vestígios desse estado primitivo na figura dos curandeiros, macumbeiros, feiticeiros e outros charlatões de agora.

O interessante é que os *bruxos* de hoje invocam não apenas espíritos malígnos mas também alguns santos, como São Benedito, São Jorge, N. S. Aparecida, Cosme e Damião e até Jesus Cristo.

Outro aspecto importante diz respeito aos

---

* *Jurista, Jornalista, Escritor e Folclorista.*

exorcismos. Estes vêm de longe e dizem que os assírios e caldeus recorriam aos sábios e sacerdotes, para lhes curarem as mazelas do corpo e da alma, por serem eles de alto gabarito em matéria de saber. Os exorcismos, com palvaras mágicas ou cabalísticas, movimentos característicos do corpo, como coreografia, visavam a afastar os demônios por meio da humilhação. Então, além de deuses, eram invocados também astros e estrelas, como o sol, a lua, etc. Aliás, os próprios médicos empiristas da antiguidade acreditavam na influência direta dos astros sobre as pessoas e enfermidades. Hipócrates, por exemplo, chegou a afirmar que ninguém deveria confiar sua vida a quem não entendesse de astronomia. Assim, epilepsia, histeria, melancolia e outras psicoses seriam suceptíveis à ação astral. Tanto o magnetismo animal como o magnetismo vegetal têm suas origens na crendice da influência dos astros.

O poder mágico de curar, de acordo com os primitivos, era maior do que o valor terapêutico das plantas. Alfredo Leix, em *A Magia na Medicina Assírio-Babilônica* ("Actas Ciba", nº 2, 1937), diz que o povo, embora usasse plantas e drogas regularmente, para fins terapêuticos, não desconfiava que a cura era causada pelo valor medicinal da planta e não pelo poder sobrenatural. Astros e plantas estavam, pois, sob o domínio extranatural, aliados aos poderes mágicos de quem administra o tratamento: feiticeiro, curandeiro.

CACHAÇA

Alceu Maynard Araújo se serve do termo *pingaterapia* "para designar a panacéia folclórica" referente a determinados "ritos mágicos" existentes "numa cidade paulista" (sic). Obviamente, a designação se aplica às demais regiões brasileiras onde o uso da cachaça é corrente com fins terapêuticos.

As aplicações da *pinga* são múltiplas, na medicina rústica ou mística, e servem para *curar* os males mais estranhos.

Aproveitando o excelente estudo de Maynard Araújo, transcrevo algumas aplicações terapêuticas da cachaça:

"*Curtimento* — o curtimento é feito com a colocação da planta (ou suas partes) numa garrafa ou litro. Só deverá ser tomada após determinado número de dias: três, sete, nove, quinze ou vinte e um. Observam também as fases da lua para o preparo e curtimento.

Há também precauções quanto à posologia: três goles de cada vez. Verifica-se sempre a presença de números cabalísticos, quer no preparo, quer para a ingestão do medicamento.

Mistura — A mistura é feita com infusão de plantas, às vezes com drogas de farmácia e até elementos outros como por exemplo pitadas de cinza, terra de cemitério, cordão umbelical torrado. Umbigo de recém-nascido é coisa que se não joga fora: tem alta finalidade medicinal, por isso é guardado.

Massagem — Para massagem é mais comum a cachaça com alcânfora. Tem várias aplicações nas massagens nos pulsos das pessoas que sofrem dos nervos, ataques ou "chiliques".

Inalação — Para fazer inalação quando misturada com vinagre ou alcânfora para curar dor de cabeça, resfriado e também evitar "desmaios" (Alceu Maynard Araújo, *Medicina Rústica*, São Paulo, 1961).

Seriam estas, talvez, as aplicações mais simples da *pingaterapia*. Entretanto, além do ingênuo curandeirismo existe o lado místico, religioso, dos candomblés em que a cachaça tem atuação de destaque nos despachos das encruzilhadas e tanto serve para afastar como atrair maus espíritos, numa permuta incessante entre o bem e mal. Mas, nessas circunstâncias, a cachaça não vem sozinha: está sempre acompanhada de outros elementos, como que para reforçar as suas qualidades benéficas e maléficas.

Num estudo aprofundado sobre o assunto, escreve Edison Carneiro: "A homenagem obrigatória a Exu (despacho ou ebó) pode tomar diversas formas, quando individual ou privada — desde um grande cesto contendo bode, galinha preta e outros animais sacrificados, benecas de pano às vezes picadas de alfinetes (lembrança do "evoutemtne" ocidental), farofa de azeite de dendê, garrafas de cachaça, tiras de pano vermelho e moedas, como na Bahia, até apenas uma vela acesa, uma garrafa de cachaça e alguns charutos, como no Rio de Janeiro" (*Candomblés da Bahia*, Rio, 1961).

Vemos que de simples meizinhas de curandeiros e raizeiros, a cachaça vai longe demais, atingindo à crença mística, dando como conseqüência um resultado perigoso, pela brutalidade, não raro, com que os fanáticos levam à sério suas superstições. Nesses *despachos* e nos rituais, por vezes, macabros, observa-se a revificação dos rituais antigos dos povos primitivos mais atrasados, em que se sacrificavam animais e até pessoas para agradar divindades ou para aplacar as iras de deuses furiosos.

É ainda Édison Carneiro quem nos informa: "Uma festa de candomblé geralmente começa com a *matança* — sacrifício de animais, galo, bode, pombo, etc., ao som de cânticos e em meio a danças sagradas, com a assistência apenas da mãe, do sacrificador (*axôgún*) e de algumas filhas mais velhas, co-administradoras da comunidade. O sangue dos animais rega as pedras (*itás*) dos orixás, em cerimônia propriciatória secreta, no pêji do candomblé".

Continuando, esclarece o conhecido folclorista brasileiro: "Depois da *matança*, todas as filhas são arrumadas em círculo no *barracão*. No chão, haverá uma garrafa de azeite de dendê, um prato com farofa, talvez um copo de água ou de cachaça. Vai-se fazer o *pespacho* (*padê*) de Exu, o *homem da rua*, um espírito que, como criado dos orixás, pode fazer o mal e fazer o bem, indiferentemente, dependendo da vontade do invocante. Aqui, entretanto, a cerimônia tem o sentido de lhe pedir licença para realizar a festa, que poderia perturbar, se quisesse, pelo fato de não haver sido homenageado. Exu, depois do despacho, consegue a boa vontade

dos orixás para o sucesso da festa. Os atabaques começam a tocar, enquanto as filhas em coro entoam canções para Exu. Então, uma das filhas mais velhas, *dagã* ou *cidagã,* especialmente designada para esse fim, dançando em torno da comida sagrada, tira ora um pouco de azeite, ora um pouco da farofa, ora um pouco de água, e vai jogá-los fora, à entrada da casa, para que o *homem da rua* possa recebê-los" (Edison Carneiro, *Op. Cit.*).

Com pequenas variantes, desse ritual, vou reconstituir, aqui, um caso ocorrido em Minas Gerais, na cidade de Nepomuceno, em 1961, no dia 15 de janeiro, em que seus protagonistas sofreram os efeitos de uma séria sugestão coletiva, seguindo-se, em conseqüência, um homicídio, após um ritual macabro, que durou 24 horas. Liberados por uma adolescente de apenas 15 anos — Maria Aparecida —, executaram o crime sob o efeito de um transe hipnótico, tão *possuídos* estavam pelos poderes do *maligno.*

O curandeiro Patunia não será, propriamente, o *pivot* do massacre místico, segundo algumas testemunhas, mas pagará pelo crime de todos por estar incurso nas penas cominadas ao delito de *exercício ilegal da medicina.*

O FATO E O CRIME

Maria Aparecida, porque está doente, é levada pelos pais ao curandeiro Patunia. Tem sintomas "esquisitos", em que sobressaem indolência e mal-estar. Após alguns *passes,* "banhos cruzados" na cabeça e a prescrição de água fluida, contida numa garrafa, apresenta sensíveis melhoras. Mas o seu estado agrava-se depois. Levada novamente ao curandeiro, passa a sofrer crises violentas, especialmente quando na presença do pai, a quem insulta com palavras ferinas. O macumbeiro, repetindo os ritos anteriores, diz que, agora, Maria Aparecida está engasgada e extrai de sua garganta três moedas. Vendo-as, espanta-se a menor dizendo: — "Essas moedas são lá de casa!" E mostra-as ao pai, que, confirmando, responde-lhe havê-las levado para a casa da amante. Maria Aparecida cai em prantos, lamentando-se. Patunia dá prosseguimento ao "trabalho". Manda que comprem cerveja, guaraná, cachimbo, cachaça, fumo, fósforos, um galo preto e três velas, sendo duas brancas e uma vermelha. A "muamba" deverá ser largada numa encruzilhada, mas adverte: — "Não olhem para trás!" E arrematando o seu *serviço,* ordena: — "Botem duas velas e um copo de *pinga* atrás da porta".

Devido ao estado de visível excitação de Maria Aparecida, esta e os pais pernoitam na casa de Patunia, tendo a mesma dormido na cama entre os pais. Pela manhã regressam à sua residência. Por volta das cinco horas da tarde, a doente é acometida de nova crise, com delírios e alucinações, proclamando-se Nossa Senhora de Fátima. Nessa noite, ocorreu o horrendo crime do qual foi vítima seu pai, Tobias. A menor, já completamente transtornada, inventou estar ele com um besouro na garganta. Começa, então o ritual da morte. Íncubos e súcubos, como que hipnotizados, bebem de um líquido, passando a obedecer cegamente às ordens de Maria Aparecida. Ela quer "tirar" o besouro e, para isso, leva ao rosto do pai a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Quebrando o vidro do quadro, perfura-lhe a língua com os cacos. O sangue jorra, as vestes sujam-se. Mas nem assim põe termo ao ritual. O furor cega-a, desvairando-a. Ele está indiferente, insensível. Dando prosseguimento à "cura", apanha um rosário e transpassa-o na língua do moribundo, quebra-lhe um ôvo na boca e introduz ainda dois paus em suas narinas. No auge da alucinação, conduz os seus súditos a um pântano, ordenando-lhes que se dispam. Desnudados e enlameados realizam uma dança macabra, com a prática de atos licenciosos. Patunia, o curandeiro, foi responsabilizado, sozinho, como o autor do crime e comandado o ritual. Porém, segundo alguns testemunhos, não tomou parte no ritual.

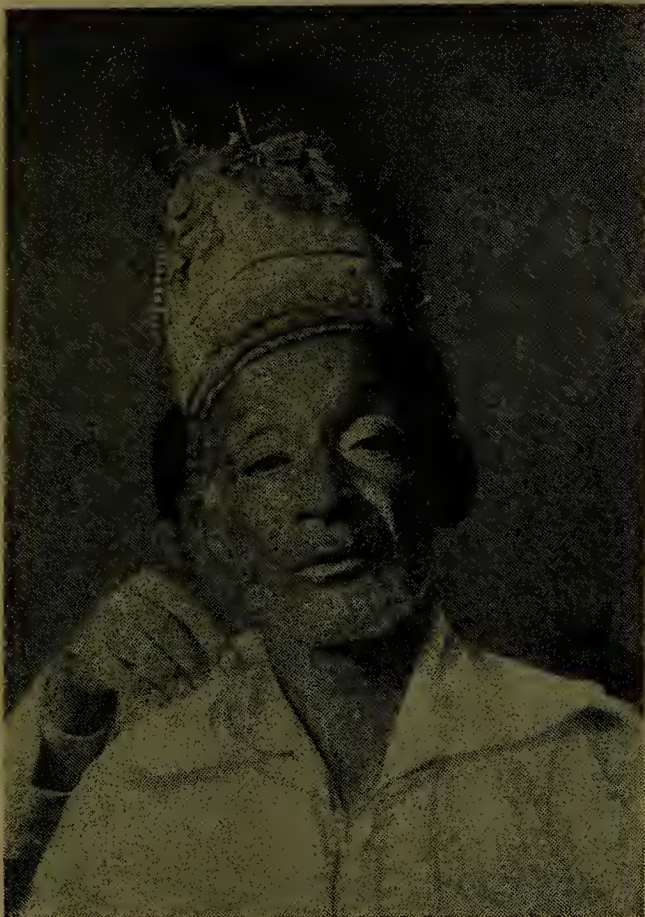
Compartilharam do massacre: Delfina Pereira dos Santos, esposa da vítima; Maria Aparecida, Maria Isabel, Ilda — filhas da vítima; Hormindo Garcia Barbosa, noivo de Ilda; João Garcia Barbosa irmão de Hormindo; Antônio Felisbino de Sousa. Vítima: João Tobias de Sousa.

Entrevista com Patunia — Chego à cidade de Nepomuceno (Minas Gerais), no dia 1º de agosto de 1965. Na cadeia, encontro João Rafael, também conhecido por *João Petonilha.* Mas o seu nome passou a ser, definitivamente, PATUNIA. Quem é Patunia? — Um homem envolvido num processo rumoroso, que despertou as atenções de todo o país. Importantes revistas e jornais, de todos os Estados, interessam-se por sua pessoa. Repórteres, jornalistas e escritores locomovem-se de suas terras para conhecê-lo e escrever sobre sua pessoa.

Quem é Patunia? — É um homem rústico, analfabeto, que lida com seres de outros mundos, que recebe espíritos e *guias* para realizar curas miraculosas. Patunia é *pai de santo.* Mantém contacto com inúmeros "caboclos", perfazendo um montante de 61 *linhas* diferentes. São 61 correntes espirituais, trabalhando para o bem da coletividade, realizando milagres para todos: crentes e incrédulos.

Principais cablocos com quem trabalha: "Ventania", "Pai Jacó", "Pai de Aruanda"...

Esses "guias" avisam-lhe de fatos importantíssimos, previnindo-o, preparando-o para as curas mais difíceis dos enfermos que o procuram.

Antes de ser envolvido no processo que o levou à cadeia, teve uma clarevidência importante. Uma intuição. Recebeu o aviso de que ia ser preso. Por que motivo? — Não sabia. O certo é que o fato ocorreu. Ei-lo, agora, atrás das grades para atestar a sua intuição. O caboclo "Ventania" é o seu principal "guia" e não o abandona, não o deixa desprevenido.

Patunia, curandeiro que segundo alguns comandou um ritual macabro em que foi vítima João Tobias, vindo a falecer.

Converso com Patunia. Sentados na sala do Delegado, em Nepomuceno, escuto a sua história. Ou *estória*? Parece ser isso mesmo: estória. Fala-me do seu *dom*, como se desenvolveu no espiritismo. Era ainda menino, quando um certo italiano, que morava na fazenda onde fora criado, dsecobriu-lhe a mediunidade.

— Você tem vocação. É médium e precisa desenvolver-se — assegura-lhe Ângelo, o italiano.

Assim, como um dissidente da família, Patunia torna-se o único a praticar o espiritismo. Mas o seu espiritismo não é de terreiro, não é de baixa categoria, garante-me. É um espiritismo superior, de mesa, onde recebe os seus "guias", em estado inconsciente, a descobrir benefícios sem remuneração. Faz a caridade aos necessitados, sem exigir pagamento. É um benfeitor e está a serviço do seu *dom*, conforme a descoberta de Ângelo.

Patunia narra-me alguns casos de suas "curas". Discorre espontâneamente, sem teatralidade, sem estudar previamente o seu papel. Tem convicção no que diz. Com voz mansa, inicia:

— Fiz muitas curas. Em Três Corações, curei de morféia uma família inteira: marido, mulher, filha e genro.

Patunia não se satisfaz com a narração de um caso simples. Refere-se a outro mais complicado, em que a atuação dos médicos fora inútil. Continua:

— Em Bonsucesso, curei uma mulher desenganada da Medicina havia seis meses. Ela sentia dor no corpo todo, sem vontade de se alimentar. Tirei as dores do seu cropo em quinze dias, voltando-lhe a vontade de comer.

A referida mulher fora de condução para a casa de Patunia, pois não podia andar. Após os passes espíritas, ela se restabeleceu, livrando-se do "encosto" que a perseguia. Era o espírito de uma preta que se havia apoderado da materia da enferma. Diz o curandeiro convicto de seus poderes:

— Só para dar o *passe*, gastei uma hora!

— A referida doente fora acompanhada por "umas doze pessoas" assegura ele. Ao lhe ser trazida, pelas mãos de um compadre dela, o homem adverte a Patunia:

— João, eu nunca perdi uma cura das pessoas que lhe trouxe. O senhor não brinca com essa, que é minha comadre!

Mas Patunia faz o trabalho correto. Invoca o "Caboclo Ventania" e realizada a "cura".

Tem ainda outros casos para contar, Anoto apenas mais um. Entre os inúmeros *doidos* que curou, um merece destaque. Foi em São Gonçado de Sapucaí. Conduzido por um amigo, apareceu em sua casa um doido todo amarrado. Patunia indaga:

— Por que este homem está amarrado?

— Porque está perturbado e furioso! — responde o indivíduo.

Petunia fala com energia:

— Desamarra o homem. Eu tenho uma promessa: quem passar deste portão para dentro, não entra amarrado!

Solto o doente, começou este a fazer roda. O curador com crucifixo na mão, aproxima-se dele e dá um *passe*, invocando o "Caboclo Ventania". E concluindo a narrativa, arremata:

— Doutor, o homem, sentado, "ferrou" no sono. Quando acordou, tinha ficado bom e perguntava o que estava fazendo alí.

Essa e as demais *curas* foram testemunhadas por várias pessoas, segundo o narrador.

Patunia, ao contrário de outros curandeiros, não tem a pose do "Messias" compenetrado, com ares de "Salvador", de "enviado". Não. Tudo nele é naturalidade, e até simplicidade. Mas convicto de suas qualidade mediúnicas.

Diante das exposições de tantas "clarividências", indago de Patunia se ele não poderia ter evitado envolver-se num processo tão prejudicial à sua pessoa, já que tivera uma *intuição* três dias antes. Responde-me ingenuamente:

— Eu tive a intuição que ia ser preso mas não sabia quando nem porque!

— E o "Caboclo Ventania" não o avisou?

— Informa-me que suas "visões" nem sempre são claras. Às vezes são obscuras e confusas, não sabendo decifrá-las.

Agora mesmo, na prisão, tem recebido várias mensagens do "Caboclo Ventania", avisando-o de que vai ser posto em liberdade. Mas tais "mensagens" não são boas. Indago-lhe por que.

— Aqui na cadeia as mensagens não são claras porque as grades prejudicam a passagem aos *mensageiros*. Em campo livre é melhor.

Advirto-lhe que o "Caboclo Ventania" bem poderia tê-lo ajudado no processo, salvando-o de uma situação bem difícil de se sair. Patunia, porém, defende o seu caboclo:

— No forum eu me senti mal na hora do interrogatório. Eu ia receber uma mensagem, mas tive medo.

— Para você, seria muito melhor, pois ficaria salvo, — tento convencê-lo.

— Não, seu doutor, o ambiente não permitia!

Observação — Esse é o Patunia que conheci. Homem analfabeto, mas convicto de seus "dons", da sua "vocação".

Não é um doente mental. Sua personalidade oferece mais interesse sociológico e pedagógico, visto tratar-se de um produto típico do meio-ambiente — pobreza, analfabetismo, nível social baixo. Sob o aspecto psicanalítico, todavia, podemos estudá-lo como exemplo de auto-sugestão.

bibliografia

FOLCLORE DA CANA-DE-AÇÚCAR

ALMEIDA, José Américo de — Minha serva e minha mestra. *Revista do Museu do Açúcar*. Recife. 1(5):55-6, 1971.

BARBALHO, Nelson — Conferência da cachaça. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 79(3):69-73, mar. 1972.

BIBLIOGRAFIA; folclore da cana-de-açúcar. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 70(2):103-5, ago. 1967; 72(2):129-34, ago. 1968; 74(2):137-9; ago. 1969; 76(2):136-8, ago. 1970.

————; folclore da cana-de-açúcar, bibliografia brasileira. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 58(2):46-52, ago. 1966.

————; folclore da cana-de-açúcar no Brasil. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 78(2):148-9, ago. 1971.

CÂMARA CASCUDO, Luís da, 1899 — Canta canavial. In: ——— *Sociologia do açúcar; pesquisa e dedução*. Rio de Janeiro, I.A.A. Serviço de Documentação, 1971. p. 225-43. (Coleção Canavieira, n.º 5).

———— — Os fantasmas de engenho. In: ——— *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*. Rio de Janeiro, I.A.A. Serviço de Documentação, 1971. p. 245-63. (Coleção Canavieira, n.º 5).

———— — Interlúdio da crioula & caiana. In: ——— *Sociologia do açúcar; pesquisa e dedução*. Rio de Janeiro, I.A.A., Serviço de Documentação, 1971. p. 199-206 (Coleção Canavieira, n.º 5).

CONDÉ, José — A decadência de um senhor de engenho. In: ——— *A cana-de-açúcar na vida brasileira; textos coligidos*. Rio de Janeiro, I.A.A., Serviço de Documentação, 1971/72. Cap. n.º 7).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel — O banguê e o folclore. In: ——— *Banguê nas Alagoas; traços da influência do sistema econômico do engenho de açúçar na vida e na cultura regional*. Rio de Janeiro, I.A.A., 1949. Cap. 6, p. 248-74.

———— — Mulatos, pardos e cabras. In: ——— *População e açúcar no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo, Comissão Nacional de Alimentação, 1954. p. 79-97.

FERNANDES, Albino Gonçalves — *Mobilidade, caráter e região; rasgos caracterológicos, ancestralidade cultural e insegurança, na mobilidade do sertanejo do nordeste do Brasil*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959. 79 p. 22 cm.

FERNANDES, Aníbal — "Salvia, salvai". In: ——— *Um senhor de engenho pernambucano*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1959. Cap. 7, p. 51-5.

FIGUEIREDO FILHO, José de — Peculiaridades da zona canavieira caririense. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 71(4):24-6, abr. 1968.

———— — A rapadura vincula-se à tradição do Cariri cearense. *Brasil açucareiro*. 71(1):27-30, jan. 1968.

FLORESTAN, Fernandes — Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral. Reação do elemento negro, sobre os folclores ibérico a ameríndio. In: ——— *Mudanças sociais no Brasil; aspecto do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960. Cap. 8, p. 344-81.

GOULART, José Alípio — Duas estórias de Alagoas. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 76(5):70-1, nov. 1970.

HUTCHINSON, Harry William — Class and race. In: ——— *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Washington, University press, 1957. Cap. 6, p. 98-129.

LAYTANO, Dante de — Origens do folclore brasileiro. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1968. 11 p. 22 cm. (Cadernos de Folclore, n.º 7).

LEMOS FILHO — Clã do açúcar (Recife — 1911/1934). Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960. 304 p. 23,5 cm.

LUNA, Luiz — Aguardente. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 77(3):65-7, mar. 1971.

MARANHÃO, João de Albuquerque — Os extremos se tocam... amor à tradição; o açúcar na arte e na literatura universal. In: ——— *História da indústria açucareira no Nordeste; o papel social de Catende*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & cia., 1949. Cap. 4, p. 100-15.

MEDEIROS, Walter — Engenhos do Nordeste. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 79(1):77-81, jan. 1972.

MORENO FRAGINALS, Manuel — El ingenio como aventura intelectual. In: ——— *El ingenito; el complejo economico social cubano del azucar*. La Habana, Comision Nacional Cubana de la UNESCO, 1964. p. 21-37.

MOTA, Mauro — Os bichos na fala da gente. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969. 230 p. il. 21,5 cm.

——— — Cocada e alfenim. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. .... 70(4):35-6, out. 1967.

——— — Doçuras de engenho. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. .... 72(1):27-8, jul. 1968.

——— — História de uma cidade açucareira. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 71(2):36-8, fev. 1968.

——— — Santos nos engenhos de Pernambuco. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 70(6):16-8, dez. 1967.

NASCIMENTO, Bráulio do & BOUYER, Cydnéa — Bibliografia do folclore brasileiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1971. 353 p. 20,5 cm. (Coleção Rodolfo Garcia, Série B).

OLIVEIRA, Hugo Paulo de — "Love-Story" num engenho do século XVIII. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro .... 79(1):74-6, jan. 1972.

——— — Não nascem mulas sem cabeça, mas elas podem aparecer. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. .... 77(1):56-9, jan. 1971.

——— — Um na enxada outro no enxó. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 77(4):50-2, abr. 1971.

PASSOS, Claribalte — A civilização do açúcar no carnaval. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 77(3):21-2, mar. 1971.

——— — "Mãe Joana" e a lenda da flor de pedra. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 78(1):16-20, jul. 1971.

——— — No engenho Graúna, Amanda era o demônio de cabelos verdes. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. ... 77(5):10-4, maio, 1971.

RABELLO, Sylvio — Cana-de-açúcar e região; aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969. 178 p. il. 22 cm.

RIBEIRO, René — Cultos afro-brasileiros do Recife; um estudo de ajustamento social. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1952. 150 p. il. 23 cm.

SETE, Mário — Mensageiros fiéis dos engenhos. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 30(2):208-9, ago. 1947.

SODRÉ VIANA, — Breves desconsiderações sobre um velho tema. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro. 23(6):541-42, Jun. 1944.

——— — Moreira Cesar no folclore da cana. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. 25(2):152, fev. 1945.

SOUTO MAIOR, Mário — Al — Fanid, Alfenim. *Revista do Museu do Açúcar*. Recife. 3(1):59-63, 1969.

VIDAL, Ademar — O rato vermelho. *Brasil açucareiro*. Rio de Janeiro. ... 22(6):477, dez. 1943.

ATO Nº 28/72 — DE 14 DE JULHO DE 1972

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º do Ato nº 50/71, de 29 de setembro de 1971.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º — O parágrafo único do art. 3º do Ato nº 50/71, de 29 de setembro de 1971, é substituido pelos seguintes:

"§ 1º — Para os fins do art. 1º deste Ato, poderá ser admitido o fracionamento de cotas oficiais de produção de usinas de açúcar.

§ 2º — Não será admitido o parcelamento de cotas oficiais de produção em frações inferiores a 100,0 mil sacos de açúcar, salvo quando resultar na extinção da usina.

§ 3º — O desmembramento parcial de cota de usina que não se extinguirá, somente será admissível quando comprovada a impossibilidade, sob o aspeto agronômico, de produzir economicamente a parcela a desmembrar.

§ 4º — Os benefícios financeiros previstos no Decreto-lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971, não serão concedidos nos casos em que a proponente esteja incorporando menos de 200,0 mil sacos, salvo quando se tratar de incorporação de parcela não inferior a 100,0 mil sacos em projetos de relocalização ou fusão."

Art. 2º — O presente Ato vigora nesta data e será publicado no "Diário Oficial da União", revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos catorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Gen. ÁLVARO TAVARES CARMO

Presidente

ATO Nº 29/72 — DE 18 DE JULHO DE 1972

Dispõe sobre a produção de açúcar atribuída às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas na safra de 1972/73.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no art. 3º da Resolução nº 2.066, de 26 de maio de 1972,

R E S O L V E:

Art. 1º — Os volumes de produção global de açúcar atribuídos às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra de 1972/73, terão a seguinte distribuição:

Estados	Cristal	Demerara	Total
	(sacos de 60 quilos)		
Pernambuco	6 810 000	11 000 000	17 810 000
Alagoas	3 710 000	5 800 000	9 510 000
Global	10 520 000	16 800 000	27 320 000

Art. 2º — Os contingentes de açúcar demerara indicados no artigo anterior, terão sua produção concentrada nas usinas que foram previamente selecionadas, consoante o disposto no art. 8º da Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972.

§ 1º — No Estado de Pernambuco, a produção mensal de açúcar demerara será concentrada em 22 (vinte e duas) usinas, sendo 8 (oito) produtoras de açúcar a granel e 14 (catorze) produtoras de açúcar ensacado, na conformidade dos quadros anexos.

§ 2º — No Estado de Alagoas, a produção mensal será concentrada em 15 (quinze) usinas produtoras de açúcar, das quais 12 (doze) filiadas à Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas e 3 (três) não cooperadas.

§ 3º — Ficam selecionadas, no Estado de Alagoas, as seguintes usinas cooperadas:

1. Bititinga
2. Cachoeira do Meirim
3. Caeté
4. Camaragibe
5. Cansanção do Sinimbu
6. Conceição do Peixe
7. Corurique
8. Laginha
9. Ouricuri
10. Santa Clotilde
11. Terra Nova
12. Triunfo

§ 4º — Eventualmente, qualquer das usinas abaixo indicadas poderá substituir alguma das usinas relacionadas no parágrafo anterior que não possa continuar produzindo sua parcela de açúcar demerara.

1. Boa Sorte
2. João de Deus
3. Porto Rico
4. Santo Antônio
5. Uruba

Art. 3º — O açúcar demerara a ser produzido na forma deste Ato obedecerá rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas no Ato nº 14/72, de 15 de maio de 1972, e às exigências contidas na Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972.

Art. 4º — O açúcar demerara cuja entrega o I.A.A. exija em sacos de 60 (sessenta) quilos, conforme os quadros anexos, deverá ser acondicionado em sacaria nova de juta, obedecidas as especificações constantes do art. 13 da Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972.

Art. 5º — O açúcar demerara a granel será produzido e ensilado pelas usinas relacionadas no anexo I deste Ato.

Art. 6º — A partir da safra de 1973/74, no Estado de Pernambuco não haverá exportação de açúcar demerara ensacado.

§ 1º — Em conseqüência do disposto neste artigo, as usinas pernambucanas que não estiverem equipadas para a produção a granel não serão autorizadas a fabricar açúcar demerara.

§ 2º — Fica fixada a data de 1º de setembro de 1972 para que as usinas interessadas em produzir açúcar demerara a granel, na safra de 1973/74, manifestem ao I.A.A. essa intenção.

Art. 7º — Aplicam-se à produção de açúcar demerara, de que trata este Ato, no que couber, as disposições contidas nos artigos 11 a 16 e 44 a 48 da Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972.

Art. 8º — Caberá à Divisão de Exportação expedir as instruções que se tornarem necessárias à boa execução deste Ato.

Art. 9º — O presente Ato vigora nesta data e será publicado no "Diário Oficial da União", revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Gen. ÁLVARO TAVARES CARMO
Presidente

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AUTORIZADA — SAFRA DE 1972/73 REGIÃO NORTE-NORDESTE — ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS

Unidade: Saco de 60 quilos

ESTADOS E USINAS	PRODUÇÃO DE DEMERARA			Produção de Cristal	Produção Total Autorizada
	A Granel	Ensacado	Total		
PERNAMBUCO	5 456 735	5 543 265	11 000 000	6 810 000	17 810 000
COOPERADAS	2 634 265	3 428 795	6 063 060	3 732 798	9 795 858
Aliança	675 397	-	675 397	-	675 397
Bom Jesus	424 785	-	424 785	-	424 785
Caxangá	312 735	-	312 735	-	312 735
Cruangi	534 546	-	534 546	-	534 546
Trapiche	686 802	-	686 802	-	686 802
Outras	-	3 428 795	3 428 795	3 732 798	7 161 593
NÃO COOPERADAS	2 822 470	2 114 470	4 936 940	3 077 202	8 014 142
Barra	-	174 599	174 599	251 206	425 805
Catende	983 500	-	983 500	-	983 500
Central Barreiros	1 200 000	-	1 200 000	-	1 200 000
Central Ôlho d'Água ...	-	288 328	288 328	414 834	703 162
Crauatá	-	-	-	35 000	35 000
Cucaú	-	287 032	287 032	412 968	700 000
Ipojuca	-	139 258	139 258	200 358	339 616
Pedrosa	-	121 646	121 646	175 019	296 665
Pumati	-	194 290	194 290	279 535	473 825
Salgado	-	196 822	196 822	283 178	480 000
Santa Teresa	-	236 250	236 250	339 905	576 155
Santo André	-	125 201	125 201	180 133	305 334
São José	-	172 049	172 049	247 537	419 586
Tiuma	638 970	-	638 970	-	638 970
União e Indústria	-	178 995	178 995	257 529	436 524
ALAGOAS	-	5 800 000	5 800 000	3 710 000	9 510 000
COOPERADAS	-	4 900 000	4 900 000	2 867 430	7 767 430
NÃO COOPERADAS	-	900 000	900 000	842 570	1 742 570
Central Leão	-	250 000	250 000	551 740	801 740
Santana	-	396 330	396 330	-	396 330
Serra Grande	-	253 670	253 670	290 830	544 500
TOTAL GERAL	5 456 735	11 343 265	16 800 000	10 520 000	27 320 000

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DEMERARA — SAFRA DE 1972/73

REGIÃO NORTE-NORDESTE — ESTADO DE PERNAMBUCO
Unidade: Saco de 60 quilos

USINAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total
COOPERADAS	480 829	686 153	491 060	493 287	266 156	419 705	321 010	218 508	52 087	3 428 795
Água Branca	-	-	37 172	37 172	-	-	-	37 172	11 497	123 013
Barão de Suassuna	22 500	30 830	-	-	34 680	2 947	-	-	-	90 957
Bulhões	24 460	51 350	-	-	54 550	22 778	-	-	-	153 138
Central N.S. de Lourdes	56 250	58 771	-	-	-	-	-	-	-	115 021
Estreliana	38 680	45 350	-	-	-	45 350	45 350	13 995	-	188 725
Frei Caneca	-	-	30 535	30 535	-	-	30 535	30 535	8 789	130 929
Jaboatão	-	-	50 831	50 831	-	-	-	35 834	-	137 496
Laranjeiras	36 544	36 545	-	-	20 929	-	-	-	-	94 018
Maria das Merces	28 462	31 801	31 801	31 801	31 801	31 801	31 801	31 801	31 801	282 870
Massauassu	40 260	72 318	-	-	-	72 318	51 700	-	-	236 596
Matari	-	-	105 525	105 525	-	-	23 052	-	-	234 102
Mussurepe	-	-	55 025	55 025	55 025	7 144	-	-	-	172 219
N.S. das Maravilhas	60 000	74 028	-	-	-	54 726	-	-	-	188 754
N.S. do Carmo	41 000	55 000	-	-	-	-	-	-	-	96 000
Petribu	-	-	93 000	94 310	-	-	-	-	-	187 310
Roçadinho	27 216	47 519	-	-	-	-	47 519	-	-	122 254
Santa Teresinha	38 210	113 470	-	-	-	113 470	21 882	-	-	287 032
Serro Azul	32 674	33 571	33 571	33 571	33 571	33 571	33 571	33 571	-	267 671
Sibéria	-	-	18 000	18 917	-	-	-	-	-	36 917
Treze de Maio	34 573	35 600	35 600	35 600	35 600	35 600	35 600	35 600	-	283 773
NÃO COOPERADAS	23 884	57 646	307 122	419 662	465 006	299 814	221 996	237 207	82 133	2 114 470
Barra	-	-	75 206	75 206	24 187	-	-	-	-	174 599
Central Ôlho d'Água	-	-	-	-	112 070	112 070	64 188	-	-	288 328
Cucau	-	-	-	112 290	112 290	-	-	62 452	-	287 032
Ipojuca	-	-	-	-	37 808	37 808	37 808	25 834	-	139 258
Pedrosa	-	-	38 921	38 921	-	-	-	38 921	4 883	121 646
Pumati	-	-	-	-	92 000	92 290	10 000	-	-	194 290
Salgado	23 884	57 646	-	-	57 646	57 646	-	-	-	196 822
Santa Teresa	-	-	118 000	118 250	-	-	-	-	-	236 250
Santo André	-	-	-	-	-	-	45 000	45 000	35 201	125 201
São José	-	-	-	-	-	-	65 000	65 000	42 049	172 049
União e Indústria	-	-	74 995	74 995	29 005	-	-	-	-	178 995
TOTAL	504 713	743 799	798 182	912 949	731 162	719 519	543 006	455 715	134 220	5 543 265

ATO Nº 30/72 — DE 24 DE JULHO DE 1972

Revoga o Ato nº 47/71, de 23 de setembro de 1971, e dá outras providências.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 60 da Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972,

R E S O L V E:

Art. 1º — Para efeito do cálculo das contribuições de que trata o art. 8º do Decreto-lei nº 308, de 28 de fevereiro de 1967, e do percentual da renda da terra a que estão obrigados os fornecedores de cana ou produtores de açúcar, em decorrência de contratos de parceria, não será considerada a parcela de subsídios estabelecida pela Resolução nº 2 059, de 31 de agosto de 1971.

Art. 2º — Fica revogado o Ato nº 47/71, de 23 de setembro de 1971.

Art. 3º — O presente Ato produzirá os seus efeitos a partir da safra de 1972/73, e será publicado no "Diário Oficial da União", revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Gen. ÁLVARO TAVARES CARMO
Presidente

ATO Nº 31/72 — DE 24 DE JULHO DE 1972

Dá execução ao disposto no art. 8º do Decreto-lei nº 1 186, de 27 de agosto de 1971.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Lei nº 5 654, de 14 de maio de 1971, combinado com o art. 8º do Decreto-lei nº 1 186, de 27 de agosto de 1971,

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam canceladas, no Cadastro de Produtores do I.A.A., na forma do disposto no art. 8º do Decreto-lei nº 1 186, de 27 de agosto de 1971, as inscrições dos engenhos de açúcar bruto indicados no quadro anexo, tendo em conta a paralisação de sua atividade industrial durante três (3) safras consecutivas.

Art. 2º — O presente Ato entra em vigor nesta data e será publicado no "Diário Oficial da União", revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Gen. ÁLVARO TAVARES CARMO
Presidente

Anexo ao Ato nº 31/72

CANCELAMENTO DE INSTRUÇÕES DE ENGENHOS DE AÇÚCAR BRUTO DO PAÍS

(Art. 8º do Decreto-lei nº 1.186, de 27/8/71)

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Secos)
REGIÃO NORTE-NORDESTE					
Ageriuo Henrique de Almeida	Porto de Canoas	Capela	Alagoas	02-008-214-1364	1 142
José Mariano Silveira	Nazareno	Capela	Alagoas	02-008-214-1697	804
José Toledo Cabral	Minhuns	Capela	Alagoas	02-008-214-1919	2 475
José Pedro de Oliveira	Varzinha	Paramirim	Bahia	04-094-203-3658	50
Auroliano Nunes da Silva	Contendas	Rio de Coutas	Bahia	04-106-267-3454	50
Marinho José de Medeiros	Mucunã	Rio de Contas	Bahia	04-106-267-3319	50
Sinfrônio Alves Coelho	Santa Cruz	Rio do Contas	Bahia	04-106-267-3499	50
Juvêncio Alves Pereira	Baraúnas	Rio de Pires	Bahia	04-313-203-3665	50
Edmir Jardim	Roda D'Água	Wagner	Bahia	04-335-259-1444	50
Francisco Perazzo	-	Wagner	Bahia	04-335-259-1455	228
João Cedro Felipe	Bom Gosto	Wagner	Bahia	04-335-259-1445	50
REGIÃO CENTRO-SUL					
Osório José de Abreu	Bosque	Jequitibá	Minas Gerais	11-365-508-2012	90
Waldomar Fajardo de Campos	-	Leopoldina	Minas Gerais	24-106-312-4475	50
Sílvio Andrade Bastos	-	Mar de Espanha	Minas Gerais	11-114-319-3513	250
Sebastião Rodrigues da Silva	-	São Miguel do Anta	Minas Gerais	11-472-416-3874	167
Sebastião Rocha	Serra	Tombos	Minas Gerais	23-204-407-3855	810
Alvin Knop	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2709	50
André Biz	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2910	50
Antônio Ricardo da Cunha	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2911	50

Anexo ao Ato nº 31/72

CANCELAMENTO DE INSTRUÇÕES DE ENGENHOS DE AÇÚCAR BRUTO DO PAÍS

(Art. 8º do Decreto-lei nº 1.186, de 27/8/71)

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
Antônio Tarnowski	-	Indaial	Santa Coterina	20-042-205-2715	50
Antônio Vicente dos Santos (Viúva)	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2713	50
Augusto Busch	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2912	50
Bento Ferreira	-	Indaiai	Santa Catarino	20-042-205-2714	50
Bruno Prauz	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2735	50
Carlos Doring	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2718	50
Carloe Dnwe	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2719	50
Carloe Zoehke	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2725	50
Eduardo Schwanz	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2726	50
Eduardo Viegratz	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2727	50
Ernesto Pieritz	-	Indaial	Santa Catorina	20-042-205-2732	50
Ernesto Teesaroio	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2731	50
Eugênio Pereira dos Sontos	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2733	50
Felipe Martine	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2907	50
Fernando Catsfasta	-	Indaiai	Saata Catarina	20-042-205-2908	50
Firmino Polidório	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2737	50
Francisco Cunha	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2736	50
Franz Krieck	-	Indoiai	Santa Catarina	20-042-205-2740	50
Franz Teeke	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2741	50
Frederico Krick	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2905	50
Frederico Naumaan	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2906	50
Frederico Voigt	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2745	50
Gabriel Hilário da Veiga	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2901	50
Germano Boedei	-	Indaiai	Santa Catariaa	20-042-205-2747	50
Guilherme Butzke	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2748	90
Guilherme Fraeee	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2902	50
Gustavo Biunke	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2750	50
Heinrich Hafemann	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2751	50
Heinrich Liermann	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2752	50
Heinrich Metzner	-	Indaiai	Santa Catarina	20-042-205-2753	50
Henrique Bering	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2904	50
Henrique H. da Veiga	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2900	50

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
Herman Krause	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2855	50
João Biz	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2769	50
João Pinardi	-	Indnial	Santa Catarina	20-042-205-2898	50
João Jacinta dos Santos	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2896	50
Joaquim João Vaneuita	-	Indaini	Santa Catarina	20-042-205-2897	50
Jorge Prochnow	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2765	50
José Domingos de Oliveira	-	Indaial	Sonta Catarina	20-042-205-2766	50
José Simão	-	Indaial	Santa Catorina	20-042-205-2899	50
Luís Hanemann	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2892	50
Luís Hedler	-	Indaial	Sauta Catarina	20-042-205-2891	50
Manoel José Nunes	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2889	50
Nicolau Simon	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2890	50
Oto Loee	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2887	50
Oto Voigt	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2886	50
Rainoid Hanemann	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2880	50
Vicente Jacinto dos Santos	-	Indaial	Santa Catarina	20-042-205-2883	50
Sista Prata	-	São Martinho	Santa Catarina	20-180-217-1509	50
Giacomo Bie Birolo	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1590	50
João da Brida	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1612	50
José Ferre	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1102	50
Marino Sartor	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1486	50
Pedro Bertan	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1501	50
Segundo Guola	-	Urussanga	Santa Catarina	20-037-235-1507	50
Aleixo Inocente Teles	Arroa	Anápolis	Goiás	08-002-202-1066	50
Antônio Paulino de Mela	Capoeirão	Anápolis	Goiás	08-002-202-1073	50
Antônio Sabino Rodrigues	Pindobal	Anápolis	Goiás	08-002-202-1072	58
Aveline da Souza Boea	Gomes	Anápolis	Goiás	08-002-202-1067	50
Horácio Jacinto de Freitos	-	Anápolis	Goiás	08-002-202-4779	400
José Cândido Souza	Dois Irmãos	Anápolis	Goiás	08-002-202-1093	50
Domingas Alves de Castro	Fazenda São Domingos	Anicuns	Goiás	08-031-201-4680	50
Manoel Garcez Bueno	Ribeirão do Meio	Anicuns	Goiás	08-031-201-2030	50
Alfredo Antônia Pinto	-	Bela Vista de Goiás	Goiás	08-005-204-2370	50
Francisco Peixoto dos Santos	São José	Bela Vista de Goiás	Goiás	08-005-204-2336	50
Geraldine Dias Vieira	Fazenda Boa Jardim	Bela Vista de Goiás	Goiás	08-005-204-2332	50

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
José Bento de Oliveira	Caiçara	Bela Vista de Goiás	Goiás	08-005-204-2294	50
Salatiel Soares Brava	Fazenda Sosinha	Bela Vista de Goiás	Goiás	08-005-204-2386	50
Guilherme Naves de Sousa	-	Buriti Alegre	Goiás	08-008-207-2024	92
José Alves da Silva	-	Buriti Alegre	Goiás	08-008-207-2018	123
José Joaquim de Souza	Capoeirão	Buriti Alegre	Goiás	08-008-207-2020	203
Antônio Luís Cruvinel	Monte Alegre	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4079	50
Balbina Franco de Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4084	50
Bento Gomes de Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4087	50
Boaventura Pereira Leite	Piranhes	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4293	50
Bemolíncio de Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4226	50
Edmundo Teodoro da Silva	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4358	50
Evaristo José de Barros	Rio Bonito	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4734	50
Félix Augusto de Souza	Campo Alegre	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4083	50
Firmino Firmiano Leite	Morrinhos	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4114	50
Francisco Bertolino Nogueira	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4079	50
Francisco Brito de Oliveira	Campo Formoso	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4704	50
Francisco Farin	Cascatinha	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4082	50
Francisco Teodoro da Silva	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4081	50
Gabriel José Vilela	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4239	50
Inês Bernardina Vilela	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4265	50
João Carlos de Bastos	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4312	50
João Inácio Fernandes	Inhumas	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4705	50
Joaquim Goulart Vilela	Monte	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4733	50
Joaquim José Vilela	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4839	50
José Caetano de Morais	Rio do Peixe	Caiapônia	Goiás	08-043-239-3993	50
Liao José da Souza	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4212	50
Manédio José Silvério	Rio Bonito	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4717	50
Manoel Rodrigues da Silva	Cachoeirinha	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4706	50
Maria Teodora de Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4153	50
Miguel Leandro do Couto	Monte Vídio	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4696	50
Olímpio José Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4154	50
Orminda Biepo dos Santos	Rio Bonito	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4155	50
Osório José Vilela	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4818	50
Pedro Luís Cruvinel	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4156	50
Previsto Horácio dos Santos	Amaral	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4358	50

CANCELAMENTO DE INSTRUÇÕES DE ENGENHOS DE AÇÚCAR BRUTO DO PAÍS

(Art. 8º do Decreto-lei nº 1.186, de 27/8/71)

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
Ramiro Junqueira Vilela	Lagoa	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4714	50
Rosendo José Pereira	Rio Bonito	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4091	50
Sebastião José de Carvalho	-	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4347	50
Sebastião Norberto Vilela	Cervo	Caiapônia	Goiás	08-043-239-4716	50
José Buril Neto	Contendas	Cristalina	Goiás	08-052-253-1145	50
Elizeu Ferreira de Souza	Capoeirão	Cumarí	Goiás	08-076-259-4175	50
Júlio Moreira de Moura	Santa Caterina	Damianópolis	Goiás	08-141-209-4316	50
Manoel Correia Viana	Capetinga	Formosa	Goiás	08-020-220-1016	50
Demiro Fernandes de Souza	Campo Limpo	Goiandira	Goiás	08-021-249-1712	50
Aloísio Canedo Guimarães	Progresso	Goiânia	Goiás	08-010-252-1002	125
Dimas Rodrigues Rosa	Dourados	Goiânia	Goiás	08-010-252-1416	50
Gabriel Alves de Oliveira	Gameleira	Goiânia	Goiás	08-010-252-3472	50
Hermenegildo Pedro da Silveira	-	Goiânia	Goiás	08-010-252-4778	400
Alcides de Bastos Barros	Guampo	Goiás	Goiás	08-001-222-4067	50
Antônio Ludovico D. Almeida	Onça	Goiás	Goiás	08-001-222-1546	50
José Peixoto dos Santos	Córrego Grande	Goiás	Goiás	08-001-222-1525	50
Laumedente Galvão Moura Laecrda & Irmãos	Barriguda	Goiás	Goiás	08-001-222-1547	50
Urbano Berquo	-	Goiás	Goiás	08-001-222-1549	63
Wilson José Ferreira & Irmãos	-	Goiás	Goiás	08-001-222-3686	51
Belarmino Pereira Barbosa	Santa Bárbara	Goiatuba	Goiás	08-004-214-2535	50
Dionísio Marcelino de Ávila	Santana	Goiatuba	Goiás	08-004-214-2589	50
Laudelino e Laudemiro de Oliveira	Boa Vista	Goiatuba	Goiás	08-004-214-1027	101
Manoel Gomes Ferreira	Cangica	Goiatuba	Goiás	08-004-214-2537	50
Apolônio Elias dos Reis	Bonsucesso	Hidrolândia	Goiás	08-068-300-1214	50
Manoel Rodrigues Rabelo	-	Inhumas	Goiás	08-023-217-1296	50
Antônio Soares Pires	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1366	50
Aristides da Silva Moreira	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1368	50
Felipe Cordeiro de Faria	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-4770	400
Francisco Cesar de Moraes	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1357	50
José Marcolino de Moura	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1308	50
José Martins Coelho Filho	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1267	50
Manoel Carrijo da Cunha	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1285	50
Saint-Clair Gonçalves da Resende	-	Itaberaí	Goiás	08-025-224-1377	60
José Dias Filho	-	Itumbiara	Goiás	08-049-245-2898	60

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
Antônio Gonçalves de Araújo Filho	-	Jaraguá	Goiás	08-026-225-2793	50
Diógenes Castro Ribeiro	Boa Vista	Jaraguá	Goiás	08-026-225-1986	50
Manoel Adorno Neto	Lagoão	Jaraguá	Goiás	08-026-225-4929	400
Manoel da Silva Rosa Filho	Ba Lagoa	Jaraguá	Goiás	08-026-225-1973	50
Tubertino Alberto de Moraes	-	Jaraguá	Goiás	08-026-225-1977	50
Antônio Joaquim Ramos	Buracão	Jataí	Goiás	08-027-226-1737	100
Antônio Luís de Lima	Peroba	Jataí	Goiás	08-027-226-3325	50
Belmiro Paniago	Esteios	Jataí	Goiás	08-027-226-1740	50
Cassiano Furtado Borges	Santa Tereza	Jataí	Goiás	08-027-226-2995	50
Flávio Francisco Vilela	Bela Vista do Bonsucesso	Jataí	Goiás	08-027-226-3055	68
Francisco Antônio de Carvalho	Córrego do Rego	Jataí	Goiás	08-027-226-1731	50
Francisco Bates Rodrigues	Congonhas	Jataí	Goiás	08-027-226-3047	50
José Carlos de Alarcão	São Jerônimo	Jataí	Goiás	08-027-226-3080	50
José de Freitas Sobrinho	Ribeirão do Maio	Jataí	Goiás	08-027-226-1743	50
Julião Ananias de Lima	Santa Bárbara	Jataí	Goiás	08-027-226-3069	50
Borvalino da Cunha Coutinho	Az de Ouro	Luziânia	Goiás	08-047-242-4767	400
Edmundo Marques Guimarães	Iudaiá	Luziânia	Goiás	08-047-242-4768	400
Epaminondas Roriz	Santa Maria	Luziânia	Goiás	08-047-242-4796	400
Gabriel Pereira Pinto	-	Luziânia	Goiás	08-047-242-4774	400
Galileu Braz de Queiroz	Colonia	Luziânia	Goiás	08-047-242-4775	400
Gregório Cardoso dos Santos	Galhos	Luziânia	Goiás	08-047-242-4776	400
Luís Vieira de Abreu	Canabrava	Luziânia	Goiás	08-047-242-4799	400
José Carrijo dos Santos	Babilônia	Mineiros	Goiás	08-028-254-3028	50
José Feliciano	Invernadinha	Mineiros	Goiás	08-028-254-4698	50
José Flávio de Carvalho	Babilônia	Mineiros	Goiás	08-028-254-3074	50
Limírio Mendonça Ribeiro	Flores	Mineiros	Goiás	08-028-254-2964	50
Abraão Metran	-	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2673	68
Álvaro da Silva e Souza	-	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1958	50
Antônio Delfino Leite	Formiga	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2525	50
Antônio Gomes Ferreira	-	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1962	50
Eugênio Sarmento Silva	Saudade	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2831	50
Eugênio Sarmento Silva	Saudade	Morrinhos	Goiás	08-029-227-4769	400
Francisco Barbosa de Souza	-	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1207	50

PROPRIETÁRIOS	ENGENHOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	INSCRIÇÕES	COTAS (Sacos)
Francisco Júlio Peixoto	Fazenda Abreu	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2591	50
Galdino Isaac da Silva	São Domingos dos Olhos D'Água	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2292	50
Gasparino Leonel Machado	São João	Morrinhos	Goiás	08-029-227-2509	50
José da Cunha Bastos	Macacos	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1953	108
Josias Pereira Duarte	Água Pé	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1410	50
Lindolfo Alves Pinto	-	Morrinhos	Goiás	08-029-227-1964	50
José Alves de Almeida	Córrego das Grotas	Mossamedes	Goiás	08-108-222-1524	50
Vicente Ferreira da Cunha	-	Mossamedes	Goiás	08-108-222-4343	50
Avelino Alves de Araújo	-	Orizona	Goiás	08-011-210-2826	50
Eduardo Simplício da Silva	Capão da Onça	Orizona	Goiás	08-011-210-3815	50
Francisco Rincon	Baú	Orizona	Goiás	08-011-210-3112	1 350
José Vaz da Costa	-	Orizona	Goiás	08-011-210-3748	50
Salomão Vieira Machado	Bastardo	Orizona	Goiás	08-011-210-3134	68

ATO Nº 32/72 — DE 2 DE AGOSTO DE 1972

Dispõe sobre o início da produção de açúcar nos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra de 1972/73.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 2 066, de 26 de maio de 1972, e,

CONSIDERANDO ser necessária a adoção de providências visando ao saneamento do mercado açucareiro da Região Norte-Nordeste, afetado pela existência de estoques de açúcar cristal que excedem as exigências do consumo regional, estimadas para a safra de 1972/73,

RESOLVE:

Art. 1º — A produção de açúcar da safra de 1972/73, será iniciada nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas exclusivamente no tipo demerara e prosseguirá nesse tipo até que o I.A.A. julgue conveniente permitir a fabricação do tipo cristal, em face da normalização dos estoques remanescentes da safra anterior.

Parágrafo único — Em conseqüência do disposto neste artigo, as normas baixadas com o Ato nº 29/72, de 18 de julho de 1972, ficam suspensas, até que o I.A.A. determine o início da produção de açúcar do tipo cristal.

Art. 2º — A Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco Ltda. e a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas, ficam autorizadas a remanejar, dentro de suas respectivas cotas globais, o programa de produção estabelecido nos quadros anexos ao Ato nº 29/72, de 18 de julho de 1972, a fim de que todas as usinas filiadas possam iniciar a safra fabricando exclusivamente açúcar do tipo demerara, na forma prevista neste Ato.

Parágrafo único — Uma vez feito o remanejamento a que se refere este artigo, as Cooperativas de Pernambuco e Alagoas remeterão cópias dos respectivos quadros, dentro de vinte e quatro horas (24), à Divisão de Estudo e Planejamento e às Delegacias Regionais e Inspetorias Fiscais Regionais nos dois Estados.

Art. 3º — O cronograma de produção das usinas não cooperadas de Pernambuco e Alagoas será reformulado quando o I.A.A. autorizar o início de produção de açúcar cristal nos dois Estados.

Art. 4º — O presente Ato vigora nesta data e será publicado no "Diário Oficial da União", revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dois dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Gen. ÁLVARO TAVARES CARMO
Presidente

LIVROS À VENDA NO I.A.A.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

(Rua 1º de Março, nº 6 — 1º andar — GB)

1 — PRELÚDIO DA CACHAÇA — Luís da Câmara Cascudo .... Cr$ 10,00

2 — AÇÚCAR — Gilberto Freyre .... Cr$ 20,00

3 — CACHAÇA — Mário Souto Maior .... Cr$ 20,00

4 — AÇÚCAR E ÁLCOOL .... DIDÁTICO

5 — SOCIOLOGIA DO AÇÚCAR — Luís da Câmara Cascudo .... Cr$ 25,00

6 — A DEFESA DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA — Leonardo Truda .... Cr$ 25,00

7 — A CANA-DE-AÇÚCAR NA VIDA BRASILEIRA — José Condé .... Cr$ 20,00

8 — BRASIL/AÇÚAR .... DIDÁTICO

DELEGACIAS REGIONAIS DO I.A.A.

RIO GRANDE DO NORTE: DELEGADO — Maria Alzir Diógenes
Av. Duque de Caxias, n.º 158 — Ribeira — Natal — Fone: 2285.

PARAÍBA: DELEGADO — Arnobio Angelo Mariz
Rua General Osório — Edifício Banco da Lavoura — 5º andar — João Pessoa — Fone: 1427.

PERNAMBUCO: DELEGADO — Antônio A. Souza Leão
Avenida Dantas Barreto, 324 — 8.º andar — Recife — Fone: 24-1899.

ALAGOAS: DELEGADO — Cláudio Regis
Rua do Comércio, ns 115/121 - 8º e 9º andares — Edifício do Banco da Produção — Maceió — Fones: 33077/32574.

SERGIPE: DELEGADO — Lúcio Simões da Mota
Pr. General Valadão — Galeria Hotel Palace — Aracaju — Fone: 2846.

BAHIA: DELEGADO — Maria Luiza Baleeiro
Av. Estados Unidos, 340 - 10º andar - Ed. Cidade de Salvador - Salvador — Fone: 22000.

MINAS GERAIS: DELEGADO — Orosimbo Fulgêncio (em exercício)
Av. Afonso Pena, 867 — 9.º andar — Caixa Postal 16 — Belo Horizonte — Fone: 24-7444.

ESTADO DO RIO: DELEGADO — Cleanto Denys Santiago
Praça São Salvador, 64 — Caixa Postal 119 — Campos — Fone: 3130.

SÃO PAULO: DELEGADO — Nilo Arêa Leão
R. Formosa, 367 — 21.º — São Paulo — Fone: 32-4779.

PARANÁ: DELEGADO — Heraldo Botelho Costa
Rua Voluntários da Pátria, 475 - 20º andar - C. Postal, 1344 - Curitiba — Fone: 22-8408.

DESTILARIAS DO I.A.A.

PERNAMBUCO:
Central Presidente Vargas — Caixa Postal 97 — Recife

ALAGOAS:
Central de Alagoas — Caixa Postal 35 — Maceió

BAHIA:
Central Santo Amaro — Caixa Postal 7 — Santo Amaro

MINAS GERAIS:
Central Leonardo Truda — Caixa Postal 60 — Ponte Nova

ESTADO DO RIO:
Central Jacques Richer — Caixa Postal 102 — Campos

SÃO PAULO:
Central Ubirama — Lençóis Paulista

RIO GRANDE DO SUL:
Desidratadora de Ozório — Caixa Postal 20 — Ozório

MUSEU DO AÇÚCAR

Av. 17 de Agôsto, 2.223 — RECIFE — PE.

FUSÃO: ROÇADINHO

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, General Álvaro Tavares Carmo, assinou, a 25 de julho, o projeto de fusão das Usinas Roçadinho, de Pernambuco, com Aliança, situada no Maranhão, envolvendo a relocalização da primeira no Estado de Alagoas, em área de tabuleiro. Após a fusão, a Usina Roçadinho disporá da cota de 497 417 sacos, contra 297 417 sacos de sua cota oficial. O problema dos trabalhadores e dos fornecedores de cana liberados já foi devidamente equacionado no projeto, a fim de que não haja solução de continuidade no emprego da mão-de-obra e no fornecimento da matéria-prima na área de onde sairá a usina em Pernambuco.

Assinatura de contrato de empréstimo obtido pela Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool Ltda., com a União de Bancos Brasileiros e a interveniência do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Momento em que o Presidente do IAA, General Álvaro Tavares Carmo, e o Dr. Evaldo Inojosa, Presidente da Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool Ltda., assinavam a contratação de um empréstimo de 5 e meio milhões de dólares, destinados a prover a Cooperativa Fluminense de capital necessário à organização da comercialização dos produtores fluminense.

O Presidente da Cooperativa, na oportunidade, agradeceu ao Presidente do IAA, em nome dos seus associados, dizendo que com esta medida, o IAA estava garantindo a racionalização da comercialização dos produtores do Estado, o que evitaria a desorganização completa do sistema produtor fluminense.
Enfatizou que o atual Presidente do IAA realizou pelo Estado do Rio mais do que qualquer outro Presidente da Autarquia, e alí deixava a gratidão dos produtores fluminenses e a certeza de que a indústria açucareira do Estado do Rio, a partir deste ano, iniciaria, através da Cooperativa, o processo de revitalização do setor, passando a viver novos dias.

O lançamento do livro BRASIL/AÇÚCAR, o n.º 8 da "Coleção Canavieira", representou para a equipe do Serviço de Documentação o vencimento de uma etapa importante: a de poder oferecer aos estudiosos da sistemática açucareira, especialmente àqueles que procuram uma base para uma pesquisa mais profunda, variados aspectos que envolvem o açúcar: História, Política, Economia, Técnica, etc.

Assim, o público, de uma maneira geral, e o estudante, de um modo muito especial, poderão encontrar no I.A.A. um livro, que, além de situar o papel do açúcar no desenvolvimento do País, define a participação do Governo neste importante setor econômico.

Nos dois flagrantes, os Diretores da Divisão Administrativa, Sr. Vicente Mendes, e da Divisão de Assistência à Produção, Sr. Ronaldo de Souza Valle, além de Hugo Paulo de Oliveira, autor da capa do livro e de um dos capítulos.

Grupo de estudantes que vieram à nossa redação em busca de material didático relativo ao açúcar. O quadro é comum entre nós, já que a média mensal de visitas ao Serviço de Documentação chega a quatro centenas.

VISITAS

Na foto, à direita, o Professor Nilton de Barros, *Diretor do Departamento de Administração da Secretaria de Educação da Guanabara, na sua recente visita às novas dependências do Serviço de Documentação do I.A.A. (Divisão Administrativa) quando folheava volumes da "Coleção Canavieira", teceu elogiosas referências à contribuição valiosa e ao decidido apoio do General* Álvaro Tavares Carmo, *Presidente da Autarquia, à CULTURA, destacando em particular, os livros "AÇÚCAR E ÁLCOOL" e o mais recente "BRASIL/AÇÚCAR", como preciosos subsídios aos estudantes brasileiros de todos os níveis. Leitor assíduo, há anos, de BRASIL AÇUCAREIRO, o Prof. Nilton de Barros considera-a exemplo de perfeição gráfica e de conteúdo técnico-cultural dentre os órgãos similares no Serviço Público, durante a sua longa palestra com o jornalista Claribalte Passos.*

Também em visita à nossa redação o eminente estudioso da cana-de-açúcar, Agrônomo Frederico Veiga, que aqui veio em companhia do Dr. Dalmyro Almeida. Na ocasião fez a entrega de um artigo de sua autoria para publicar na edição especial de outubro, dedicada à Agronomia.

PLANALSUCAR EM NOTÍCIAS

COMUNICADO Nº 4 AGOSTO - 1972

I.A.A. FIRMA CONVÊNIO COM PRODUTORES E PLANTADORES

O Instituto do Açúcar e do Álcool, representado pelo seu Presidente, Gen. Álvaro Tavares Carmo, celebrou convênio com os sindicatos da indústria do açúcar dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco e a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, visando a promover a execução e implantação do Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR).

TERMO DE CONVÊNIO celebrado entre o Instituto do Açúcar e do Álcool, os Sindicatos da Indústria do Açúcar dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco, e a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, com a finalidade de promover a implantação e execução do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, na forma da decisão do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, em sessão realizada em 28 de julho de 1971.

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um, no edifício sede do Instituto do Açúcar e do Álcool, na Praça XV de Novembro nº 42, 8º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, presentes o Sr. General Álvaro Tavares Carmo, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Dr. Ronaldo de Souza Vale, Diretor da Divisão de Assistência à Produção do Instituto do Açúcar e do Álcool, o representante do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de São Paulo, o representante do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de Minas Gerais, o representante do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, o representante do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de Alagoas, o representan-

te do Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de Pernambuco e o representante da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, resolveram assinar o presente Convênio para os fins adiante especificados e mediante as condições estipuladas nas seguintes cláusulas, que reciprocamente aceitam e se obrigam a cumprir.

CLÁUSULA I — Este Convênio regula, de modo geral, a participação do Instituto do Açúcar e do Álcool e das entidades de classe que subscrevem, na implantação e execução do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR.

CLÁUSULA II — O projeto será dirigido por um Superintendente Geral, diretamente ligado ao Diretor da Divisão de Assistência à Produção do Instituto do Açúcar e do Álcool, e por ele escolhido entre os técnicos que participarão da execução do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR, que por nomeação do Sr. Presidente do IAA, deverá exercer o cargo por prazo nunca inferior a cinco anos.

CLÁUSULA III — Com a finalidade de examinar e aprovar os relatórios, as prestações de contas e os planos de trabalho da Superintendência Geral, acompanhando o desenvolvimento desses programas de atividades, fica constituído um Conselho Administrativo composto de quatro membros, sendo dois representantes do I.A.A., um dos Sindicatos da Indústria do Açúcar Subscritores do Convênio e um da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.

CLÁUSULA IV — Os membros do Conselho Administrativo do Convênio terão mandatos de três anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, sendo a representação do IAA obrigatoriamente integrada pelo Diretor da Divisão de Assistência à Produção e o Chefe do Serviço Técnico Agronômico do IAA.

Parágrafo único — A Presidência do Conselho Administrativo do Convênio será exercida pelo Diretor da Divisão de Assistência à Produção do IAA, que, além do voto de qualidade, terá também, o de membro do Conselho.

CLÁUSULA V — Fica constituído um Conselho Fiscal composto de três membros, sendo dois representantes do Instituto do Açúcar e do Álcool, escolhidos entre seus funcionários, devendo a indicação rècair, preferencialmente, em um agrônomo e um contador, e um representante das classes produtoras de açúcar e de cana, participantes do Convênio.

CLÁUSULA VI — A Superintendência Geral apresentará anualmente, até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, relatório e prestação de contas relativos ao exercício findo, sendo convocada uma reunião do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal para apreciação desses documentos e seu posterior encaminhamento à Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, devidamente examinados, conferidos e aprovados, para efeito de homologação, após o que poderão ser utilizados os novos recursos financeiros do Convênio.

CLÁUSULA VII — Para o início imediato das operações de implantação do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR, será utilizada a verba de Cr$ 1 312 850,00 (hum milhão trezentos e doze mil, oitocentos e cinqüenta cruzeiros), já aprovados pelo CONDEL e à disposição da Divisão de Assistência à Produção do IAA para aplicação no corrente exercício de 1971.

CLÁUSULA VIII — O Instituto do Açúcar e do Álcool consignará em seu orçamento anual, a partir do próximo exercício de 1972, os recursos necessários à

execução dos planos de trabalho elaborados anualmente pela Superintendência Geral do Projeto e aprovados pelo Conselho Administrativo do Convênio, de modo a assegurar os recursos mínimos indispensáveis à continuidade das atividades programadas.

§ 1º — Também fará parte da receita do Convênio as vendas eventuais de produtos resultantes dos experimentos e especialmente da venda de cana-semente, realizada a título de distribuição de variedades selecionadas e entrega de canas remanescentes às usinas vizinhas das estações e sub-estações experimentais participantes deste programa, sendo o resultado dessas vendas depositado em Agência do Banco do Brasil, indicada pelo Superintendente Geral, à disposição deste, que o aplicará na forma prevista para as demais disponibilidades.

§ 2º — O Convênio poderá se utilizar de doações, dotações ou outras contribuições, das classes produtoras que o integram e de entidades de auxílio científico nacionais ou estrangeiras, desde que sem atribuição específica.

§ 3º — O disponível financeiro resultante da não aplicação de recurso dentro do cronograma da sua utilização no exercício a que se destinam constituirá receita eventual do Planalsucar no exercício seguinte, podendo, a critério do Conselho Administrativo do Convênio, ser aplicado em papéis de emissão do Governo Federal.

CLÁUSULA IX — Os recursos financeiros de que trata a Cláusula VIII, serão depositados até o dia 28 de fevereiro de cada ano na Agência Central do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à ordem do Superintendente Geral, que os movimentará na forma prevista no REGIMENTO INTERNO do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR, apresentado em separado e que passa a integrar este Convênio.

CLÁUSULA X — Fica constituída parte integrante deste Convênio o PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR, aprovado pelo Conselho Deliberativo do IAA, em sessão de 28 de julho de 1971, cuja execução deverá observar rigorosamente as diretrizes nele fixadas, não se admitindo modificações do projeto, salvo os ajustes propostos pelo Superintendente Geral, quando da elaboração dos planos anuais de trabalho.

CLÁUSULA XI — O PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR não interferirá em outros programas de idênticos objetivos, já implantados ou que venham a ser implantados por entidades públicas ou privadas, bem como nas usinas produtoras de açúcar integradas na execução desses programas.

§ único — Nesses casos, poderão ser celebrados, entre o Instituto do Açúcar e do Álcool e as referidas entidades, convênios específicos e individuais de conjugação de esforços e recíproca colaboração, que não interfiram direta ou indiretamente na execução do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR.

CLÁUSULA XII — Este Convênio vigorará a partir da data de sua homologação pelo Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, com a duração de oito (8) anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos e, também, poderá ser modificado, aditado ou alterado, no todo ou em parte, mediante assentimento das partes expresso em instrumento hábil, ou, ainda, ser denunciado, se sobrevierem mo-

tivos que a isto justifiquem apontados em proposta do Conselho Administrativo à Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool.

CLÁUSULA XIII — Na hipótese de ocorrer modificação na estrutura do Instituto do Açúcar e do Álcool, o presente Convênio será mantido em todos os seus termos pela instituição que surgir em substituição ao órgão modificado.

CLÁUSULA XIV — Todos os bens móveis e imóveis provenientes de investimentos realizados por força deste Convênio serão incorporados ao patrimônio do Instituto do Açúcar e do Álcool.

CLÁUSULA XV — Mediante autorização do Conselho Administrativo a Superintendência Geral poderá alienar bens móveis inservíveis, observadas as normas de que trata o Art. 143, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, destinando a receita à aplicação prevista neste Convênio para rendas eventuais.

CLÁUSULA XVI — O presente Convênio terá foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, funcionando a Secretaria Geral do projeto junto ao Gabinete do Diretor da Divisão de Assistência à Produção do IAA.

§ único — O Superintendente Geral, ouvido o Diretor da DAP, poderá instalar a sua Sede Administrativa onde melhor convier aos interesses do Programa.

CLÁUSULA XVII — Observadas as instruções contidas no Regimento Interno do PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR poderá ser aproveitado na sua execução o pessoal técnico do IAA ou das entidades que participam do Convênio, a critério do Superintendente Geral.

§ único — O pessoal das entidades participantes do projeto, bem como o que vier a ser contratado sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, nenhum vínculo empregatício terá com o Instituto do Açúcar e do Álcool.

E por estarem perfeitamente de acordo, quanto ao que ficou estipulado nas cláusulas acima, as partes convenentes assinam o presente instrumento em 7 (sete) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também subscrevem, e no qual, a seguir e em obediência aos preceitos legais, se trasladam os termos dos Certificados de Regularidade de Situação (CRS), emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social, pertinentes aos convenentes.

Ass.:

ÁLVARO TAVARES CARMO
Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool

RONALDO DE SOUZA VALE
Diretor da Divisão de Assistência à Produção do Instituto do Açúcar e do Álcool

JORGE WOLNEY ATALLA
Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo

ANTONIO FERREIRA MAIA
Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais

FRANCISCO GAYOSO E ALMENDRA
Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro

JOÃO PEREIRA DE LIRA
Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Alagoas

FERNANDO PESSOA DE MELLO
Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco

AMARO GOMES DA SILVA
Representante da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil

Testemunhas:

SILVIO RUGAI
NELSON ESTEVES DOS REIS

V. sabe quantas calorias tem uma colher de açúcar?

p. j. nascimento

Muita gente pensa que o açúcar produz calorias em excesso... e engorda. Para essas pessoas, uma surprêsa: em cada colher de café de açúcar existem sòmente 18 calorias. Isto não representa muito em relação às 2.500/3.500 calorias que um homem necessita diàriamente, não é verdade?

Então, se o açúcar tem sòmente 18 calorias em cada colher de café, por que é considerado um alimento tão energético?

Porque tem absorção imediata e transforma-se ràpidamente em calorias. Quer dizer, repõe prontamente as energias que você desgasta no corre-corre da vida de hoje. Por isso, salvo recomendação do médico, o açúcar é insubstituível.

Açúcar é mais alegria! Açúcar é mais energia!

colaboração da
copersucar

Composta e impressa pela Soc. Graf. Vida Doméstica Ltda. — Rua Visc. de Maranguape, 15 — Rio